

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01416.002180/2022-69

## 2. OBJETO

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para a contratação de serviços continuados de Solução de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 12 (doze) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução;

Destaca-se, para os devidos fins, que trata-se de solução de TIC única, conforme preconiza o inciso I do art. 3º da IN SGD /ME nº 01, de 2019.

## 3. NORMATIVOS

A contratação dos bens e serviços deverá observar, também, as disposições da seguinte legislação:

- Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que dispõe sobre “Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns”;
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018;
- Instrução Normativa 1/2019-SGD/ME;
- Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018;
- Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018;
- Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020;
- Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, da SEGES/MPDG.

## 4. ACESSO À INFORMAÇÃO

Não há nenhuma informação restrita ou sigilosa nos autos.

## 5. Descrição da necessidade

A ANCINE é um órgão de fomento, regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica e, entre outros, seus objetivos são: estimular o desenvolvimento dessa indústria, promover a integração das atividades governamentais e a elas relacionadas, aumentar a competitividade do setor, promover a autossustentabilidade e a articulação dos vários elos de sua cadeia produtiva, estimular a universalização do acesso às obras cinematográficas e videofonográficas, especialmente as nacionais, e garantir a participação diversificada das obras estrangeiras no mercado brasileiro.

Para atendimento aos seus objetivos institucionais, a ANCINE necessita que seus sistemas tecnológicos estejam seguros, resguardados, replicados e restauráveis, em caso de perdas de dados ou ataques cibernéticos de qualquer ordem, para a plena operação do ambiente produtivo do seu datacenter, bem como deverá ser garantida continuidade de suas operações em casos de desastres ou severas indisponibilidades de energia elétrica ou telecomunicações no prédio que aloca o atual datacenter do órgão. Esses requisitos têm como objetivo garantir a prestação de serviços com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos nos instrumentos contratuais.

O ambiente computacional da ANCINE, atualmente, é bastante consolidado, através da tecnologia de virtualização de ambientes. Através desta tecnologia, diversas máquinas, de diversos sistemas operacionais, são concentradas em poucos servidores físicos – como exemplo, atualmente, mais de 280 (duzentos e oitenta) máquinas virtuais operam, fisicamente, sobre apenas 11 (onze) servidores físicos. Este número de servidores virtuais tem crescido de forma importante nos últimos anos, o que impacta no crescimento do volume de dados salvos diariamente pela atual solução de backup utilizada pela Agência.

Adicionalmente, nos últimos meses tem crescido o número de ataques cibernéticos a órgãos do Governo, com frequentes indisponibilidades temporárias de serviços e eventuais perdas de dados sensíveis. Faz-se indispensável a contratação de novas funcionalidades de backup, como imutabilidade temporária de dados salvos, a fim de minimizar impactos de ataques de criptografia de dados (conhecidos como ataques ransomware) e replicação de dados entre diferentes sites físicos, com esta replicação completamente indisponível ao backup de produção durante todo o tempo em que não houver backup em atividade.

Além de todos estes fatos, vale destacar que a Ancine, atualmente, ainda não conta com ambiente de contenção de desastres, porém está na iminência de contar com este serviço. Já foram contratadas, recentemente, ampliações dos servidores produtivos (processo SEI 01416.004879/2021-82) e ampliações/substituições de servidores legados do ambiente de banco de dados (processos SEI 01416.009642/2021-98 e 01416.009804/2021-98), bem como está em andamento a aquisição de novas áreas de armazenamento (storage) de backup (processo SEI 01416.010189/2021-62). A ampliação e incremento de funcionalidades do software de backup é a última "perna" necessária à contratação de um futuro ambiente, em colocation, de contenção de desastres para os sistemas de tecnologia críticos à Ancine.

### QUANTO AOS ITENS 1 E 2:

Foram realizados estudos sobre a viabilidade de manutenção da atual plataforma de software de backup utilizada na Ancine, a Veeam Availability Suite (VAS). Para que fosse observada e comprovada a viabilidade de manutenção, seria necessária a comparação com outras soluções de backup semelhantes, em especial a fim de verificar a equivalência de preços entre a atual solução e outras alternativas de mercado equivalentes, de forma a evitar que eventuais fabricantes pratiquem o "aprisionamento tecnológico" (ou lock-in) de soluções já vendidas à agência, em anos anteriores; ou seja, a fim de evitar que fabricantes, que já venderam à Ancine, pratiquem preços fora da média de mercado, apenas por já possuírem produtos em produção em nosso datacenter, atualmente.

Desta forma, foram solicitadas cotações de:

1. Renovação do atual software de backup utilizado na casa (nº SEI 2389180, item 1): **R\$ 267.395,38/ano**; e
2. Outras alternativas de software compatíveis com a nossa realidade técnica atual (virtualização de máquinas em ambiente Nutanix, em substituição ao virtualizador anterior, o VMware vSphere, com motivações amplamente detalhadas no processo 01416.004879/2021-82. Nº SEI 2456289): **R\$ 88.400,00/ano**.

De acordo com esta comparação, depreende-se que há uma enorme disparidade entre o custo de renovação da atual solução (**R\$ 267.395,38/ano**) versus o custo de um novo software de backup (**R\$ 88.400,00/ano**), o que **inviabiliza** a possibilidade de manutenção do atual software, Veeam Availability Suite (VAS).

Vale destacar, para fins de histórico, os motivos pelos quais os custos da solução atual "dispararam", entre o ano de 2018 - ano em que a presente solução de software foi adquirida, originalmente - e o ano de 2022. No ano de 2018, o software Veeam Availability Suite (VAS), por estratégia comercial do fabricante, era comercializado "por socket", ou "por processador físico" dos servidores de virtualização; a partir do ano de 2021, o fabricante alterou a sua estratégia, passando a comercializar seus produtos "por máquina virtual", não mais por processador físico, o que acabou por aumentar, significativamente, o custo da solução - vale lembrar que, quando foi adquirido originalmente, o software Veeam Availability Suite (VAS) foi

comercializado à Ancine por R\$ 90.000/ano (Item 1 do Contrato Administrativo 005/2019 - nº SEI 1221617), ou seja, entre 2018 e 2022 o custo total do atual software foi multiplicado por três, o que, na ótica da equipe técnica da Ancine, não se justifica, em especial porque existem várias alternativas técnicas igualmente robustas e muito mais baratas.

Continuam existindo alternativas de mercado licenciadas "por socket", ou "por processador físico" dos servidores de virtualização, que normalmente são as alternativas mais baratas para este tipo de necessidade, por este motivo a equipe técnica entende que inexistem motivos para mudar o modelo de licenciamento, por um outro mais caro e, por este motivo, o licenciamento por socket continuará preferencial.

Também é interessante frisar que, antigamente, era muito mais difícil a substituição de plataformas de backup, uma vez que os armazenamentos se davam "em fita", o que acabavam, por sua própria natureza, limitando o acesso de leitura e escrita, nas mídias, a apenas um único software de backup. Com o advento do backup em disco, em substituição ao backup em mídia magnética, esta limitação passou a inexistir, uma vez que, agora, basta manter em disco os servidores virtuais com os dados de backup da plataforma legada, por até 5 anos, que a leitura dos dados, em caso de necessidades de restore, se dará com extrema facilidade.

O item 1 se refere ao licenciamento do produto, em si, enquanto o item 2 se refere aos serviços de instalação e configuração deste software. Exatamente por esta necessidade de correlação do software adquirido com os serviços correlatos de instalação e configuração, faz-se necessário que os itens sejam adjudicados a uma mesma empresa.

#### QUANTO AOS ITENS 3 E 4:

A principal plataforma de comunicação corporativa da Ancine é o Office365 que, dentre as principais ferramentas, conta com o serviço de e-mails (Microsoft Exchange); serviço de mensageria (Microsoft Teams); e serviço de colaboração corporativa (Microsoft Sharepoint).

Estes produtos permitem a implementação e manutenção de funcionalidades modernas e adequadas às mais úteis finalidades tecnológicas de um ambiente de trabalho, como exemplo, o home-office (teletrabalho). Com o uso destas ferramentas, é possível o trabalho através de uma variada gama de dispositivos, como smartphones pessoais, tablets, notebooks e computadores pessoais, em qualquer lugar que o usuário dos sistemas esteja, culminando no incremento de produtividade e no acesso pleno aos dados residentes nos servidores de rede, com a consequente elevação do reconhecimento nos níveis de qualidade dos serviços prestados pela SGI/GTI.

Atualmente, todas estas ferramentas de comunicação, por serem nativamente hospedadas em ambiente de nuvem pública - e não dentro do próprio CPD da Ancine - não contam com serviço de backup, ou seja, quaisquer perdas ou corrupções de documentos, e-mails, chats ou aplicativos desenvolvidos ensejariam na perda definitiva dos documentos, uma vez que não há qualquer serviço de recuperação ativo para estes arquivos e serviços.

Desta forma, é igualmente importante que os serviços de comunicação oferecidos pela Ancine tenha backups realizados de forma apropriada e segura, visando garantir, sobretudo, a própria continuidade das operações da Ancine no dia-a-dia.

Pelos motivos elencados acima, salienta-se que a contratação de software de backup do Microsoft Office 365 é a única opção viável para a garantia de disponibilidade e continuidade das plataformas de comunicação atualmente existentes na Ancine, uma vez que a outra alternativa, que é a de simplesmente não fazer qualquer tipo de backup, traz um risco e uma incerteza enormes ao negócio da Ancine, em especial em tempos de desafios relacionados à segurança e confidencialidade dos dados corporativos.

Foram testados dois cenários para modelagem de novo serviço de backup do Microsoft Office 365:

1. Mera contratação de licenças de software, de forma que os dados efetivamente salvos seriam mantidos "on-premise", ou seja, dentro do datacenter da Ancine, em seus equipamentos atuais (nº SEI 2389180, item 2): **R\$ 94.387,83/ano** (ou R\$ 283.163,49/3 anos); e
2. Contratação do backup "como serviço" (Backup As a Service - BaaS), ou seja, toda a operação do backup dos dados do Microsoft 365 - incluindo licenciamentos e armazenamento - seria mantida pela contratada, de forma que não seria utilizada qualquer licença ou área de armazenamento nas dependências do nosso datacenter (nº SEI 2390268): **R\$ 320.000,00/ano**.

De acordo com esta comparação, depreende-se que é muito mais vantajoso, para a Administração, a contratação apenas do licenciamento de software de backup para esta finalidade (**R\$ 94.387,83/ano**), dado que a contratação da solução de backup integral (**R\$ 320.000,00/ano**) é muito mais cara e não se justifica: é muito mais barato armazenar os dados "dentro de casa", em nossos próprios equipamentos, do que contratar, por exemplo, um ambiente de nuvem, que é o modelo oferecido em soluções "BaaS".

O item 3 se refere ao licenciamento do produto, em si, enquanto o item 4 se refere aos serviços de instalação e configuração deste software. Exatamente por esta necessidade de correlação do software adquirido com os serviços correlatos de instalação e configuração, faz-se necessário que os itens sejam adjudicados a uma mesma empresa.

Em relação aos quantitativos descritos no objeto, esclarece-se:

ITEM 1: A Ancine possui, atualmente, cerca de 280 (duzentos e oitenta) máquinas virtuais, hospedadas em 3 (três) servidores físicos no ambiente de produção e 8 (oito) servidores físicos no futuro ambiente de contenção de desastres (Disaster Recovery - DR). Apenas os três (três) servidores de produção precisam ser licenciados no novo software de backup, uma vez que os 8 (oito) do DR não estão ativos, são mera proteção em casos de desastres. Não ficam ativos, no dia-a-dia. Como estes 3 servidores de produção tem um total de 6 (seis) processadores físicos, ou sockets, este é o quantitativo adequado para o licenciamento;

ITEM 2: Há necessidade de mero serviço de instalação e configuração do licenciamento a ser contratado no item 1. Como se trata de um serviço por escopo, com início e fim definidos, não se vislumbra possibilidade de definição de quantitativos;

ITEM 3: Há necessidade de contratação de software de backup do Office 365 para 650 (seiscentos e cinquenta) usuários por ser esta a quantidade de usuários ativos (servidores, colaboradores e estagiários) no domínio da Ancine;

- Destaca-se que o serviço de backup das 650 (seiscentos e cinquenta) caixas postais dar-se-á de uma só vez, na mesma oportunidade, logo não se cogita a possibilidade de aquisição das licenças de forma gradual.

ITEM 4: Há necessidade de mero serviço de instalação e configuração do licenciamento a ser contratado no item 3. Como se trata de um serviço por escopo, com início e fim definidos, não se vislumbra possibilidade de definição de quantitativos.

Opta-se, por fim, pela segregação dos itens 1 e 2 dos itens 3 e 4, uma vez que os produtos a serem adquiridos, relacionados ao item 1, têm natureza diversa dos produtos a serem adquiridos e relacionados ao item 3, inexistindo qualquer interdependência tecnológica entre os itens 1 e 3.

No entanto, é fundamental que os itens 2 e 4 sejam licitados à mesma empresa vencedora dos itens 1 e 3, respectivamente, uma vez que os serviços relacionados ao item 2 são os de instalação lógica do item 1, bem como os serviços relacionados ao item 4 são os de instalação lógica do item 3. Os serviços de instalação e configuração dos softwares precisam ser compatíveis e tecnicamente correlatos aos softwares a serem adquiridos e, por isso, não se observam ganhos financeiros e técnicos na segregação dos itens 1 e 2 e dos itens 3 e 4.

Diante desses fatos, a contratação de uma nova solução de backup de dados integrada e replicada é de vital importância para ampliar a capacidade da GTI em oferecer serviços que agreguem valor substancial à Ancine e a sociedade.

Ressalta-se que a contratação encontra-se classificada como de alta prioridade no PAC 2022 (2271214), conforme item 150 do documento, sob a descrição "Aquisição de storage (com serviços de instalação e configuração) e licenças de software de backup".

O objeto da presente da contratação está alinhado ao Plano de Transformação Digital da Ancine e o link é o <https://www.gov.br/ancine/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/ptd-plano-de-transformacao-digital-da-ancine-2021-2022>.

De acordo com o PDTIC 2021/2022, são objetivos estratégicos da Ancine "Implementar a Transformação Digital da ANCINE" e "Aprimorar a governança de dados e segurança da informação". A presente aquisição se relaciona à necessidade elencada no PDTIC "Desenho de alta disponibilidade para sistemas críticos", cujo código identificador é FAE\_G5 e se associa ao plano orçamentário ao item GC\_G50;

Ante o exposto, o presente processo de aquisição justifica-se, principalmente como forma de garantir um ambiente computacional adequado às necessidades institucionais, imprescindíveis ao bom funcionamento dos serviços e sistemas de tecnologia da informação disponíveis na Ancine.

## 6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTI	André Luiz Nery de Sá

## 7. Descrição dos Requisitos da Contratação

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Considerar-se-á como compatível com o objeto desta licitação:

ITENS 1 e 3: O fornecimento de softwares de backup compatíveis com as presentes especificações técnicas, com respectivos serviços de instalação e configuração, nas condições descritas neste Termo de Referência.

Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato;

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços;

No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da licitante vencedora. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela licitante vencedora, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da licitante vencedora;

A licitante deverá apresentar, ainda, declaração de não ocorrência do "registro de oportunidade", nos termos do item 1.6. do Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019;

Entende-se como registro de oportunidade, nos termos do Acórdão nº 2569/2018 – TCU – Plenário, o oferecimento de registro a um revendedor para que este obtenha privilégios para manter o relacionamento, fazendo com que outras vendas ligadas ao mesmo fabricante não se envolvam em negociações com a mesma organização, para praticar descontos ou preços diferenciados".

## 8. Classificação dos serviços

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

Os serviços classificam-se como continuados, devido à necessidade permanente e contínua de se manter um serviço íntegro de backup de dados, de modo a proteger o patrimônio público de diversos riscos que possam comprometer o armazenamento de dados inerentes à atividade da Ancine, evitando prejuízos das mais diversas origens, como aqueles oriundos de ataques cibernéticos de criptografia (ransomware) e eventuais sinistros, conforme detalhado no item 6 deste Estudo. Portanto, eventual solução de continuidade na prestação do serviço cuja contratação ora se pretende poderia significar relevante prejuízo à consecução das políticas públicas a cargo da Ancine;

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e da Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 9. Levantamento de Mercado

Para a elaboração desse processo, foi considerada a IN nº 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Nesse contexto, prospectou-se, inicialmente, contratações semelhantes no Painel de Preços do Governo e em outros entes da Administração Pública. Na sequência, prospectou-se dados de pesquisas publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos. Por fim, realizou-se pesquisa de mercado com fornecedores;

Ressalta-se que foi observada a IN SGD/SEG/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, em especial as diretrizes do Anexo I da referida Instrução Normativa, que aborda a contratação de licenciamento de software e serviços agregados. Do mesmo modo, foi observada a Lei nº 8.248, de 1991, no que concerne a definição de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação;

Informa-se que a Solução de TIC pretendida não está presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pelo SISP.

## 10. Descrição da solução como um todo

ITEM 1: Software de Backup e Proteção de Dados, sem limitações de licenciamento por volumetria para backup de máquinas virtuais (VMs) e máquinas físicas, em modalidade de subscrição por 12 (doze) meses, para um número mínimo de 6 (seis) processadores físicos (sockets), com todos os eventuais agentes nativos e licenciados, com garantia e suporte técnico ao produto pelo período de 12 (doze) meses;

ITEM 2: Respective Serviços de Instalação, Configuração e Implementação do software de backup e proteção de dados, para aplicações de missão crítica, relativos ao Item 1;

ITEM 3: Software de Backup e Proteção de Dados, para serviços continuados de nuvem de produtividade Microsoft Office 365, sem limitações de volumetria, em modalidade de subscrição por 12 (doze) meses, para um total de 650 (seiscentos e cinquenta) usuários, com garantia e suporte técnico ao produto pelo período de 12 (doze) meses;

ITEM 4: Respective Serviços de Instalação, Configuração e Implementação do software de backup e proteção de dados, para serviços continuados de nuvem de produtividade Microsoft Office 365, para um total de 650 (seiscentos e cinquenta) usuários, relativos ao item 3;

Destaca-se, para os devidos fins, que a presente contratação se trata de uma solução de TIC única, conforme preconiza o inciso I do art. 3º da IN SGD/ME nº 01, de 2019.

## 11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em relação aos quantitativos descritos no objeto, esclarece-se:

ITEM 1: A Ancine possui, atualmente, cerca de 280 (duzentos e oitenta) máquinas virtuais, hospedadas em 3 (três) servidores físicos no ambiente de produção e 8 (oito) servidores físicos no futuro ambiente de contenção de desastres (Disaster Recovery - DR). Apenas os três (três) servidores de produção precisam ser licenciados no novo software de backup, uma vez que os 8 (oito) do DR não estão ativos, são mera proteção em casos de desastres. Não ficam ativos, no dia-a-dia. Como estes 3 servidores de produção tem um total de 6 (seis) processadores físicos, ou sockets, este é o quantitativo adequado para o licenciamento;

ITEM 2: Há necessidade de mero serviço de instalação e configuração do licenciamento a ser contratado no item 1. Como se trata de um serviço por escopo, com início e fim definidos, não se vislumbra possibilidade de definição de quantitativos;

ITEM 3: Há necessidade de contratação de software de backup do Office 365 para 650 (seiscentos e cinquenta) usuários por ser esta a quantidade de usuários ativos (servidores, colaboradores e estagiários) no domínio da Ancine;

ITEM 4: Há necessidade de mero serviço de instalação e configuração do licenciamento a ser contratado no item 3. Como se trata de um serviço por escopo, com início e fim definidos, não se vislumbra possibilidade de definição de quantitativos.

Opta-se, por fim, pela segregação dos itens 1 e 2 dos itens 3 e 4, uma vez que os produtos a serem adquiridos, relacionados ao item 1, têm natureza diversa dos produtos a serem adquiridos e relacionados ao item 3, inexistindo qualquer interdependência tecnológica entre os itens 1 e 3;

No entanto, é fundamental que os itens 2 e 4 sejam licitados à mesma empresa vencedora dos itens 1 e 3, respectivamente, uma vez que os serviços relacionados ao item 2 são os de instalação lógica do item 1, bem como os serviços relacionados ao item 4 são os de instalação lógica do item 3. Os serviços de instalação e configuração dos softwares precisam ser compatíveis e tecnicamente correlatos aos respectivos softwares a serem adquiridos e, por isso, não se observam ganhos financeiros e técnicos na segregação dos itens 1 e 2 e dos itens 3 e 4.

## 12. Estimativa do Valor da Contratação

ITEM	VALOR	ORÇAMENTO
1	R\$ 88.400,00 (oitenta e oito mil e quatrocentos reais)	2022
2	R\$ 48.575,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais)	2022
3	R\$ 99.700,00 (noventa e nove mil e setecentos reais)	2022
4	R\$ 24.620,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte reais)	2022

## 13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Opta-se pela segregação dos itens 1 e 2 dos itens 3 e 4, uma vez que os produtos a serem adquiridos, relacionados ao item 1, têm natureza diversa dos produtos a serem adquiridos e relacionados ao item 3, inexistindo qualquer interdependência tecnológica entre os itens 1 e 3;

No entanto, é fundamental que os itens 2 e 4 sejam licitados à mesma empresa vencedora dos itens 1 e 3, respectivamente, uma vez que os serviços relacionados ao item 2 são os de instalação lógica do item 1, bem como os serviços relacionados ao item 4 são os de instalação lógica do item 3. Os serviços de instalação e configuração dos softwares precisam ser compatíveis e tecnicamente correlatos aos respectivos softwares a serem adquiridos e, por isso, não se observam ganhos financeiros e técnicos na segregação dos itens 1 e 2 e dos itens 3 e 4;

Destaca-se que o serviço de backup das 650 (seiscentos e cinquenta) caixas postais dar-se-á de uma só vez, na mesma oportunidade, logo não se cogita a possibilidade de aquisição das licenças de forma gradual;

Destaca-se, por fim, que é inviável a separação dos softwares dos seus respectivos serviços de suporte, uma vez que os mesmos sempre são fornecidos diretamente pelo fabricantes das soluções, cabendo à CONTRATADA a mera intermediação entre as partes;

Todos os itens serão entregues de uma só vez, inexistindo possibilidade de parcelamento na entrega.

## 14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O processo 01416.012439/2018-01 se refere à aquisição do ambiente atual, feita em 2018 (appliance de backup e software de backup).

## 15. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da presente da contratação está alinhado ao Plano de Transformação Digital da Ancine e o link é o <https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/ptd-plano-de-transformacao-digital-da-ancine-2021-2022>.

O objeto da presente da contratação está alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2022 da ANCINE, como "Implementar a Transformação Digital da ANCINE" e "Aprimorar a governança de dados e segurança da informação". A respectiva necessidade elencada no PDTIC é a de código FAE\_G5 - "Desenho de alta disponibilidade para sistemas críticos" - Link do PDTIC [https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/PDTIC\\_ANCINE\\_2021\\_2022v11.pdf](https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias/outros-documentos/PDTIC_ANCINE_2021_2022v11.pdf).

Destaca-se que a presente contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital (EGD) da Ancine, cujo detalhamento pode ser consultado na seção 6 do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (2021-2022) da Ancine.

A presente contratação não se encontra no Catálogo de Soluções de TIC com condições padronizadas, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

A contratação encontra-se classificada como de alta prioridade no PAC 2022 (2271214), conforme item 150 do documento, sob a descrição "Aquisição de storage (com serviços de instalação e configuração) e licenças de software de backup".

## 16. Duração do Contrato

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, prorrogável na forma do art.57, II, da lei 8.666/93.

## 17. Fiscalização do contrato

Os fiscais técnicos responsáveis pelo contrato serão:

- Fiscal técnico - Bernardo Borges do Nascimento - SIAPE 1047100;
- Fiscal técnico substituto - André Luiz Nery de Sá - SIAPE 1438594.

## 18. Resultados Pretendidos

Como resultados esperados, pode-se citar:

Funcionalidade de imutabilidade temporária de dados, a fim de resguardar os dados de eventuais ataques cibernéticos de criptografia (ransomware);

Replicação de dados de backup entre site principal (datacenter local da Ancine) e futuro ambiente de contenção de desastres (datacenter comercial, em regime de colocation, a ser contratado);

Backups de produção (datacenter local Ancine) e backup replicado (datacenter em regime de colocation, a ser contratado) interconectados apenas durante a replicação de dados, a fim de evitar que eventuais atacantes cibernéticos tenham acesso e contaminem os dados de réplica;

Segregação de redes de produção e de backup, com uso de microssegmentação, de forma que máquinas virtuais não tenham qualquer acesso aos dados de backup;

Backup integral da plataforma de colaboração Microsoft 365 (ou Office 365), como serviços de e-mail, Sharepoint, One Drive, Teams, etc;

Implementação de melhores práticas na configuração dos backups de dados;

Otimização do uso dos recursos computacionais da ANCINE.

Não há necessidade de transferência de tecnologia da CONTRATADA para a CONTRATANTE.

## 19. Providências a serem Adotadas

Não há intervenções físicas necessárias à presente contratação, dado que se trata de uma mera contratação de software e serviços agregados, bem como há recursos de hardware (memória, CPU e disco) abundantes, para a hospedagem desta nova solução de backup, a ser adquirida.



## 20. Possíveis Impactos Ambientais

Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de menor poluição, tais como:

Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

## 21. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

A DISPONIBILIDADE DE SOLUÇÃO SIMILAR EM OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: os softwares (itens 1 e 3) são itens comuns de mercado, de fabricantes líderes em seus segmentos, portanto são amplamente utilizados em repartições públicas e empresas privadas. A solução de backup a ser adquirida é padrão de mercado, não há nenhum componente da solução demasiadamente específico ou incomum - ao contrário, mais e mais órgãos e entidades públicas incrementam as suas soluções de backup, a fim de se protegerem de ataques maliciosos e perdas de dados sensíveis.

AS ALTERNATIVAS DO MERCADO: todos os itens da solução são padrão de mercado e podem ser fornecidos por diversas empresas, inexistindo qualquer possibilidade de dificuldade de competição nos respectivos segmentos de mercado.

A EXISTÊNCIA DE SOFTWARES DISPONÍVEIS CONFORME DESCRITO NA PORTARIA STI/MP Nº 46, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016: os softwares objeto da presente contratação (itens 1 e 3) não possuem equivalentes gratuitos, sequer com finalidade e funcionalidades semelhantes.

AS POLÍTICAS, OS MODELOS E OS PADRÕES DE GOVERNO, A EXEMPLO DOS PADRÕES DE INTEROPERABILIDADE DE GOVERNO ELETRÔNICO - EPING, MODELO DE ACESSIBILIDADE EM GOVERNO ELETRÔNICO - EMAG, PADRÕES WEB EM GOVERNO ELETRÔNICO - EPWG, INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL E MODELO DE REQUISITOS PARA SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS - E-ARQ BRASIL: os bancos de dados gerados pela solução de backup tem formato comum de mercado e poderão ser mantidos pela Ancine, ainda que o software de backup seja descontinuado, futuramente.

AS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA VIABILIZAR A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Não há intervenções físicas necessárias à presente contratação, dado que se trata de uma mera contratação de software e serviços agregados, bem como há recursos de hardware (memória, CPU e disco) abundantes, para a hospedagem desta nova solução de backup, a ser adquirida.

OS DIFERENTES MODELOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: os modelos possíveis para atingimento da necessidade da Ancine já foram amplamente testados e debatidos, conforme detalhado na "Descrição da Necessidade" deste Estudo Técnico Preliminar.

OS DIFERENTES TIPOS DE SOLUÇÕES EM TERMOS DE ESPECIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO OU CARACTERÍSTICAS DOS BENS E SERVIÇOS INTEGRANTES: diferentes tipos de soluções, para atingimento da necessidade da Ancine, já foram amplamente testados, conforme detalhado na "Descrição da Necessidade" deste Estudo Técnico Preliminar.

A POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO NA FORMA DE BENS OU CONTRATAÇÃO COMO SERVIÇO: conforme detalhado na "Descrição da Necessidade" deste Estudo Técnico Preliminar, foram levantadas diversas possibilidades de mercado para o atendimento à necessidade observada pela Ancine, no entanto chegou-se à conclusão de que a contratação de novos softwares é a melhor alternativa técnica a ser adotada.

A AMPLIAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DA SOLUÇÃO IMPLANTADA: conforme minuciosamente detalhado na "Descrição da Necessidade" deste Estudo Técnico Preliminar, foram levantadas diversas possibilidades de mercado para o atendimento à necessidade observada pela Ancine e chegou-se à conclusão de que a contratação de novos softwares de backup, com os respectivos serviços de instalação e configuração de novas funcionalidades, é a melhor alternativa técnica a ser adotada.

## 22. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS

COMPARAÇÃO DE CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TOTAL COST OWNERSHIP - TCO) POR MEIO DA OBTENÇÃO DOS CUSTOS INERENTES AO CICLO DE VIDA DOS BENS E SERVIÇOS DE CADA SOLUÇÃO, A EXEMPLO DOS VALORES DE AQUISIÇÃO DOS ATIVOS, INSUMOS, GARANTIA, MANUTENÇÃO:

ITENS 1 E 3: Não se observam custos adicionais, uma vez que o modelo de contratação do software de backup escolhido, pelos motivos elencados na "Descrição da Necessidade" deste Estudo Técnico Preliminar, é o de subscrição, que funciona como uma assinatura. Ao encerramento do contrato, caso o mesmo não seja renovado, perde-se acesso ao software e às funcionalidades ora contratadas - vale destacar que os itens 1 e 3 não se referem à aquisição de um ativo permanente da Ancine, o que não gera custos de manutenção futuros para a Ancine. Como se trata da mera contratação de subscrições de software de backup e assumindo-se que, uma vez findo o contrato, extingue-se o acesso ao serviço, estima-se que não há custo de propriedade ao final do contrato, sendo necessária uma nova aquisição, com valores semelhantes, para que se dê novamente acesso aos serviços de backup.

MEMÓRIA DE CÁLCULO QUE REFERENCIE OS PREÇOS E OS CUSTOS UTILIZADOS NA ANÁLISE, COM VISTAS A PERMITIR A VERIFICAÇÃO DA ORIGEM DOS DADOS: processos de objetos semelhantes, de softwares contratados por subscrição, como o processo SEI 01416.002706/2021-20.

## 23. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 23.1. Justificativa da Viabilidade

A referida contratação é viável tendo em vista:

- O objeto da contratação ser lícito, possível e determinado;
- A certificação orçamentária (a ser providenciada);
- A pesquisa de mercado;
- Os servidores serem aptos a realizar a licitação e a fiscalização;
- Tratar-se de contratação específica, necessária para propiciar segurança ao ambiente computacional da Ancine.

## 24. Responsáveis

BERNARDO BORGES DO NASCIMENTO  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Item\_150\_\_\_PGC\_2022.pdf (74.9 KB)
- Anexo II - DECISION\_ ANCINE\_VEEAM\_OP13608.pdf (606.06 KB)
- Anexo III - ANCINE2022-01 - PROPOSTA\_TECNICA-COMERCIAL\_ANCINE-BACKUP HYCU DP 1Y - Rev2 - 28JUL2022.pdf (14.93 MB)
- Anexo IV - PROPOSTA\_TECNICA-COMERCIAL\_ANCINE-BACKUP HYCU Protege O365.pdf (14.93 MB)
- Anexo V - Pregao\_IBGE.pdf (1.05 MB)
- Anexo VI - IBGE\_Item\_1.pdf (49.85 KB)
- Anexo VII - Pregao\_Arquivo\_Nacional.pdf (782.28 KB)
- Anexo VIII - Arquivo\_Nacional\_Office365.pdf (53.54 KB)
- Anexo IX - TRF2\_ITEM1\_TB.pdf (2.31 MB)
- Anexo X - Ata\_Confea.pdf (87.08 KB)
- Anexo XI - SSP\_DF\_Item1.pdf (698.96 KB)
- Anexo XII - Pedido\_Unitech.pdf (565.55 KB)
- Anexo XIII - Pedido\_Unitech2.pdf (564.59 KB)
- Anexo XIV - Pedido\_TAMTEC.pdf (564.17 KB)
- Anexo XV - Pedido\_MPE.pdf (563.93 KB)
- Anexo XVI - Pedido\_MPE2.pdf (565.54 KB)
- Anexo XVII - Pedido\_Tracenet.pdf (564.74 KB)
- Anexo XVIII - Pedido\_G3Solutions.pdf (565.94 KB)
- Anexo XIX - Pedido\_CLM.pdf (566.25 KB)
- Anexo XX - Pedido\_Pise4.pdf (565.36 KB)
- Anexo XXI - ANCINE2022-01 - PROPOSTA\_TECNICA-COMERCIAL\_ANCINE-BACKUP HYCU DP 1Y - ScaleUP\_Rev3 - 27SET2022.pdf (14.95 MB)
- Anexo XXII - Proposta-ANCINE-2022-01v3\_tracenet\_27set2022.pdf (90.58 KB)
- Anexo XXIII - Proposta Pise4 2022250-v3 - ANCINE - Projeto de Veeam Backup\_PISE4\_28set2022.pdf (1014.13 KB)
- Anexo XXIV - P.C.E. ANCINE v3.pdf (934.64 KB)
- Anexo XXV - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANCINE - PROJETO SW BACKUP (HYCU) \_V2\_CLM\_27set2022.pdf (1.13 MB)

**Anexo I - Item\_150\_\_\_\_PGC\_2022.pdf**

# Visualizar planejamento do item - Plano Anual de Contratações - 2022

## ITEM

Vincular ao grupo:

GTI

▼

Número do item:

150

Tipo do item: \*

Solução de TIC

▼

Subitem: \*

MATERIAIS DE TIC

▼

Código do item: \*

473535

Descrição: \*

SERVIDOR

Descrição sucinta do objeto: \*

Aquisição de storage (com serviços de instalação e configuração) e licenças de software de backup

Unidade de fornecimento: \*

UNIDADE

Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessidades orçamentárias:

Sim Não

Quantidade a ser contratada ou adquirida: \*

1

Estimativa preliminar do valor (R\$): \*

1.000.000,00

Estimativa preliminar do valor total (R\$): \*

1.000.000,00

Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$): \*

1.000.000,00

Grau de prioridade da contratação ou aquisição: \*

Alta



Data desejada para contratação ou aquisição: \*

31/03/2022

Tem vinculação ou dependência com outro item:

Sim Não

Justificativa para aquisição ou contratação: \*

Esta contratação faz parte do projeto pra replicação de backup entre produção e novo ambiente de contenção de desastres, a ser contratado.

Além disso, o licenciamento do software do serviço de backup será alterado, porque o modelo de licenciamento da Veeam mudou – era por processadores físicos e agora será por quantidade de VM's

## INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Responsável: \*

GTI/CIS

bernardo.nascimento@ancine.gc

(21) 30376-420

Informações Orçamentárias: \*

Informações Orçamentár

Grupo de Despesa:

Custeio

Investimento

?

Renovação de contrato:

Sim Não

Participação de recursos externos.

Sim Não

Voltar

([https://dti.pgc-anterior.planejamento.gov.br/itens/index?](https://dti.pgc-anterior.planejamento.gov.br/itens/index?ano_plano_date_picker=2022&callbackLength=25&callbackStart=1&filtro_unidade_responsavel=GTI%2FCIS&flag_grupo=GERAL&flag_grupo=GERAL)

[ano\\_plano\\_date\\_picker=2022&callbackLength=25&callbackStart=1&filtro\\_unidade\\_responsavel=GTI%2FCIS&flag\\_grupo=GERAL&flag\\_grupo=GERAL](https://dti.pgc-anterior.planejamento.gov.br/itens/index?ano_plano_date_picker=2022&callbackLength=25&callbackStart=1&filtro_unidade_responsavel=GTI%2FCIS&flag_grupo=GERAL&flag_grupo=GERAL)

Visualizar dados importados SIASG

(<http://www.acessoainformacao.gov.br/>)

(<http://www.brasil.gov.br/>)

**Anexo II - DECISION\_ ANCINE\_VEEAM\_OP13608.pdf**



# PROPOSTA COMERCIAL E TÉCNICA

**ANCINE**

Solução VEEAM

Rio de Janeiro, 29 de Abril de 2022.

**À ANCINE,**

Prezados,

É com satisfação que apresentamos nossa Proposta Técnica para a ANCINE, endereçando Solução Veeam.

Estamos à sua disposição para discutir em maiores detalhes as necessidades da ANCINE, para que, dessa forma, possamos desenvolver uma grande parceria nesta oportunidade.

O nosso time está disponível para auxiliá-los com quaisquer informações ou esclarecimentos que julgarem necessários.

Atenciosamente,



Rebecca Cristina M. Reis  
Gerente de Contas  
CPF 121859177-30

---

Rebecca Reis  
Gerente de Contas  
**DECISION**  
Phone : (21) 9 97234.1615  
E-mail: comercial@decision-tec.com.br

---

## **Declaração de Propriedade e Termo de Confidencialidade entre as partes**

A informação contida nesta proposta, preparada especialmente para a ANCINE, é confidencial e pertence à mesma e a DECISION. A DECISION apresenta este documento entendendo que o mesmo será mantido sob rigoroso sigilo pela ANCINE, que somente o usará para a aANCINEção dos produtos e serviços nele propostos.

A ANCINE e a DECISION não divulgarão o assunto deste documento e o material aqui descrito, incluindo os conceitos organizacionais, e não o duplicarão, nem o utilizarão para outras finalidades sem o consentimento formal entre as partes.

Esse termo de confidencialidade é valido pelo período de 10 (dez) anos.

## Índice

<b>1. Sobre a DECISION.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Objetivo do Projeto .....</b>	<b>7</b>
<b>3. Solução Proposta .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.1 Descrição da solução proposta:.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4. Condições Comerciais .....</b>	<b>8</b>
4.1. Prazo de Pagamento .....	8
4.2. Dados da Empresa para Faturamento .....	9
4.3. Impostos .....	9
4.4. Local de Prestação de Serviços.....	9
4.5. Frete.....	9
4.6. Prazo de Entrega .....	9
4.7. Validade da Proposta .....	9
4.8. Demais Termos e Condições Comerciais .....	9

## 1. Sobre a DECISION

Fundada nos anos 90, a DECISION é uma integradora nacional, especializada no fornecimento de soluções de infraestrutura de TI, conciliando Servidores, Desktops, Storage, Backup, Virtualização, Conectividade de Rede, além de serviços técnicos de Manutenção e Monitoramento.

Com uma estrutura organizacional diferenciada, a DECISION possui uma equipe tecnicamente formada e certificada por fabricantes, e desenvolve com eles especialistas para atender, com qualidade e segurança, as necessidades dos seus clientes. A empresa possui matriz em Brasília e filiais em São Paulo e Bahia.

Aliada a líderes mundiais em soluções de TI, como Dell EMC, VMware, Quantum e Commvault, e com uma estrutura tecnicamente capacitada, a DECISION busca consolidar-se como a melhor integradora de soluções de TI para ambientes multiplataforma, priorizando a qualidade, agilidade e sustentabilidade na oferta de produtos e serviços prestados, e tem como MISSÃO fornecer soluções tecnológicas com qualidade, ética, transparência e valor, cultivando relacionamentos duradouros com os colaboradores, parceiros e fornecedores.



1.1. Alguns dos clientes DECISION:



---

## 2. Objetivo do Projeto

O ANCINE esta buscando propostas para fornecimento de Solução Veeam para seu ambiente.

## Condições Comerciais

### Planilha de Preços

Item 1. Renovação + Migração de Licenciamento

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	Valor Total(R\$)
1	24	Renovação de Licenciamento VEEAM - Com migração de licenciamento. (Subscrição 12 meses - Production 24x7)	R\$ 267.395,38

Item 2. Veeam Backup for Microsoft 365

ITEM	QTDE (Usuário)	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	Valor Unitário (R\$)	Valor Total(R\$)
1	650	V-VBO365-0U-SU3YP-00 - Veeam Backup for Microsoft 365. 3 Years Subscription Upfront Billing & Production (24/7) Support.	R\$ 435,64	R\$ 283.163,49

### 2.1. Prazo de Pagamento

- O pagamento acontecerá até 30 (trinta) dias após o recebimento do aceite e aprovação pela contratante das correspondentes faturas.
- Pagamento de acordo com entregáveis e aceite formal da ANCINE sobre os serviços;

ETAPA	PARCELA
Recebimento dos equipamentos e licenças	100% do valor de hardware, software e suporte, após a entrega e conferência

- Forma de Pagamento: Crédito em conta corrente.

RAZAO SOCIAL	CNPJ	BCO / COD BCO	Ag / Código	Conta Corrente
DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	03.535.902/0005-44	Banco do Brasil (001)	1769-8	9437-4



## 2.2. Dados da Empresa para Faturamento

Razão Social: Decision Serviços De Tecnologia da Informação Ltda

Endereço: R.Gildasio Amado, 55, sala 1604 – Barra da Tijuca - CEP: 22.631-020 – Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 03.535.902/0005-44

Inscrição Estadual: 11.233.279 / Inscrição Municipal: 1.129.655-6

E-mail: [comercial@decision-tec.com.br](mailto:comercial@decision-tec.com.br)

## 2.3. Impostos

Nos preços apresentados estão inclusos todos os impostos incidentes, alíquotas estabelecidas pelas legislações Federais, Estaduais e Municipais.

## 2.4. Local de Prestação de Serviços

- Os serviços serão prestados no endereço:
- **Sede da ANCINE**
- Horário de realização dos serviços: os serviços serão prestados preferencialmente em horário comercial. Contudo, caso haja necessidade de indisponibilidade de servidor, obrigatoriamente deverá a atividade ser executada fora do horário comercial, de preferência em final de semana, segundo deliberação da contratante, sem incorrer em custos adicionais.

## 2.5. Frete

Frete e a descarga estão inclusos.

## 2.6. Prazo de Entrega

O prazo de entrega para a solução é de até 60 (sessenta) dias.

## 2.7. Validade da Proposta

Essa proposta tem validade de 20 (vinte) dias.

## 2.8. Demais Termos e Condições Comerciais

A proposta da DECISION aqui apresentada esta sujeita aos Termos e Condições descritos .

**Anexo III - ANCINE2022-01 - PROPOSTA\_TECNICA-  
COMERCIAL\_ANCINE-BACKUP HYCU DP 1Y - Rev2 -  
28JUL2022.pdf**



# PRO POSTA

PROPOSTA

TÉCNICA COMERCIAL



SCALE  
up



CLIENTE : ANCINE  
CONTATO: Bernardo Nascimento  
DATA: 28/07/2022



**SOLUÇÃO DE BACKUP HYCU  
PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL**

---

**EQUIPE SCALEUP**

COMERCIAL : Rodrigo Monteiro  
E-MAIL : [rodrigo@scaleupit.com.br](mailto:rodrigo@scaleupit.com.br)  
CELULAR : 21 98124 1557

CONSULTOR : Leandro Paes  
E-MAIL : [leandro@scaleupit.com.br](mailto:leandro@scaleupit.com.br)  
CELULAR : 22 98112 4695

**VISÃO:**

Estar entre melhores empresas de TI do mercado brasileiro, ser reconhecida como a melhor opção por colaboradores e clientes, e ser referência de excelência em produtos e serviços.

**MISSÃO:**

Apoiar com excelência os desafios de nossos clientes a partir do desenvolvimento de ofertas de soluções sob medida que contribuam no atingimento de seus objetivos, sempre pautado na melhoria da qualidade de vida das pessoas, gerando riqueza e felicidade de forma sustentável.

## Sumário

Introdução	4
Resumo Executivo	7
Restrições de uso e divulgação	7
Preço dos Cenários Propostos, Serviços e Opcionais:	8
Condições Comerciais	9
Informações de Faturamento	10



## **Introdução**

### **Sobre a Scaleup?**

#### **INTEGRADORA DE SOLUÇÕES EM TI**

Somos uma empresa especializada em projetos de infraestrutura de TI, formada por profissionais com grande experiência em projetos.

Nossas parcerias são líderes no mercado de tecnologia, ofertando soluções e serviços com excelência. Temos como premissa apoiar os desafios de nossos clientes a partir do desenvolvimento de ofertas adequadas as suas necessidades, contribuindo no atingimento de seus objetivos, sempre pautados na ética, no respeito e na qualidade de vida das pessoas, gerando impacto positivo de forma sustentável.

Trabalhamos com soluções personalizadas de acordo com a demanda do negócio, permitindo um maior direcionamento dos gastos e um desenvolvimento operacional mais eficiente, tornando as rotinas mais dinâmicas e produtivas.

Ao incluir novas soluções de TI voltadas ao planejamento estratégico, as empresas fornecem aos executivos de todas as áreas uma visão de seus recursos tecnológicos.

Assim, a área de TI passa a contribuir diretamente nos resultados, da empresa, interligados às metas gerais da corporação, proporcionando resultados positivos para todos os envolvidos.

Quando as ações de TI são personalizadas, os esforços de integração fazem com que os processos sejam otimizados. Assim, há uma significativa melhoria na produtividade das equipes, com flexibilizações que resultam em ajustes para atender às demandas de negócio.

## Principais Parcerias





## Alguns de nossos Clientes





**Resumo Executivo**

Esta proposta visa o fornecimento de solução de Backup Hycu DP for Enterprise Cloud, conforme solicitada para atender a demanda do projeto de backup da ANCINE.

**Restrições de uso e divulgação**

As informações que são apresentadas nesta proposta constituem informações confidenciais da Scaleup. Não devem ser divulgadas, sem nossa prévia anuência, para quaisquer outras finalidades que não sejam a de avaliar nossa proposição.

**Preço dos Cenários Propostos, Serviços e Opcionais:****SOLUÇÃO DE BACKUP HYCU****Software**

Descrição resumida	QTDE	Valor Total (R\$)
Subscr HYCU DP for Ent Cloud Subscription - 1 year - 1 Socket (Subscription - 1 year - 1 Socket)	6	<b>R\$ 88.400,00</b>

**Serviço**

Descrição resumida	QTDE	Valor Total (R\$)
Serviço de implementação, treinamento Hands-on e acompanhamento remoto pelo período de 5 dias pós implementação.	1	<b>R\$ 48.575,00</b>



## Condições Comerciais

Nossa proposta comercial contempla o faturamento e fornecimento de todo o escopo solicitado diretamente pelos distribuidores oficiais, conforme informações de faturamento desta proposta.

O faturamento se dará parcialmente, à medida que os itens forem liberados pelos fabricantes/fornecedores.

- **Prazos de Validade**

- Esta proposta tem validade de **30 (trinta)** dias corridos a partir da data de sua emissão.

- **Prazos de Entrega**

- Em até **30 (trinta)** dias.

- **Prazos de Pagamento**

- O prazo para o pagamento será de **30 (trinta)** dias do faturamento.

- **Proposta sujeita à aprovação de crédito.**

**Informações de Faturamento**

- Razão Social: Scaleup Consultoria, Representação Comercial e Comércio Atacadista Ltda
- CNPJ: 27.646.088/0001-70
- Endereço: Estrada dos três Rios, 1200 – Sala 442 – Freguesia/Jacarepaguá – RJ/RJ
- Quaisquer outros impostos que venham a serem criados ou majorados pelos fiscos municipais, estaduais e/ou federais, e que não estejam contemplados nesta proposta, serão repassados ao Comprador e será de sua exclusiva responsabilidade o pagamento da diferença, conforme determina a Cláusula 11 do referido contrato.

**Anexo IV - PROPOSTA\_TECNICA-  
COMERCIAL\_ANCINE-BACKUP HYCU Protege O365.  
pdf**



# PRO POSTA

PROPOSTA

TÉCNICA COMERCIAL



SCALE  
up



CLIENTE : ANCINE  
CONTATO: Bernardo Nascimento  
DATA: 30/05/2022



**SOLUÇÃO DE BACKUP HYCU  
PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL**

---

**EQUIPE SCALEUP**

COMERCIAL : Rodrigo Monteiro  
E-MAIL : [rodrigo@scaleupit.com.br](mailto:rodrigo@scaleupit.com.br)  
CELULAR : 21 98124 1557

CONSULTOR : Leandro Paes  
E-MAIL : [leandro@scaleupit.com.br](mailto:leandro@scaleupit.com.br)  
CELULAR : 22 98112 4695

**VISÃO:**

Estar entre melhores empresas de TI do mercado brasileiro, ser reconhecida como a melhor opção por colaboradores e clientes, e ser referência de excelência em produtos e serviços.

**MISSÃO:**

Apoiar com excelência os desafios de nossos clientes a partir do desenvolvimento de ofertas de soluções sob medida que contribuam no atingimento de seus objetivos, sempre pautado na melhoria da qualidade de vida das pessoas, gerando riqueza e felicidade de forma sustentável.

## Sumário

Introdução	4
Resumo Executivo	7
Restrições de uso e divulgação	7
Preço dos Cenários Propostos, Serviços e Opcionais:	8
Condições Comerciais	9
Informações de Faturamento	10





## **Introdução**

### **Sobre a Scaleup?**

#### **INTEGRADORA DE SOLUÇÕES EM TI**

Somos uma empresa especializada em projetos de infraestrutura de TI, formada por profissionais com grande experiência em projetos.

Nossas parcerias são líderes no mercado de tecnologia, ofertando soluções e serviços com excelência. Temos como premissa apoiar os desafios de nossos clientes a partir do desenvolvimento de ofertas adequadas as suas necessidades, contribuindo no atingimento de seus objetivos, sempre pautados na ética, no respeito e na qualidade de vida das pessoas, gerando impacto positivo de forma sustentável.

Trabalhamos com soluções personalizadas de acordo com a demanda do negócio, permitindo um maior direcionamento dos gastos e um desenvolvimento operacional mais eficiente, tornando as rotinas mais dinâmicas e produtivas.

Ao incluir novas soluções de TI voltadas ao planejamento estratégico, as empresas fornecem aos executivos de todas as áreas uma visão de seus recursos tecnológicos.

Assim, a área de TI passa a contribuir diretamente nos resultados, da empresa, interligados às metas gerais da corporação, proporcionando resultados positivos para todos os envolvidos.

Quando as ações de TI são personalizadas, os esforços de integração fazem com que os processos sejam otimizados. Assim, há uma significativa melhoria na produtividade das equipes, com flexibilizações que resultam em ajustes para atender às demandas de negócio.

## Principais Parcerias



## Alguns de nossos Clientes



**Resumo Executivo**

Esta proposta visa o fornecimento de solução de Backup Hycu Protégé Office 365 Backup, conforme solicitada para atender a demanda do projeto de backup da ANCINE.

**Restrições de uso e divulgação**

As informações que são apresentadas nesta proposta constituem informações confidenciais da Scaleup. Não devem ser divulgadas, sem nossa prévia anuência, para quaisquer outras finalidades que não sejam a de avaliar nossa proposição.

**Preço dos Cenários Propostos, Serviços e Opcionais:****SOLUÇÃO DE BACKUP HYCU PROTÉGÉ for O365**

Descrição resumida	Qtd	Valor Total (R\$)
Subscr HYCU Protégé O365 Bck+Ar Subscription - 1 year – 1 mailbox	650	R\$ 320.000,00
Subscr HYCU Protégé O365 Bck+Ar Subscription - 3 years 1 mailbox	650	R\$ 910.000,00

**SERVIÇOS INCLUSOS**

**Serviço de implementação, treinamento Hands-on e acompanhamento remoto pelo período de 5 dias pós implementação.**



## Condições Comerciais

Nossa proposta comercial contempla o faturamento e fornecimento de todo o escopo solicitado diretamente pelos distribuidores oficiais, conforme informações de faturamento desta proposta.

O faturamento se dará parcialmente, à medida que os itens forem liberados pelos fabricantes/fornecedores.

- **Prazos de Validade**

- Esta proposta tem validade de **30 (trinta)** dias corridos a partir da data de sua emissão.

- **Prazos de Entrega**

- Em até **30 (trinta)** dias.

- **Prazos de Pagamento**

- O prazo para o pagamento será de **30 (trinta)** dias do faturamento.

- **Proposta sujeita à aprovação de crédito.**



**Informações de Faturamento**

- Razão Social: Scaleup Consultoria, Representação Comercial e Comércio Atacadista Ltda
- CNPJ: 27.646.088/0001-70
- Endereço: Estrada dos três Rios, 1200 – Sala 442 – Freguesia/Jacarepaguá – RJ/RJ
- Quaisquer outros impostos que venham a serem criados ou majorados pelos fiscos municipais, estaduais e/ou federais, e que não estejam contemplados nesta proposta, serão repassados ao Comprador e será de sua exclusiva responsabilidade o pagamento da diferença, conforme determina a Cláusula 11 do referido contrato.

**Anexo V - Pregao\_IBGE.pdf**



**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021**

(Processo Administrativo nº 0000006.00000172/2020-37)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**, por meio de sua Gerência de Materiais e Serviços, subordinada à Coordenação de Recursos Materiais – Diretoria Executiva, sediada à Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço do item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010, da Lei 8.248, de 22 de outubro de 1991, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019 e da IN/SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 28/09/2021

Horário: 10:00 h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**O Aviso de Edital da UASG nº 114601, bem como o Edital e os artefatos que o acompanham DOD, ETP, TR, Mapa de Risco, estão disponibilizados na página do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), em “Acesso à Informação”, no link “Licitações e Contratos”, na opção “Editais”.**

**1 DO OBJETO**

- 1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de licenças perpétuas de software de backup Commvault, com licenciamento por processador, por 12 meses com garantia de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 Licitação será realizada em único item.
- 1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4 Em caso de eventual discordância existente entre as especificações descritas no sistema CATSER do Comprasnet e as especificações constantes nos anexos deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **2 DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3 DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

- 4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
-

- 4.3.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.3.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 4.3.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
  - 4.4 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
    - 4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
      - 4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
      - 4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
    - 4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
    - 4.4.3 que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
    - 4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
    - 4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
    - 4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
    - 4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
    - 4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
    - 4.4.9 que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.
      - 4.4.9.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.
  - 4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
-

## **5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.
- 5.2 O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.
- 5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6 PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
    - 6.1.1 Valor unitário e total do item;
    - 6.1.2 Marca;
    - 6.1.3 Fabricante;
    - 6.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, procedência e prazo de garantia.**
  - 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
-

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.4 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

## **7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

---

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1. Não havendo, pelo menos, três ofertas nas condições definidas neste item poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1. Não havendo lance final fechado e classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até no máximo de três,

na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observando-se, após, o item anterior.

- 7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender as exigências de habilitação.
  - 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  - 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
  - 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  - 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempos superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
  - 7.17. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
  - 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
  - 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
  - 7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - 7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  - 7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
  - 7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
  - 7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  - 7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
-



- 7.25.1.1. prestados por empresas brasileiras;
- 7.25.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das prevista deste Edital..
  - 7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.29. Será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
  - 7.29.1. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

## **8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
  - 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Proposta Comercial, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
  - 8.3. A Proposta Comercial deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
-



- 8.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados Proposta Comercial não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, que:
- 8.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
  - 8.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
  - 8.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
  - 8.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da Proposta Comercial, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.9.1 Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.10 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
-

- 8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se a Proposta Comercial readequadas com o valor final ofertado.
- 8.11 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida. 8.12. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Proposta Comercial com aqueles praticados no mercado;
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9 DA HABILITAÇÃO**

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
-

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

---

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto do item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação.

#### **9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

---

- 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### 9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

- 9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.10.4. As empresas, , que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)**

- 9.10.5. do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 9.11. Qualificação Técnica:

---

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1. Deverá haver a comprovação de aptidão para a prestação do serviço em características (fornecimento de licenças de software Commvault), quantidades (10% da soma das licenças, não importando o tipo de licença) e prazos compatíveis com o objeto desta licitação (mínimo de 12 meses).

9.11.1.1.2. O(s) Atestado (s) deverá (ão) conter as seguintes informações: o nome empresarial, o CNPJ e o telefone da empresa ou do Órgão público que o emitiu, bem como o nome e qualificação do signatário e data de aquisição.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

---

- 9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. Declarado o vencedor, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
-



11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta: 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

---



#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.

#### **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

#### **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de seu recebimento.
- 16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
-

- 16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses com garantia de 36 (trinta e seis) meses.
- 16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.
- 17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL** 17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
- 18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
- 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
- 20. DO PAGAMENTO**
- 20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 20.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.
-

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3. apresentar documentação falsa;
- 21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6. não mantiver a proposta;
- 21.1.7. cometer fraude fiscal;
- 21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. 21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

---

responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
  - 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@ibge.gov.br](mailto:licitacoes@ibge.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Avenida Franklin Roosevelt, 166 – sala 706 – Centro – RJ –, CEP 20021-120 – Gerência de Licitações.
-

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital. 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

---

- 24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), Av. Franklin Roosevelt, 166 – Castelo RJ, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
  - 24.12.2. ANEXO I – A - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
  - 24.12.3. ANEXO I – B - TERMO DE COMPROMISSO
  - 24.12.4. ANEXO I – C - TERMO DE CIÊNCIA
  - 24.12.5. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.
  - 24.12.6. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
  - 24.12.7. ANEXO IV – Modelo da Proposta Comercial

Rio de Janeiro , 15 de setembro de 2021

Claudia Goulart de Siqueira

---

## Anexo I do Edital

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO)**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2021**

**Processo Administrativo nº 0000006.00000172/2020-37**

**(DI-COINF-2020-038)**

### **Registro de preços para aquisição de licenças para uso de software de backup Commvault**

COINF/DI/IBGE

**TERMO DE REFERÊNCIA****Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019****1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Registro de preços para aquisição de licenças perpétuas de software de backup Commvault, com licenciamento por processador, por 12 meses com garantia de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

**2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

- 2.1 A descrição da solução como um todo abrange o licenciamento de direitos de uso de software para servidor com garantia, suporte e direito de atualização de versões por 36 meses.

**2.2 Bens e serviços que compõem a solução**

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/ CATSER	Quantidade	Unidade
1	Licença perpétua para uso de software de backup (Commvault) com licenciamento por processador, por 12 meses	27464	90	Un.

**3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO****3.1 Contextualização e Justificativa da Contratação**

- 3.1.1 As licenças adquiridas irão complementar àquelas em produção na infraestrutura de proteção de dados institucionais. Atualmente o IBGE possui o software CommVault em produção, com licenciamento por processador, ou seja, não importa a quantidade de dados armazenados, o licenciamento é contabilizado pela quantidade de processadores, logo, de servidores protegidos. Optou-se por essa estratégia dado que o IBGE é uma instituição com uma robusta infraestrutura de virtualização, onde, neste modelo, busca-se ter uma maior previsibilidade de crescimento do licenciamento.
- 3.1.2 Neste sentido, este processo busca atualizar o quantitativo de licenciamento, uma vez que com o aumento de servidores, adquiridos para operação censitária, se faz necessária a atualização no número de licenças do atual produto em produção.



3.1.3 Sua aquisição é de extrema importância, em função da necessidade de salvaguarda dos dados institucionais. Ressaltamos que o software em questão tem capacidade de armazenamento para a realidade atual, onde se faz necessário tratar com redundâncias de cópias entre sites, peça fundamental para a segurança e disponibilidade das informações interna e externamente ao IBGE.

3.1.4 A justificativa para o quantitativo de serviço demandado encontra-se no item “3.3 – Estimativa da Demanda”.

### 3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
P18	Assegurar que os projetos institucionais tenham simetria e nivelamento tecnológico quanto aos equipamentos e aos sistemas, padronizando a infraestrutura e os sistemas de TICs em uso. Inclui a expansão da infraestrutura de comunicações para integrar todas as unidades organizacionais, inclusive a rede de agências.
P5	Implementar novas estratégias de aquisição de dados por meio do uso de novas fontes de dados, tais como big data e a incorporação dos dados geoespaciais às estatísticas, pela melhoria em processos de trabalho atuais, que utilizem fontes mais tradicionais e pela adoção de novas ferramentas e inovações em processos produtivos. Isso envolve a realização de estudos metodológicos, utilização de tecnologias digitais e de geoprocessamento para captura e tratamento de informações estatísticas e geocientíficas, bem como a negociação e parceria com outras organizações e provedores de dados para acesso regular a novas fontes

ALINHAMENTO AO PDTI			
ID	Ação do PDTI	ID	Meta do PDTI associada
P11	Garantia da segurança em TIC.	M1	Início do Planejamento do Censo Demográfico 2021: prevê o uso intensivo das tecnologias no IBGE.
P12	Garantia da melhoria contínua da infraestrutura de TI.		
P13	Melhoria da eficiência dos processos de TI.		

ALINHAMENTO AO PAC 2021	
Item	Descrição
558	Licenciamento perpétuo Commvault

### 3.3. Estimativa da demanda

- 3.3.1 O IBGE está solicitando 90 licenças para poder entrar em conformidade com o recomendado pelas boas práticas. Cada servidor consome duas licenças, pois o licenciamento é feito por processador (socket) e é recomendada uma margem de 20% de licenças para o parque de servidores. Estão em fase de instalação 42 servidores novos, sendo que 12 já estão ativos. Atualmente, o IBGE possui margem para apenas 15 servidores (30 sockets). Assim sendo, as 90 licenças irão atender aos novos equipamentos e a folga de 20%.
- 3.3.2 Considerando que, em agosto de 2020, a utilização da licença do software de backup atingiu um pico correspondente a 244 sockets no ambiente de virtualização; considerando que a licença atualmente em vigor corresponde a 274 sockets e que, no máximo, 15 novos servidores poderiam ser utilizar a folga existente (a cada servidor de virtualização adicionado corresponde, usualmente, 2 sockets); considerando que – para evitar perda de continuidade quando houver um crescimento inesperado da demanda – é uma prática recomendada licenciar até 20% (vinte por cento) adicionais, chegamos à quantidade recomendada de sockets licenciados para o IBGE:

$$(244 + 60) * 1.2 = \mathbf{364}$$

- 3.3.3 Assim, é necessário adquirir 90 licenças adicionais: (quantitativo recomendado menos quantitativo contratado) =  $(364 - 274) = 90$

### 3.4. Parcelamento da Solução de TIC

- 3.4.1 Não será assegurada cota para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme artigo 8 do Decreto 8.538/2015, pois conforme inciso II do artigo 10, a natureza do bem é incompatível com a aplicação dos benefícios.

### 3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.5.1 Manutenção da continuidade dos serviços de backup com garantia de integridade das informações;
- 3.5.2 Atender aos requisitos de níveis de serviço e prioridades definidos.

## 4– ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 Requisitos de Negócio

- 4.1.1 A necessidade desta contratação é o licenciamento de softwares para apoio das operações do Censo Demográfico.

- 4.1.2 Prevenir contra perdas de informações importantes (Backup, recuperação e arquivamento de dados)
- 4.1.3 Proteger, gerenciar e transformar seus dados em informação.
- 4.1.4 O IBGE solicita o registro de preços visando adquirir o objeto no momento da necessidade de uso, ao longo dos exercícios 2020/2021, suprimindo as necessidades contínuas do IBGE.
- 4.1.5 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador: **o IBGE não irá autorizar a participação de outros Órgãos na presente licitação, dispensando a fase de Intenção de Registro de Preços**, devido a necessidade da célere conclusão do processo licitatório e a importância e alta complexidade do Censo Demográfico 2021.
- 4.1.6 O IBGE irá consumir os itens registrados na ARP de acordo com a necessidade do órgão e conforme previsto no PDTI.
- 4.1.7 **O IBGE não irá admitir adesão à Ata de Registro de Preços durante sua vigência.**

## **4.2 Requisitos Legais**

- 4.2.1 Aplicação do Decreto nº7.174, de 12 de maio de 2010, que “Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União”.
- 4.2.2 A solução deve estar inserida no contexto do PDTI do IBGE.
- 4.2.3 Estar de acordo com as Normas Complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) números 2, 3, 4, 6, 7 e 9.
- 4.2.4 Estar de acordo com a Lei 8.666 e com as Instruções Normativas nº 01, 05 e 04 atualizadas da Secretaria de Gestão (SEGES) e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), respectivamente, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 4.2.5 Em atendimento ao disposto no artigo 3º, inciso III do Decreto Federal 7.174 de 12 de maio de 2010, se o produto ofertado for importado, no momento da entrega do objeto, deverá ser comprovada a origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a ele referente, sob pena de rescisão contratual e multa.

#### **4.3 Requisitos de Manutenção**

- 4.3.1 Os serviços de atualização e suporte deverão obedecer aos Níveis Mínimos de Serviço definidos no Termo de Referência.
- 4.3.2 Os atendimentos deverão ser prestados pela CONTRATADA por técnico devidamente capacitado e qualificado para executar as atividades.
- 4.3.3 Os serviços deverão ser executados sem impacto na utilização do ambiente de TI do IBGE.

#### **4.4 Requisitos de Segurança**

- 4.4.1 A CONTRATADA responderá por qualquer demanda em relação aos direitos patrimoniais dos seus empregados, não havendo qualquer responsabilidade da contratante e, no caso eventual de imputação de responsabilidade ao IBGE, na via judicial, a CONTRATADA arcará com o pagamento dos valores.

#### **4.5 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais (critérios e práticas de sustentabilidade)**

- 4.5.1 É recomendado que a empresa contratada siga e pratique as diretrizes sobre Responsabilidade Social apresentadas na ABNT-ISO 26000. A CONTRATADA deve adotar posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar de seus públicos interno e externo, de forma a atestar sua boa prática empresarial.

#### **4.6 Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

- 4.6.1 A especificação técnica da Solução está no Anexo I-A deste Termo de Referência.

#### **4.7 Requisitos de Implantação**

- 4.7.1 A instalação pelas equipes técnicas da contratada.
- 4.7.2 Caberá a CONTRATADA fornecer as licenças e dar o suporte técnico necessário para que a equipe técnica da CONTRATANTE faça a ativação e homologue o uso das licenças

#### **4.8 Requisitos de Segurança da Informação**

- 4.8.1 A Contratada deve tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações no IBGE 2017-2018 (POSIC) de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição. A POSIC é um documento público que pode ser consultado em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).
- 4.8.2 Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente no IBGE, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as

consequências previstas neste Termo de Referência, Edital e no Contrato.

## **5 – RESPONSABILIDADES**

### **5.1 Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

- 5.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 5.1.3 Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.5 Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.6 Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.8 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.9 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.1.10 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.1.11 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 5.1.12 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - c) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens
- 5.1.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.1.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.1.15 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 5.1.16 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 5.1.17 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

## **5.2 Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

- 5.2.1 Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 5.2.5 Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.6 Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da

solução de TIC durante a execução do contrato;

- 5.2.7 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.2.8 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.2.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.2.10 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.2.11 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.2.12 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 5.2.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 5.2.14 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.2.15 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos

relativos à execução do empreendimento;

- 5.2.16 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.2.17 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 5.2.18 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 5.2.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.2.20 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 5.2.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.22 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.23 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 5.2.24 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.2.25 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.2.26 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 5.2.27 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com



a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

### **5.3 Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços**

- 5.3.1 Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3 Definir mecanismos de comunicação, contendo:
  - 5.3.3.1 as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
  - 5.3.3.2 definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador (IBGE), com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.4 Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
  - 5.3.4.1 a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
  - 5.3.4.2 as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e
  - 5.3.4.3 as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.
  - 5.3.4.4 O IBGE não irá admitir adesão à Ata de Registro de Preços durante sua vigência.

## **6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Rotinas de Execução**

- 6.1.1 **Local de prestação dos serviços**: Os serviços serão executados na Diretoria de Informática, no endereço de Av. República do Chile, 500/14º andar – Rio de Janeiro/RJ.
- 6.1.2 **Frequência e periodicidade**: Os serviços de garantia, atualização e suporte serão realizados de forma remota, durante toda a vigência da prestação dos serviços, sempre que solicitados.
- 6.1.3 **Horário de prestação dos serviços de atualização e suporte**: O horário para execução dos serviços é o horário comercial de 08:00 às 18:00 h, de segunda à sexta-feira (dias úteis).

6.1.4 A execução dos serviços será na forma que segue:

Id.	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO	LOCAL
1	Disponibilização das licenças para download	Contratada	Em até 10 dias após a assinatura do contrato.	Website
2	Instalação	Contratada	Em até 10 dias após a assinatura do contrato.	Diretoria de Informática
3	Termo de Aceite da Solução	IBGE	Em até 10 dias após as instalações	Diretoria de Informática
4	Atualização e suporte	Contratada	A partir da emissão do Termo de Aceite da solução e durante a vigência da garantia	Diretoria de Informática

## 6.2. Mecanismos formais de comunicação

6.2.1 A comunicação entre as partes poderá ser feita por correio eletrônico, registro em sistema de Central de Chamados ou Ofício.

## 6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.3.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.3.2 O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I-B e I-C.

## 7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 7.1. Critérios de Aceitação

7.1.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo das licenças, nos termos abaixo.

7.1.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual e disponibilizar as licenças para download;

- 7.1.3 A instalação e configuração das licenças deverá ser realizada por profissional da contratante (IBGE), com suporte técnico/sustentação das equipes técnicas da contratada.
- 7.1.4 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 7.1.4.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 7.1.5 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.1.6 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.1.7 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 7.1.7.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.1.7.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.1.7.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 7.1.8 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.1.8.1.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.8.1.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.8.1.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.1.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.1.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção**

7.2.1 Não se aplica para esta contratação.

## **7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

7.3.1 O período de cobertura do serviço de garantia, atualização de versões e suporte será de 36 meses com início logo após a assinatura do Termo de Aceite Definitivo (TAD);

7.3.2 A contratada deverá providenciar junto ao Fabricante o Serviço técnico especializado do Fabricante dos produtos de software que garanta, quando demandado em atividades e projetos do IBGE, durante toda a vigência do contrato, acesso à base de conhecimento interna de melhores práticas em projetos realizados, acesso ao código fonte, engenheiros/arquitetos de soluções e laboratórios de testes dos produtos e aplicações.

7.3.3 O serviço de atendimento da atualização tecnológica e suporte do fabricante deverá ser disponibilizado, através da contratada, de segunda a sexta-feira, das 08 horas às 18 horas.

7.3.4 A fabricante, através da contratada, deverá disponibilizar uma central Help Desk para abertura dos chamados de sustentação.

7.3.5 A contratada deverá providenciar junto ao Fabricante a disponibilização de credenciais (login/senha) para acesso ao portal de HELP-DESK para pronto atendimento dos chamados técnicos, na assinatura do contrato.

7.3.6 Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de sustentação deve ser executada somente mediante prévia autorização da CONTRATANTE, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela fabricante.

7.3.7 No final do atendimento e resolução da ocorrência, o técnico da fabricante, através da Contratada, realizará, em conjunto com a CONTRATANTE, testes para verificação dos resultados obtidos, certificando-se do restabelecimento à normalidade e/ou resolução do problema.

7.3.8 Em seguida são apresentados os indicadores de nível de serviço, apresentando a criticidade e prazo para atendimento referentes a esta contratação:

Severidade	Descrição	Prazo máximo de Atendimento	Prazo máximo de resolução
1	Situação emergencial ou problema crítico que cause a indisponibilidade do software em produção	Em até 30 (trinta) minutos	Em até 24 horas
2	Impacto de alta significância relacionado à utilização da solução em produção – Causa indisponibilidade de funcionalidade que pode ser tratado com solução de contorno. Para os demais ambientes que não o de produção, aplica-se a situações de impacto de alta significância que atrasem o planejamento de entrada em produção.	Em até 3 (três) horas	Em até 36 horas
3	Impacto de baixa significância relacionado à utilização da solução em todos os ambientes, incluindo problemas em funcionalidades nos ambientes que não o de Produção, solicitação de recursos e esclarecimentos/orientações sobre documentações.	Em até 24 horas	Em até 48 horas

#### 7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 7.4.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.4.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.4.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.4.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 7.4.1.5 Cometer fraude fiscal.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 7.4.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

- 7.4.2.2 **Multa de:**

0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- 7.4.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.4.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.1 deste Termo de Referência.
- 7.4.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 7.4.3 As sanções previstas nos subitens 7.4.2.1, 7.4.2.3, 7.4.2.4 e 7.4.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.4.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

7.4.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda,

quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 7.4.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.4.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.4.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.4.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.4.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.4.13 Caso a multa não seja suficiente para cobrir o prejuízo causado pela conduta da licitante, a União ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme o artigo 419 do Código Civil

## **7.5. Do Pagamento**

- 7.5.1 O pagamento único será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 7.5.2 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 7.5.3 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.4 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência



- 7.5.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.7 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
  - b) A data da emissão;
  - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) O período de prestação dos serviços;
  - e) O valor a pagar; e
  - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.5.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.5.9 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) Não produziu os resultados acordados;
  - b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.5.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.11 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 7.5.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.5.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.5.15 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.5.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.5.17 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.5.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 7.5.19 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.5.20 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## **7.6. Da Subcontratação**

7.6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **7.7 Alteração subjetiva**

7.7.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **7.8 Controle e fiscalização da execução**

- 7.8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.8.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 7.8.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 7.8.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.8.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

- 7.8.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.8.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.8.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 7.8.9 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e **utilizará como substituto ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR), os Níveis Mínimos de Serviço para aferição da qualidade da prestação dos serviços**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.8.10 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.8.11 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.8.12 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.8.13 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 7.8.14 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.8.15 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 7.8.16 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 7.8.17 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 7.8.18 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 7.8.19 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **7.9 Garantia de execução**

- 7.9.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 7.9.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

- 7.9.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 7.9.4 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 7.9.5 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 7.9.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) Prejuízos diretos causados à administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração à contratada; e
  - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o fgts, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 7.9.7 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.9.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.9.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 7.9.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 7.9.11 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.9.12 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.9.13 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.9.14 Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.9.15 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.9.16 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO E PREÇOS REFERENCIAIS

8.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo;

8.2 O documento Relatório de Pesquisa de Preços mostra a forma de obtenção do valor de referência, indicado abaixo:

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Valor máximo unitário aceitável	Valor total máximo aceitável
1	Licença perpétua para uso de software de backup (Commvault) com licenciamento por processador, por 12 meses	90	R\$ 21.425,00	R\$ 1.928.250,00

## 9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1 Não se aplica para contratações por sistema de registro de preços.

## 10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 Vigência do contrato: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses e terá início a partir da data de assinatura do contrato, com garantia de 36 meses.

## **11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

- 11.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas

## **12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

- 12.1.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, tendo em vista ser possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados na fase contratual, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de pregão, em sua forma eletrônica;
- 12.1.2 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 12.1.3 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 12.1.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- a) Valor Global: **R\$1.928.250,00** (um milhão, novecentos e vinte e oito mil, duzentos e cinquenta reais).
  - b) Valores unitários: conforme relatório de pesquisa de preços anexo ao processo.
- 12.1.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 12.1.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

### **12.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência**

- 12.2.1 Não será assegurada cota para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme artigo 8 do Decreto 8.538/2015, pois, conforme inciso II do artigo 10, a natureza do bem é incompatível com a aplicação dos benefícios.

### **12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação**

- 12.3.1 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- a) Deve constar na proposta comercial da licitante vencedora o código do produto ofertado.
  - b) Comprovação de aptidão para a prestação do serviço em características (fornecimento de licenças de software Commvault), quantidades (10% da soma das licenças, não importando o tipo de licença) e prazos compatíveis com o objeto desta licitação (mínimo de 12 meses), por



meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

### 13 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

13.1 Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

<hr/> <b>Integrante Requisitante</b> Gabriela Lisboa Martins <b>Matrícula/SIAPE: 2340909</b>	<hr/> <b>Integrante Técnico</b> Jansen Silva Cardoso <b>Matrícula/SIAPE: 2130935</b>	<hr/> <b>Integrante Administrativo</b> Tauan Braz Bonfim <b>Matrícula/SIAPE: 2340387</b>
--	--	--

<b>Autoridade Máxima da Área de TIC</b>
<hr/> Carlos Renato Pereira Cotovio <b>Matrícula/SIAPE: 2192350</b> Diretor de Informática

## **ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

Licença perpétua para uso de software de backup (Commvault) com licenciamento por processador – 90 unidades.

- A licença deverá ser do tipo **CVLT Complete Backup & Recovery for Virtualized Environments, Per Socket**.
- Deve ser compatível e será agregada com as atuais licenças em produção do ambiente do IBGE;
- Suportar os seguintes sistemas operacionais hospedados (guest):
  - a) Windows (7/8/ 2008/2008 R2/2012/2012 R2/2016/2019);
  - b) Oracle Linux (6, 7 e 8).
  - c) Red Hat Enterprise Linux (6, 7 e 8);
  - d) CentOS (6, 7 e 8);
- Suportar as seguintes tecnologias de virtualização:
  - a) Microsoft Hyper-V, 2012 R2, 2016 e 2019;
  - b) VMWARE ESXi 6.5 e superiores;
  - c) RedHat Virtualization 4.3 e superiores
- Devem estar contemplados no licenciamento:
  - a) Máquinas virtuais ilimitadas para os seguintes virtualizadores:
    - \* MS-Hyper-V, VMWARE, Oracle Virtualization Manager, Red Hat Enterprise Virtualization;
  - b) Agentes específicos ilimitados para:
    - \* Bancos de dados (Oracle, MS-SQL Server, PostgreSQL, MySQL);
    - \* Servidores de arquivo (Windows e Linux);
    - \* Correio Eletrônico (HCL Notes e MS Exchange)

## **ANEXO I – B - TERMO DE COMPROMISSO**

*(IN\_SGD/ME-01/2019, artigo 18, inciso V, alínea “a”: deverá ser assinado pelo representante da empresa)*

Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se a Empresa Contratada, regularmente registrada no CNPJ do MF sob o número (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), representada neste ato por (representante e qualificação), doravante denominada CONTRATADA, relativamente a atividades a serem realizadas no IBGE, a:

- 1) Atender as normas de segurança e diretrizes vigentes do IBGE;
- 2) Tratar com estrito sigilo toda informação, documentada ou não, recebida ou obtida pela CONTRATADA no desempenho de funções e não divulgar tais informações a qualquer pessoa ou organização, incluindo empregadores ou contratantes e, no futuro, não divulgar estas informações a terceiros, para qualquer finalidade, explícita ou não;
- 3) Relatar apenas ao seu supervisor ou a seus representantes, as constatações, comentários e conclusões resultantes das avaliações, supervisões, ou atividades das quais tenha participado;
- 4) Manter de forma segura e confidencial toda documentação recebida do CONTRATANTE, não permitindo a terceiros o seu manuseio e devolvendo-a quando solicitado;
- 5) Não produzir cópias ou de qualquer forma reproduzir ou ainda transferir para outra parte, quaisquer documentos obtidos em atividades realizadas no IBGE, sem a prévia autorização por escrito;
- 6) Informar ao CONTRATANTE sobre qualquer relacionamento ou envolvimento, atual, passado ou previsível, com qualquer empresa ou organismo em processo de concessão e manutenção de homologação, ou com a organização com a qual este pertence, antes de assumir qualquer responsabilidade neste processo;
- 7) Não aceitar qualquer indução, presente, comissão, desconto ou qualquer outro tipo de lucro ou vantagem de empresas ou organismos, em qualquer processo licitatório do IBGE em que esteja envolvida a empresa CONTRATADA ou os seus representantes, ou ainda, de qualquer outra parte interessada;
- 8) Não agir de maneira prejudicial à imagem ou aos interesses do IBGE;
- 9) Na eventualidade de qualquer desvio dos requisitos estabelecidos neste documento, cooperar totalmente para os procedimentos formais de investigação

## **ANEXO I – C - TERMO DE CIÊNCIA**

*(IN\_SGD/ME-01/2019, artigo 18, inciso V, alínea “b”: deverá ser assinado pelos funcionários da empresa contratada, diretamente envolvidos na contratação, quando for o caso)*

Pelo presente Termo de Ciência obriga-se a Empresa Contratada, regularmente registrada no CNPJ do MF sob o número (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), representada neste ato por (representante e qualificação), doravante denominada CONTRATADA, relativamente a atividades a serem realizadas no IBGE, a:

- 1) Atender as normas de segurança e diretrizes vigentes do IBGE;
- 2) Tratar com estrito sigilo toda informação, documentada ou não, recebida ou obtida pela CONTRATADA no desempenho de funções e não divulgar tais informações a qualquer pessoa ou organização, incluindo empregadores ou contratantes e, no futuro, não divulgar estas informações a terceiros, para qualquer finalidade, explícita ou não;
- 3) Relatar apenas ao seu supervisor ou a seus representantes, as constatações, comentários e conclusões resultantes das avaliações, supervisões, ou atividades das quais tenha participado;
- 4) Manter de forma segura e confidencial toda documentação recebida do CONTRATANTE, não permitindo a terceiros o seu manuseio e devolvendo-a quando solicitado;
- 5) Não produzir cópias ou de qualquer forma reproduzir ou ainda transferir para outra parte, quaisquer documentos obtidos em atividades realizadas no IBGE, sem a prévia autorização por escrito;
- 6) Informar ao CONTRATANTE sobre qualquer relacionamento ou envolvimento, atual, passado ou previsível, com qualquer empresa ou organismo em processo de concessão e manutenção de homologação, ou com a organização com a qual este pertence, antes de assumir qualquer responsabilidade neste processo;
- 7) Não aceitar qualquer indução, presente, comissão, desconto ou qualquer outro tipo de lucro ou vantagem de empresas ou organismos, em qualquer processo licitatório do IBGE em que esteja envolvida a empresa CONTRATADA ou os seus representantes, ou ainda, de qualquer outra parte interessada;
- 8) Não agir de maneira prejudicial à imagem ou aos interesses do IBGE;
- 9) Na eventualidade de qualquer desvio dos requisitos estabelecidos neste documento, cooperar totalmente para os procedimentos formais de investigação

## ANEXO II

### FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 15/2021

**A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**, com sede na Av.

Franklin Roosevelt, nº 166, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.787.094/0001-40, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2021, publicada no D.O.U. de ...../...../2021, processo administrativo n.º 0000006.00000172/2020-37, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de aquisição de licenças perpétuas de software de backup Commvault, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº15/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Prestador do serviço/Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
	Descrição/Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia
1	Aquisição de licenças perpétuas de software de backup Commvault						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexa a esta Ata.

---

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1. O órgão gerenciador será o Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 3.2. Não há órgãos participantes para o presente certame.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Não será admitida à adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### **5. VALIDADE DA ATA**

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

### **6. REVISÃO E CANCELAMENTO**

- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
  - 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
  - 6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
  - 6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
    - 6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
  - 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
    - 6.5.1. liberar o fornecedor
    - 6.5.2. do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
    - 6.5.3. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
  - 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
  - 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
    - 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
-

- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

## **7. DAS PENALIDADES**

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.
-

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

---



**ANEXO III**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº ...../... , QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E A EMPRESA  
.....**

**A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**, com sede na Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-40, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de .... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na ..... , em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... , expedida pela (o) ..... , e CPF nº ..... , tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 15/2021, por Sistema de Registro de Preços nº ...../2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de licenças perpétuas de software de backup Commvault, com licenciamento por processador, por 12 meses com garantia de 36 (trinta e seis) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Valor Unitário
1	Aquisição de licenças perpétuas de software de backup Commvault		

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor total da contratação é de R\$..... ( . ).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 114601

Fonte: NACIONAL

Programa de Trabalho: 04121003220U70001, 04122003220000001,  
04122003220000001

Elemento de Despesa: 44904006

PI: CENSO2020, INFO, INFRA

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.

---

## **8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais

---

como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Sede da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., ..... de.....de 2021

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA TESTEMUNHAS:

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO – SRP**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**

**PREGÃO Nº 15/2021**

**(Processo Administrativo nº 0000006.00000172/2020-37)**

PROCESSO: 0000006.00000172/2020-37		CARIMBO OU Nº CNPJ				
EMPRESA:						
ENDEREÇO:						
CEP:						
TEL:						
FAX:						
INSCRIÇÃO ESTADUAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1						
IMPORTA A PRESENTE PROPOSTA NO VALOR DE: _____ (_____)						
DECLARAMOS de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e inteira submissão às condições de fornecimento constantes do Pregão nº 15/2021.						
PRAZO DE ENTREGA		VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos.				
Conforme Anexo I do Edital		Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2021.				
GARANTIA		ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:				
Garantia de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do aceite definitivo.						
LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO DO SERVIÇO						

Conforme Anexo I do Edital	
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	
Conforme ANEXO I do Edital.	

**Obs.: Apresentar junto com a proposta CATÁLOGO/FOLDER e/ou outra documentação que comprove as características técnicas e especificações do bem ofertado.**

**Dados Bancários da Empresa**

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:**

**Nome:**..... **Estado Civil:** .....

**Domicílio:**.....

**Cargo:**.....

---



Documento assinado eletronicamente por CLAUDIA GOULART DE SIQUEIRA, Gerente Nivel III, em 15 de Setembro de 2021, às 11:16:30, horário de Brasília, com fundamento legal no Art. 6º, § 1º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 4378854154378692979 e o código CRC D8568E31.

**Anexo VI - IBGE\_Item\_1.pdf**



**RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2021-000 SRP**

**1 - Itens da Licitação**

**1 - Licenciamento de direitos permanentes de uso de software para servidor**

**Descrição Detalhada:** Licenciamento de direitos permanentes de uso de software para servidor

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Sim

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 90

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Quantidade Máxima para Adesões:** 0

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Valor Unitário (R\$):** 21.425,00

**Local de Entrega (Quantidade):** Rio de Janeiro/RJ (90)

**Anexo VII - Pregao\_Arquivo\_Nacional.pdf**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

ARQUIVO NACIONAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022

PROCESSO Nº 08227.001097/2021-68

**EDITAL**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representada pelo Arquivo Nacional, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 01, de 24 de julho de 2020, do Coordenador-Geral de Administração do Arquivo Nacional, publicada no D.O.U. nº 142, de 27 de Julho de 2020, sediado na Praça da República, nº 173 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP.: 20.211-350, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com o critério de julgamento menor preço global por lote (Grupos I)** sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por *preço global/integral*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do **Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010**, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 08/02/2022

Horário: 11:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal –  
[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem para 800 (oitocentos) usuários, com garantia de manutenção e suporte técnico por 12 (doze) meses. Incluindo implantação, configuração e repasse de conhecimento;

Grupo	Item	Descrição	Quantidade
I	1	Módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem para 800 (oitocentos) usuários	01
	2	Suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses	01

- 1.2. A licitação terá um Unico Grupo - G1 , conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do Grupo/Lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. Cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e *serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB*

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
  - 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema
- 4.2. **Não poderão participar desta licitação os interessados:**
  - 4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
  - 4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)
  - 4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

- 4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU..
- 4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
  - b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
  - 4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
  - 4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  - 4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
  - 4.5.3. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - 4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
  - 4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
  - 4.5.9. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.
  - 4.5.9.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.
- 5.2. O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 6.1.1. *Valor total Global do Grupo I*
  - 6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta Comercial, conforme anexo deste Edital;
- 6.4. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.5. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 6.6. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.7. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.8. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (Sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.15. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 7.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote (Grupo I) e Lote (Grupo II)
- 7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 7.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.15. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.16. Não havendo, pelo menos, três ofertas nas condições definidas neste item poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 7.18. Não havendo lance final fechado e classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até no máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observando-se, após, o item anterior.
- 7.19. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender as exigências de habilitação
- 7.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempos superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.24. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.25. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.26. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.27. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.28. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.29. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.30. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.31. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.32. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.33. prestados por empresas brasileiras;
- 7.34. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.35. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.36. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



- 7.37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital..
- 7.38. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.39. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.40. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.41. Será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 7.42. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada de acordo com o Modelo de Proposta Comercial a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo III deste Edital.
- 8.3. A Proposta de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, que:
- 8.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
  - 8.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
  - 8.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
  - 8.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.6. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.7. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.8. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

- 8.10. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.
- 8.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.12. Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.13. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.15. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as a Proposta Comercial readequadas com o valor final ofertado.
- 8.16. Todos os dados informados pelo licitante em sua Proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.17. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Proposta Comercial com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.19. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.20. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.21. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

- 9.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

- 9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.10. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.11. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.12. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas [mínimo de duas horas], sob pena de inabilitação.
- 9.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital .
- 9.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.17. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.18. Ressalvado o disposto do item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação.
- 9.19. Habilitação jurídica:**
- 9.19.1. *no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*
- 9.19.2. *Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);*
- 9.19.3. *No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor,*

*devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;*

- 9.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;*
- 9.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;*
- 9.19.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;*
- 9.19.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

**9.20. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.20.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*
- 9.20.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*
- 9.20.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*
- 9.20.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*
- 9.20.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*
- 9.20.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*
- 9.20.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;*

**9.21. Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.21.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;*
- 9.21.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;*
- 9.21.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;*
- 9.21.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.*
- 9.21.5. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:*

	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
--	---

LG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
SG =	Ativo Total	
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
LC =	Ativo Circulante	
	Passivo Circulante	

9.21.6. As empresas, , que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10%(Dez) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**9.22. Qualificação Técnica:**

- 9.22.1. *Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.*
- 9.22.2. *Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;*
- 9.22.3. *Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.*
- 9.22.4. *Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.*
- 9.22.5. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.*
- 9.22.6. *O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.*
- 9.22.7. *A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.*

- 9.22.8. *A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.*
- 9.22.9. *Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.*
- 9.22.10. *A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.*
- 9.22.11. *Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.*
- 9.22.12. *Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.*
- 9.22.13. *Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.*
- 9.22.14. *Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.*

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. apresentar -se, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 15.2. O adjudicatário terá o prazo de 10(dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- 15.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 15.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 15.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 15.6. O prazo de vigência da contratação será conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência (item 2).
- 15.7. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 15.8. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 15.9. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.10. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 15.11. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

- 16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO**

- 19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:



- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3. apresentar documentação falsa;
- 20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6. não manter a proposta;
- 20.1.7. cometer fraude fiscal;
- 20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 20.4.2. Multa de 5.% (.cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
  - 20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitação@an.gov.br](mailto:licitação@an.gov.br).
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

- 22.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial
- 22.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022

**Luiz Nonato Lopes Junior**  
**Pregoeiro**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

ARQUIVO NACIONAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022

PROCESSO Nº 08227.001097/2021-68

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem para 800 (oitocentos) usuários, com garantia de manutenção e suporte técnico por 12 (doze) meses. Incluindo implantação, configuração e repasse de conhecimento;

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

**2.1. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO**

Grupo	Item	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	1	Módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem para 800 (oitocentos) usuários	27464	01	unidade
	2	Suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses	22993	01	unidade

**2.2. DETALHAMENTO DOS BENS E SERVIÇOS**

2.2.1. Item 1 - Módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem por usuário;

2.2.1.1. O licenciamento descrito no item 1 deve obrigatoriamente ser fornecido em conjunto e igual quantidade com o item 2;

2.2.1.2. O licenciamento deve suportar backup e restore do Exchange Online, SharePoint Online, OneDrive for Business e Project Online;

2.2.1.3. Deve suportar o armazenamento de cópias de backup fora do ambiente Office 365 online, possibilitando ter uma cópia dos dados em armazenamento "on-premises";

2.2.1.4. Deve suportar arquivamento de mailbox, com possibilidade de atalho de acesso na caixa postal do usuário;

2.2.1.5. Deve suportar auto Discovery de mailbox de maneira automática, ou seja, novos usuários devem ser automaticamente adicionados as rotinas de backup;

- 2.2.1.6. Suportar migração de caixas de correio locais do Exchange para o Office 365;
- 2.2.1.7. Suportar proteção de dados oriundos de deleção, dados corrompidos e ataques;
- 2.2.1.8. Suportar recuperação granular de dados por caixa postal;
- 2.2.1.9. Suportar backup e restore do Office 365 em infraestrutura On-premises ou em cloud em qualquer sentido de fluxo dos dados, ou seja, do ambiente cloud para On-premises e do On-premises para a cloud;
- 2.2.1.10. Suportar backup de mensagens excluídas por períodos e políticas de backup previamente determinadas;
- 2.2.1.11. Suportar criptografia de dados Advanced Encryption Standard (AES) 256 bits;
- 2.2.1.12. Suportar recuperação de caixas de correio e itens no Exchange Online em arquivos de PSTs;
- 2.2.1.13. Suportar recuperação granular de dados em nível de site, sub-sites, bibliotecas, listas, arquivos e versões específicas do SharePoint Online e OneDrive;
- 2.2.1.14. Suportar proteção de dados backup e restore do Sharepoint Online para:
  - I- Documentos;
  - II- Bibliotecas;
  - III- Listas e listas de itens;
  - IV- Sites e Sub Sites;
  - V- Páginas;
  - VI- Permissionamentos;
  - VII- Formulários;
  - VIII- Versionamentos;
  - IX- Templates;
- 2.2.1.15. Backup e Restore de caixas postais:
  - I- E-mails;
  - II- Journal E-mails;
  - III- Calendários;
  - IV- Contatos;
  - V- Tarefas;
  - VI- Notes;
  - VII- Da Mailbox:
    - a) Para a mesmo mailbox;
    - b) Para diferentes mailboxes;
    - c) Para arquivo de PST;
    - d) Para disco (MSG files);
  - VIII- Dados deletados de mailboxes;
- 2.2.1.16. Suportar restore do OneDrive para Cloud (in-place) ou Disk (out of place);
- 2.2.1.17. Suportar o acesso de dados por usuários via console da Web, plug-in do Outlook e aplicativo móvel;
- 2.2.1.18. Deve suportar e-mail Journaling;
- 2.2.1.19. Deve suportar proteção de dados de cópias de backup para o Microsoft Teams;
- 2.2.1.20. Suportar indexação de dados;
- 2.2.1.21. Suportar funcionalidade de Multistreaming ou uso paralelo de canais para otimização do backup e restore;
- 2.2.1.22. Suportar interação com Clouds públicas e privadas;
- 2.2.1.23. Suportar busca avançada e granular para restore de dados;
- 2.2.1.24. Suportar restore de versionamento de arquivos;

2.2.2. Item 2 - Suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses pra o Item 1;

2.2.2.1. O suporte deverá ser do tipo PREMIUM, e deve contemplar:

- I- Atendimento 24x7x365, sem limites de chamados;
- II- Atendimento direto pelo Commvault Technical Assistance Center;
- III- Direito às atualizações de versões, releases e patches do software, durante todo a vigência do suporte
- IV- Acesso total e ilimitado à base de conhecimento e à documentação do software, direto do website do fabricante Commvault.

2.2.2.2. A presente contratação terá inicialmente o período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no

Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- I- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- II- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- III- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- IV- Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- V- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- VI- Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
- VII- A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;
- VIII- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

### **3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1.1. O Arquivo Nacional, criado em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos-SIGA, da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- 3.1.2. Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.
- 3.1.3. Nos últimos anos a Tecnologia da Informação tornou-se uma ferramenta fundamental para a execução das principais atividades nos órgãos públicos incluindo também as do Arquivo Nacional.
- 3.1.4. A Coordenação de Tecnologia da Informação (COTIN), no cumprimento de sua missão institucional, é responsável por prover soluções e serviços de TIC para as diversas áreas institucionais e por garantir os acordos de nível de serviço estabelecidos para o funcionamento ininterrupto do portfólio de soluções de tecnologia disponibilizado no AN.
- 3.1.5. A continuidade dos serviços é um dos atributos principais a ser levado em conta pelos gestores já que a interrupção da prestação dos serviços públicos tem potencial de causar transtornos graves aos administrados. Por outro lado, a necessidade de expansão dos serviços é uma demanda latente do órgão.
- 3.1.6. Considerando a importância da sustentação e evolução da infraestrutura de TI para suporte aos sistemas de informação e serviços de TI do AN, aliado a inexistência de profissionais especializados nos quadros do AN, em quantitativo e qualificação necessários ao atendimento a essa demanda, torna-se essencial para o adequado funcionamento dessa infraestrutura, a contratação dos serviços em tela.
- 3.1.7. Atendendo a uma demanda identificada pela Coordenação de Tecnologia da Informação - COTIN, a contratação tem por finalidade obter um melhor aproveitamento dos atuais recursos tecnológicos, promovendo a disponibilidade e o apoio tecnológico baseado nas melhores práticas de mercado, com investimento no aumento da produtividade e otimização dos seus recursos. Esta contratação visa ainda melhor atender aos usuários internos e externos, garantindo a segurança das informações e mantendo a disponibilidade e integridade dos dados armazenados.

#### **3.2. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS**

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
Id	Objetivos Estratégicos
9	Fortalecer e ampliar estrutura e os serviços de tecnologia da informação

ALINHAMENTO AO PDTIC <2021-2023>	
Id	Ação
1147	Implantação de solução para monitoramento e gerenciamento das aplicações no Arquivo Nacional

ALINHAMENTO AO PAC 2021	
Id	Descrição
176	Qualidade de software

### 3.3. ESTIMATIVA DA DEMANDA

- 3.3.1. O quantitativo da demanda encontra-se relacionado no quadro apresentado no item: 2 – Descrição da Solução de TIC.

### 3.4. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 3.4.1. Os serviços que constituem o OBJETO desta contratação são caracterizados como serviços comuns, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, o Decreto nº 7.174, de 12 de Maio de 2010, por possuir especificações usuais de mercado, nos termos dos referidos na legislação vigente e conforme o Acórdão 2.471/2008 – TCU – Plenário.
- 3.4.2. Embora a solução de TI seja composta por mais de um item, a aquisição das soluções e a execução do suporte técnico, garantem não só o melhor cumprimento dos requisitos de negócio, técnicos e tecnológicos, mas também uma melhor unicidade técnica para a entrega das funcionalidades requisitadas pelo AN. Além disso, o agrupamento dos itens permite uma gestão mais eficiente do ambiente de TI.
- 3.4.3. Dividir o objeto, nessa situação, ocasionará prejuízos técnicos, como também riscos de danos tecnológicos, visto que a manutenção, a garantia, o suporte técnico e o repase de conhecimento, se realizados por diversos fornecedores, exigiriam um tempo excessivo em dirimir divergências entre possíveis incompatibilidades e causariam um potencial risco de operacionalização e funcionamento, pela adoção de procedimentos variados ou divergentes.
- 3.4.4. Justifica-se, portanto, o agrupamento dos itens da contratação com vista ao melhor aproveitamento das práticas de mercado adotadas pelos fabricantes da solução, melhor gerenciamento do contrato e obtenção dos serviços de suporte e treinamento padronizados.
- 3.4.5. Em suma, a opção pelo fornecimento e consequente adjudicação por grupo leva em conta a modalidade de contratação pretendida e os benefícios associados. O agrupamento dos itens num mesmo objeto não compromete a competitividade do certame, uma vez que várias empresas, que atuam no mercado, apresentam condições para atender ambos os itens.

### 3.5. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 3.5.1. O backup será feito de forma imediata e concomitantemente com o uso do serviço, não há necessidade de parada das funções realizadas ou de agendamento de horário para sua realização, facilitando o processo e garantindo a disponibilidade do serviço.

## 4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO

- 4.1.1. Os requisitos de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TIC são os seguintes:
  - 4.1.1.1. Apresentar toda a documentação gerada de todos os serviços prestados, acrescido de outros documentos que, não sendo artefatos previstos em Metodologia, sejam adequados ao correto entendimento do serviço executado;
  - 4.1.1.2. A cada nova liberação de versão e release, deverá apresentar as atualizações, inclusive de manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas, se porventura existirem. Inclui também, implementações de novas funcionalidades relativas aos equipamentos ou ao software de acordo com o interesse da CONTRATADA.

#### 4.2. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

- 4.2.1. Considerando as características da solução a ser contratada, a contratada deve realizar transferência de conhecimentos e tecnologias para servidores da Contratante.

#### 4.3. REQUISITOS LEGAIS

- 4.3.1. A CONTRATADA deve observar o cumprimento de todas as leis e normas aplicáveis ao OBJETO, em especial atenção àquelas relacionadas ao pagamento das obrigações empresariais relacionadas à encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

#### 4.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

- 4.4.1. A CONTRATADA deverá prestar a GARANTIA TÉCNICA dos produtos/serviços entregues durante todo o período de vigência do CONTRATO (incluindo as eventuais prorrogações contratuais).
- 4.4.2. O prazo será contado a partir do aceite definitivo do produto, o que engloba todos os seus entregáveis.
- 4.4.3. Por entregáveis entendem-se TODO E QUALQUER produto e/ou artefato entregue na execução dos serviços que se faça necessário a perfeita instalação e execução da solução de software adquirida pelo CONTRATANTE.
- 4.4.4. O atendimento de demandas de GARANTIA TÉCNICA não é remunerável.
- 4.4.5. A identificação e a comunicação de defeitos dos produtos deverão ser efetuadas dentro do período de GARANTIA TÉCNICA, devendo a totalidade dos defeitos reportados pela CONTRATANTE ser corrigida pela CONTRATADA, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, ainda que a conclusão do serviço extrapole o período da GARANTIA TÉCNICA.
- 4.4.6. Para o caso de eventuais defeitos introduzidos pelas manutenções corretivas previstas no item anterior, mesmo os apresentados em outras partes da solução de software, serão aplicados os mesmos critérios quanto à garantia e à correção.
- 4.4.7. A CONTRATADA também responderá pela reparação dos danos causados ao CONTRATANTE devido aos defeitos nos produtos, se for o caso.
- 4.4.8. Considerando as características da solução a ser contratada não existem requisitos de manutenção preventiva, evolutiva e adaptativa aplicáveis.

#### 4.5. REQUISITOS TEMPORAIS

- 4.5.1. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e tempestivamente ao CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução do serviço impactando prazos, custos ou a qualidade do produto a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelo CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos.



- 4.5.2. O prazo de execução poderá ser suspenso até que o fator que deu causa ao atraso seja sanado, a suspensão só será iniciada após a autorização do CONTRATANTE, no caso de não concordar com as justificativas, os prazos são reestabelecidos, desconsiderando a solicitação. A decisão de retornar o atendimento é de responsabilidade do CONTRATANTE.

#### 4.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA

- 4.6.1. Os funcionários encarregados pela entrega ou realização do serviço de manutenção/garantia deverão ser devidamente identificados ao entrarem nas instalações do AN.
- 4.6.2. Os itens que forem submetidos ao serviço de garantia, deverão ser corretamente mantidos de modo a garantir a disponibilidade e integridade das informações nele contidas.

#### 4.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

- 4.7.1. Os profissionais da CONTRATADA, que venham a atuar nas dependências do CONTRATANTE, deverão trajar-se de maneira adequada ao ambiente de trabalho e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, com os dirigentes da CONTRATANTE e seus colaboradores.
- 4.7.2. Os produtos gerados em função da execução contratual, bem como todas as documentações, deverão ser entregues no que couber em idioma Português do Brasil (pt-BR), com exceção de termos técnicos usuais que poderão ser apresentados em língua estrangeira.
- 4.7.3. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 7 de Setembro de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14 de Setembro 2000, é vedada a oferta de produto que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 7 de Setembro de 1998, e artigo 4º da CONAMA nº 267, de 14 de Setembro 2000.
- 4.7.4. Observar as orientações referentes à sustentabilidade ambiental previstas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 4.7.5. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instrução Normativa nº 5, de 26 de Maio de 2017 e Instrução Normativa nº 1, de 4 de Abril de 2019 – a CONTRATADA deverá priorizar, para a execução dos serviços, a utilização de bens que sejam no todo ou em partes compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.
- 4.7.6. No que couber, a CONTRATADA deverá ainda atender ao disposto no Guia Prático de Licitações Sustentáveis - 3ª Edição e em destaque ao disposto no Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de Junho de 2012 que define as seguintes diretrizes de sustentabilidade.
- 4.7.7. Para produtos que estejam constando na lista de Regulamentos Técnicos e Programas de Avaliação da Conformidade compulsórios do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, só serão admitidas as ofertas de bens relacionados neste Termo de Referência que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE ou que atestem, por outra entidade certificadora, a sustentabilidade ambiental do bem.
- 4.7.8. Deve-se ainda seguir as normas, já vigentes no Arquivo Nacional, relativas ao comportamento ético, a não discriminação social, religiosa ou racial, e ao cuidado com os recursos disponíveis (papel, água, energia elétrica etc.).

#### 4.8. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

- 4.8.1. Desde que guardem relação com a prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá fornecer à CONTRATADA um ou mais dos seguintes itens:
- 4.8.1.1. Acesso físico às suas dependências e/ou instalações, conforme o caso.
- 4.8.1.2. Acesso físico ou lógico às soluções de hardware e software de sua propriedade, conforme o caso.
- 4.8.1.3. Fica a CONTRATADA obrigada a solicitar autorização prévia por escrito ao CONTRATANTE, caso julgue necessário ter acesso a qualquer um dos itens acima relacionados para a prestação de serviços, cabendo ao CONTRATANTE decidir a respeito do eventual atendimento à referida solicitação e, caso a julgue procedente e haja disponibilidade destes, a posterior tomada de providências cabíveis a devida adequação destes.
- 4.8.1.4. Caberá à CONTRATADA todas providências junto ao fabricante/fornecedor e/ou detentor da propriedade intelectual da solução tecnológica quanto à ciência e/ou autorização (se aplicável) das condições de uso do produto nas dependências do CONTRATANTE, afastando qualquer interpretação de aquisição da solução tecnológica pelo CONTRATANTE e/ou uso não autorizado.
- 4.8.1.5. A CONTRATADA assume todos e quaisquer ônus financeiros referente às eventuais reclamações/processos judiciais de fabricantes/fornecedores da solução tecnológica licenciada para a CONTRATADA contra o uso destas nas dependências do CONTRATANTE.
- 4.8.1.6. Quaisquer outras necessidades de adequação do ambiente serão tratadas em conjunto para identificação das responsabilidades entre o AN e a contratada.

#### 4.9. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

- 4.10. A implantação ou a remoção de equipamentos deverá ser precedida de projeto fornecido pelo contratante, com autorização da Coordenação de Tecnologia da Informação do AN e do responsável na unidade onde o serviço será prestado. Este projeto deverá conter (entre outros):
- 4.10.1.1. Descrição dos equipamentos que serão instalados ou removidos (marca e modelo), com respectivo número de série;
- 4.10.1.2. Data e horários previstos para início e término dos serviços; e
- 4.10.1.3. Alterações previstas, como pontos de rede, pontos elétricos e outros aplicáveis.

#### 4.11. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

- 4.11.1. Os prazos e a sequência de eventos descritos na tabela abaixo devem ser obedecidos para a efetiva entrega, instalação e operacionalização da solução, e são requisitos essenciais para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD):

EVENTO	DESCRIÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL	PRAZO MÁXIMO
01	Início da Vigência do Contrato		AN e CONTRATADA	D
02	Reunião Inicial	Até 10 dias corridos após o evento 01	AN e CONTRATADA	D+10
03	Emissão de ordem de fornecimento de bens e serviços e treinamento.	Até 10 dias corridos após o evento 02	AN	D+20
04	Entrega do plano de instalação	Até 10 dias corridos após o evento 03	CONTRATADA	D+30
05	Avaliação, aprovação e solicitação de ajustes do Plano de Instalação	Até 07 dias corridos após o evento 04	AN	D+37

06	Entrega da versão final do Plano de Instalação, com os ajustes solicitados pelo AN	Até 07 dias corridos após o evento 05	CONTRATADA	D+44
07	Entrega, instalação, configuração e operacionalização da solução	Até 20 dias corridos após o evento 06	CONTRATADA	D+64
08	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP) para os produtos e serviços (Item 1)	Até 07 dias corridos após o evento 07	AN	D+71
09	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Até 10 dias corridos após o evento 08	AN	D+81

- 4.11.2. Dias corridos são aqueles ocorridos em quaisquer dias, úteis ou não.
- 4.11.3. A empresa vencedora procederá com a instalação da solução para a realização dos testes de funcionamento, na presença e supervisão de técnicos da CONTRATANTE, sendo posteriormente aferido e testado o seu perfeito funcionamento.
- 4.11.4. A CONTRATADA deverá realizar a instalação de todos os componentes que compõem a solução no ambiente do AN, tomando-se por base o que foi definido nos itens da lista de requisitos, e sem nenhum ônus adicional para a contratante.
- 4.11.5. A CONTRATADA deverá realizar a configuração inicial de todos os componentes da solução no ambiente do AN, de forma a garantir que a solução será entregue à equipe técnica do AN em perfeitas condições de uso e monitoramento, considerando o atendimento de todos os requisitos descritos neste Termo de Referência, e sem nenhum ônus adicional para a contratante.
- 4.11.6. Os serviços de instalação das soluções abrangem a solução descrita no item 1 da tabela de bens e serviços deste termo de referência.

#### 4.12. REQUISITOS DE GARANTIA

- 4.12.1. A CONTRATADA deverá apresentar certificado de garantia correspondente ao período determinado, contados a partir do primeiro dia útil após o aceite definitivo dos equipamentos.
- 4.12.2. O certificado de garantia deverá conter no mínimo: números de licença, descrição dos produtos fornecidos, número de contrato, telefone e endereço do(s) responsáveis pela prestação dos serviços de manutenção e suporte técnico, condições de garantia e outras informações necessárias.
- 4.12.3. Durante o prazo de vigência da garantia, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, a própria CONTRATADA, às suas expensas, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados pelo fabricante, estão obrigadas:
- 4.12.3.1. Fornecer, sem ônus adicionais, atualizações das novas versões disponíveis para todos componentes da solução. Entende-se como atualização de versão o direito para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para o software, tradicionalmente disponibilizadas por meio de download a partir do sítio na Web; e
- 4.12.3.2. Disponibilizar ao AN mecanismos para que os técnicos do órgão possam solicitar diretamente ao fabricante mídias ou autorizações para download das versões/atualizações.
- 4.12.4. A garantia de 12 (doze) meses, terá início a partir da data de entrega e implementação.

#### 4.13. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 4.13.1. Considerando as características da solução a ser contratada não existem requisitos aplicáveis.

#### 4.14. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

- 4.14.1. Considerando as características da solução a ser contratada não existem requisitos aplicáveis.

#### 4.15. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

- 4.15.1. Na execução dos serviços a CONTRATADA deve zelar pela observância às políticas, diretrizes, procedimentos, padrões e modelos para as atividades de gestão e fiscalização de contratos e planejamento de contratações.
- 4.15.2. Também, no que couber, na execução dos serviços a CONTRATADA deve manter observância às políticas, regulamentações, especificações técnicas e orientações definidos pelos padrões de GOVERNO FEDERAL.

#### 4.16. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 4.16.1. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção ao Decreto nº 9.637, de 26 de Dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares) e à Política de Segurança da Informação e Comunicações da CONTRATANTE.
- 4.16.2. Não será permitido à CONTRATADA alocar nas dependências do CONTRATANTE representantes que não atuem na execução do CONTRATO.
- 4.16.3. A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, em documento formal, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE.
- 4.16.4. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com a antecedência mínima necessária, qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionários envolvidos diretamente na execução do CONTRATO, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.
- 4.16.5. Deve atender às normas acerca de conformidade técnica regulamentadas ou estabelecidas pelo INMETRO (Decreto nº 7.174/2010) e de integridade de dados na Administração Pública Federal, assim como aos documentos, às normas e aos procedimentos publicados na Política de Segurança da Informação.
- 4.16.6. Fornecer as quantidades especificadas nas ordens de serviço, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens, com possibilidade de prorrogação de até 30 (trinta) dias corridos. Assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e cumprir com a Política de Segurança da Informação do Arquivo Nacional.
- 4.16.7. A contratada deverá submeter-se às normas e políticas de segurança do AN e assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados ao Órgão ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança.
- 4.16.8. A contratada deve comunicar formal e imediatamente ao representante do AN qualquer ponto de fragilidade percebido que exponha a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e do serviço.
- 4.16.9. Os usuários que terão acesso aos sistemas e aplica vos relacionados à Solução de Tecnologia da Informação, deverão ter anuência do respectivo gestor do contrato.

#### 4.17. OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

4.17.1. Considerando as características da solução a ser contratada não existem outros requisitos aplicáveis.

### **5. RESPONSABILIDADES**

#### 5.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- h) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- i) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- a) Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

- g) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- h) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

## **6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **7.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO**

- 7.1.1. Em atendimento ao disposto no Art. 68 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, a CONTRATADA deverá indicar PREPOSTO (account manager), que será responsável por acompanhar a execução do CONTRATO e atuar como interlocutor administrativo principal junto ao CONTRATANTE incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às questões legais e administrativas referentes à execução contratual.
- 7.1.2. A REUNIÃO INICIAL, realizar-se-á em conformidade com o previsto no Art. 31 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de Abril de 2019 após a assinatura do CONTRATO, por intermédio do GESTOR DO CONTRATO, mediante agendamento formal convocatório à CONTRATADA, registrada em ATA DE REUNIÃO, contando com a participação obrigatória da EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (GESTOR DO CONTRATO, FISCAL TÉCNICO, FISCAL REQUISITANTE e FISCAL ADMINISTRATIVO), REPRESENTANTE LEGAL da CONTRATADA e da presença em carácter opcional ou obrigatório (definido a cargo do GESTOR DO CONTRATO) dos demais interessados por ele identificados, cuja PAUTA observará, pelo menos:
- 7.1.2.1. A presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o PREPOSTO da empresa formalizado através da CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PREPOSTO, contendo no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 7.1.2.2. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.
- 7.1.2.3. Repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens.
- 7.1.2.4. Disponibilização de infraestrutura à CONTRATADA, quando couber.
- 7.1.2.5. Havendo necessidade outros assuntos de comum interesse poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Todas as atas de reuniões e as comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas ou negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do CONTRATO.
- 7.1.3. Considerando as características da solução a ser contratada, a execução da contratual se dará, na forma prevista nos Arts. 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75 e 76 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.
- 7.1.4. Nos termos da legislação em vigor, durante a fase de execução da prestação dos serviços o CONTRATO poderá ser alterado, desde que justificadamente, na forma prevista no Art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.
- 7.1.5. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE.

- 7.1.6. Considerando os termos do Art. 65 §1º da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, o percentual de até 25% do valor inicial atualizado do CONTRATO incidirá sobre o valor total do GRUPO e poderá ser utilizado em um único ITEM ou, ainda, ser distribuído entre os ITENS que compõem o respectivo GRUPO, conforme determinar a necessidade do CONTRATANTE.
- 7.1.7. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à prestação dos serviços contratados.

## **7.2. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE**

- 7.2.1. Considerando as características da solução a ser contratada não existem requisitos aplicáveis.

## **7.3. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

- 7.3.1. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução do serviço impactando os prazos, os custos ou a qualidade do produto a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelo CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos.
- 7.3.2. A falta dessa comunicação poderá, a critério do CONTRATANTE, implicar a não aceitação das justificativas.
- 7.3.3. A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará preferencialmente por meio de escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada a execução do OBJETO.

## **7.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA**

- 7.4.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **8.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

- 8.1.1. Nos termos do § 2º do 73 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo CONTRATO.
- 8.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto.
- 8.1.3. Sem prejuízo ao disposto no item 4.5 (Requisitos Temporais), são critérios de aceitação do OBJETO da presente contratação:
- 8.1.3.1. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do OBJETO ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.
- 8.1.3.2. Caso seja constatado fornecimento incompleto (ENTREGA PARCIAL), a CONTRATADA será convocada a complementar o material no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da convocação formal pelo representante do CONTRATANTE.
- 8.1.3.3. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA e desde que ocorra o aceite por parte do CONTRATANTE.

- 8.1.3.4. O setor solicitante receberá as justificativas e documentos comprobatórios oferecidos pela CONTRATADA e os submeterá à autoridade competente, para apreciação de sua pertinência e autorização da prorrogação do prazo de entrega.
- 8.1.4. Os recebimentos, provisório e definitivo, serão realizados na forma dos Arts. 73 e 76, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e respectivas alterações.
- 8.1.5. No termos da Art. 69 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

## 8.2. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO

- 8.2.1. Os procedimento de testes e inspeções serão realizados a cargo do FISCAL TÉCNICO e do FISCAL REQUISITANTE do CONTRATO.
- 8.2.2. Todos os softwares serão disponibilizados para operação pelos usuários a que se destinam para testes de uso e verificação de conformidade com os requisitos e especificações previstas no Termo de Referência ou Projeto Básico.
- 8.2.3. Todos os softwares serão avaliados inclusive, segundo os seguintes:
  - 8.2.3.1. Critérios de Completude: serão considerados incompletos, e portanto rejeitados, os produtos e artefatos entregues sem que todos os elementos requeridos estejam presentes.
  - 8.2.3.2. Critérios de Consistência: serão considerados inconsistentes, e portanto rejeitados, os produtos e artefatos entregues com inconformidades que impeçam o seu uso, principalmente vícios no produto, dentre outros possíveis. São exemplos de inconformidades impeditivas as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do software, bem como inadequações na documentação de natureza funcional.
  - 8.2.3.3. Critérios de Qualidade: serão considerados inconsistentes, e portanto rejeitados, os produtos e artefatos entregues com inconformidades em relação aos níveis mínimos de serviço estabelecidos.

## 8.3. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

- 8.3.1. Durante o período de execução do CONTRATO os serviços estarão sendo avaliados, quanto ao atendimento dos índices estabelecidos, que poderão ser revistos e sofrer adequações e aprimoramentos ao longo do tempo.
- 8.3.2. Às ocorrências de descumprimento do NÍVEL DE SERVIÇO a CONTRATADA poderá interpor justificativas técnicas embasadas em fatos e circunstâncias objetivas, cabendo ao CONTRATANTE avaliar e decidir sobre as alegações. Quanto acatadas as justificativas, o CONTRATANTE poderá desconsiderar a(s) ocorrência(s) de descumprimento em questão, ajustar os prazos avaliados ou, ainda, suspender a aplicação de eventuais ajustes, quando for o caso.
- 8.3.3. A interposição de justificativas técnicas deverá ser realizada de forma específica para cada caso concreto, não serão admitidas e nem serão objeto de consideração as justificativas que façam referência às ocorrências, fatos ou circunstâncias de modo genérico.
- 8.3.4. A superação de uma ou mais metas do indicador não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período e/ou o não atendimento da mesma meta em outro período.
- 8.3.5. A ocorrência de reiteradas falhas no cumprimento de prazos, produtividade e de qualidade dos serviços, caracterizará desídia da CONTRATADA e ensejará a aplicação de penalidades nas modalidades e tipos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, Capítulo IV, Seção II, artigos 86 a 88, que terão natureza de sanção e serão objeto de processo administrativo próprio – garantido o contraditório e a ampla defesa.



#### 8.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

- 8.4.1. No caso da presente contratação, não se aplica a retenção e a glosa no pagamento, sem prejuízo às sanções administrativas, em função do pagamento ser efetuado uma única vez, após a entrega completa do objeto da contratação, incluindo obrigatoriamente a aceitação final da CONTRATANTE.
- 8.4.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
  - 8.4.2.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 8.4.2.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 8.4.2.3. fraudar na execução do contrato;
  - 8.4.2.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 8.4.2.5. cometer fraude fiscal;
  - 8.4.2.6. não manter a proposta.
- 8.4.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 8.4.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - 8.4.3.2. multa moratória de 0,66% (sessenta e seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 8.4.3.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 8.4.3.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 8.4.3.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 8.4.3.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - 8.4.3.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 8.4.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
  - 8.4.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 8.4.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 8.4.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.4.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.4.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 8.4.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 8.5. DO PAGAMENTO

- 8.5.1. A nota fiscal/fatura deverá ser enviada à contratante, com a devida antecedência que permita o cumprimento dos prazos contratuais, sob pena de acréscimos dos dias de atraso aos respectivos prazos.

- 8.5.2. A nota fiscal/fatura só poderá ser emitida pela CONTRATADA após o aceite definitivo dos serviços associados ao contrato.
- 8.5.3. O pagamento ocorrerá após o ateste da nota fiscal/fatura pela equipe de fiscalização do contrato.
- 8.5.4. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.5.5. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.5.6. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 8.5.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.5.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.5.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.5.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.5.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.5.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.5.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.5.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.5.15. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 8.5.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.5.17. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 8.5.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.5.19. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

8.5.21.  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I =$ (TX)	I =	$(6 / 100)$	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor global máximo a ser admitido pelo AN para a presente contratação é de R\$ 192.351,67 (cento e noventa e dois mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), devendo serem respeitados os valores máximos unitários e totais, conforme tabela abaixo:

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	Módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem para 800 (oitocentos) usuários	01	unidade	R\$ 163.040,00	R\$ 163.040,00
2	Suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses	01	unidade	R\$ 29.311,67	R\$ 29.311,67

<b>Valor Total</b>	<b>R\$</b> <b>192.351,67</b>
--------------------	---------------------------------

- 9.2. O orçamento detalhado feito a partir das pesquisas aproxima-se do valor real a ser praticado na contratação, tendo em vista que o referido orçamento se baseia estritamente nos requisitos encaminhados aos possíveis licitantes.
- 9.3. Considerando a pesquisa realizada de propostas de fornecedores, optou-se pela média entre os valores obtidos.
- 9.4. Nos valores apresentados pelas empresas, estão incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto.

#### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

- 10.1. As despesas decorrentes com a referida contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2021 a cargo da COTIN, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas deverão constar da respectiva Nota de Empenho.

#### **11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 11.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de CONTRATO, cuja vigência será de 12 (DOZE) MESES, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, respeitado o disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

#### **12. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

- 12.1. O valor das parcelas do contrato será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses.
- 12.2. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) do Ministério do Planejamento, instituído por meio da Portaria 424 de 2017, acumulado em 12 (doze) meses, com base na fórmula estipulada pelo Art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.
- 12.3. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.
- 12.4. O preço ajustado já inclui todos os custos e despesas e sem se limitar aos mesmos, como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.
- 12.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro a anualidade será contada a partir do último reajuste.
- 12.6. O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação/término de vigência contratual, obedecendo-se ao seguinte:
- 12.6.1. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste;
- 12.6.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da prorrogação contratual; e

- 12.6.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA(s) proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 12.7. A alegação de esquecimento por parte da CONTRATADA quanto ao direito de propor reajuste não será aceita como justificativa para pedido de efeito retroativo a data a que legalmente faria jus, se não requerer dentro do prazo, responsabilizando-se a mesma pela própria inércia.
- 12.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA(S).

### **13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **13.1. REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO**

- 13.1.1. A licitação se dará na modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço, por execução indireta sob o regime de empreitada por preço unitário, com critério de julgamento de menor preço global.
- 13.1.2. A contratação em tela não incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD/ME nº 1/2019.

#### **13.2. JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E MARGENS DE PREFERÊNCIA**

- 13.2.1. Este Pregão submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto n.º 7.174/2010 e demais legislações correlatas ao tema.

#### **13.3. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A HABILITAÇÃO**

- 13.3.1. A licitante deverá apresentar além da documentação para habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal previstas na lei 8.666/93 e demais legislações correlatas, a documentação que comprove sua habilitação técnica, conforme abaixo:
- 13.3.1.1. Atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha fornecido, ou esteja fornecendo, objeto similar e compatível ao descrito neste Termo de Referência.

### **14. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

- 14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída através do DOD-Documento de Formalização da Demanda, em 15 de outubro de 2021.
- 14.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<div>_____ Dauglis Silva Lage <b>Matrícula/SIAPE: 1831979</b>  Rio de Janeiro, na data da assinatura.</div>	<div>_____ Nail Mohamed Saber Abdo Bekhit <b>Matrícula/SIAPE: 2032039</b>  Rio de Janeiro, na data da assinatura.</div>	<div>_____ Tito Faccioli Ribeiro <b>Matrícula/SIAPE: 1749298</b>  Rio de Janeiro, na data da assinatura.</div>

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC**

JULIO CESAR CAVADAS FERNANDES  
Coordenador de Tecnologia da Informação Substituto

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

Aprovo,

**AUTORIDADE COMPETENTE**

LEANDRO ESTEVES DE FREITAS  
Coordenador-Geral de Administração

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

---

Documento assinado eletronicamente por **Dauglis Silva Iage, Técnico em Tecnologia da Informação**, em 08/11/2021, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Nail Mohamed Saber Abdo Bekhit, Técnico em Tecnologia da Informação**, em 08/11/2021, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Cavadas Fernandes, Coordenador de Tecnologia da Informação Substituto**, em 08/11/2021, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Tito Faccioli, Analista Técnico Administrativo**, em 08/11/2021, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.arquivonacional.gov.br/autentica>, informando o código verificador **0130913** e o código CRC **433FC525**.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

ARQUIVO NACIONAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022  
PROCESSO Nº 08227.001097/2021-68  
ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP.: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta corrente: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Identidade/Órgão Expedidor: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

A Licitante acima identificada, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para fins do pregão eletrônico 03/2022, vem apresentar a sua proposta de preço, de acordo com a tipologia, as especificações técnicas mínimas, quantidades e as condições de fornecimento definidas neste Edital e seus Anexos, para atender às necessidades do Arquivo Nacional

		Descrição do Bem ou Serviço	Qtd.	Unidade	Valor unitário	Valor total
G1	1	Módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem para 800 (oitocentos) usuários	01	unidade		
	2	Suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses	01	unidade		
	Valor Total					

Local:

Data:

Assinatura:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

ARQUIVO NACIONAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022  
PROCESSO Nº 08227.001097/2021-68  
ANEXO III  
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA**  
**Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI**  
**O(A).....**  
**E A EMPRESA .....**

A União / Autarquia ..... / Fundação ....., (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) ..... (órgão) contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) .....(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de .... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de ....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Descrição	Prazo	Quantidade
I	1	Módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem para 800 (oitocentos) usuários		01



	<b>2</b>	Suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses	12 meses	01
--	----------	--	-------------	----

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....

**2.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, em razão de o objeto estar contemplado na meta XXXX, do Programa XXXXX, do Plano Plurianual YYYY, conforme art. 57, I da Lei de Licitações.

A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

**2.2.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

**4.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**Anexo VIII - Arquivo\_Nacional\_Office365.pdf**

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2022-000

1 - Itens da Licitação

1 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Servidor

Descrição Detalhada: Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Servidor - Módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem para 800 (oitocentos) usuários

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Valor Total (R\$): 163.040,00

Local de Entrega (Quantidade): Rio de Janeiro/RJ (1)

Grupo: G1

2 - Treinamento Informática - Sistema / Software

Descrição Detalhada: Treinamento Informática - Sistema / Software - Suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Valor Total (R\$): 29.311,67

Local de Entrega (Quantidade): Rio de Janeiro/RJ (1)

Grupo: G1

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Softwarepara Servidor	1	UNIDADE
2	Treinamento Informática - Sistema / Software	1	UNIDADE

**Anexo IX - TRF2\_ITEM1\_TB.pdf**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**  
**Rua do Acre nº 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000**  
**Telefones: 2282-8682 / 2282-8016**

**E D I T A L**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2021**  
Proc. nº TRF2-EOF-2021/022

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2020/235 de 25.09.2020, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da internet, no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do [Decreto 10.024/19](#), da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, da Portaria TRF2-PTP-2017/00110 de 15/03/2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
<b>Data: 20 de AGOSTO de 2021</b>	<b>Horário (de Brasília): 11:00</b>
<b>Local: <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a></b>	

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Declaração de acordo com "inciso VI" do art. 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;

Anexo III - Minuta do Contrato Administrativo.

**1 – OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para fornecimento de licença de software para atualização e ampliação da solução centralizada de backup e restauração de dados, IBM Spectrum Protect, com direito de atualização de versão e suporte até 31/03/2023, e para prestação de serviço de atualização deste ambiente**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

**2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem

devidamente credenciadas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do *site* [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

2.1.1 - A SETIC atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no [Decreto 10.024/19](#).

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 12.120/09, observada, também, a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016;

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/1998.

2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.

2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.



2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentadas deverão estar autenticadas por Tabelião de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.

2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.

2.6 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do "sítio" **www.comprasnet.gov.br**. (art.9º do Decreto 10.024/19).

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível. (art. 9º, § 1º do Decreto 10.024/19).

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 10 do Decreto 10.024/19).

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 Credenciar-se previamente no Sicafe ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º do Decreto 10.024/19, no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 19, Inc. III do Decreto 10.024/19).

#### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente Edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio, concomitantemente com **os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no edital, de **PROPOSTA** contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no VALOR TOTAL COTADO, até a data e horários marcados para abertura da sessão pública, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do item 02 do Anexo I deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet. (art. 26 do Decreto 10.024/19).
- 4.3 - Incumbirá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone, e-mail para contato e os números dos documentos (RG e CPF).
- 5.5 - **Descrição integral das características técnicas do produto cotado**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência – Anexo I, bem como a MARCA (e modelo, se houver);
- 5.6 - **Preços unitário e total do item** (deverão ser cotados com apenas **duas casas decimais**, sendo as demais desprezadas), em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do item 02 do Anexo I deste Edital;
- 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

- 5.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico;
- 5.8 - **Prazo de entrega do produto**, que deverá ser de, no máximo, 20 (*vinte*) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato;
- 5.9 - **Prazo de validade / garantia :**
- 59.1. Durante o período de garantia contra defeitos, sem qualquer ônus adicional, o suporte de serviços compreenderá a solução de problemas de software relativos ao mesmo;
- 5.9.2. A contratada deverá fornecer pelo menos um número telefônico (ligação local ou 0800) para abertura de chamados no período de 24x7(vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana). No momento da abertura do chamado, a CONTRATADA deverá fornecer um número de protocolo para acompanhamento do andamento do chamado.
- 5.9.2.1. O Chamado técnico também poderá ser aberto através de site na Internet, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Também neste caso deverá ser fornecido o número de protocolo para acompanhamento do andamento do chamado.
- 5.9.3. A garantia de suporte e atualização de versão será prestada até 31/03/2023, conforme período especificado no termo de titularidade do software.
- 5.10 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 a 5.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.
- 5.11- Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do próprio Sistema Comprasnet. (arts. 26, §9º e 38, §2º do Decreto 10.024/19).
- 5.11.1- O Prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta documentos complementares de habilitação.
- 5.12 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.13 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.14 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos PRODUTOS no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.14 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atenderem às exigências deste Pregão.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF 2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.
- 6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.7 - Os preços serão fixos e irrevogáveis.
- 6.8 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.
- 6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.10 - O valor máximo aceito será aquele estimado pela Administração.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)**

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total do objeto**, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do item 02 do Anexo I, sob pena de desclassificação.

- 7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
  - 7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
  - 7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
  - 7.7.4 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(s) licitante(s) que tenha(m) apresentado(s) lance(s) mais vantajoso(s) para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
  - 7.7.5 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
  - 7.7.6 - O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 100,00 (cem reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
  - 7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

- 7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo [49 do Decreto nº 10.024/19](#).

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão;
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, aplicam-se as regras de preferência previstas no artigo 5º do Decreto nº 7.174/2010, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas entre 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.
- 8.5.1 - Convocam-se as licitantes para exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV do artigo 8º do Decreto nº 7.174/2010.
- 8.6 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.7 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da (s) licitante (s) conforme disposições do item 9 deste edital.

- 8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.11 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro;

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.
- 9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8429/92.
- 9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.



## **9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.2.3- Documento de Identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF do Representante Legal da licitante, para fins de assinatura do Contrato.
  - 9.2.3.1 – Caso o Representante Legal, acima referido, não seja contemplado para tal no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar instrumento de mandato.
  - 9.2.3.1.1 – São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.

## **9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- 9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014 e 1400/2015, 3193/17 e 682/2019);
- 9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.



- 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
- 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no Edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- 9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
- 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
- 9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.
- 9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.
- 9.6 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.7.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
----------------------	-------	---------------------

02.061.0033.4257.6013	168.420 - Ações de informática	3.3.90.40.07 (Manutenção adaptativa/corretiva e sustentação de softwares) 4.4.90.40.05 (Aquisição de software pronto)
-----------------------	--------------------------------	--

## 11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas no "sítio" do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12:00h às 17:00h. **Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.**
- 11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 11.5 - Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame.

## 12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s), e em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.

- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s).
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

### **13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF 2ª Região convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos na Rua Visconde de Inhaúma, 68/ 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a retirada da Nota de Empenho ou Contrato, a Administração poderá encaminhá-la por meio eletrônico.
- 13.2 - A convocação que trata o subitem anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF 2ª Região, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94, bem como no [art. 49 do Decreto 10.024/19](#).
- 13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 13.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.

13.6 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

13.6.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo II do presente Edital, a qual será entregue no ato da retirada da nota de empenho.

13.7 - A Contratada deverá fornecer gratuitamente a todos os empregados/colaboradores, postos à disposição da execução do Contrato, todos os itens de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID -19), na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais normas específicas decretadas pelo Estado e pelo Município. A medida valerá enquanto perdurar o plano de contingência à COVID-19;

13.8 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

13.8.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

## 14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, c/c a IN SLTI/MPDG nº 01, de 04/04/2019, o objeto do contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, e da seguinte forma:

**14.1.1 - Provisoriamente - pelo Fiscal Técnico**, mencionado no subitem 14.6, imediatamente depois de efetuada a entrega das licenças, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações do Pregão.

**14.1.2 - Definitivamente - pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante**, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.



- 14.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 14.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos produtos, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;
- 14.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPDG nº 01, de 04/04/2019 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF;
- 14.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que as licenças foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;
- 14.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 14.6 - O Contratante designará **a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.
- 14.7 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90;

## 15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1 - O pagamento será efetuado após a entrega do produto, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado por ela, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior ou igual a R\$ 17.600,00 ( dezessete mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$ 17.600,00 ( dezessete mil e seiscentos reais), a contar do atesto do documento fiscal aposto pelo gestor do Contrato.
- 15.1.1 - Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

15.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

15.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, podendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail: [scon@trf2.jus.br](mailto:scon@trf2.jus.br).

15.3 - A entrega das licenças deverá ser realizada através do envio dos respectivos códigos através de mensagem eletrônica a ser remetida para o endereço eletrônico "seprod@trf2.jus.br"

15.3.1. A Contratada deverá encaminhar o Termo de Licença do fabricante ou documento similar onde deverão estar claros os part-numbers e quantidades fornecidas, assim como período de garantia e subscrição, conforme especificado neste Termo de Referência;

15.3.2. A Contratada deverá fornecer os procedimentos para download dos softwares direto do site do fabricante, caso a equipe técnica do TRF2 não consiga utilizar os procedimentos existentes;

15.3.3. As licenças adquiridas deverão ser entregues em sua versão mais atual, exceto nos itens em que for especificado de forma distinta. Em caso de mudança de nomenclatura deverá estar especificado na proposta técnica o nome anterior e o atual.

15.4 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

15.5 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

15.6 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015.

15.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

15.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 15.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

15.8 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

15.8.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

## **16 - DAS SANÇÕES**

16.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

16.1.1. apresentar documentação falsa;

16.1.2. fraudar a execução do contrato;

16.1.3. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.4. cometer fraude fiscal;

16.1.5. fizer declaração falsa;

16.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;

16.1.7. não mantiver a proposta.

16.2 - Para os fins do item 16.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

16.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "16.4", "16.5" e "16.6" com as seguintes penalidades:

16.3.1. advertência;

16.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

16.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 16.3.2; ou



- 16.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
- 16.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 16.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 16.6 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a CONTRATADA, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1(um) item obrigatório concomitantemente.
- 16.7 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:
- 16.7.1 - Se o valor pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.
- 16.7.2 - Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- 16.7.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- 16.7.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.
- 16.8 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.
- 16.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;
- 16.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;
- 16.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16.12 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória,



sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

## **17 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

17.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos/ Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

17.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

17.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

17.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

17.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

17.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

17.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2021.

Francisco Luis Duarte  
Pregoeiro

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2021**  
**PROCESSO TRF2-EOF-2021/022**  
**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de licença de software para atualização e ampliação da solução centralizada de backup e restauração de dados, IBM Spectrum Protect, com direito de atualização de versão e suporte até 31/03/2023, e para prestação de serviço de atualização deste ambiente, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

**2 - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DO PREÇO**

ITEM		DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. TB.	PREÇOS	
					UNIT.	TOTAL
01	1.1	D1INMLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) License + SW Subscription & Support 12 Months	UN	62	5.061,16	313.791,65
	1.2	E0LUYLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	UN	62	1.012,23	62.758,26
	1.3	E0LUWLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal	UN	100	1.265,29	126.529,00
	1.4	E0LUWLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal	UN	100	1.265,29	126.529,00
	1.5	E0LUXLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	UN	150	1.138,76	170.814,00
	1.6	E0LUXLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	UN	150	1.138,76	170.814,00
	1.7	E0LUYLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	UN	113	1.012,23	114.381,99
	1.8	E0LUYLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	UN	113	1.012,23	114.381,99
Aquisição e ampliação de licença de Software de Backup IBM Spectrum Protect com suporte técnico e manutenção de versões atualizadas até 31/03/2023 conforme especificações constantes do Termo de Referência Código COMPRASNET CATMAT: 150830						1.199.999,89

## 2 – DA DESCRIÇÃO DO PRODUTO

2.1 - Atualização e ampliação da solução centralizada de backup e restauração de dados IBM Spectrum Protect, com direito à atualização de versão e suporte até 31/03/2023 e serviços de atualização tecnológica deste ambiente conforme descrito abaixo:

2.1.1 - Renovação e ampliação de licença de Software de Backup IBM Spectrum Protect com suporte técnico e manutenção de versões atualizadas até 31/03/2023.

2.1.1.1 - A contratada deverá providenciar a aquisição de licenças de Software de Backup IBM Spectrum Protect para acomodar a ampliação do ambiente de backup da Justiça Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro segundo a tabela do item 2.1.1.1.1;

2.1.1.1.1 - Tabela para aquisição de novas licenças para o ambiente da Justiça Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro.

<b>Código do Fabricante</b>	<b>Descrição do Fabricante</b>	<b>Quantidade TB</b>	<b>Ano</b>
D1INMLL	IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) License + SW Subscription & Support 12 Months	62	01/04/2021 à 31/03/2022
E0LUYLL	BM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	62	01/04/2022 à 31/03/2023

2.2. A contratada deverá providenciar a renovação das licenças existentes do Software de Backup IBM Spectrum Protect da Justiça Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro conforme tabela do item 2.2.1.

2.2.1. Tabela para renovação de licenças do ambiente da Justiça Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro.

<b>Código do Fabricante</b>	<b>Descrição do Fabricante</b>	<b>Quantidade TB</b>	<b>Ano</b>
E0LUWLL	IBM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal	100	01/04/2021 a 31/03/2022
E0LUWLL	IBM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal	100	01/04/2022 a 31/03/2023

E0LUXLL	IBM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	150	01/04/2021 a 31/03/2022
E0LUXLL	IBM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	150	01/04/2022 a 31/03/2023
E0LUYLL	BM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	113	01/04/2021 a 31/03/2022
E0LUYLL	BM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	113	01/04/2022 a 31/03/2023

2.3. Aquisição de licença de Software de backup IBM Spectrum Protect com suporte técnico e manutenção de versões atualizadas até 31 de março de 2023.

2.3.1. A contratada deverá providenciar, junto com a renovação, a contratação de 62 (sessenta e dois) terabytes na modalidade "Front-end terabyte" totalizando assim um total de 425 (quatrocentos e vinte e cinco) terabytes de licenciamento na modalidade "Front-end terabyte" com atualização e suporte até 31 de março de 2023.

2.4. Características técnicas preliminares:

2.4.1. Licenciamento:

2.4.1.1. A solução deverá ser licenciada por meio de concessão perpétua;

2.4.1.2. O licenciamento deverá ser baseado no modelo de capacidade para arquivos e aplicações, sendo que a capacidade se refere ao volume total de dados em produção em uso, medido na unidade Terabyte – TB (equivalente à 240 bytes);

2.4.1.3. O licenciamento deverá permitir a proteção de uma quantidade ilimitada de clientes;

2.4.1.4. A volumetria informada nos itens 2.1.1 e 2.2.1 são de dados "front-end", ou seja, o volume tomado em um backup full, e não o total de espaço utilizado nas mídias retidas de backup;

2.4.1.5. No licenciamento da solução por volume de dados, entenda-se que o produto será entregue com todas as funcionalidades habilitadas e disponíveis para uso de forma total e irrestrita sem a necessidade de licenças complementares, independentemente da quantidade ou tipo de agentes necessários, de acordo com a necessidade do Contratante, e sem necessidade de aquisição de qualquer outro tipo de licença ou recurso adicional para execução de tais funcionalidades;

2.4.1.6. A solução ofertada deve estar habilitada para permitir a instalação de tantos servidores de mídia (se pertencentes à arquitetura da solução) e de gerência do backup quanto forem necessários para configuração do ambiente do Contratante de acordo com as melhores práticas propostas pelo fabricante;

2.4.1.7. A Contratante terá direito, sem ônus adicional, a todas as atualizações de versão e pacotes de correção de software da solução ofertada durante o período de vigência do contrato.

#### 2.4.2. Arquitetura:

2.4.2.1. A arquitetura da solução deverá permitir a implementação de backup do tipo LAN-free;

2.4.2.2. A solução deverá possuir catálogo ou banco de dados centralizado contendo as informações sobre todos os dados e mídias onde os backups foram armazenados. Esse banco de dados ou catálogo deve ser próprio e fornecido em conjunto com o produto;

2.4.2.3. A solução deverá suportar, no mínimo, o ambiente operacional Microsoft Windows Server 2008 R2 32-bit e x64 ou superior, ambiente Linux ou Unix (IBM AIX, Solaris ou HP\_UX) como servidor de gerência e catálogo. Para evitar aumento de complexidade de gestão, não serão aceitos catálogos instalados em máquinas virtuais em plataformas (sistemas operacionais) diferentes da utilizada no servidor de gerência;

2.4.2.4. Caso a solução implemente servidores movimentadores de dados (servidores de mídia), os mesmos deverão ser suportados nas plataformas Linux e Windows;

2.4.2.5. A solução deverá possuir mecanismo de reconstrução do catálogo ou banco de dados centralizado em caso de perda do mesmo, sem a necessidade de recatalogar as imagens de backup;

2.4.2.6. A arquitetura da solução deve ser flexível e escalável, permitindo sua instalação, configuração e uso em sites remotos interligados ao site principal através de WAN. Além disso, a solução deve prover recursos de deduplicação na origem, deduplicação no destino, e compactação tanto no site principal como nos sites remotos na plenitude da capacidade previamente licenciada e sem necessidade de aquisição de qualquer outro tipo de licença ou recurso adicional para execução de tais operações;

2.4.2.7. A solução deverá possuir a capacidade de realizar download e instalação de atualizações, de forma automática no servidor de gerência e catálogo do backup, nos servidores movimentadores de dados (se presentes na solução), e nos clientes / agentes de backup.

#### 2.4.3. Funcionalidades Gerais de Backup e Restore da Solução:

2.4.3.1. Ser capaz de realizar os três tipos de backup descritos a seguir:

2.4.3.1.1. Backup Full (completo), no qual é realizada a cópia de todos os arquivos de uma determinada área de armazenamento;

2.4.3.1.2. Backup Incremental, no qual são copiados somente os arquivos criados ou alterados desde o último Backup Completo ou Incremental. Essa forma marca os arquivos que passaram por backup (o atributo de arquivo é desmarcado);

2.4.3.1.3. Backup completo a partir da consolidação da imagem do backup full anterior e de imagens de backup incrementais que já existem em fita ou disco.

2.4.3.2. Permitir o backup e restore de arquivos abertos, garantindo a integridade do backup;

2.4.3.3. Possuir a funcionalidade de agendamento automático de jobs de backup;

2.4.3.4. Possuir a opção de priorização de jobs de backup com opção de retorno da execução da cópia caso um job de menor prioridade seja colocado em stand-by por um job de maior prioridade;

2.4.3.5. Possuir a funcionalidade de paralelizar a gravação dos dados em dispositivos de armazenamento (funcionalidade conhecida como multiplexação);

2.4.3.6. Ser capaz de enviar alertas através de e-mail com o objetivo de reportar eventos ocorridos na operação e configuração da solução;

2.4.3.7. Para operações de backup gravadas em disco e fita, possuir as seguintes funcionalidades:

2.4.3.7.1. Possuir funcionalidade de "disk staging", em que os backups são direcionados para uma área em disco e, eventualmente, migrados para uma fita;

2.4.3.7.2. Para um mesmo backup armazenado deverá haver a possibilidade de configuração de diferentes períodos de retenção;

2.4.3.7.3. Para um dado armazenado deverá haver a possibilidade de estender o período de retenção.

2.4.3.8. Possuir capacidade de realizar backup de servidores de arquivos no formato eternamente incremental;

2.4.3.9. Realizar somente a leitura dos metadados presentes no Sistema de Arquivos evitando assim a leitura completa dos arquivos existentes no servidor;

2.4.3.10. Permitir a gravação de backups Disk-to-Disk-to-Tape;

2.4.3.11. Ser compatível com bibliotecas auto-carregadoras de cartuchos de fitas magnéticas dos principais fabricantes entre elas a Quantum Scalar i6000;

2.4.3.12. Possuir a funcionalidade de criar múltiplas cópias de backups armazenados, com a opção de recuperação dos dados de forma automática através da cópia secundária se a cópia primária não estiver mais disponível;

2.4.3.13. Implementar criptografia de dados na origem (cliente de backup), de uma forma que seja garantido que o dado que trafegará na rede local ou na rede WAN seja criptografado;

2.4.3.14. Implementar criptografia de dados no destino do backup, de forma que seja garantido que os dados sejam criptografados;

2.4.3.15. Implementar chaves de criptografia de, pelo menos, 256 (duzentos e cinquenta e seis) bits.

2.4.4. Funcionalidades da Console de Gerenciamento, Integração e Alta-Disponibilidade:

2.4.4.1. A solução deverá, a partir de uma única interface, ser capaz de gerenciar e executar operações de backup/restore dos sistemas operacionais Windows, Unix e Linux; banco de dados Microsoft SQL Server, Oracle (AIX, Windows e Linux), PostgreSQL, MySQL;

2.4.4.2. A solução deverá possuir capacidade de estabelecer níveis de acesso diferenciados e configuráveis para atividades de administração e operação do software de backup, bem como o gerenciamento de contas (criação, modificação e exclusão) para os técnicos que irão utilizá-las;

2.4.4.3. O acesso administrativo ao console do servidor de gerenciamento de backup deverá ser feito através de ferramenta disponibilizada no próprio software (console gráfico) ou através de navegador Web;

2.4.4.4. A solução deverá suportar configuração de servidores em cluster para promover alta-disponibilidade dos serviços de gerenciamento.

2.4.4.5. Caso a arquitetura da solução possua servidores de mídia, deverá ser implementada distribuição automática de carga entre os servidores movimentadores de dados (servidores de mídia), ou seja, os dados oriundos dos clientes de backup deverão ser distribuídos de forma automática entre os servidores de backup, e em caso de falha de um dos servidores, o cliente automaticamente irá encaminhar seus dados para o outro servidor de backup ativo. Esta funcionalidade deverá ser nativa do produto, e não pode ser construída com o uso de soluções baseadas em softwares de cluster de terceiros;

2.4.4.6. Em caso de falha de execução de um backup, a solução deve ser capaz de reiniciar uma operação de backup ou restore, com opção de continuação, ou seja, retomando a cópia dos dados a partir do ponto da falha até a sua finalização;

2.4.4.7. A base de dados para armazenamento do catálogo deverá possuir mecanismo de proteção (backup) das informações armazenadas no catálogo e funcionalidades de recuperação rápida do catálogo em caso de desastre;

2.4.5. Requisitos para integração com o ambiente atual da SJRJ e do TRF 2ª Região:

2.4.5.1. Requisitos para o atual servidor de Correio:

2.4.5.1.1. Restauração em nível de arquivo (e-mail individual);

#### 2.4.5.2. Requisitos para File Servers:

##### 2.4.5.2.1. Necessária compatibilidade com os seguintes sistemas de arquivos:

2.4.5.2.1.1. EXT3;

2.4.5.2.1.2. EXT4;

2.4.5.2.1.3. XFS;

2.4.5.2.1.4. NTFS;

2.4.5.2.1.5. Novell Suse Linux;

2.4.5.2.1.6. JFS;

2.4.5.2.1.7. JFS2;

2.4.5.2.2. Os servidores de arquivos com interface Samba utilizam ACL's - Access Control List (Lista de Controle de Acesso) - nativo do Linux, portanto, a ferramenta deve suportar tal funcionalidade de backup e restore.

2.4.5.3. A ferramenta deve possuir compatibilidade com os seguintes sistemas operacionais, nas versões de 32 e 64 bits:

2.4.5.3.1. Red Hat 5.x;

2.4.5.3.2. Red Hat 6.x;

2.4.5.3.3. Red Hat 7.x;

2.4.5.3.4. Oracle Linux 7.x;

2.4.5.3.5. CentOS 6.x;

2.4.5.3.6. CentOS 7.x;

2.4.5.3.7. Windows Server 2008;

2.4.5.3.8. Windows Server 2012;

2.4.5.3.9. Windows Server 2016;

2.4.5.3.10. IBM AIX 6;



---

2.4.5.3.11. IBM AIX 7;

2.4.5.4. Backup de banco de dados:

2.4.5.4.1. Integração com o Oracle / RMAN por meio de agente nativo ou de plugin suportado pela Contratada, que permita a otimização do processo de backup;

2.4.5.4.2. Integração com SQL Server por meio de agente nativo ou de plugin suportado pela contratada, e que se integre à solução;

2.4.5.5. Backup de máquina virtual:

2.4.5.5.1. Integração com VMWare por meio de agente nativo ou de plugin suportado pela contratada, e que se integre à solução;

2.4.5.5.2. Deverá permitir a restauração ao nível de arquivo dentro da Máquina Virtual.

2.4.5.6. A solução deverá permitir a execução de um script personalizado no servidor alvo antes e depois da realização do backup, ou deverá permitir que o início da realização do backup seja disparado através de comando em script shell ou equivalente.

2.4.6. Requisitos relativos à funcionalidade de deduplicação:

2.4.6.1. Permitir uso da tecnologia de deduplicação de dados para toda a capacidade licenciada, eliminando blocos repetidos, para backups/arquivamento em disco e movimentação de dados deduplicados, independente de quantitativo de dispositivos de armazenamento que compõem a infraestrutura do CONTRATANTE.

2.4.6.2. Ser capaz de implementar deduplicação no nível de blocos, não sendo aceita a técnica de Single-Instance Storage.

2.4.6.3. Ser capaz de implementar deduplicação de blocos na origem (client-side deduplication), de forma que o cliente envie apenas novos blocos de dados criados e/ou modificados a partir do último backup full;

2.4.6.4. Ser capaz de implementar deduplicação de dados nos servidores de destino (target deduplication), de forma que tais servidores tratem adequadamente blocos repetidos enviados pelos clientes, evitando assim o armazenamento de blocos redundantes;

2.4.6.5. Ser capaz de implementar deduplicação de dados efetuando o backup de determinado arquivo apenas uma vez, independente do site e ou localidade originários. A deduplicação deverá ocorrer em uma única área de armazenamento;

2.4.6.6. Ser capaz de implementar deduplicação de dados em Jobs de backup ou no pool de discos;

2.4.6.7. Ser capaz de implementar deduplicação e compressão em um mesmo job;

2.4.6.8. Ser capaz de permitir o restore granular de arquivos ou sistemas de arquivos a partir de backups em disco ou em fita. Em caso de backup armazenado em disco o restore granular poderá ser feito utilizando-se backups que possam estar deduplicados.

2.4.7. Requisitos relativos a Relatórios:

2.4.7.1. A solução deverá prover relatórios gerenciais de backup com no mínimo as seguintes informações:

2.4.7.1.1. Backups com sucesso;

2.4.7.1.2. Backups com falha;

2.4.7.1.3. Volume de backup realizado;

2.4.7.1.4. Restores com sucesso;

2.4.7.1.5. Restores com falha;

2.4.7.1.6. Volume de restore realizado;

2.4.7.1.7. Clientes de backup configurados;

2.4.7.1.8. Ocupação no destino de backup;

2.4.7.1.9. Agendamento de jobs;

2.4.7.1.10. Licenciamento, capacidade e tendência de crescimento do ambiente;

2.4.7.2. Se houver múltiplos ambientes de backup, uma única interface web deve ser capaz de monitorar e agregar informações de diversos servidores da camada de gerenciamento para emissão dos relatórios;

2.4.7.3. A solução deverá permitir a geração de relatórios para verificar o nível de serviço, ou seja, visualização de que aplicações estão com políticas de backup ativadas e executadas periodicamente;

2.4.7.4. A solução deverá permitir exportar relatórios nos formatos html e csv;

2.4.7.5. A base de dados de relatórios deve suportar armazenamento de dados históricos de no mínimo 30 dias.

2.5. Suporte técnico e manutenção de versões atualizadas até 31 de março de 2023, de acordo com as seguintes condições:

2.5.1. O suporte técnico compreende o esclarecimento de dúvidas na utilização do software e a solução de problemas de funcionamento encontrados durante a operação normal do software;

2.5.2. Dada a complexidade da solução será facultada a subcontratação do fabricante ou de empresas autorizadas pelo fabricante para prestação dos serviços de suporte;

2.5.3. A Contratada deverá disponibilizar abertura de chamados por meio de telefone fixo no município do Rio de Janeiro ou número nacional isento de tarifação (ligação gratuita tipo 0800), ou por e-mail, ambos previamente informados ao Contratante;

2.5.4. O suporte técnico deverá ser prestado em regime 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano). O suporte técnico será prestado em português nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8 e 20 horas, e preferencialmente em português fora desse período;

2.5.5. O atendimento poderá ser realizado por conexão remota sendo que deverão ser enviados previamente pela Contratada os requisitos técnicos necessários para configuração de tal acesso, os quais serão analisados pela Seção de Administração da Produção (SEPROD) da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);

2.5.5.1. Em sendo possível configuração de rede que permita conexão remota sem a necessidade de intervenção de técnicos do Contratante, a mesma será feita, mas o acesso será no modo somente leitura, e estará sujeito à autorização do usuário que demandou o suporte técnico;

2.5.5.2. Havendo necessidade por parte da Contratada em promover alterações em configurações e arquivos de sua solução, deverá ser consultada previamente a Seção de Administração da Produção (SEPROD) da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações para avaliação e autorização, que será necessária sempre que for preciso um acesso que não seja do tipo somente-leitura;

2.5.6. A inviabilidade de atendimento por conexão remota, em modo somente leitura ou não, por qualquer que seja o motivo, não exime a Contratada de sua responsabilidade de solucionar os chamados.

### **3 – LOCAL DE ENTREGA:**

3.1. A entrega das licenças deverá ser realizada através do envio dos respectivos códigos através de mensagem eletrônica a ser remetida para o endereço eletrônico "seprod@trf2.jus.br"

3.1.1. A Contratada deverá encaminhar o Termo de Licença do fabricante ou documento similar onde deverão estar claros os part-numbers e quantidades fornecidas, assim como período de garantia e subscrição, conforme especificado neste Termo de Referência;

3.1.2. A Contratada deverá fornecer os procedimentos para download dos softwares direto do site do fabricante, caso a equipe técnica do TRF2 não consiga utilizar os procedimentos existentes;

3.1.3. As licenças adquiridas deverão ser entregues em sua versão mais atual, exceto nos itens em que for especificado de forma distinta. Em caso de mudança de nomenclatura deverá estar especificado na proposta técnica o nome anterior e o atual.

#### **4 – ENCARGOS DAS PARTES:**

4.1 - As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

##### **4.2 – A Contratada deve:**

4.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto desta Contratação, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme especificado no art. 70 da Lei nº 8.666/93.

4.2.2. Atender prontamente todas as solicitações do CONTRATANTE previstas nos documentos contratuais.

4.2.3. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

4.2.4. A CONTRATADA compromete-se a manter sob cuidado e discrição, impedindo a divulgação, publicação, ou disseminação das informações, ditas confidenciais, fornecidas pelo Contratante, para fins de execução de suas atividades relativas ao cumprimento deste Contrato.

4.2.5. A CONTRATADA não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados ou as quais teve acesso durante a realização destes, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante.

4.2.6. A CONTRATADA e todos os seus empregados envolvidos na execução dos serviços objeto deste Contrato deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

4.2.7. A CONTRATADA não poderá se eximir do cumprimento integral do Contrato mesmo havendo subcontratação.

4.2.8. Mediante solicitação do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir os profissionais que demonstrarem incompatibilidade no desempenho de suas atividades em relação à experiência, ao conhecimento e ao comportamento exigidos para o exercício da sua atividade.



4.2.9. As partes desde já ajustam que não existirá para o CONTRATANTE solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

4.2.10 - Demais deveres e responsabilidades previstos no edital.

#### **4.3 O Contratante deve:**

4.3.1 - Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante.

4.3.2 - Prestar informações e esclarecimentos à contratada, necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.

4.3.3 - Comunicar à contratada qualquer irregularidade verificada no cumprimento objeto deste contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas.

4.3.4 - Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta contratação.

4.3.5 - Manter a contratada atualizada sobre os padrões de instalação, operação, configuração segurança tecnológica e segurança da informação adotada no âmbito do contratante, a fim de que seu pessoal técnico esteja sempre habilitado à execução dos serviços contratados.

4.3.6 - Recusar o recebimento das licenças ou dos serviços que não estiverem em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela contratada.

4.3.7 - Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela Contratada.

4.3.8 - Demais deveres e responsabilidades previstos no edital.

#### **5 - DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

5.1. A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante;

5.2. A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao objeto contratado, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do Contratante.



**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO**

**(Inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7 do CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2021**

Proc. nº TRF2-EOF2021/022

\_\_\_\_\_  
**DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) Não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) Há em seu **quadro societário** parentesco com:

Nome: \_\_\_\_\_ Parentesco: \_\_\_\_\_ Órgão: CC\* \_\_\_\_\_ MPJ\* \_\_\_\_\_

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Público

Observação: \_\_\_\_\_

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)\*\*\*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2021/000\_\_\_\_

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA ATUALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SOLUÇÃO CENTRALIZADA DE BACKUP E RESTAURAÇÃO DE DADOS, IBM SPECTRUM PROTECT, COM DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO E SUPORTE ATÉ 31/03/2023, E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO DESTE AMBIENTE, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2021/00022

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Messod Azulay Neto**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, Tel.: (0xx\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por sua **Representante Legal, Sr(a).** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-20210/00022, em consequência do Pregão Eletrônico nº 052/2021, fundamentado na Lei nº 10.520/02, na Lei Complementar nº 123/06 e no Decreto 10.024/19, homologado em \_\_/\_\_/2021, através do despacho nº TRF2-DES-2021/\_\_\_\_\_, FIRMAM o presente Contrato visando *ao fornecimento de licença de software para atualização e ampliação da solução centralizada de backup e restauração de dados, IBM Spectrum Protect, com direito de atualização de versão e suporte até 31/03/2023, e para prestação de serviço de atualização deste ambiente*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e da Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017, deste Tribunal, mediante as seguintes cláusulas e condições:



**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de licença de *software* para atualização e ampliação da solução centralizada de backup e restauração de dados, IBM *Spectrum Protect*, com direito de atualização de versão e suporte até 31/03/2023, e para prestação de serviço de atualização deste ambiente, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 052/2021 e seus Anexos I e II, e na forma estabelecida no presente deste Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**2.1 - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA:**

**2.1.1 - DO PRAZO DE ENTREGA:**

2.1.1.1 – O prazo de entrega do produto deverá ser de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) [**no mínimo 20 (vinte) dias conforme Proposta**] contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato.

**2.1.2 - LOCAL DE ENTREGA:**

2.1.2.1 - A entrega das licenças deverá ser realizada através do envio dos respectivos códigos através de mensagem eletrônica a ser remetida para o endereço eletrônico [seprod@trf2.jus.br](mailto:seprod@trf2.jus.br).

2.1.2.2 - A Contratada deverá encaminhar o Termo de Licença do fabricante ou documento similar onde deverão estar claros os part-numbers e quantidades fornecidas, assim como período de garantia e subscrição, conforme especificado neste Termo de Referência;

2.1.2.3 - A Contratada deverá fornecer os procedimentos para download dos softwares direto do site do fabricante, caso a equipe técnica do Contratante não consiga utilizar os procedimentos existentes;

2.1.2.4 - As licenças adquiridas deverão ser entregues em sua versão mais atual, exceto nos itens em que for especificado de forma distinta. Em caso de mudança de nomenclatura deverá estar especificado na proposta técnica o nome anterior e o atual.

**2.2 - DA DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS:**

2.2.1 - Atualização e ampliação da solução centralizada de backup e restauração de dados IBM Spectrum Protect, com direito à atualização de versão e suporte até 31/03/2023 e serviços de atualização tecnológica deste ambiente conforme descrito abaixo:

2.2.1.1 - Renovação e ampliação de licença de Software de Backup IBM Spectrum Protect com suporte técnico e manutenção de versões atualizadas até 31/03/2023.

2.2.1.1.1 - A Contratada deverá providenciar a aquisição de licenças de Software de Backup IBM Spectrum Protect para acomodar a ampliação do ambiente de backup da Justiça Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro segundo a tabela do item 2.2.1.1.1.1;

2.2.1.1.1.1 - Tabela para aquisição de novas licenças para o ambiente da Justiça Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro.





Código do Fabricante	Descrição do Fabricante	Quantidade TB	Ano
D1INMLL	IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) License + SW Subscription & Support 12 Months	62	01/04/2021 à 31/03/2022
E0LUYLL	BM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	62	01/04/2022 à 31/03/2023

2.2.2 - A Contratada deverá providenciar a renovação das licenças existentes do Software de Backup IBM *Spectrum Protect* da Justiça Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro conforme tabela do subitem 2.2.1.1.

2.2.2.1 - Tabela para renovação de licenças do ambiente da Justiça Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro.

Código do Fabricante	Descrição do Fabricante	Quantidade TB	Ano
E0LUWLL	IBM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal	100	01/04/2021 a 31/03/2022
E0LUWLL	IBM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal	100	01/04/2022 a 31/03/2023
E0LUXLL	IBM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	150	01/04/2021 a 31/03/2022
E0LUXLL	IBM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	150	01/04/2022 a 31/03/2023
E0LUYLL	BM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	113	01/04/2021 a 31/03/2022
E0LUYLL	BM Spectrum Protect Suite – Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	113	01/04/2022 a 31/03/2023

2.3 - Aquisição de licença de *Software de backup IBM Spectrum Protect* com suporte técnico e manutenção de versões atualizadas até 31 de março de 2023.

2.3.1 - A Contratada deverá providenciar, junto com a renovação, a contratação de 62 (*sessenta e dois*) terabytes na modalidade "Front-end terabyte" totalizando assim um total de 425 (quatrocentos e vinte e cinco) terabytes de licenciamento na modalidade "Front-end terabyte" com atualização e suporte até 31 de março de 2023.

2.4 - Características técnicas preliminares:

2.4.1 - Licenciamento:

2.4.1.1 - A solução deverá ser licenciada por meio de concessão perpétua;



2.4.1.2 - O licenciamento deverá ser baseado no modelo de capacidade para arquivos e aplicações, sendo que a capacidade se refere ao volume total de dados em produção em uso, medido na unidade Terabyte – TB (equivalente à 240 bytes);

2.4.1.3 - O licenciamento deverá permitir a proteção de uma quantidade ilimitada de clientes;

2.4.1.4 - A volumetria informada nos subitens 2.1.1.1 e 2.2.1.1 são de dados "front-end", ou seja, o volume tomado em um backup full, e não o total de espaço utilizado nas mídias retidas de backup;

2.4.1.5 - No licenciamento da solução por volume de dados, entendes-se que o produto será entregue com todas as funcionalidades habilitadas e disponíveis para uso de forma total e irrestrita sem a necessidade de licenças complementares, independentemente da quantidade ou tipo de agentes necessários, de acordo com a necessidade do Contratante, e sem necessidade de aquisição de qualquer outro tipo de licença ou recurso adicional para execução de tais funcionalidades;

2.4.1.6 - A solução ofertada deve estar habilitada para permitir a instalação de tantos servidores de mídia (se pertencentes à arquitetura da solução) e de gerência do backup quanto forem necessários para configuração do ambiente do Contratante de acordo com as melhores práticas propostas pelo fabricante;

2.4.1.7 - A Contratante terá direito, sem ônus adicional, a todas as atualizações de versão e pacotes de correção de software da solução ofertada durante o período de vigência do Contrato.

#### 2.4.2 - Arquitetura:

2.4.2.1 - A arquitetura da solução deverá permitir a implementação de *backup* do tipo LAN-free;

2.4.2.2 - A solução deverá possuir catálogo ou banco de dados centralizado contendo as informações sobre todos os dados e mídias onde os backups foram armazenados. Esse banco de dados ou catálogo deve ser próprio e fornecido em conjunto com o produto;

2.4.2.3 - A solução deverá suportar, no mínimo, o ambiente operacional Microsoft Windows Server 2008 R2 32-bit e x64 ou superior, ambiente Linux ou Unix (IBM AIX, Solaris ou HP\_UX) como servidor de gerência e catálogo. Para evitar aumento de complexidade de gestão, não serão aceitos catálogos instalados em máquinas virtuais em plataformas (sistemas operacionais) diferentes da utilizada no servidor de gerência;

2.4.2.4 - Caso a solução implemente servidores movimentadores de dados (servidores de mídia), os mesmos deverão ser suportados nas plataformas Linux e Windows;

2.4.2.5 - A solução deverá possuir mecanismo de reconstrução do catálogo ou banco de dados centralizado em caso de perda do mesmo, sem a necessidade de recatálogo as imagens de backup;

2.4.2.6 - A arquitetura da solução deve ser flexível e escalável, permitindo sua instalação, configuração e uso em sites remotos interligados ao site principal através de WAN. Além disso, a solução deve prover recursos de deduplicação na origem, deduplicação no destino, e compactação tanto no site principal como nos sites remotos na



plenitude da capacidade previamente licenciada e sem necessidade de aquisição de qualquer outro tipo de licença ou recurso adicional para execução de tais operações;

2.4.2.7 - A solução deverá possuir a capacidade de realizar *download* e instalação de atualizações, de forma automática no servidor de gerência e catálogo do backup, nos servidores movimentadores de dados (se presentes na solução), e nos clientes / agentes de *backup*.

2.4.3 - Funcionalidades Gerais de Backup e Restore da Solução:

2.4.3.1 - Ser capaz de realizar os três tipos de backup descritos a seguir:

2.4.3.1.1 - Backup Full (completo), no qual é realizada a cópia de todos os arquivos de uma determinada área de armazenamento;

2.4.3.1.2 - Backup Incremental, no qual são copiados somente os arquivos criados ou alterados desde o último Backup Completo ou Incremental. Essa forma marca os arquivos que passaram por backup (o atributo de arquivo é desmarcado);

2.4.3.1.3 - Backup completo a partir da consolidação da imagem do backup full anterior e de imagens de backup incrementais que já existem em fita ou disco.

2.4.3.2 - Permitir o backup e restore de arquivos abertos, garantindo a integridade do backup;

2.4.3.3 - Possuir a funcionalidade de agendamento automático de jobs de backup;

2.4.3.4 - Possuir a opção de priorização de jobs de backup com opção de retorno da execução da cópia caso um job de menor prioridade seja colocado em stand-by por um job de maior prioridade;

2.4.3.5 - Possuir a funcionalidade de paralelizar a gravação dos dados em dispositivos de armazenamento (funcionalidade conhecida como multiplexação);

2.4.3.6 - Ser capaz de enviar alertas através de e-mail com o objetivo de reportar eventos ocorridos na operação e configuração da solução;

2.4.3.7 - Para operações de backup gravadas em disco e fita, possuir as seguintes funcionalidades:

2.4.3.7.1 - Possuir funcionalidade de “disk staging”, em que os backups são direcionados para uma área em disco e, eventualmente, migrados para uma fita;

2.4.3.7.2 - Para um mesmo backup armazenado deverá haver a possibilidade de configuração de diferentes períodos de retenção;

2.4.3.7.3 - Para um dado armazenado deverá haver a possibilidade de estender o período de retenção.

2.4.3.8 - Possuir capacidade de realizar backup de servidores de arquivos no formato eternamente incremental;

2.4.3.9 - Realizar somente a leitura dos metadados presentes no Sistema de Arquivos evitando assim a leitura completa dos arquivos existentes no servidor;

2.4.3.10 - Permitir a gravação de backups Disk-to-Disk-to-Tape;



2.4.3.11 - Ser compatível com bibliotecas auto-carregadoras de cartuchos de fitas magnéticas dos principais fabricantes entre elas a Quantum Scalar i6000;

2.4.3.12 - Possuir a funcionalidade de criar múltiplas cópias de backups armazenados, com a opção de recuperação dos dados de forma automática através da cópia secundária se a cópia primária não estiver mais disponível;

2.4.3.13 - Implementar criptografia de dados na origem (cliente de backup), de uma forma que seja garantido que o dado que trafegará na rede local ou na rede WAN seja criptografado;

2.4.3.14 - Implementar criptografia de dados no destino do backup, de forma que seja garantido que os dados sejam criptografados;

2.4.3.15 - Implementar chaves de criptografia de, pelo menos, 256 (duzentos e cinquenta e seis) bits.

2.4.4 - Funcionalidades da Console de Gerenciamento, Integração e Alta-Disponibilidade:

2.4.4.1 - A solução deverá, a partir de uma única interface, ser capaz de gerenciar e executar operações de backup/restore dos sistemas operacionais Windows, Unix e Linux; banco de dados Microsoft SQL Server, Oracle (AIX, Windows e Linux),

PostgreSQL, MySQL;

2.4.4.2 - A solução deverá possuir capacidade de estabelecer níveis de acesso diferenciados e configuráveis para atividades de administração e operação do software de backup, bem como o gerenciamento de contas (criação, modificação e exclusão) para os técnicos que irão utilizá-las;

2.4.4.3 - O acesso administrativo ao console do servidor de gerenciamento de backup deverá ser feito através de ferramenta disponibilizada no próprio software (console gráfico) ou através de navegador Web;

2.4.4.4 - A solução deverá suportar configuração de servidores em cluster para promover alta-disponibilidade dos serviços de gerenciamento.

2.4.4.5 - Caso a arquitetura da solução possua servidores de mídia, deverá ser implementada distribuição automática de carga entre os servidores movimentadores de dados (servidores de mídia), ou seja, os dados oriundos dos clientes de backup deverão ser distribuídos de forma automática entre os servidores de backup, e em caso de falha de um dos servidores, o cliente automaticamente irá encaminhar seus dados para o outro servidor de backup ativo. Esta funcionalidade deverá ser nativa do produto, e não pode ser construída com o uso de soluções baseadas em softwares de cluster de terceiros;

2.4.4.6 - Em caso de falha de execução de um backup, a solução deve ser capaz de reiniciar uma operação de backup ou restore, com opção de continuação, ou seja, retomando a cópia dos dados a partir do ponto da falha até a sua finalização;

2.4.4.7 - A base de dados para armazenamento do catálogo deverá possuir mecanismo de proteção (backup) das informações armazenadas no catálogo e funcionalidades de recuperação rápida do catálogo em caso de desastre;

2.4.5 - Requisitos para integração com o ambiente atual da SJRJ e do TRF 2ª Região:



- 2.4.5.1 - Requisitos para o atual servidor de Correio:
  - 2.4.5.1.1 - Restauração em nível de arquivo (e-mail individual);
- 2.4.5.2 - Requisitos para File Servers:
  - 2.4.5.2.1 - Necessária compatibilidade com os seguintes sistemas de arquivos:
    - 2.4.5.2.1.1 - EXT3;
    - 2.4.5.2.1.2 - EXT4;
    - 2.4.5.2.1.3 - XFS;
    - 2.4.5.2.1.4 - NTFS;
    - 2.4.5.2.1.5 - Novell Suse Linux;
    - 2.4.5.2.1.6 - JFS;
    - 2.4.5.2.1.7 - JFS2;
  - 2.4.5.2.2 - Os servidores de arquivos com interface Samba utilizam ACL's - Access Control List (Lista de Controle de Acesso) - nativo do Linux, portanto, a ferramenta deve suportar tal funcionalidade de backup e restore.
- 2.4.5.3 - A ferramenta deve possuir compatibilidade com os seguintes sistemas operacionais, nas versões de 32 e 64 bits:
  - 2.4.5.3.1 - Red Hat 5.x;
  - 2.4.5.3.2 - Red Hat 6.x;
  - 2.4.5.3.3 - Red Hat 7.x;
  - 2.4.5.3.4 - Oracle Linux 7.x;
  - 2.4.5.3.5 - CentOS 6.x;
  - 2.4.5.3.6 - CentOS 7.x;
  - 2.4.5.3.7 - Windows Server 2008;
  - 2.4.5.3.8 - Windows Server 2012;
  - 2.4.5.3.9 - Windows Server 2016;
  - 2.4.5.3.10 - IBM AIX 6;
  - 2.4.5.3.11 - IBM AIX 7;
- 2.4.5.4 - Backup de banco de dados:
  - 2.4.5.4.1 - Integração com o Oracle / RMAN por meio de agente nativo ou de plugin suportado pela Contratada, que permita a otimização do processo de backup;
  - 2.4.5.4.2 - Integração com SQL Server por meio de agente nativo ou de plugin suportado pela contratada, e que se integre à solução;
- 2.4.5.5 - Backup de máquina virtual:
  - 2.4.5.5.1 - Integração com VMWare por meio de agente nativo ou de plugin suportado pela contratada, e que se integre à solução;
  - 2.4.5.5.2 - Deverá permitir a restauração ao nível de arquivo dentro da Máquina Virtual.



2.4.5.6 - A solução deverá permitir a execução de um script personalizado no servidor alvo antes e depois da realização do backup, ou deverá permitir que o início da realização do backup seja disparado através de comando em script shell ou equivalente.

2.4.6 - Requisitos relativos à funcionalidade de deduplicação:

2.4.6.1 - Permitir uso da tecnologia de deduplicação de dados para toda a capacidade licenciada, eliminando blocos repetidos, para backups/arquivamento em disco e movimentação de dados deduplicados, independente de quantitativo de dispositivos de armazenamento que compõem a infraestrutura do Contratante.

2.4.6.2 - Ser capaz de implementar deduplicação no nível de blocos, não sendo aceita a técnica de Single-Instance Storage.

2.4.6.3 - Ser capaz de implementar deduplicação de blocos na origem (client-side deduplication), de forma que o cliente envie apenas novos blocos de dados criados e/ou modificados a partir do último backup full;

2.4.6.4 - Ser capaz de implementar deduplicação de dados nos servidores de destino (target deduplication), de forma que tais servidores tratem adequadamente blocos repetidos enviados pelos clientes, evitando assim o armazenamento de blocos redundantes;

2.4.6.5 - Ser capaz de implementar deduplicação de dados efetuando o backup de determinado arquivo apenas uma vez, independente do site e ou localidade originários. A deduplicação deverá ocorrer em uma única área de armazenamento;

2.4.6.6 - Ser capaz de implementar deduplicação de dados em Jobs de backup ou no pool de discos;

2.4.6.7 - Ser capaz de implementar deduplicação e compressão em um mesmo job;

2.4.6.8 - Ser capaz de permitir o restore granular de arquivos ou sistemas de arquivos a partir de backups em disco ou em fita. Em caso de backup armazenado em disco o restore granular poderá ser feito utilizando-se backups que possam estar deduplicados.

2.4.7 - Requisitos relativos a Relatórios:

2.4.7.1 - A solução deverá prover relatórios gerenciais de backup com no mínimo as seguintes informações:

2.4.7.1.1 - Backups com sucesso;

2.4.7.1.2 - Backups com falha;

2.4.7.1.3 - Volume de backup realizado;

2.4.7.1.4 - Restores com sucesso;

2.4.7.1.5 - Restores com falha;

2.4.7.1.6 - Volume de restore realizado;

2.4.7.1.7 - Clientes de backup configurados;

2.4.7.1.8 - Ocupação no destino de backup;

2.4.7.1.9 - Agendamento de jobs;

2.4.7.1.10 - Licenciamento, capacidade e tendência de crescimento do ambiente;



2.4.7.2 - Se houver múltiplos ambientes de backup, uma única interface web deve ser capaz de monitorar e agregar informações de diversos servidores da camada de gerenciamento para emissão dos relatórios;

2.4.7.3 - A solução deverá permitir a geração de relatórios para verificar o nível de serviço, ou seja, visualização de que aplicações estão com políticas de backup ativadas e executadas periodicamente;

2.4.7.4 - A solução deverá permitir exportar relatórios nos formatos html e csv;

2.4.7.5 - A base de dados de relatórios deve suportar armazenamento de dados históricos de no mínimo 30 dias.

2.5 - Suporte técnico e manutenção de versões atualizadas até 31 de março de 2023, de acordo com as seguintes condições:

2.5.1 - O suporte técnico compreende o esclarecimento de dúvidas na utilização do software e a solução de problemas de funcionamento encontrados durante a operação normal do software;

2.5.2- Dada a complexidade da solução será facultada a subcontratação do fabricante ou de empresas autorizadas pelo fabricante para prestação dos serviços de suporte;

2.5.3 - A Contratada deverá disponibilizar abertura de chamados por meio de telefone fixo no município do Rio de Janeiro ou número nacional isento de tarifação (ligação gratuita tipo 0800), ou por e-mail, ambos previamente informados ao Contratante;

2.5.4 - O suporte técnico deverá ser prestado em regime 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano). O suporte técnico será prestado em português nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8 e 20 horas, e preferencialmente em português fora desse período;

2.5.5 - O atendimento poderá ser realizado por conexão remota sendo que deverão ser enviados previamente pela Contratada os requisitos técnicos necessários para configuração de tal acesso, os quais serão analisados pela Seção de Administração da Produção (SEPROD) da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);

2.5.5.1 - Em sendo possível configuração de rede que permita conexão remota sem a necessidade de intervenção de técnicos do Contratante, a mesma será feita, mas o acesso será no modo somente leitura, e estará sujeito à autorização do usuário que demandou o suporte técnico;

2.5.5.2 - Havendo necessidade por parte da Contratada em promover alterações em configurações e arquivos de sua solução, deverá ser consultada previamente a Seção de Administração da Produção (SEPROD) da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações para avaliação e autorização, que será necessária sempre que for preciso um acesso que não seja do tipo somente-leitura;

2.5.6 - A inviabilidade de atendimento por conexão remota, em modo somente leitura ou não, por qualquer que seja o motivo, não exime a Contratada de sua responsabilidade de solucionar os chamados.





## 2.6 - DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

2.6.1 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante;

2.6.2 - A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao objeto contratado, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do Contratante.

## 3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 - Responsabilizar-se integralmente pelo objeto desta Contratação, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme especificado no art. 70 da Lei n.º 8.666/93.

3.3 - Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas nos documentos contratuais.

3.4 - Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

3.5 - A Contratada compromete-se a manter sob cuidado e discrição, impedindo a divulgação, publicação, ou disseminação das informações, ditas confidenciais, fornecidas pelo Contratante, para fins de execução de suas atividades relativas ao cumprimento deste Contrato.

3.6 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados ou as quais teve acesso durante a realização destes, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante.

3.7 - A Contratada e todos os seus empregados envolvidos na execução dos serviços objeto deste Contrato deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações fornecidas pelo Contratante.

3.8 - A Contratada não poderá se eximir do cumprimento integral do Contrato mesmo havendo subcontratação.

3.9 - Mediante solicitação do Contratante, a Contratada deverá substituir os profissionais que demonstrarem incompatibilidade no desempenho de suas atividades em relação à experiência, ao conhecimento e ao comportamento exigidos para o exercício da sua atividade.

3.10 - As partes desde já ajustam que não existirá para o Contratante solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da Contratada, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

3.11 - Demais deveres e responsabilidades previstos neste Contrato.





3.12 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução n.º 7, alterada pela Resolução n.º 09 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça;

3.13 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução n.º 7, alterada pela Resolução n.º 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça;

3.13.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo II do Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

3.14 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução n.º 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário;

3.14.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

3.15 - A Contratada deverá fornecer gratuitamente a todos os empregados/colaboradores, postos à disposição da execução do presente contrato, todos os itens de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID - 19), na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais normas específicas decretadas pelo Estado e pelo Município.

3.15.1 - A medida valerá enquanto perdurar o plano de contingência à COVID-19.

3.16 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

4.1 - Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante.



4.2 - Prestar informações e esclarecimentos à contratada, necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.

4.3 - Comunicar à contratada qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto deste contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas.

4.4 - Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta contratação.

4.5 - Manter a contratada atualizada sobre os padrões de instalação, operação, configuração segurança tecnológica e segurança da informação adotada no âmbito do contratante, a fim de que seu pessoal técnico esteja sempre habilitado à execução dos serviços contratados.

4.6 - Recusar o recebimento das licenças ou dos serviços que não estiverem em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela contratada.

4.7 - Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela Contratada.

4.8 - Demais deveres e responsabilidades previstos neste Contrato.

#### **5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

5.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, c/c a IN SGD/ME n.º 01/2019, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte maneira:

5.1.1 - **Provisoriamente – Imediatamente, pelo Fiscal Técnico**, após efetuada a entrega das licenças, para efeito de posterior verificação da conformidade das mesmas com as especificações deste Contrato;

5.1.2 - **Definitivamente – Pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante**, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, designados na forma estabelecida no item 11.1 deste Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos produtos, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

5.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME n.º 01, de 04/04/2019, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

5.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os produtos/serviços foram entregues/prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.5 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.



5.6 - O aceite/aprovação do (s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos mesmos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

**6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:**

**6.1 - DO PREÇO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇOS	
				UNIT.	TOTAL
1	1.1 D1INMLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) License + SW Subscription & Support 12 Months	Un	62		
	1.2 E0LUYLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	Un	62		
	1.3 E0LUWLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal	Un	100		
	1.4 E0LUWLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (1-100) Annual SW Subscription & Support Renewal	Un	100		
	1.5 E0LUXLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	Un	150		
	1.6 E0LUXLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (101-250) Annual SW Subscription & Support Renewal	Un	150		
	1.7 E0LUYLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	Un	113		
	1.8 E0LUYLL - IBM Spectrum Protect Suite - Front End Terabyte (251-500) Annual SW Subscription & Support Renewal	Un	113		
Total Estimado: R\$ _____					

6.1.1 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

6.1.2 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.



## 6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 - O pagamento será efetuado após a entrega do produto, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 17.600,00 (*dezesete mil e seiscentos reais*), ou em até 10 (*dez*) dias úteis, para valor superior a R\$ 17.600,00 (*dezesete mil e seiscentos reais*), a contar do atesto do documento fiscal aposto pelo gestor do Contrato.

6.2.1.1 - Para fins do disposto no item 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária;

6.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

6.2.1.3 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, podendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail [scon@trf2.jus.br](mailto:scon@trf2.jus.br).

6.2.2 - A entrega das licenças deverá ser realizada através do envio dos respectivos códigos através de mensagem eletrônica a ser remetida para o endereço eletrônico [seprod@trf2.jus.br](mailto:seprod@trf2.jus.br).

6.2.2.1 - A Contratada deverá encaminhar o Termo de Licença do fabricante ou documento similar onde deverão estar claros os part-numbers e quantidades fornecidas, assim como período de garantia e subscrição, conforme especificado neste Contrato;

6.2.2.2 - A Contratada deverá fornecer os procedimentos para download dos softwares direto do site do fabricante, caso a equipe técnica do TRF2 não consiga utilizar os procedimentos existentes;

6.2.2.3 - As licenças adquiridas deverão ser entregues em sua versão mais atual, exceto nos itens em que for especificado de forma distinta. Em caso de mudança de nomenclatura deverá estar especificado na proposta técnica o nome anterior e o atual.

6.2.3 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

6.2.4 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.2.5 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da



Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas n.º 1540, de 05/01/2015, e n.º 1.552, de 02/03/2015.

6.2.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal n.º 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

6.2.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);

6.2.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1 - A despesa decorrente da prestação de serviços objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento deste TRF 2ª Região, na época da realização da despesa, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Nota de empenho
	168.420 - Ações de informática		3.3.90.40.07 (Manutenção adaptativa/corretiva e sustentação de softwares) 4.4.90.40.05 (Aquisição de software pronto)	

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:**

8.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 8.1.1 - apresentar documentação falsa;
- 8.1.2 - fraudar a execução do Contrato;
- 8.1.3 - comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.4 - cometer fraude fiscal;
- 8.1.5 - fizer declaração falsa.

8.2. - Para os fins do subitem 8.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.



8.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 8.4, 8.5 e 8.6, com as seguintes penalidades:

8.3.1 - advertência;

8.3.2 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (*dois*) anos;

8.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

8.3.4 - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos.

8.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinte por cento*) do valor do Contrato.

8.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

8.6 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas neste Contrato, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% (*um décimo por cento*) e 0,5% (*cinco décimos por cento*) do valor do Contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% (*dois por cento*) se descumprido mais de 01 (*um*) item obrigatório concomitantemente.

8.7 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada:

8.7.1 - Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida;

8.7.2 - Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação formal do Contratante;

8.7.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

8.7.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

8.8 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.



8.9 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

8.10 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.11 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei n.º 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejaria, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

#### 9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula, e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei n.º 8.666/93.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

9.3 - A rescisão mencionada no item anterior se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 052/2021 e seus Anexos I e II;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/2021, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2021/\_\_\_\_);

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

#### 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 - O Contratante designará a **Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:





11.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, inclusive, por danos que possam ser causados ao Contratante ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da Contratada na execução do Contrato.

11.4 - A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante quanto à execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

11.5 - As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

11.6 - No início da execução do Contrato deverá ser realizada reunião de planejamento das atividades de execução do Contrato envolvendo a equipe de gerenciamento e um preposto da Contratada.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS:**

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato iniciar-se-á a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 5.1.2 deste Contrato.

12.2 - Prazo de validade / garantia:

12.2.1 - Durante o período de garantia contra defeitos, sem qualquer ônus adicional, o suporte de serviços compreenderá a solução de problemas de software relativos ao mesmo;

12.2.2 - A Contratada deverá fornecer pelo menos um número telefônico (ligação local ou 0800) para abertura de chamados no período de 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana). No momento da abertura do chamado, a Contratada deverá fornecer um número de protocolo para acompanhamento do andamento do chamado.

12.2.2.1 - O Chamado técnico também poderá ser aberto através de site na Internet, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Também neste caso deverá ser fornecido o número de protocolo para acompanhamento do andamento do chamado.

12.2.3 - A garantia de suporte e atualização de versão será prestada até 31/03/2023, conforme período especificado no termo de titularidade do software.





**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

13.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes à presente contratação em favor do Contratante.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

15.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei n.º 9.069 de 29/06/95 e Lei n.º 10.192 de 14/02/2001.

15.2 - A Contratada fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do item anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei n.º 9.648 de 27 de maio de 1998.

15.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, n.º 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030, endereço eletrônico [dcont@trf2.jus.br](mailto:dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas, previstas na Cláusula Oitava do Contrato, dos valores devidos pelos serviços prestados.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, o presente instrumento de contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.



**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

Rio de Janeiro,                      de                      de 2.021.

\_\_\_\_\_  
DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Presidente

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)



**Anexo X - Ata\_Confea.pdf**

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2022

**Processo:** CF-00.001986/2022-59

**Tipo de Processo:** Gestão de Contrato: Acompanhamento da Execução

**Assunto:** Armazenamento de Dados

**Interessado:** AX4B Sistemas de Informática Ltda

O **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA**, com sede no SEPN 508, Bloco A, Ed. Confea - Engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho, Asa Norte, 70740-541, Brasília - DF, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº nº 33.665.647/0001-91, neste ato representado pelo seu Vice-Presidente no exercício da Presidência, **Eng. Civ. João Carlos Pimenta**, CPF nº 124.628.536-34, RG nº 1.349.278 SSP/DF, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2022, Processo nº 02173/2020, **RESOLVE** registrar o preço ofertado pela empresa **AX4B Sistemas de Informática LTDA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 22.233.581/0001-44, estabelecida na Rua Florida nº 1738, 5º andar, Cidade Monções, São Paulo - SP, 04.565-001, neste ato representada pelo Sr. **Antônio Cesar Felix de Sousa**, portador da Cédula de Identidade nº 27.930.435-3 SSP/SP, CPF (MF) nº 216.458.588-71, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual para contratação de Solução de Armazenamento de Dados, redundante de forma gerenciada, contemplando ambiente interno e ambiente *Microsoft Office 365*, incluindo instalação, configuração e repasse de conhecimento conforme as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Aquisição de Solução de <i>Backup</i> e Restauração de dados com suporte e garantia pelo período de 36 meses	240	R\$ 2.804,90	R\$ 673.176,00
2	Serviço de Instalação e configuração da Solução de <i>Backup</i> e Restauração de dados	01	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00

3	Aquisição de Solução de Armazenamento de Dados Externo com garantia e suporte pelo período de 36 meses	140	R\$ 5.178,08	R\$ 724.931,20
4	Serviço de Instalação e configuração da Solução de Armazenamento de Dados Externo	01	R\$ 29.268,29	R\$ 29.268,29
5	Serviço Especializado por demanda	200	R\$ 270,07	R\$ 540.54,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.511.429,49</b>		

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA**.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Itens nº	Órgão Participante
1 ao 5	Crea-MT

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos integrantes da Administração Pública que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

**4.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**4.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**4.4.** As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**4.4.1.** Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 - P).

**4.5.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**4.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**4.7.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

## **5. DA VALIDADE DA ATA**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura pelo CONTRATANTE, não podendo ser prorrogada.

## **6. DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

**6.1.** A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

**6.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

**6.3.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**6.4.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**6.4.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. Suprimir o item quando inexisterem outros fornecedores classificados registrados na ata.

**6.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**6.5.1.** liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**6.5.2.** convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**6.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.7.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**6.7.1.** descumprir as condições da ata de registro de preços;

**6.7.2.** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**6.7.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**6.7.3.** sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**6.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**6.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**6.9.1.** por razão de interesse público; ou

**6.9.2.** a pedido do fornecedor.

## 7. DAS PENALIDADES

**7.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

**7.1.1.** As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/2019.

**7.2.** É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

**7.3.** O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

**8.1.** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

**8.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, é assinada eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Cesar Felix de Sousa, Usuário Externo**, em 14/04/2022, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.confea.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0584775** e o código CRC **C34A7CE4**.

**Anexo XI - SSP\_DF\_Item1.pdf**





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 27/2021-SSP

**OBJETO:** Aquisição de solução de proteção de dados com licenciamento por sockets com Instalação, Configuração e Transferência de Conhecimento, bem como aquisição de *Appliance* de armazenamento de dados e de backup com Instalação, Configuração e Transferência de Conhecimento, para atender demanda do órgão, com o objetivo de prover à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC) eficiente e eficaz, necessária ao enfrentamento da criminalidade no Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência (TR).

**DADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 3.680.611,00 (três milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e onze reais).

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 06.181.6217.1569.0004 Unidade Orçamentária: 220909

**NATUREZA DE DESPESA:** 44.90.52 **FUNTE DE RECURSOS:** 132

**IMPORTANTE**

**PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ:** 16/02/2022.

**PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ:** 16/02/2022.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** 22/02/2022.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS ÀS:** 10:30 horas do 22/02/2022.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS ÀS:** 10:30 horas do dia 22/02/2022.

PROCESSO Nº00050-00036357/2020-00

O Distrito Federal, representado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSPDF, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, para a aquisição do objeto especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, recepcionado no DF pelo Decreto distrital nº 40.205/2019, pelas Leis do DF nº 4.611/2011 e 6.112/2018 (obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com o DF), pela Lei complementar nº 123/2006, pelos Decretos distritais nº 36.520/2015, subsidiariamente, 35.592/2014 e 26.851/2006 e alterações posteriores, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, **além das demais normas pertinentes**, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos de criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado pela Portaria nº 141, de 1º de outubro de 2021, publicada no DODF nº 190, página 55, de 07 de outubro de 2021, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: receber, examinar e decidir as impugnações e pedidos de esclarecimento ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor sua homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página [www.ssp.df.gov.br/licitacoes](http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes) e no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de solução de proteção de dados com licenciamento por sockets com Instalação, Configuração e Transferência de Conhecimento, bem como aquisição de *Appliance* de armazenamento de dados e de backup com Instalação, Configuração e Transferência de Conhecimento, para atender demanda do órgão, com o objetivo de prover à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC) eficiente e eficaz, necessária ao enfrentamento da criminalidade no Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

1.2. A(s) aquisição(ões) visa(m) o atendimento de demanda(s) do(s) seguinte(s) setor(es): Subsecretaria de Modernização Tecnológica.

**2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1.** O valor estimado da licitação é de R\$ 3.680.611,00 (três milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e onze reais), conforme item 5.1 do Termo de Referência que segue como Anexo I ao Edital.
- 2.2.** As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal; Programa de Trabalho nº: 06.181.6217.1569.0004 - Desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública - SSP - Distrito Federal. Natureza da Despesa: 44.90.52 e Fonte de Recursos: 132.

**3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**

3.1. Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados no portal ComprasGovernamentais (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>) e na página da SSPDF ([www.ssp.df.gov.br/licitacoes](http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes)), podendo igualmente ser obtidos diretamente na Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas, sito ao Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “A” Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília - DF, **somente em mídia digital**, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 08h00min às 18h00min mediante requerimento da Licitante interessada ao Coordenador de Planejamento, Licitações e Compras Diretas, assinada pelo seu representante legal, devendo fornecer CD/DVD ou levar pen-drive.

**4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

4.1. A **impugnação ao presente Edital e seus anexos** deverá ser dirigida ao Pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [licitacoes@ssp.df.gov.br](mailto:licitacoes@ssp.df.gov.br).

4.1.1. A impugnação deve estar devidamente identificada (CNPJ, razão social, nome do representante legal e comprovação de poderes para representar a impugnante, se pessoa jurídica, e nome completo e CPF, se pessoa física).

- 4.1.2. Apresentada a impugnação, caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.
- 4.1.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, podendo ser concedido o efeito suspensivo por ato do Pregoeiro, devidamente motivado nos autos do processo.
- 4.1.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 4.1.5. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, enviar sua PROPOSTA, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão.
- 4.2. Os **esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos** deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [licitacoes@ssp.df.gov.br](mailto:licitacoes@ssp.df.gov.br).
- 4.2.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão estar devidamente identificados (CNPJ, razão social, nome do representante legal e comprovação de poderes para representar a peticionante, se pessoa jurídica, e nome completo e CPF, se pessoa física).
- 4.2.2. Apresentado pedido de esclarecimento, o Pregoeiro, auxiliado pela unidade requisitante, decidirá sobre a petição, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
- 4.2.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.
- 4.3. As impugnações e esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro diretamente aos peticionantes e serão divulgados a todos os interessados através do site **ComprasGovernamentais** (<https://www.gov.br/compras/pt-br/> – no *link* correspondente a este Edital), e do site da SSPDF ([www.ssp.df.gov.br/licitacoes](http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes)) antes da abertura da sessão, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas.
- 4.4. Modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos Licitantes.
- 5. DO CREDENCIAMENTO**
- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema **Comprasnet**, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI - ME, por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto a SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.
- 5.4. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SSPDF, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

- 6.1. Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:
- 6.1.1. Que estejam devidamente credenciadas no sistema **Comprasnet**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, munidas de chave de identificação e de senha;
- 6.1.2. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546/03; ou
- 6.1.3. Que estejam cadastradas no SICAF, mas com seus cadastramentos vencidos, desde que atendidas as exigências do **item 14**, deste Edital.
- 6.2. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DO CONTRATO DELA DECORRENTE:**
- 6.2.1. Servidor ou dirigente da SSPDF;
- 6.2.1.1. A vedação se aplica para as condições de proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio. (§ 1º do Art. 1º do Decreto nº 39.860/2019).
- 6.2.1.2. Aplica-se, ainda, aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratada, e ao agente público que, na condição referida, esteja licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.
- 6.2.1.3. A vedação aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.
- 6.2.1.4. Considera-se participação indireta, para fins do disposto, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 6.3. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- 6.4. As empresas:**
- 6.4.1. Declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- 6.4.2. Suspensas de participar de licitação, e impedidas de contratar com a Administração do Distrito Federal, durante o prazo da sanção aplicada;
- 6.4.3. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
- 6.4.4. Que se encontrem em processo de dissolução, liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação;
- 6.5. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.
- 6.6. Submissas a concurso de credores;
- 6.7. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;
- 6.8. Que conste da relação de inidôneos disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- 6.9. Cujo estatuto ou contrato social não incluam o objeto deste Edital;
- 6.10. Constituídas com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, observando o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados;
- 6.11. Isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 6.12. Cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:
- 6.12.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração pública distrital; ou;
- 6.12.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação;
- 6.13. A vedação se aplica aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 6.14. As vedações deste item estendem-se às relações homoafetivas.
- 6.15. Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.
- 6.16. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 6.17. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(ns).
- 6.18. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, incluído o regime de que trata o [art. 12 da citada Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica (parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.611/2011):
- 6.19. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 6.20. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 6.21. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

- 6.22. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- 6.23. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- 6.24. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 6.25. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 6.26. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 6.27. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 6.28. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

**7. DA COTA RESERVADA PARA ENTIDADES PREFERENCIAIS**

7.1. Tendo em vista a necessidade de compatibilização e uniformidade dos itens que compõem a presente licitação, não haverá cota reservada para as entidades preferenciais e nem subcontratação compulsória, prevista no art. 48, incisos II e III da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 2º, III, do Decreto-DF nº 35.592/2014.

**8. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Após a divulgação do Edital os Licitantes deverão encaminhar a **PROPOSTA INICIAL** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, consignando o **valor global**, bem como a descrição do objeto ofertado.
- 8.2. As propostas e os documentos de habilitação serão recebidos exclusivamente por meio do sistema eletrônico **Comprasnet** (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos.
- 8.3. No momento do envio da proposta e dos documentos de habilitação o Licitante deverá **declarar por meio do sistema eletrônico em campo específico**:
- 8.3.1. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;
- 8.3.2. De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.3.3. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- 8.3.4. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;
- 8.3.5. Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da SLTI/MPOG;
- 8.3.6. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, no caso das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais;
- 8.4. A assinalação do campo “não” na Declaração do item **8.3.6** apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais.
- 8.5. As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão conferidas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.
- 8.6. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante responderá administrativamente na forma do Decreto Distrital nº 26.851/2006.
- 8.7. O **preço** proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**9. DAS CONDIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

- 9.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 9.1.1. Valor unitário e total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 9.1.2. Marca, modelo e fabricante** de cada item ofertado;
- 9.1.3. Descrição detalhada do objeto** indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 9.3. Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente.
- 9.4. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 9.5. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante.
- 9.6. Ao cadastrar sua proposta no sítio do sistema **Comprasnet** o Licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo **“Descrição detalhada do objeto ofertado”**. Não serão aceitas descrições da proposta do tipo **“conforme Edital”**.
- 9.7. A Licitante que registrar no campo **“Descrição detalhada do objeto ofertado”** qualquer informação que venha a identificar sua razão social ou nome fantasia terá sua proposta desclassificada antes da disputa de lances.
- 9.8. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

**10. DA CONDUÇÃO DO CERTAME**

- 10.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, apoiado pela Equipe de Apoio e por setores técnicos, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 10.2. A operacionalidade do sistema **Comprasnet** é de responsabilidade da SLTI/ME, junto a qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 10.3. A participação na licitação na forma eletrônica dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da **PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.
- 10.4. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.
- 10.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 10.7. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.
- A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 10.8. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via *chat*, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail;
- 10.9. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 10.10. Somente os Licitantes com propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da fase de lances.

**11. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

- 11.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 11.2. Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações e exigências mínimas constantes no Termo de Referência (Anexo I ao Edital).
- 11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 11.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase competitiva.

**11.6. Considerando a pequena quantidade de itens, o modo de disputa será o ABERTO.** No modo de disputa ABERTO, a etapa de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

11.7. Durante a fase competitiva, as Licitantes deverão formular seus lances com um intervalo mínimo de diferença de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

11.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.9. Após o período inicial de 10 (dez) minutos, o período inicial será prorrogado automaticamente pelo sistema eletrônico **Comprasnet** quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.10. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem **11.9**, será de 2 (dois) minutos;

11.11. A prorrogação automática ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.12. São considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio Licitante, quando adotado o **julgamento pelo critério de menor preço**.

11.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens **11.10**, **11.11** e **11.12**, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.14. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade em relação ao **menor preço**.

11.15. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema **Comprasnet**, na forma dos subitens **11.10**, **11.11** e **11.12**, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço estimado pela Administração, mediante justificativa.

11.16. Encerrada a fase competitiva, se o melhor lance não tiver sido ofertado por empresa qualificada como ME/EPP, o sistema selecionará todas as MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate ficto, observada a ordem de classificação, para a convocação para o desempate.

11.17. Na forma da Lei Distrital nº 4.611/2011 e do Decreto Distrital nº 35.592/2014 (art. 4º, § 3º), consideram-se empatadas as propostas de MEs / EPPs com valor igual ou até 5% superior à de **menor preço**.

11.18. Constatada a existência de empate ficto, proceder-se-á a seguinte fase de desempate:

11.18.1. O sistema convocará a ME/EPP para, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, encaminhar uma última oferta **obrigatoriamente mais vantajosa** que a proposta da primeira colocada.

11.18.2. Caso a ME/EPP não ofereça proposta mais vantajosa, o sistema convocará os Licitantes ME/EPP remanescentes que porventura se encontrem dentro da margem de preferência, seguindo-se a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

11.18.3. Na hipótese de não oferta de lance que desempate o procedimento licitatório, permanecerá a ordem de classificação anteriormente determinada.

11.19. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante como ME/EPP.

11.20. Após o desempate de que tratam os subitens **11.18.1** a **11.18.3**, caso persista o empate entre duas ou mais propostas, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens:

11.20.1. Produzidos no País;

11.20.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.20.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.20.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.21. Os critérios de desempate previstos nos subitens **11.20.1** a **11.20.4** serão aplicados caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

11.22. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema **Comprasnet** dentre as propostas empatadas.

**12. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA**

12.1. Após o encerramento da fase competitiva, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento.

12.2. É vedada a negociação com condições diferentes das previstas neste Edital.

12.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes.

**13. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1. Encerrada a etapa competitiva e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto ao **preço** e quanto ao atendimento das especificações.

13.2. O(s) Licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, após a negociação, deverá(ão) enviar **no prazo de 2 (duas) horas** a contar da requisição do Pregoeiro via chat, a(s) Proposta(s) de Preços devidamente atualizada(s), em conformidade com o valor negociado ou o último lance ofertado.

13.3. A proposta ajustada será recebida **exclusivamente por meio do sistema Comprasnet** (opção “Enviar Anexo”), respeitado o limite do sistema eletrônico, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários.

13.4. A(s) proposta(s) atualizada(s) deverá(ão) ser lavrada(s) em língua portuguesa e deve(m) conter:

**13.4.1. Nome da proponente e de seu representante legal**, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual, Municipal e Distrital;

**13.4.2. Preço unitário e total de cada objeto cotado**, devendo estar inclusas nos preços ofertados todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;

**13.4.3. A indicação de uma única marca e modelo para cada objeto**, sem prejuízo da indicação de todas as características do produto cotado, com especificações claras e detalhado, inclusive tipo, referência, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente quando for o caso, observadas as especificações constantes no Anexo I deste Edital;

**13.4.4. Prazo de validade da proposta**, não devendo ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

**13.4.5. Prazo de entrega** não superior a 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, quando não houver a formalização do instrumento de contrato;

**13.4.6. Declaração expressa**, de que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas relativas à entrega do(s) bem(ns) tais como embalagens, encargos sociais, frete, seguro, tributos e encargos de qualquer natureza que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto da licitação;

**13.4.7. Declaração de que a Licitante atende os critérios de sustentabilidade ambiental** previstos no atr. 7º da Lei Distrital nº 4.770/2012, conforme modelo constante no **Anexo III**. A declaração pode ser substituída por certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova, que ateste que a empresa cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental;

**13.4.8. Memórias de Cálculo** que, eventualmente, se fizerem necessárias; e

**13.5. Os dados inseridos na proposta, como correio eletrônico, número de telefone e fax, serão utilizados para a comunicação oficial entre a SSPDF e a empresa, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.**

13.6. Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, **ressalvadas as hipóteses destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pelo Pregoeiro**.

13.7. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro.

13.8. Em consonância com o § 3º, art. 43, da Lei nº 8.666/1993, para fins de verificação/comprovação quanto ao atendimento das especificações contidas no Termo de Referência, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, requerendo a remessa de folders, catálogos, prospectos técnicos, dentre outros que julgar cabíveis à análise objetiva dos produtos ofertados pelas Licitantes.

13.9. O Pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.

13.10. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, bem como propostas que apresentarem valores globais e unitários acima do estimado.

13.11. Serão desclassificadas propostas que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim entendidos:

**13.11.1. Preços excessivos**, quando os mesmos apresentarem valores superiores ao preço estimado pela Administração;

13.11.1.1. A desclassificação por preços excessivos somente ocorrerá após a fase competitiva, caso a Administração não obtenha êxito na negociação direta.

**13.11.2. Preços inexequíveis**, quando os mesmos forem inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais;

13.11.2.1. O Licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, caso não demonstre, será desclassificado.



**13.12. Serão analisados, para a definição de valores excessivos ou inexequíveis, os preços unitários e globais.**

13.13. O não envio da proposta ajustada por meio do sistema **Comprasnet** (opção “Enviar Anexo”), com todos os requisitos ou o descumprimento das eventuais diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta.

13.14. Sempre que a proposta não for aceita, antes de ocorrer a convocação da Licitante subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos subitens **11.5** a **11.7**, visto o disposto na Lei Distrital nº 4.611/2011 e no Decreto Distrital nº 35.592/2014.

13.15. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **Comprasnet** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para a Coordenador de Planejamento, Licitações e Compras Diretas, sito ao Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “A” Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília - DF.

**14. DA HABILITAÇÃO**

14.1. Encerrada a fase de propostas, o Pregoeiro promoverá a análise dos documentos de habilitação enviados pelo Licitante, conforme regulado neste Edital.

14.2. Em caráter de diligência, os documentos de habilitação remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **Comprasnet** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para a Coordenador de Planejamento, Licitações e Compras Diretas, sito ao Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “A” Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília - DF.

14.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do Licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF;

14.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o Licitante, por falta de condição de participação.

14.5. Realizadas as diligências, o Pregoeiro fará a análise dos documentos de habilitação.

**14.6. DOS LICITANTES CADASTRADOS NO SICAF:**

14.6.1. As Licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

14.6.2. Documentação relativa à habilitação técnica elencada nos subitens **14.10.1**, **14.10.2** deste Edital. Caso o SICAF apresente parte dos documentos de qualificação técnica, deverão ser apresentados os documentos faltantes;

14.6.3. Certidão Negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão**. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

14.6.4. As Licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer**;

**14.6.5.** A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrados ou pelo registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

14.6.6. Declarações prestadas diretamente no sistema, na forma do **item 8.3** deste Edital;

**14.6.7. Todas as declarações constantes do sistema ComprasGovernamentais serão consultadas e juntadas aos autos do processo.**

14.6.8. Prova de regularidade com a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br) (**obrigatória para os Licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal**).

14.6.9. A Licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

14.6.10. Os Licitantes que estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF vencidos, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

**14.7. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

14.7.1. Documento de identificação contendo todos os dados dos responsáveis legais da proponente;

14.7.2. Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual;

14.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.7.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

14.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.7.6. Procuração por instrumento público, ou por instrumento particular com o devido reconhecimento de firma em cartório, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es), com poderes estatutários para firmar compromisso.

**14.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

14.8.1. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

14.8.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.8.3. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da Licitante;

14.8.4. Prova de regularidade com a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, **independentemente da sede ou domicílio do Licitante**, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br);

14.8.5. Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

14.8.6. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11.5.90;

14.8.7. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

**14.8.8. Para todas as certidões referentes à regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativa.**

14.8.9. Caso o Licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

**14.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

14.9.1. Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão**. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

14.9.2. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**14.9.3.** As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

**14.9.4.** A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

1.

ILG: Índice de Liquidez Geral ≥ 1 (maior ou igual a 1)

ILG = 
$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > 1$$

2. ILC: Índice de Liquidez Corrente ≥ 1 (maior ou igual a 1)

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE}{PASSIVO\ CIRCULANTE} > 1$$

3. SG: Solvência Geral ≥ 1 (maior ou igual a 1)

$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO} > 1$$

- 14.9.5.** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 14.9.5.1. Serão consideradas como detentoras de capacidade econômico-financeira satisfatória as Licitantes que obedecerem simultaneamente às condições do item **14.9.4.** (1, 2 e 3) acima.
- 14.9.5.2. A Licitante deverá apresentar os cálculos constantes do item **14.9.4**, assinado por seu representante legal e por um contador.
- 14.9.5.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ao mínimo estabelecido em qualquer dos índices referidos no item 14.9.4, quando de suas habilitações, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, através do Balaço Patrimonial do exercício social já exigível e devidamente registrado na Junta Comercial, Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação do(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer**. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

**14.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 14.10.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em língua portuguesa do Brasil, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde deverá indicar dados da entidade emissora e dos signatários do documento, além da descrição do objeto e quantidades, comprovando ter a Licitante fornecido materiais/equipamentos compatíveis com o objeto desta licitação, considerando-se compatível o fornecimento anterior de objeto com as seguintes características: forneceu solução de proteção de dados com licenciamento por sockets e *Appliance* de armazenamento de dados e de backup, todos devidamente instalados, bem como suas configurações e transferência de conhecimento no percentual de 10% (dez por cento) de materiais similares aos constantes no Termo de Referência do quantitativo a ser contratado, de acordo com o TCU, Acórdãos de Plenário nºs 1.284/2003, 2.068/2004, 2.088/2004, 2.656/2007, 2.056/2008 e 11.213/2013;
- 14.10.2. Será permitido a soma de atestado (s), visando comprovar o quantitativo de 10% (dez por cento) estabelecido acima;

**14.11. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs:**

- 14.11.1. As empresas qualificadas como MEs / EPPs, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.
- 14.11.2. A existência de restrição relativamente à **regularidade fiscal e trabalhista** não impede que a Licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 14.11.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 14.11.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à **regularidade fiscal e trabalhista**, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 14.11.5. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo Licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 14.11.6. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada à SSPDF convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame, ou revogar a licitação.
- 14.11.7. O tratamento favorecido e diferenciado não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor dos itens da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa, conforme dispõe o art. 24 da Lei distrital nº 4.611/2011 e art. 2º, § 2º, do Decreto distrital nº 35.592/2014.

**14.12. OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:**

- 14.12.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos **em nome e CNPJ da matriz** ou todos **em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.
- 14.12.2. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, **deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias**, contados da data da sessão pública deste Pregão.
- 14.12.3. Será inabilitado o Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- Se a proposta não for aceitável, ou se a Licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 14.12.4. Caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos subitens **11.5** a **11.7**, visto o disposto na Lei Distrital nº 4.611/2011 e no Decreto Distrital nº 35.592/2014.
- 14.12.5. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste Edital, a Licitante será declarada vencedora.

**14.12.6. O Pregoeiro diligenciará na internet para evitar inabilitações pela falta de apresentação de documentos de regularidade fiscal, jurídica, econômico-financeira e técnica, visando a manutenção da proposta de melhor preço.**

**15. DOS RECURSOS**

- 15.1. Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema **Comprasnet**, manifestar sua intenção de recorrer.
- 15.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem **15.1** importará na decadência desse direito.
- 15.3. As manifestações de intenção de recorrer devem ser feitas exclusivamente por meio do sistema **Comprasnet**.
- 15.4. As manifestações fora do sistema **Comprasnet** serão desconsideradas.
- 15.5. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, verificando somente as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.6. A ausência de manifestação ou as manifestações fora do sistema acarretarão no prosseguimento do feito, estando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao Licitante declarado vencedor.
- 15.7. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a Licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões.
- 15.8. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias e começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal.
- 15.9. As razões e contrarrazões serão recebidas somente no portal **Comprasnet**, por meio de campo próprio do sistema. **Não serão recebidas e conhecidas razões de recurso e contrarrazões enviadas diretamente ao Pregoeiro ou por quaisquer outros meios (fax, correspondência, correio eletrônico, etc).**
- 15.10. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão requisitar a disponibilização de acesso externo ao inteiro teor do processo eletrônico por meio do e-mail: [licitacoes@ssp.df.gov.br](mailto:licitacoes@ssp.df.gov.br) endereçado ao Subsecretário de Administração Geral.
- 15.11. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente relatado ao Subsecretário e Administração Geral da SSPDF para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 13, IV, e do art. 45, tudo do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 15.12. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.
- 15.13. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

**16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 16.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.2. Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior, propondo sua homologação.

16.3. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**17. DO CONTRATO**

17.1. Após a homologação da licitação, a Licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato, ou retirar documento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do Termo de Convocação.

17.2. O convocado poderá, a critério da Administração, assinar o contrato diretamente no processo eletrônico (assinatura eletrônica), cabendo à Administração, mediante prévio cadastro, a liberação para assinatura de usuário externo no SEI.

17.3. O prazo para assinatura do Contrato estabelecido no **item 17.1** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Subsecretário de Administração Geral da SSPDF.

17.4. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo Licitante durante toda a vigência contratual.

17.5. O Contrato a ser assinado subordina-se ao Termo Padrão nº **07/2002**, em conformidade com o Decreto 23.287 de 17/10/2002 do Distrito Federal, que segue como **Anexo IV a este Edital**, e terá **vigência de 180 (cento e oitenta) dias**, a contar de sua assinatura.

17.6. A vigência contratual poderá ser prorrogada nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

17.7. Após a celebração do contrato, a Licitante vencedora deverá, no prazo de 10 (dez) dias da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, prestar uma das seguintes garantias:

17.7.1. caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

17.7.2. seguro-garantia; ou,

17.7.3. fiança bancária.

17.8. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 3% (três por cento) do valor do contrato.

**17.9. A garantia deverá ter validade igual ou superior a 90 dias após a vigência do contrato.**

17.10. Caso a Contratada opte pela caução em dinheiro, a empresa deverá realizar TED ou depósito para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, CNPJ 00.394.684/0001-53, no Banco Regional de Brasília (BRB) Agência 100; Conta 800482-8.

17.11. Toda e qualquer garantia prestada pela Licitante vencedora:

a) somente poderá ser levantada 90 (noventa) dias após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) poderá, a critério da SSPDF, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

17.12. Nos casos de alterações contratuais que promovam acréscimos ao valor inicialmente contratado, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada.

17.13. A garantia prestada deverá ser comprovada junto a Coordenador de Planejamento, Licitações e Compras Diretas no prazo previsto no item **17.7**.

17.14. O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

17.15. Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato oriundo desta licitação deverá ser dirigido ao Executor de Contrato ou ao Presidente da Comissão Executora do Contrato, a quem caberá análise do pedido e encaminhamento ao Subsecretário de Administração Geral da SSPDF a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

17.16. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato, outro Licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o Decreto Distrital nº 26.851/2006.

17.17. Este Edital, o Termo de Referência e seus anexos e a proposta de preços apresentada pela Licitante vencedora farão parte integrante do Contrato.

17.18. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, legais e regulamentares.

17.19. São vedadas a subcontratação total ou parcial acima dos limites estabelecidos neste Edital, a associação da Contratada com outrem, a sub-rogação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

17.20. Será designado um Executor, ou uma Comissão Executora de Contrato, que terá as atribuições contidas na Lei 8.666/1993 e no Decreto Distrital nº 32.598/2010, a quem caberá a fiscalização e acompanhamento da obra nos termos do Edital, Projeto Básico e seus anexos.

17.21. A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor total inicial atualizado do Contrato que se fizerem necessários, observado o percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento), salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes, na forma do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

17.22. Incumbirá à SSPDF providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

**18. DO REAJUSTE**

18.1. Os preços relativos ao futuro contrato são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

**19. DOS ADITAMENTOS CONTRATUAIS**

19.1. As alterações das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, à pedido da SSPDF, **desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da CONTRATADA**, serão processados por meio de termo aditivo, observados os limites previstos no item **17.21** deste Edital (§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93).

19.2. As eventuais modificações de tratam o item 19.1, condicionam-se à elaboração de justificativa prévia, devidamente aceita pelo Subsecretário de Administração Geral da SSPDF.

19.3. As alterações de valor contratual, decorrente do reajuste de preços, compensação ou penalização financeira prevista no contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor contratado, dispensam a celebração de aditamento, podendo ser processadas por meio de apostila.

**20. DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização da autoridade encarregada de acompanhar a execução do objeto desta licitação, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às exigências formuladas dentro das prescrições legais.

20.2. A fiscalização da Contratante não eximirá, em hipótese alguma, a Contratada de quaisquer outras fiscalizações de órgãos oficiais, quanto às obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas e demais que se fizerem necessárias.

20.3. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da Administração Contratante ou de seus agentes e prepostos.

20.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Edital, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a SSPDF.

**21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

21.1. O objeto da licitação deverá ser entregue, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, nos prazos e condições previstas no Termo de Referência **Anexo I da SSPDF, localizado no Setor de Garagens Oficiais Norte- SGON, Quadra 05, Lote 23/795, Asa Norte, Brasília/DF, telefone 3441-8628.**

21.2. A entrega deverá ocorrer em dia de expediente da SSPDF, nos horários compreendidos entre 08h00 às 17h00.

21.3. O objeto desta licitação será recebido, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

**21.3.1. PROVISORIAMENTE**, no prazo de 15 (quinze) dias, no ato da entrega do (s) material(is) ou equipamento(s), para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação; e

**21.3.2. DEFINITIVAMENTE**, após verificação de que o material entregue possui todas as características consignadas neste Edital, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do produto especificada no Edital, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório.

21.4. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

21.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material/equipamento, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

21.6. Se a Licitante vencedora deixar de entregar o material e/ou equipamento dentro do prazo estabelecido sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital e no Decreto Distrital nº 26.851/2006.

22. DO PAGAMENTO

22.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a) Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;
- c) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);
- d) Prova de regularidade com a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br).

22.2. Para as comprovações elencadas no item **22.1**, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

22.3. Os documentos elencados no item **22.1** poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF.

22.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 33.158.099/0001-03**.

22.5. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item **22.4**, não serão aceitas.

22.6. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

22.7. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, **à exceção de empresas que sejam matriz e filial** (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);

22.8. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, **à exceção de empresas matriz e filial** (item **22.11**, *in fine*), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

22.9. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição.

22.10. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA (art. 2º do Decreto Distrital nº 37.121/2016).

22.11. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**22.12. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).**

22.13. Os pagamentos, pela SSPDF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011).

22.14. Excluem-se das disposições do item **22.13**:

- a) pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- b) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- c) os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital de Pregão Eletrônico e do contrato dele decorrente, em face do disposto no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019 e nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, ensejará a aplicação de penalidade que obedecerá às normas estabelecidas no **Decreto Distrital nº 26.851/2006** e alterações posteriores (**Anexo V ao Edital**).

23.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas no Edital (Anexo V) e no contrato realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/adjudicatário.

23.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. A SSPDF poderá, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação do Edital que possam interferir no andamento do processo ou influir na formulação da proposta, adotar uma das seguintes providências:

- 24.1.1. adiamento ou suspensão da licitação;
- 24.1.2. revogação ou anulação deste Edital, ou, ainda, sua modificação no todo ou em parte; ou
- 24.1.3. alteração das condições no processo licitatório, com a sua divulgação ou a republicação deste Edital, e, caso seja necessário, o estabelecimento de nova data para a realização da licitação.

24.2. A anulação da licitação induz à do contrato.

24.3. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, observar-se-á o que se segue:

- a) Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- b) Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente na SSPDF.

24.7 O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da Licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do Pregão.

24.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.9. A critério do Pregoeiro, o prazo de 2 (duas) horas para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

24.10. O Licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.11. A simples apresentação de documentação não envolve qualquer compromisso de contratação por parte da Administração, importando, porém, para o Licitante a irrestrita e irretratável aceitação das condições de qualificação e dos termos deste Edital.

24.12. O Edital será disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também na página da SSPDF ([www.ssp.df.gov.br/licitacoes](http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes)).

24.13. O inteiro teor do processo eletrônico está disponível para vista aos interessados por meio de disponibilização de acesso externo no SEI (serviço eletrônico de informações).

24.14. O pedido de vista deverá ser encaminhado à Subsecretaria de Administração Geral através do e-mail [licitacoes@ssp.df.gov.br](mailto:licitacoes@ssp.df.gov.br).

24.15. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidos pelo Pregoeiro, no endereço eletrônico mencionado neste Edital, **item 4**, através do fone (61) 3441-8824 ou diretamente na Coordenador de Planejamento, Licitações e Compras Diretas – SAM, Quadra “A”, Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília/DF.

24.16. O foro de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

24.17. As Licitantes deverão comprovar, caso cabível, o atendimento da Lei Distrital nº 4.652/2011, que cria, no âmbito do DF, o Programa de Valorização Profissional junto aos apenados em regime semiaberto e aos egressos do Sistema Penitenciário.

25. ANEXOS



25.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Declaração de Sustentabilidade Ambiental (art. 7º da Lei Distrital nº 4.770/2012);

25.1.3. ANEXO III - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

25.1.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato de Aquisição de Bens (entrega integral);

25.1.5. ANEXO V – Decreto Distrital nº 26.851/2006 – regulamento de penalidades do DF.

**Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidora de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, nos termos do Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012 (DODF 252, de 13/12/2012).**

**CELSO WAGNER LIMA**  
Subsecretário de Administração Geral

**ANEXO I AO EDITAL**

TERMO DE REFERÊNCIA

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO
1.1.	Aquisição de solução de proteção de dados com licenciamento por sockets com instalação, configuração e transferência de conhecimento, bem como aquisição de <i>Appliance</i> de armazenamento de dados e de backup com instalação, configuração e transferência de conhecimento, para atender demanda do órgão, com o objetivo de prover à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC) eficiente e eficaz, necessária ao enfrentamento da criminalidade no Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
2.	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA AQUISIÇÃO
2.1.	O Planejamento da Contratação foi elaborado à luz dos dispositivos legais a seguir indicados:
2.1.1.	<b>Lei Federal nº 8.078/1990</b> , que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor;
2.1.2.	<b>Lei nº 8.666/1993</b> - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
2.1.3.	<b>Lei nº 10.520/2002</b> - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
2.1.4.	<b>Lei Complementar nº 123/2006</b> , que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nº 9.841, de 5 de outubro de 1999;
2.1.5.	<b>Lei Distrital nº 4.611/2011</b> , que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências;
2.1.6.	<b>Lei Distrital nº 5.525/2015</b> , que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências;
2.1.7.	<b>Lei Distrital nº 6.112/2018</b> , que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal, alterada pela Lei Distrital nº 6.176/2018;
2.1.8.	<b>Decreto Federal nº 10.024/2019</b> , que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal, recepcionado no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, por meio do Decreto distrital nº 40.205/2019;
2.1.9.	<b>Decreto Federal nº 7.174/2010</b> - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
2.1.10.	<b>Decreto Distrital nº 37.574/2016</b> - Dispõe sobre a aprovação de Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI, elaborada pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Distrito Federal, e dá outras providências;
2.1.11.	<b>Decreto Distrital nº 37.667/2016</b> - Dispõe sobre a contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, e dá outras providências;
2.1.12.	<b>Decreto Federal nº 9.412/2018</b> , que atualiza os valores das modalidades de licitação de trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
2.1.13.	<b>Decreto Distrital nº 23.287/2002</b> , que aprova modelo de Termos-Padrão a serem utilizados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências;
2.1.14.	<b>Decreto Distrital nº 23.460/2002</b> , que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, instituída pela Lei Federal nº 10.520/2002;
2.1.15.	<b>Decreto Distrital nº 25.966/2005</b> , que institui o e-Compras, Sistema de Controle e Acompanhamento de Compras e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal, e dá outras providências (especificamente o art. 7º deste Decreto);
2.1.16.	<b>Decreto Distrital nº 26.851/2006</b> , que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº. 8.666/1993;
2.1.17.	<b>Decreto Distrital nº 32.598/2010</b> , que aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências;
2.1.18.	<b>Decreto Distrital nº 32.767/2011</b> , que dispõe sobre a regulamentação para a movimentação dos recursos financeiros alocados à “Conta Única” do Tesouro do Distrito Federal, e dá outras providências;
2.1.19.	<b>Decreto Distrital nº 33.608/2012</b> , que exclui do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata o art. 2º da Lei nº 2.340, de 12 de abril de 1999, os procedimentos licitatórios de interesse da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências;
2.1.20.	<b>Decreto Distrital nº 35.592/2014</b> , que regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais previsto na Lei 4.611/2011, estabelece regras para a elaboração do Plano Anual de Contratações Públicas para ampliação da participação das denominadas entidades preferenciais, e dá outras providências;
2.1.21.	<b>Decreto Distrital nº 36.520/2015, e suas alterações</b> , que estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências;
2.1.22.	<b>Decreto Distrital nº 37.121/2016</b> , que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Distrito Federal;
2.1.23.	<b>Decreto Distrital nº 37.667/2016</b> , que dispõe sobre a contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, e dá outras providências;
2.1.24.	<b>Decreto Distrital nº 39.103/2018</b> , que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o sistema de Registro de preço e dá outras providencias;
2.1.25.	<b>Decreto Distrital nº 39.453/2018</b> , que regulamenta a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal;
2.1.26.	<b>Decreto Distrital nº 39.860/2019</b> , que dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação;
2.1.27.	<b>Decreto Distrital nº 40.079/2019</b> , que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal;
2.1.28.	<b>Decreto Distrital nº 40.205/2019</b> , que recepciona o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
2.1.29.	<b>Portaria nº 119/2019</b> , que estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências;
2.1.30.	<b>Portaria nº 514/2018 - SEFP</b> , que regulamenta os procedimentos administrativos básicos para realização de pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de serviços em geral na forma do Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018;
2.1.31.	<b>Portaria nº 356/2019 - CGDF</b> , que estabelece os procedimentos de verificação previstos no art. 5º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;
2.1.32.	<b>Portaria nº 247/2019</b> , que aprova o Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte, de titularidade do Distrito Federal, nos termos do art. 157, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
2.1.33.	<b>IN 04/2014 – MP/SLTI</b> , que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 2, de 12 de janeiro de 2015).
3.	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
3.1.	JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, DO INTERESSE PÚBLICO E ADMINISTRATIVO
3.1.1.	A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) tem como principal compromisso, dirigir os órgãos de Segurança Pública para atividades policiais primordialmente preventivas e de participação comunitária, visando a proteção social e a melhoria da qualidade de vida da população. Seu Edifício Sede localiza-se no Setor de Administração Municipal - SAM, Conjunto A, Bloco A, Asa Norte, Brasília - Distrito Federal.
3.1.2.	Compete a SSP/DF, propor e implementar a política de Segurança Pública fixada pelo Governador do Distrito Federal (GDF), objetivando a racionalização dos meios e a eficácia do Sistema de Segurança Pública do DF. Para isso, planeja, coordena e supervisiona o emprego operacional da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar, do Departamento de Trânsito e do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.
3.1.3.	Além de articulador com os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, a SSP/DF trabalha também junto aos demais setores do Governo de Brasília e à sociedade civil para colocar em prática ações de enfrentamento ao crime e à violência por meio de ações preventivas e de participação comunitária, bem como de repressão qualificada, visando a proteção social e a

melhoria da qualidade de vida da população.

3.1.4. No que se refere a gestão de tecnologia da informação, os princípios e os fundamentos formulados pela SSP/DF têm como sustentação a correta utilização de recursos de infraestrutura e o planejamento de informatizar seus processos. Nesse sentido, existe a necessidade de um aporte tecnológico capaz de manter a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.

3.1.5. Para atingir esse objetivo, a SSP/DF vem buscando de forma racional e persistente obter o melhor emprego de seus recursos, visando atingir a eficácia, a efetividade e eficiência de suas ações. Essa árdua missão, muitas vezes, torna-se difícil de ser cumprida em razão da falta de uma estrutura específica para a execução de tarefas que são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, especialmente como é o caso dos serviços de tecnologias aplicados em infraestrutura.

3.1.6. A infraestrutura de TIC da SSP/DF é composta, de forma resumida, por equipamentos servidores destinados ao processamento e armazenamento de dados, além dos elementos de interconexão. Com a entrada de novos servidores, bem como com o aumento dos serviços realizados na SSP/DF, o volume de dados que necessitam de *backup*, consequentemente, aumentou.

3.1.7. No sentido de garantir a disponibilidade das informações em caso de falhas dos dispositivos de armazenamento ou outros eventos críticos que comprometam a segurança dos dados, é essencial que políticas e procedimentos de *backup* sejam estabelecidos e implementados de forma permanente evolutiva.

3.1.8. Para tanto, foi realizado Estudo Técnico Preliminar id. (54028473), afim de encontrar soluções que possuem funcionalidades equivalentes para atender as necessidades da SSP/DF. Atualmente a SSP/DF, dispõe de duas soluções de *backup/restore*, o Bacula, responsável pelos *backups* dos arquivos, e o VDP (*Vsphere Data Protection*), responsável pelos *backups* das máquinas virtuais, ambos *softwares open source*.

3.1.9. O *Storage de backup* atual possui 89,5 TB, sendo que 55,7 TB já estão ocupados. A julgar pelas taxas de crescimento observadas nos últimos anos, em especial o crescimento dos últimos anos, provavelmente enfrentaremos o esgotamento de capacidade do equipamento atual em breve. Considerando-se que o *Storage de backup* não possui mais contrato de suporte e garantia técnica, e levando-se em conta o planejamento de crescimento futuro, a única opção viável é a aquisição de uma solução em substituição à atual. Ademais, os servidores físicos e *storages* que compõem a solução atual encontram-se sem garantia e suporte, de acordo com limitações descritas no ETP.

3.1.10. Nesse sentido, a aquisição da solução de *backup* é fundamental para manter e assegurar a disponibilidade adequada dos serviços de TIC em caso de perda de dados, continuidade das operações, recuperação de desastres e manutenção de dados históricos, apoiando os demais setores da SSP/DF de forma a manter seus dados íntegros, seguros e disponíveis. Importante mencionar que, a pretensa contratação de uma solução composta por um sistema de armazenamento de dados, *software* e *appliance* de *backup* e proteção de dados, e *software* de virtualização de servidores, faz-se necessária em decorrência dos seguintes fatos:

3.1.10.1. Término do período de garantia do equipamento atual e impossibilidade de expansão deste equipamento;

3.1.10.2. Dificuldades crescentes no gerenciamento do backup de dados, pelo volume excessivo; e

3.1.10.3. Necessidade de modernização da plataforma de virtualização.

3.1.11. A solução pretendida foi especificada de forma a suprir as necessidades para os próximos **36 (trinta e seis) meses**, tanto do ponto de vista de capacidade de armazenamento quanto de rendimento.

3.1.12. A opção é por um sistema de *backup* que utilize disco rígido. Será registrada uma solução de *appliance* de *backup* e proteção de dados. Busca-se, assim, opções mais modernas para realização de cópias dos sistemas operacionais dos equipamentos servidores de rede, além de recursos que compactem bastante as cópias para evitar desperdício.

3.1.13. É importante frisar que esta instituição ainda precisa contemplar uma solução para armazenamento perpétuo de dados, aqueles que são inerentes ao acervo histórico desta instituição e que cada vez mais são gerados em formato digital. Esta solução em tela contempla parcialmente as necessidades específicas do acervo histórico, garantindo a segurança destes dados no longo espaço de tempo.

3.1.14. Vale destacar, ainda, que o próprio Documento de Oficialização da Demanda - DOD (51753529), no tópico que trata dos **"Resultados a serem alcançados com a contratação"**, já aborda, em razão das necessidades levantadas, expectativas acerca do resultado da pretensa contratação, conforme transcrição a seguir:

3.1.14.1. Aumento no desempenho dos processos de backup e confiabilidade dos dados armazenados, possibilitando maior número de cópias de segurança simultâneas;

3.1.14.2. Propiciar alta disponibilidade e replicação aos processos de backup;

3.1.14.3. Maior segurança dos dados;

3.1.14.4. Diminuir o tempo de restauração dos dados;

3.1.14.5. Aumento da garantia de segurança da informação e disponibilidade dos sistemas, melhorando a qualidade do resultado dos serviços;

3.1.14.6. Redução do nível de criminalidade nas regiões com elevados índices de violência, representados pelas manchas criminais formuladas pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;

3.1.14.7. Aumento gradual da sensação de segurança da população do Distrito Federal;

3.1.14.8. Maior integração entre os órgãos envolvidos na segurança pública, já que a utilização dos sistemas será compartilhada e servirá as Polícias Civil e Militar, tanto para a prevenção como para a repressão de crimes e de delitos.

3.1.15. Assim, o principal benefício desta aquisição será a garantia da proteção das informações do ambiente tecnológico da SSP/DF. As especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência se justificam em função da compatibilidade necessária com o ambiente atual aos quais as licenças se integrarão.

3.1.16. Esta contratação está alinhada às necessidades apontadas quando da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SSP/DF e integra o rol de projetos nele descritos. O alinhamento estratégico referente a essa nova contratação se dá, nesse caso, em consonância com os seguintes aspectos detalhados no plano de metas do PDTIC:

3.1.16.1. OE - 05 - Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos;

3.1.16.2. OE - 06 - Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública;

3.1.17. Dessa forma, preservam-se os investimentos previamente realizados e garante-se a funcionalidade necessária para o desenvolvimento das atividades.

3.2. **JUSTIFICATIVA DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

3.2.1. O Estudo Técnico Preliminar id. (54028473), foi elaborado conforme as diretrizes constantes no Decreto Federal nº 10.024/2019 e demais normativos que disciplinam os serviços a serem contratados ou bens a serem adquiridos, buscado melhorar a conclusão que viabilize a pretensa contratação e servindo, assim, para fundamentar o presente Termo de Referência.

3.3. **JUSTIFICATIVA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO SER AQUISIÇÃO DE BEM COMUM E DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO**

3.3.1. Por tratar de aquisição, que pode ser operacionalizada por técnicas de amplo conhecimento do mercado, a aquisição almejada pode ser enquadrada como aquisição de bem comum, a exemplo do que se verifica em outras aquisições similares, inclusive desta SSP, portanto a seleção neste certame também poderá ser realizada por meio de licitação na modalidade de Pregão na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 10.520/2002; Decreto Distrital nº 23.460/2002; Decreto Distrital nº 25.966/2005 e do inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019, recepcionado no âmbito do Distrito Federal por meio do Decreto Distrital 40.205/2019.

3.3.2. Sendo assim, a modalidade de pregão eletrônico poderá propiciar a aquisição adequada ao atendimento das necessidades da SSPDF, uma vez que será possível comparar objetivamente as especificações das propostas que serão apresentadas com as especificações contidas neste Termo de Referência, e, após tal cotejo, e tendo como critério de julgamento o menor preço, não haverá comprometimento da qualidade mínima desejada, visto que as propostas que não possuírem especificações de acordo com o Edital serão desclassificadas, sendo mantidas apenas as que possuírem.

3.3.3. É possível observar, diante das especificações contidas nos itens da planilha estimativa de custo deste Termo de Referência, que o objeto almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas, sendo possível a comparação objetiva das mesmas tendo como critério de julgamento o menor preço sem comprometimento da qualidade desejada, a exemplo das propostas que foram levantadas para balizamento de preços; logo vislumbra-se para o presente certame a obediência ao disposto no art. 1º, *caput*, e Parágrafo único da Lei nº 10.520/2002, podendo o objeto da licitação ser considerado aquisição de bem comum, sendo portanto, aplicável à modalidade pregão em sua forma eletrônica, o que proporcionará a esta Administração a aquisição adequada ao atendimento das necessidades almejadas no objeto deste certame.

3.4. **JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO DO CERTAME EM ITENS**

3.4.1. Embora a solução de TIC seja composta por mais de um item, suas funcionalidades são unificadas e administradas em conjunto. Logo, a aquisição de solução de proteção de dados com licenciamento por sockets com instalação, configuração e transferência de conhecimento, bem como aquisição de *Appliance* de armazenamento de dados e de backup com instalação, configuração e transferência de conhecimento, garantem não só o melhor cumprimento dos requisitos de negócio técnicos e tecnológicos, mas também uma melhor unicidade técnica para a entrega das funcionalidades requisitadas pela SSP-DF. Além disso, o agrupamento dos itens em lote permite uma gestão mais eficiente do ambiente de TI.

3.4.2. O seguimento encontra amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, conforme se observa na Súmula 247 - TCU/2007, *in verbis*:

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade "*. (grifo nosso)

3.4.3. Sopesando as inegáveis vantagens operacionais e logísticas advindas com o agrupamento do objeto por **lote**, em cotejo com a competitividade necessária ao certame, entendeu-se não haver máculas ao procedimento. Assim, em que pese o disposto na Súmula 247 do TCU, transcrita acima, há que se ressaltar que a licitação por itens é regra, e a licitação por grupos/lote é a exceção, que, sendo plenamente legal, apenas prescinde de justificativa plausível, conforme disposto pelo próprio TCU, no Acórdão nº **1167/2012-Plenário, TCU 000.431/2012-5, rel. Min. José Jorge, 16.5.2012**.

3.4.4. Ainda no tocante à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o Ministro José Jorge preleciona que *"a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular (...) a Súmula n" 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala"*. Nesse sentido, entendeu o relator que não houve a alegada afronta à jurisprudência do TCU, ressaltando que *"a interpretação da Súmula/TCU 247 não pode se restringir à sua literalidade, quando ela se refere a itens. A partir de uma interpretação sistêmica, há de se entender itens, lotes e grupos"*, (grifo nosso) **Acórdão 5134/2014-Segunda Câmara, TCU 015.249/2014-0, relator Ministro José Jorge, 23.9.2014**.

3.4.5. No presente caso a aquisição de solução de proteção de dados com licenciamento por sockets com instalação, configuração e transferência de conhecimento, bem como aquisição de *Appliance* de armazenamento de dados e de backup com instalação, configuração e transferência de conhecimento por **lote** encontra-se respaldo por haver total correlação no processo produtivo de cada item que o compõe, visto que não há que se falar em solução de proteção de dados com licenciamento por sockets com instalação sem a configuração e transferência de conhecimento que o compõe.

3.4.6. Sendo assim Justifica-se o agrupamento dos itens em **Lote** por tratar-se de solução única de fornecimento de equipamentos e instalação, configuração e transferência de conhecimento sobre esses equipamentos instalados no parque tecnológico da SSP/DF, os quais não são passíveis de execução por mais um prestador.

3.5. **JUSTIFICATIVA DA NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.5.1. A presente aquisição não será processada pelo Sistema de Registro de Preços, em razão do objeto não se enquadrar no disposto nos incisos I, II, III e IV, art. 3º, do Decreto distrital nº 39.103/2018, por se tratar de contratação única, com a execução do serviço previamente definida em quantidades certas neste Termo de Referência e com previsão de recursos orçamentário para fazer face à despesa.

3.5.2. O presente processo para aquisição com instalação não se enquadra nos pré-requisitos acima citados por se tratar de aquisição de solução de proteção de dados com licenciamento por sockets com instalação, configuração e transferência de conhecimento, bem como aquisição de *Appliance* de armazenamento de dados e de backup com instalação, configuração e transferência de conhecimento, em quantidade previamente definida neste Termo de Referência, afastando a aplicação do Sistema de Registro de Preços na forma do art. 3º, incs. I, II e IV, do Decreto distrital nº 39.103/2018, uma vez que não haverá necessidade de contratações frequentes ou entregas parceladas não definidas e, ainda, por ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado por esta Administração. Por outro lado, a presente aquisição não se enquadra, igualmente no inc. III do art. 3º, do Decreto distrital nº 39.103/2018. Não há que se falar em atendimento de demandas de outros órgãos da Administração do DF, tendo em vista que a SSP, foi excluída do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços, por meio do Decreto distrital nº 33.608/2012, para adotar procedimentos licitatórios de interesse da Pasta.

3.6. **JUSTIFICATIVA DO NÃO TRATAMENTO PREFERENCIAL E SIMPLIFICADO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS**

3.6.1. Considerando que o serviço almejado não é de natureza divisível e que o estabelecimento de cota reservada para entidades preferenciais causará prejuízo para o conjunto do objeto deste certame; não será atendido o contido no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 c/c o arts. 23, § 1º, e 26 da Lei distrital nº 4.611/2011 e art. 8º do Decreto distrital nº 35.592/2014, deixando de ser estabelecida cota especial reservada às entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais), conforme estabelecido no art. 8º do Decreto distrital nº 35.592/2014, *in verbis*:

[...]

*"Art. 8º Será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto."* (GRIFO NOSSO).

3.7. **JUSTIFICATIVA DA RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS, PESSOAS FÍSICAS NÃO EMPRESÁRIAS E DE SUBCONTRATAÇÃO**

3.7.1. **Não será permitida a participação de empresas consorciadas e a subcontratação**, uma vez que não há complexidade para a aquisição dos bens objetos do certame em tela, os quais se resumem em bens comuns, tais como: Proteção de dados com licenciamento por sockets com instalação, configuração e transferência de conhecimento, bem como aquisição de *Appliance* de armazenamento de dados e de backup com Instalação, configuração e transferência de conhecimento, que justificaria a permissão de empresas participarem em consórcio ou a subcontratação de parcelas não relevantes do objeto, o que justifica tal impedimento visto que a amplitude do objeto almejado ou a diversidade de elementos que o compõem não evidenciam dificuldade de o objeto ser implementado por uma empresa para cada grupo.

3.8. **subcontratação compulsória:**

3.8.1. Considerando que a aquisição com instalação almejado não é de natureza divisível e que o estabelecimento de subcontratação compulsória para entidades preferenciais causará prejuízo para o conjunto do objeto deste certame; não será atendido o contido no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 c/c o art. 23, § 1º, e 27 da Lei distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto distrital nº 35.592/2014, deixando de ser estabelecida subcontratação compulsória para entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais), conforme estabelecido no art. 9º, § 11, incs. II e III, do Decreto distrital nº 35.592/2014, *in verbis*:

*Art. 9º O instrumento convocatório poderá estabelecer a exigência de subcontratação compulsória de entidades preferenciais até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do objeto.*

*§ 11 Não se aplicará a subcontratação compulsória:*

*II – quando for inviável, sob o aspecto técnico; e,*

*III – quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, de forma devidamente justificada.*

3.8.2. Não é possível a participação de pessoas físicas não empresárias neste certame, uma vez que não possuem os requisitos mínimos indispensáveis para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, não havendo como verificar a documentação de habilitação jurídica, fiscal e qualificação técnica, entre outras.

3.9. **JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.9.1. Em atenção à Lei nº 4.770/2012 serão exigidos neste certame a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental.

3.9.2. As empresas licitantes interessadas neste certame deverão se atentar quanto às obrigações estabelecidas no item 16 deste Termo de Referência, que trata **DA OBRIGATORIEDADE DO USO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**.

4. **PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS DA AQUISIÇÃO**

4.1. **Tabela Especificação:**

LOTE	ITENS	CÓDIGO CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA ACEITÁVEL	UNIDADE	QUANT DE AQUISIÇÃO	INTERVALO MONETÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
1	1	111490	Solução de proteção de dados com licenciamento por sockets. Instalação, configuração e transferência de conhecimento. <b>Com garantia evolutiva e suporte de solução de proteção de dados de 36 (trinta e seis) meses.</b> <b>As descrições completa está no Item 7 ao subitem 7.8.6. e 7.10 ao 7.12.13</b>	Sockets	20	R\$ 50,00	R\$ 42.780,55	R\$ 855.611,00
	2	335108	<i>Appliance</i> de armazenamento de dados e de backup. Instalação, configuração e transferência de conhecimento. <b>Com garantia evolutiva e suporte de appliance de 36 (trinta e seis) meses.</b> <b>As descrições completa está no Item 7.9. ao subitem 7.9.1.31. e 7.10 ao 7.12.13</b>	Appliance	01	R\$ 50,00	R\$ 2.825.000,00	R\$ 2.825.000,00
	TOTAL GERAL DA AQUISIÇÃO							<b>R\$ 3.680.611,00</b>

5. **DO VALOR TOTAL ESTIMADO**

5.1. O custo estimado para a aquisição de todos os itens é **de R\$ 3.680.611,00 (três milhões, seiscentos e oitenta mil seiscentos e onze reais)**.

5.2. O custo estimado é o contido na planilha de custos e reserva de recursos (75359834), constante nos autos, apurado mediante pesquisa de mercado e de preços praticados pela Administração.

5.3. Da Natureza de Despesa:

Itens	Natureza/Elemento de Despesa	Valor
1 e 2	44.90.52 - 63	R\$ 3.680.611,00
TOTAL:		<b>R\$ 3.680.611,00</b>

5.4. O valor de referência estimado do presente termo possuirá caráter não sigiloso (aberto), tendo em vista a necessidade de divulgação dos valores da composição dos custos da contratação dos bens que serão entre e instalados, dentre outros custos que compõem o cálculo dos bens e serviços, exigidos para os serviços especializados, conforme Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário, possibilitando que as empresas licitantes estejam munidas das informações necessárias para elaboração de suas propostas.

5.5. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito neste Termo com as do COMPRAS GOVERNAMENTAIS – CATMAT/CATSER, prevalecerão as especificações constantes neste Termo de Referência. **Para elaboração da proposta o participante deve se basear no descritivo contido no Termo de Referência.**

5.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta e de valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais)e encontra-se na coluna INTERVALO MONETÁRIO, apresentado na planilha acima, de acordo com o disposto no inciso III, do art. 14, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS REQUISITOS

6.1.

ID	Requisito	Descrição
1	Suporte Oficial	Suporte Técnico Oficial do Fabricante, 24x7 e em português, com direito de atualização do produto por 36 meses.
2	Integrações	Integrações Tecnológicas da Solução de Backup com os principais sistemas e serviços da SSP/DF.
3	Sem Limitação de TB	Ausência de limite de armazenamento (TB) front end.
4	Implantação	Esforço para implantação da solução com todas as funcionalidades desejadas.
5	Transferência de conhecimento	Esforço para transferência de conhecimento de toda a equipe de administração do backup.

7. DAS ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Lote 1 - Sistema de armazenamento de dados, *software* e *appliance* de backup e proteção de dados:

7.2. Planilha de aquisição:

Lote	Itens	Descrição	Unidade	Quantidade
1	1	Solução de proteção de dados com licenciamento por sockets. Instalação, configuração e transferência de conhecimento. <b>Com garantia evolutiva e suporte de solução de proteção de dados de 36 (trinta e seis) meses.</b>	Sockets	20
	2	<i>Appliance</i> de armazenamento de dados e de backup. Instalação, configuração e transferência de conhecimento. <b>Com garantia evolutiva e suporte de appliance de 36 (trinta e seis) meses.</b>	Appliance	01

7.3. O ITEM 01 "SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS COM LICENCIAMENTO POR SOCKETS" DEVERÁ SER FORNECIDA COM OS SEGUINTES ITENS:

7.3.1. Solução de backup, para cópias de segurança, com ou sem deduplicação e todas as funcionalidades, sem limite de clientes e agentes, para o ambiente virtual, incluindo licenças definitivas de uso, implementação, configuração, garantia e suporte do software;

7.3.2. Solução de Introspecção de Dados para viabilizar decisões estratégicas sobre o uso dos dados protegidos e deve incluir licenças definitivas de uso, incluindo garantia de *software* e implementação da solução;

7.4. A solução proverá proteção contra a manipulação errônea ou perda da informação, gerenciamento do ciclo de vida das informações, bem como painéis de controle sobre os dados não estruturados para tomada de decisões contemplando as funcionalidades especificadas neste Termo de Referência (TR).

7.5. REQUISITOS MÍNIMOS DA SOLUÇÃO:

7.5.1. Solução para Proteção e Armazenamento dos Dados – Deve executar as seguintes funcionalidades primárias: Proteção e disponibilidade de dados, onde quer que estejam armazenados ou usados e oferecer cobertura abrangente da infraestrutura do órgão. Reduzindo-se consideravelmente os riscos, possibilitando demonstrar a integração entre proteção e disponibilidade dos dados. Além de atender de forma integral aos requisitos abaixo.

7.6. ITEM 01 - SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS COM LICENCIAMENTO POR SOCKETS

7.7. Licenciamento do Software:

7.8. Deverão ser fornecidas licenças para processadores físicos encontrados na origem para o ambiente virtual, incluindo todas as funcionalidades solicitadas neste Termo de Referência, com suporte para *backup*, *restore* e tecnologia de deduplicação de dados, onde o licenciamento deve possuir capacidade ilimitada de retenções, cópias dos dados protegidos, replicações para outros ambientes para fins de recuperação de desastres;

7.8.1. A solução de proteção de dados a ser ofertada deve atender integralmente os requisitos especificados neste TR, devendo ser fornecida com todas as licenças que forem necessárias para entrega funcional da solução.

7.8.2. Arquitetura e características gerais do software:

7.8.2.1. Possuir uma arquitetura em múltiplas camadas permitindo desempenho e escalabilidade horizontal:

- a) Camada de gerência;
- b) Camada do serviço de mídia/unidade de disco de retenção dos dados;
- c) Camada de clientes/agentes multiplataforma de *backups*.

7.8.2.2. Deve possuir catálogo ou banco de dados centralizado contendo as informações sobre todos os dados e mídias onde os *backups* foram armazenados, esse banco de dados ou catálogo deve ser próprio e fornecido em conjunto com o produto;

7.8.2.3. Deve possuir mecanismo para *backups* periódicos da base de dados de configurações e catálogo;

7.8.2.4. Deve Possuir mecanismo de reconstrução do catálogo ou banco de dados centralizado em caso de perda do mesmo, sem a necessidade de recatalogar as imagens de *backup*;

7.8.2.5. Deve fazer uso de banco de dados relacional para guardar o catálogo de *jobs*, arquivos e mídias dos *backups*;

7.8.2.6. Deve suportar servidor de gerência e catálogo nas plataformas Linux ou Windows. Para evitar aumento de complexidade de gestão, não serão aceitos catálogos instalados em máquinas virtuais em plataformas (sistemas operacionais) diferentes da utilizada no servidor de gerência;

7.8.2.7. Deve suportar a configuração da base de dados de configurações e catálogo em *cluster* para promover alta-disponibilidade dos serviços de gerenciamento;

7.8.2.8. Deve suportar servidores movimentadores de dados nas seguintes plataformas: Linux e Windows;

7.8.2.9. Os servidores movimentadores de dados devem suportar balanceamento de carga para distribuir a carga entre os mesmos de forma automática;

7.8.2.10. Os servidores movimentadores de dados devem suportar configuração de recurso automático de *failover*, ou seja, permitir a configuração de mais de um servidor movimentador de dados em uma política de proteção, de forma que a indisponibilidade de um servidor seja suprida por outro servidor movimentador de dados disponível de forma automática. Esta funcionalidade deverá ser nativa do produto, e não pode ser construída com o uso de soluções baseadas em *softwares* de *cluster* de terceiros;

7.8.2.11. Deve permitir o *backup* de arquivos abertos, garantindo a integridade do *backup*;

7.8.2.12. Deve ser capaz de gerenciar múltiplos e diferentes dispositivos de *backup* (bibliotecas de fitas, *drives* de *backup*, dispositivos de disco com e sem deduplicação), conectados localmente (*Direct Attached*) ou conectados via SAN (*Storage Area Network*);

7.8.2.13. Deve permitir a gravação serial e simultânea de várias rotinas de *backup*, provenientes de clientes distintos, em um único caminho pertencente à um dispositivo de armazenamento (funcionalidade conhecida como multiplexação);

7.8.2.14. Deve possuir funcionalidade de paralelizar a gravação de dados de *backup* em diferentes dispositivos de armazenamento (multistreaming);

7.8.2.15. Deve possuir a capacidade de reiniciar *backups* a partir do ponto de falha, após a ocorrência da mesma;

7.8.2.16. Deve possuir mecanismo de instalação e atualização de clientes e agentes de *backup* de forma remota, através da interface de gerenciamento, permitindo a instalação de múltiplos clientes de *backup* simultaneamente;

7.8.2.17. Deve possuir mecanismos ou relatórios capazes de analisar o ambiente virtual e da solução de *backup*, gerando relatórios que contenha uma relação com os problemas em potencial que possam gerar falhas na execução do *backup*, incluindo a violação de melhores práticas, contendo no mínimo a seguinte relação de problemas:

- a) Máquinas virtuais com snapshots existentes;
- b) Máquinas virtuais com discos independentes;
- c) Máquinas virtuais sem o VMware Tools ou o Hyper-V Integration Services operacional;
- d) Máquinas virtuais com nomes não suportados;
- e) Discos RDM configurados com modo de compatibilidade física;
- f) Relação dos Jobs de backup que excedem a janela de backup.
- 7.8.2.18. Possuir a capacidade de notificar sobre atualizações, de forma automática, para o servidor de backup e seus componentes;
- 7.8.2.19. Possuir ambiente de gerenciamento de backup e restore via interface gráfica e linha de comando;
- 7.8.2.20. Possuir função de agendamento do backup por dias da semana recorrentes e dias do mês recorrentes;
- 7.8.2.21. Possuir interface gráfica para gerenciamento, monitoramento, criação de políticas de backup e recuperação de dados;
- 7.8.2.22. Possuir capacidade de estabelecer níveis de acesso diferenciados e configuráveis para atividades de administração e operação do software de backup;
- 7.8.2.23. Permitir a programação de tarefas de backup automatizadas em que sejam definidos prazos de retenção dos arquivos;
- 7.8.2.24. Possuir função para definição de prioridade de máquinas virtuais em um Job de backup;
- 7.8.2.25. Deve permitir o agendamento de jobs de backup, sem utilização de utilitários de agendamento dos hosts;
- 7.8.2.26. Deve permitir a programação de jobs de backup automatizadas em que sejam definidos prazos de retenção das imagens;
- 7.8.2.27. Possuir a função de Backup sintético que permite a criação de uma única imagem de backup a partir de um backup full e qualquer quantidade de backups incrementais. O restore será efetuado da nova imagem full sintética;
- 7.8.2.28. Possuir políticas de ciclo de vida nativas, gerenciar camadas de armazenamento e copiar automaticamente os dados de backup entre camadas através do seu ciclo de vida;
- 7.8.2.29. Permitir a realização do backup completo de servidor para recuperação de desastres;
- 7.8.2.30. Permitir restaurar o backup de recuperação de desastres para hardware diferente do original - para ambiente Windows;
- 7.8.2.31. Permitir o controle da banda de tráfego de rede durante a execução do backup e/ou do restore;
- 7.8.2.32. Suportar integração com Appliances de Deduplicação, suportando o uso das tecnologias Dell EMC Data Domain Boost e HPE StoreOnce Catalyst;
- 7.8.2.33. Suportar integração com Appliances de Deduplicação, suportando movimentadores de dados nativamente nos equipamentos Quantum DXi e ExaGrid;
- 7.8.2.34. Suportar dispositivos de armazenamento do tipo “Write once, read many” (WORM);
- 7.8.2.35. Ser capaz de recuperar dados para servidores diferentes do equipamento de origem;
- 7.8.2.36. Ser capaz de utilizar qualquer tecnologia utilizada pela Solução de Armazenamento como destino dos backups seja armazenamento diretamente anexado (DAS), armazenamento em rede NAS ou rede SAN;
- 7.8.2.37. Possuir a função de Disk Staging, ou seja, que permita o envio dos dados para disco e posteriormente do disco para outro tipo de mídia (disco ou fita);
- 7.8.2.38. Permitir que Logical Unit Numbers (LUNs) sejam apresentadas aos servidores da camada de mídia como destino para realização de backups;
- 7.8.2.39. Suportar pools de armazenamentos globais, isto é, deverá suportar a criação de um único repositório que agregue a capacidade de múltiplos dispositivos de armazenamento, permitindo direcionar as tarefas de backup para ele, permitindo um crescimento em escala, de forma a não impactar o ambiente de backup já configurado;
- 7.8.2.40. Realizar backup e restore de file systems montados em dispositivos Network-Attached Storage (NAS) através do suporte ao protocolo NDMP versão 4 ou superiores;
- 7.8.2.41. Permitir integração do controle de acesso com sistemas de diretório Active Directory;
- 7.8.2.42. Permitir a geração de relatórios sobre os testes automatizados do backup a nível de aplicação, conforme solicitado, incluindo a quantidade de rotinas de verificação, status das rotinas e quantidade de máquinas virtuais verificadas;
- 7.8.2.43. Possuir interface gráfica, capaz de gerenciar um ou mais sites de forma centralizada;
- 7.8.2.44. Deve implementar monitoramento e administração remotos da solução de backup a partir de qualquer servidor ou estação de trabalho Windows;
- 7.8.2.45. A Solução de Backup deverá permitir operações de Backup e Restore através de rede local (LAN\_based e Storage Area Network (SAN\_based ou LAN\_free));
- 7.8.2.46. Deve permitir a verificação da integridade do conteúdo do backup;
- 7.8.2.47. Deve permitir liberação das fitas magnéticas quando o período da retenção das mesmas ou de seus arquivos tiver expirado;
- 7.8.2.48. Deve possuir recursos para monitorar mídias remotas por localização de cofres;
- 7.8.2.49. A Solução de Backup deverá, a partir de uma única interface, gerenciar operações de Backup e Restore de diferentes sistemas operacionais (clientes);
- 7.8.2.50. Deve permitir a criação de imagens de servidores físicos, Linux e Windows, para recuperação de desastres (funcionalidade conhecida como bare metal restore de forma nativa, i.e., sem a utilização de software de terceiros;
- 7.8.2.51. Para servidores Windows, deve ser possível a recuperação das imagens de recuperação de desastres mesmo em um hardware diferente do original ou em ambiente virtual;
- 7.8.2.52. A funcionalidade de baremetal especificada anteriormente deve suportar em um único servidor de gerência ou servidor de mídia várias versões de Windows – Windows 2012, 2012 R2, 2016 e 2019);
- 7.8.2.53. Deve permitir a verificação da integridade dos dados armazenados através de algoritmos de checksum e/ou autocorreção;
- 7.8.2.54. Deve oferecer a possibilidade de armazenar os arquivos de backup de forma criptografada, assim como assegurar o trânsito da informação através desse cenário;
- 7.8.2.55. Deve possuir capacidade nativa de efetuar criptografia dos backups em no mínimo 256 bits nos Clientes de Backup e em dispositivos de mídia que suportem criptografia;
- 7.8.2.56. Deve possuir a capacidade de gerenciar software de snapshot de storages de outros fabricantes, tais como Dell EMC, IBM, NetApp, HPE e Pure Storage com o intuito de automatizar o processo de agendamento de cópias “snapshot” e montagem no servidor de backup “off-host”;
- 7.8.2.57. A Solução de Backup deverá permitir a integração com a funcionalidade de cópias instantâneas (Snapshot) de subsistemas de armazenamento em disco (storage);
- 7.8.2.58. Deverá possuir integração para gerência de Snapshots;
- 7.8.2.59. Deverá permitir a criação e gerenciamento de Snapshots através da ferramenta de administração da Solução de Backup;
- 7.8.2.60. Deverá permitir a integração com a funcionalidade de cópias instantâneas (Snapshot) de subsistemas de armazenamento em disco (storage) minimamente com o ambiente virtualizado VMware vSphere 6.0 e superiores;
- 7.8.2.61. Controlar a retenção pela qual os Snapshots serão válidos, realizando a expiração automática de um Snapshot assim que o período de retenção configurado seja atingido;
- 7.8.2.62. Deve possibilitar enviar notificações, quando configurado, dos eventos por e-mail;
- 7.8.2.63. Deve possuir a funcionalidade de backup com duplicação dos dados entre mídias distintas para envio a cofre;
- 7.8.2.64. Possuir mecanismo de auditoria, permitindo a emissão de relatórios onde constem, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Data e hora da operação, Usuário que realizou a operação, Ação realizada (em caso de modificação de configurações, informar qual a configuração anterior e a modificação realizada);
- 7.8.2.65. Auditoria e controle de acesso devem ser funcionais para operações realizadas via interface gráfica e linha de comando;
- 7.8.2.66. Deve prover monitoramento via interface gráfica e em tempo real dos Jobs sendo executados;
- 7.8.2.67. Deve suportar operações de backup e restore em paralelo;
- 7.8.2.68. Deve permitir encadear Jobs para que um só comece após outro ter terminado;
- 7.8.2.69. Deve suportar armazenamento nos cloud storages: Amazon S3 e Microsoft Azure Blob Storage;
- 7.8.2.70. Permitir o controle da banda de tráfego de rede durante a execução do backup para nuvem;
- 7.8.3. Suporte a plataformas:
- 7.8.3.1. Deve suportar o backup e o restore de diferentes sistemas operacionais tais como:
- a) Windows (7 SP1/8.1/10/2008 R2 SP1/2012/2012 R2/2016/2019);
- b) Oracle Linux (6, 7 e 8);

- c) Red Hat Enterprise Linux (6, 7 e 8);
- d) Suse Enterprise Server (11 SP4 e 12 SP1 e 15);
- e) CentOS (7 e 8);
- f) Debian GNU (9 e 10);
- g) Ubuntu (16.04, 18.04 e 20.04).

7.8.3.2. Suportar as seguintes tecnologias de virtualização:

- a) VMware vSphere: Ser comprovadamente compatível com o VADP (vStorage API for Data Protection) para realizar operações de Backup e Restore de ambientes VMware versão 6.0 e superiores;
- b) Suporte ao VMware vCloud, possuindo integração com vCloud Director API possibilitando backup automático das máquinas virtuais e recuperação completa;
- c) Microsoft Hyper-V: Suporte a Microsoft Hyper-V Server 2008 R2 SP1, Microsoft Hyper-V Server 2012/2012 R2, Microsoft Hyper-V Server 2016 e Microsoft Hyper-V Server 2019;
- d) Possuir suporte a backup e restore de máquinas virtuais VMware 6.0 e superior através de vStorage API com as seguintes características:

I - Deve permitir que através de uma única rotina de Backup seja possível recuperar a imagem completa da máquina virtual Windows e Linux (vmdk), e também arquivos de maneira granular sem a necessidade de scripts, área temporária ou montagem dos arquivos vmdk;

II - Deve suportar o uso da funcionalidade CBT (Change Block Tracking) para as operações de backup;

III - Deve permitir a identificação de aplicações Microsoft Exchange, SQL Server e SharePoint que residem nas máquinas virtuais, através de integração VADP, permitindo o backup, recuperação integral ou granular dessas aplicações;

IV - Deve permitir a recuperação granular de arquivos/aplicações através da execução de um único backup;

V - Permitir o descobrimento automático das máquinas virtuais nos ambientes VMware, com capacidade de realizar filtros avançados com critérios que incluam pelo menos:

V.1) VM Tags;

V.2) Hosts e Clusters;

V.3) Datastore (VMware);

V-4) vApp;

V.5) Resource Pool;

VI - Permitir backup e restore incremental a nível de blocos;

VII - Deve possuir a capacidade de balanceamento de carga automático dos backups através de múltiplos backups proxies;

VIII - Deve suportar VMware vSphere 6.0 e superiores;

IX - Deve permitir restaurar e iniciar a execução de uma máquina virtual instantaneamente, diretamente a partir do seu repositório de backup, sem a necessidade de manter réplicas ou snapshots disponíveis para o processo de recuperação instantânea;

X - Prover otimização do backup e recursos, permitindo que somente blocos utilizados sejam copiados no processo de backup;

XI - Permitir realizar restauração, através de um único backup, de Máquina virtual completa ou arquivos de dentro da máquina virtual para ambientes Windows e Linux;

XII - Deve permitir a visualização, monitoração e backup de maquinas virtuais através de plugin integrado ao vCenter ou vSphere 6.0 Web Client;

XIII - Deve possuir capacidade de realizar backup de maneira off-host, sem a necessidade de instalação de agentes nas máquinas virtuais;

XIV - Deve possuir capacidade de realizar backup de máquinas virtuais em estado online ou offline;

XV - Deve possuir a capacidade de movimentação dos dados de backup e restore através de SAN e LAN utilizando os métodos de transporte SAN, NBD ou HotAdd;

XVI - Deve possuir a capacidade de realizar backup de máquinas virtuais existentes em um vApp;

XVII - Deve possuir a capacidade de recuperação da imagem da máquina virtual, para máquinas que possuam discos VMFS ou RDM virtual;

XVIII - Deve suportar integração com vCloud Director API possibilitando backup automático das máquinas virtuais e recuperação completa;

XIX - Deve suportar a recuperação de máquinas virtuais preservando o BIOS UUID original;

e) Possuir suporte a backup e restore de máquinas virtuais Hyper-V, com as seguintes características:

e.1) Deve possuir a capacidade de realizar backup On-Host e Off-host das máquinas virtuais Windows e Linux;

e.2) Deve possuir a capacidade de realizar backup de maneira Full e Incremental sem a necessidade de instalação de agentes nas máquinas virtuais;

e.3) Deve suportar ambientes configurados com Cluster Shared Volumes;

e.4) Deve permitir que através de uma única rotina de Backup seja possível recuperar a imagem completa da máquina virtual Windows e Linux (VHD/VHDX), e também arquivos de maneira granular sem a necessidade de scripts, área temporária ou montagem dos arquivos VHD/VHDX;

e.5) Deve permitir restaurar e iniciar a execução de uma máquina virtual instantaneamente, diretamente a partir do seu repositório de backup, sem a necessidade de manter réplicas ou snapshots disponíveis para o processo de recuperação instantânea;

e.6) Deve suportar Microsoft Hyper-V 2008 R2 SP1, 2012, 2012 R2, 2016 e 2019;

7.8.3.3. Deve suportar os seguintes bancos de dados, utilizando agente específico:

a) Microsoft SQL Server versões 2008 SP4, 2012 SP4, 2014 SP3, 2016 SP2, 2017;

b) Oracle/Oracle RAC versões 11g R2, 12c, 18c e 19c;

c) Microsoft Exchange 2010 SP1, 2013, 2016 e 2019;

d) Microsoft Sharepoint 2010 SP1, 2013, 2016 e 2019;

e) MySQL 5.6 e 8.0;

f) PostgreSQL 9.4, 10, 11 e 12;

g) Microsoft Active Directory 2008 R2 SP1, 2012, 2012 R2, 2016 e 2019.

7.8.3.4. Deve suportar backup do Oracle Database, também na arquitetura Oracle RAC, através da integração com RMAN;

7.8.3.5. Deve manter a sincronia entre os catálogos de backups do Oracle RMAN e da solução ofertada;

7.8.3.6. Deve possuir funcionalidade para descoberta automática de instâncias Oracle através de consultas periódicas aos clientes de bancos de dados, ou através da utilização de scripts;

7.8.3.7. Deve possuir scripts ou funcionalidade de descoberta automática de instancias, capaz de gerar os scripts RMAN no momento de execução do backup;

7.8.3.8. Deve suportar a execução de scripts antes e após a execução do backup;

7.8.3.9. Deve suportar DAG (Database Availability Groups) do Microsoft Exchange;

7.8.3.10. Deve suportar backup do Information Store de Microsoft Exchange, com possibilidade de restore granular, ou seja, de e-mails únicos, itens de calendário e também de caixa postal de algum usuário;

7.8.3.11. Deve suportar backup do Microsoft Active Directory, com possibilidade de restore granular, ou seja, restauração de todo um diretório, de objetos selecionados e até de atributos individuais;

7.8.3.12. Deve suportar backup completo do SharePoint, com possibilidade de recuperação de uma ou mais databases, documentos individuais, sites, subsites, listas e itens/documentos individuais;

7.8.4. Deduplicação por Software:

7.8.4.1. Deve possuir capacidade de realizar deduplicação de dados na origem e no destino. A solução deve permitir a deduplicação de qualquer capacidade (de acordo com o volume identificado e licenciado) e em qualquer forma de deduplicação (origem e no destino);

7.8.4.2. Deve suportar deduplicação em nível de blocos;

7.8.4.3. Deve suportar deduplicação de blocos na origem (client-side), de forma que o cliente envie apenas novos blocos de dados criados e/ou modificados a partir do último backup;

7.8.4.4. Deve suportar a recuperação dos backups realizados como instâncias Azure Virtual Machine e Amazon EC2, afim de manter a disponibilidade do negócio em caso de desastres no site principal;

7.8.4.5. A solução de backup deve suportar a cópia do backup entre appliances de deduplicação;

7.8.4.6. Deve possuir a capacidade de deduplicação de dados no nível de segmentos ou blocos de dados repetidos;

- 7.8.4.7.

A solução de backup deverá, a partir de uma única interface, gerenciar operações de backup e restore de diferentes sistemas operacionais (clientes);
- 7.8.4.8.

Deve permitir ativar o recurso de deduplicação em volumes apresentados via SAN, DAS ou iSCSI para servidores Windows e Linux;
- 7.8.4.9.

Deve possuir a capacidade de Replicação de Dados entre “pools” de backup de maneira otimizada, enviando somente blocos únicos;
- 7.8.4.10.

Deve possuir a capacidade de realizar balanceamento de carga automático entre servidores movimentadores de dados;
- 7.8.4.11.

Os servidores movimentadores de dados devem suportar configuração de recurso automático de failover, ou seja, permitir a configuração de mais de um servidor movimentador de dados em uma política de proteção, de forma que a indisponibilidade de um servidor seja suprida por outro servidor movimentador de dados disponível de forma automática. Esta funcionalidade deverá ser nativa do produto, e não pode ser construída com o uso de soluções baseadas em softwares de cluster de terceiros;
- 7.8.4.12.

Deve possuir a capacidade de criptografar os dados armazenados de forma deduplicada;
- 7.8.4.13.

As políticas de ciclo de vida da informação devem permitir a cópia das imagens de backup de forma otimizada, fazendo o uso da tecnologia de deduplicação de dados da solução no mesmo site ou entre sites distintos;
- 7.8.4.14.

Deve suportar a cópia dos backups do site principal para o site de desastre, permitindo que ambos possuam diferentes períodos de retenção de dados, com uma cópia completa para recuperação;
- 7.8.4.15.

Deve possuir tecnologia de deduplicação de dados inline por padrão;
- 7.8.4.16.

Deve permitir que depois de um backup full inicial, os backups subsequentes sejam feitos apenas através do envio das diferenças deduplicadas e que esses backups sejam consolidados como se fosse um backup full com a última data de envio;
- 7.8.4.17.

Deve possuir a funcionalidade de backup com duplicação dos dados entre mídias distintas para envio a cofre.
- 7.8.5.

Relatórios e Gerenciamento:
- 7.8.5.1.

Relatórios Operacionais:
- a)

Deve prover relatórios gerenciais de backup com no mínimo as seguintes informações:
- I -

Backups com sucesso;
- II -

Backups com falha;
- III -

Volume de backup realizado;
- IV -

Restores com sucesso;
- V -

Restores com sucesso;
- VI -

Tipo de dado restaurado;
- VII -

Máquinas virtuais protegidas;
- VIII -

Ocupação no destino de backup;
- IX -

Licenciamento.
- 7.8.5.2.

Interface Gráfica de Gerenciamento:
- a)

Possuir interface gráfica para gerenciamento, monitoramento, emissão de alertas, emissão de relatórios sobre operações de backup e restore e emissão de relatórios, com as seguintes características:
- I -

Relatórios sobre capacidade e tendência de crescimento do ambiente;
- II -

Se houver múltiplos ambientes de backup, localizados em diferentes Data Centers, deve possuir nativamente uma única interface capaz de monitorar e agregar informações de diversos servidores de backup para emissão dos relatórios;
- III -

Relatórios para verificar a proteção dos dados, ou seja, visualização de que máquinas estão com políticas de backup ativadas e executadas periodicamente;
- IV -

Deve permitir exportar relatórios;
- 7.8.6.

Base de dados de relatórios para suportar armazenamento de dados históricos superiores a 365 dias.

7.9.

ITEM 02 - APPLIANCE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS E BACKUP

- 7.9.1.

Deverá corresponder a dois sistemas inteligentes de armazenamento em disco, baseado em appliance com tecnologia scale-out, que se entende como um subsistema com o propósito específico de ingestão dos dados com compactação, deduplicação e replicação dos dados deduplicados, com as características mínimas abaixo:
- 7.9.1.1.

Deverá suportar, para os recursos computacionais (processamento, memória e armazenamento) especificado para cada cluster, tolerar a falha simultânea de até dois equipamentos (FTT = 2), sem impacto para o desempenho das aplicações. Não será permitida a oferta de configuração baseada em Erasure Code;
- 7.9.1.2.

Deverá armazenar os dados da solução Milestone de vídeo conferência de forma nativa e integrada;
- 7.9.1.3.

Deverá possuir integração comprovada com a solução Milestone Xprotect. A solução de armazenamento definida por software deverá suportar criptografia dos dados armazenados do Milestone;
- 7.9.1.4.

Deverá suportar os protocolos NFS na versão v3 e v4 e SMB v2 e v3;
- 7.9.1.5.

Deverá suportar armazenar objetos utilizando o protocolo S3 e garantir a imutabilidade dos objetos utilizando tecnologia de WORM e proteger os dados contra ataques ransomware;
- 7.9.1.6.

Deverá ser novo, de primeiro uso e estar em linha de fabricação na data da abertura da licitação. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados, de demonstração ou gateways;
- 7.9.1.7.

Deverá constar no site do fabricante (documento oficial e público) que o equipamento está em linha de produção;
- 7.9.1.8.

Não serão aceitas soluções construídas especificamente para esse certame;
- 7.9.1.9.

Deve ser capaz de processar simultaneamente 10 máquinas virtuais, de acordo com as melhoras práticas do fabricante do software de backup, incluindo os recursos necessários à execução de banco de dados, ferramentas de monitoramento e acesso simultâneo a no mínimo 10 usuários conectados à solução;
- 7.9.1.10.

Deve possuir portas de 10Gb, fornecidas na quantidade necessária para atingir o desempenho de 8 TB/h (oito terabytes por hora);
- 7.9.1.11.

A solução deverá permitir emprego de configurações para conformidade com as publicações especiais do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST) para controles de segurança e privacidade (SP) para sistemas e organizações federais de informação (NIST SP 800.53);
- 7.9.1.12.

Deverá ser compatível com Switches Ethernet 10Gbps e suportar conexão com redes de 25Gbps;
- 7.9.1.13.

Deverá permitir a utilização de todas as funcionalidades, tecnologias e recursos aqui especificados, de maneira irrestrita e sem necessidade de licenciamentos ou ônus adicionais. A solução deverá estar licenciada para toda a capacidade requerida;
- 7.9.1.14.

Permitir o particionamento lógico da área de armazenamento, sem prejuízo as características de deduplicação solicitadas neste certame;
- 7.9.1.15.

Todos os valores de capacidade de armazenamento deste documento devem ser calculados considerando para os cálculos de capacidade de armazenamento o TebiByte (TiB). Onde 1TiB = 240 bytes = 1.099.511.627.776 bytes = 1024 gibibytes;
- 7.9.1.16.

Deverá possuir recursos de tolerância a falhas de, pelo menos, discos, fontes de alimentação e ventiladores;
- 7.9.1.17.

Deverá possuir mecanismos que impeçam a inconsistência dos dados mesmo em casos de interrupção abrupta ou desligamento acidental;
- 7.9.1.18.

A deduplicação deverá ser global ou por volumes para o subsistema inteligente de backup, considerando todos os dados armazenados, sendo capaz de identificar dados duplicados de backups de diferentes origens dentro de um mesmo conjunto de armazenamento de modo a maximizar a taxa de deduplicação e garantindo que os dados sejam gravados uma única vez;
- 7.9.1.19.

Deverá permitir a execução de processos de backup e restore em paralelo;
- 7.9.1.20.

Deverá suportar a integração com o Microsoft Active Directory 2012 e superiores, para autenticação;
- 7.9.1.21.

Deverá possuir interface WEB para gerenciamento compatível com Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Internet Explorer 11 ou Microsoft Edge ou ainda com clientes Windows 8, Windows 10, Windows 2012 e Linux;
- 7.9.1.22.

Deverá possuir funcionalidade para replicação de backups em site remoto de forma síncrona ou assíncrona entre subsistemas semelhantes do mesmo fabricante utilizando recursos de deduplicação permitindo reduzido consumo do link de comunicação para todos os dados armazenados;
- 7.9.1.23.

O sistema de armazenamento de backup em disco deve permitir replicar os dados através de rede IP (WAN/LAN);
- 7.9.1.24.

A funcionalidade de replicação não pode ser limitada à capacidade instalada da solução, devendo suportar qualquer quantidade de dados armazenados;
- 7.9.1.25.

Deverá ter recursos para monitoramento remoto pelo fabricante, tal como notificação do tipo Call- Home, para verificação proativa de componentes de hardware em situação de falha ou pré-falha;



- 7.9.1.26.

Deverá ter suporte ao protocolo de monitoramento SNMP para integração com o sistema de monitoramento da LICITANTE;
- 7.9.1.27.

Deve possuir arquitetura baseada em camadas que permita a proteção contra “ransomware attack”, independente do software de backup;
- 7.9.1.28.

O appliance deverá ser montado em rack padrão 19” e deve ser entregue com todos os trilhos, cabos, conectores, manuais de operação e quaisquer outros componentes que sejam necessários à instalação, customização e plena operação;
- 7.9.1.29.

Deverá possuir 250 TiB úteis e capacidade de expansão de, no mínimo 400 TiB adicionais; e suportar essa capacidade mesmo ocorrendo a falha de um nó;
- 7.9.1.30.

Deve permitir desempenho de backup e restore de 8 TB/h (oito terabytes por hora);
- 7.9.1.31.

O suporte técnico e manutenção evolutiva, com atualização de versão do appliance de backup, serão prestados pelo fabricante, por um Engenheiro de Nível 2, nomeado para a CONTRATANTE, que deve ser responsável pela recepção e atendimento de todos os chamados de suporte, auxílio nas atualizações de hardware e software, apoio na redefinição dos parâmetros da solução ou mesmo na reinstalação da mesma, sempre que solicitado, pelo período de vigência da garantia.

7.10.

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO PARA OS ITENS 1 E 2

- 7.10.1.

A Licitante vencedora será inteiramente responsável pela instalação e consequente migração da solução atual para a nova solução, de forma a não comprometer de modo algum o funcionamento dos sistemas, recursos ou equipamentos atualmente em operação;
- 7.10.2.

Serão contemplados todos os serviços de instalação física de todos os componentes adquiridos, desde a montagem dos equipamentos até a energização dos mesmos;
- 7.10.3.

Auxiliar na identificação de processos que possam ajudar o cliente a assegurar que o produto(s) escopo deste fornecimento instalado (s), ou a ser instalado(s), está disposto de uma maneira compatível com os requerimentos dos ambientes/configurações do produto(s);
- 7.10.4.

Deverá ser fornecida toda a documentação da implementação e configuração dos produtos;
- 7.10.5.

A Instalação e configuração da solução ofertada devem ser realizadas dentro das boas práticas recomendadas pelos Fabricantes;
- 7.10.6.

Configuração do equipamento para comunicação com a rede da CONTRATANTE;
- 7.10.7.

Aplicação/ativação das licenças que acompanham o equipamento;
- 7.10.8.

Configuração e ajustes das funcionalidades da solução;
- 7.10.9.

Configuração do backup integrado centralizado em VMs, incluindo restauração e replicação, e das funcionalidades de deduplicação, compressão e aceleração;
- 7.10.10.

A instalação e configuração deve ser feita por profissional certificado pelo fabricante;
- 7.10.11.

Testes da solução, incluindo testes de *failover*;
- 7.10.12.

Hands-on operacional do *appliance* e software;
- 7.10.13.

A instalação, configuração e testes do equipamento deverão ser feitos com o acompanhamento de técnicos da CONTRATANTE, visando o repasse de conhecimento e observados os padrões segurança da CONTRATANTE, qualquer serviço a ser executado através de acesso remoto, excepcionalmente será liberado desde que sob a supervisão da equipe técnica da CONTRATANTE;
- 7.10.14.

O equipamento deverá estar com todas as funcionalidades e recursos de hardware e software solicitados disponíveis e configurados;
- 7.10.15.

A instalação e a configuração do equipamento deverão ocorrer preferencialmente em dias úteis, em horário comercial, podendo ser remoto, ficando a cargo da CONTRATANTE a definição dos horários para configuração do equipamento em produção. Atividades a serem realizadas fora deste horário estarão sujeitas à aprovação prévia da equipe da Coordenação de Infraestrutura da CONTRATANTE;
- 7.10.16.

A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE à conclusão da instalação dos equipamentos e entregar toda documentação técnica (“As Built”), que por sua vez deve contemplar todas as informações, juntamente com os ajustes, que se mostraram necessários quando da instalação de fato.

7.11.

TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO DA SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA OS ITENS 1 E 2

- 7.11.1.

Realizar transferência de conhecimento no formato operação assistida, demonstrando as funcionalidades do equipamento a uma equipe de 6 (seis) pessoas, indicada pela Contratante que será avaliado e aprovado pela equipe técnica da CONTRATANTE;
- 7.11.2.

A operação assistida deverá ter uma carga horária mínima de 200 (duzentas) horas;
- 7.11.3.

Todo serviço executado pela Contratada será fiscalizado e gerido pela Contratante;
- 7.11.4.

Antes da execução do serviço, a empresa Contratada deve preparar um planejamento das tarefas a serem executadas e submeter à aprovação prévia da Contratante, em prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data prevista de início do serviço;
- 7.11.5.

O período e horário da realização da operação assistida deverá ser definida pela CONTRATADA, em conjunto com o CONTRATANTE, para momento posterior à implantação da solução;
- 7.11.6.

No planejamento deverá ser priorizada a manutenção das principais atividades e serviços de TI mantidos pela Contratante;
- 7.11.7.

A Transferência de conhecimento por operação assistida deverá ser realizada na modalidade “in company” (nas dependências da CONTRATANTE);
- 7.11.8.

A execução deverá ser realizada, na medida do possível, no horário comercial;
- 7.11.9.

A Contratada deve ser responsável pela execução e qualidade do serviço, indicando o responsável técnico pela realização da operação assistida, assim como aquele que realizará a instalação do equipamento;
- 7.11.10.

A Contratada deverá entregar documentação detalhando das configurações, esquema de conexões e procedimentos realizados;
- 7.11.11.

A transferência de conhecimento deverá abordar:
- 7.11.11.1.

Configuração – melhores práticas;
- 7.11.11.2.

Configuração e operação básica – comandos básicos;
- 7.11.11.3.

Administração avançada;
- 7.11.11.4.

Troubleshooting.
- 7.11.12.

A Contratada arcará com todas as despesas relativas aos seus profissionais e técnicos envolvidos nas atividades de transferência de conhecimento;
- 7.11.13.

A Contratada deverá fornecer a cada participante certificado que comprove a realização da transferência de conhecimento contendo o período, o nome do participante, a carga horária e o conteúdo transferido.

8.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1.

As empresas licitantes deverão apresentar comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 8.2.

Considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o proponente já forneceu solução de proteção de dados com licenciamento por sockets e *Appliance* de armazenamento de dados e de backup, todos devidamente instalados, bem como suas configurações e transferência de conhecimento no percentual de 10% (dez por cento) de materiais similares aos constantes neste Termo de Referência do quantitativo a ser contratado, de acordo com o TCU, Acórdãos de Plenário nºs 1.284/2003, 2.068/2004, 2.088/2004, 2.656/2007, 2.056/2008 e 11.213/2013;
- 8.3.

Será permitido a soma de atestado(s), visando comprovar o quantitativo de 10% (dez por cento) estabelecido acima;
- 8.4.

O atestado deverá ser em língua portuguesa do Brasil, onde deverá indicar dados da entidade emissora e dos signatários do documento, além da descrição do objeto e quantidades.

9.

DA ENTREGA DO MATERIAL, CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO E CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO DO MATERIAL

- 9.0.1.

O material deverá ser entregue integralmente (de uma só vez), conforme as especificações constantes no Termo de Referência (TR), no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, quando houver contrato, no horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, no Anexo I da Secretaria de Segurança Pública do DF, situado no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, Quadra 05, Lote 23/795, Asa Norte, Brasília/DF, telefone: 3441-8628;
- 9.0.2.

A entrega do(s) material(s) será acompanhada e fiscalizada por executor de contrato da SSP/DF, designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros;
- 9.0.3.

Será recebido o material:
- 9.0.4.

Provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, mediante termo circunstanciado para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- 9.0.5.

Definitivamente, após o recebimento dos equipamentos e licenças devidamente instalados no prazo de 15 (quinze) dias mediante termo circunstanciado, após verificar que os materiais entregues e instalados possui todas as características consignadas neste edital, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do material especificado neste Edital;
- 9.0.6.

O procedimento previsto no item anterior visa garantir que o material adquirido seja entregue pela empresa em conformidade com as especificações definidas neste Termo de Referência;

- 9.0.7.

Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;
- 9.0.8.

Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas no Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações posteriores (Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006, 35.831 e 36.974/2015), na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, no Edital e neste Termo de Referência;
- 9.0.9.

A Contratante poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório do material, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- 9.0.10.

A empresa deve efetuar a troca, às suas expensas, do(s) material(ais) que não atender(em) as especificações do objeto contratado no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação, sendo que o ato de recebimento não importará aceitação;
- 9.0.11.

Independentemente de aceitação, a empresa garantirá a qualidade de cada unidade pelo prazo estipulado neste termo de referência, ou prazo estabelecido pelo fabricante, ou o que for maior, obrigando-se a repor aquele(s) material(ais) que apresentar(em) defeito(s) em 05 (cinco) dias corridos contados da solicitação;
- 9.0.12.

A atestação de conformidade da entrega do(s) material(ais) caberá a servidor(es) designado(s) pela SESP-DF para esse fim;
- 9.0.13.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança pela entrega do(s) material(ais), nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;
- 9.0.14.

Os materiais não utilizados imediatamente após o recebimento definitivo serão armazenados com segurança e protegidos contra a ação dos perigos mecânicos, das ameaças climáticas e de animais daninhos, no Almoxarifado da SESP-DF (Anexo I da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal), situado no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, Quadra 05, Lote 23/795, Asa Norte, Brasília/DF, nos termos dos arts. 51 e 52 da Portaria nº 39/2011/SEPLAG, publicado no DODF nº 62 de 31/03/2011, e conforme determina o art. 15, § 7º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

10.

DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- 10.1.

SUPORTE TÉCNICO DA SOLUÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA
- 10.2.

REQUISITOS DE ATENDIMENTO: GERAIS
- 10.3.

Para melhor entendimento da escala de criticidade do ambiente, a SSP/DF decidiu categorizar os atendimentos em 3 níveis de Severidade a saber:
- 10.3.1.

- Severidade 1 (Alta) com prazo para atendimento em até 3 (três) Horas;
- 10.3.2.

- Severidade 2 (Media) com prazo para atendimento em até 6 (seis) Horas;
- 10.3.3.

- Severidade 3 (Baixa) com prazo para atendimento em até 24 (vinte e quatro) Horas;
- 10.3.4.

O atendimento pelo fabricante deve estar disponível para todos os componentes da solução ofertada;
- 10.3.5.

O fabricante emitirá relatório todas as intervenções realizadas, preventivas e corretivas, programadas ou de emergência, em papel ou em arquivo eletrônico, preferencialmente em arquivo texto/planilhas, com informações analíticas e sintéticas dos chamados de garantia/suporte abertos e fechados no período, incluindo:
- a)

Quantidade de ocorrências (chamados) registradas no período;
- b)

Número do chamado registrado e nível de severidade, inclusive aqueles com reabertura;
- c)

Data e hora de abertura;
- d)

Data e hora de início e conclusão do atendimento;
- e)

Identificação do técnico do CONTRATANTE que registrou o chamado;
- f)

Identificação do técnico do CONTRATANTE que atendeu ao chamado da garantia;
- g)

Descrição do problema;
- h)

Descrição da solução;
- i)

Informações sobre eventuais escalações;
- j)

Resumo com a lista de chamados concluídos fora do prazo de solução estabelecido;
- k)

Total de chamados no mês e o total acumulado até a apresentação do relatório.
- 10.3.6.

O relatório deve ser assinado por representante da CONTRATADA, responsável pelo acompanhamento do serviço, e entregue a SSP, que se obriga a acompanhar a execução das manutenções;
- 10.3.7.

A cada chamado de suporte categorizado como grau de **severidade 1**, o fabricante deverá disponibilizar um Engenheiro de Suporte, nível 2, na forma de recurso humano, que ao ser notificado, atuará como ponto de apoio e contato, auxiliando na condução do processo internamente junto ao fabricante para fornecer assistência avançada seja por telefone fixo, telefone móvel ou e-mail ou qualquer solução aceita pela CONTRATANTE. Caso este recurso humano esteja temporariamente indisponível, deve ser dada a opção de se escalar o chamado para um Engenheiro de Solução de nível avançado e este devera dar prosseguimento no atendimento até o encerramento do chamado.
- 10.3.8.

O recurso humano designado pelo fabricante deverá manter o cliente informado sobre melhores práticas e *Roadmap* das soluções ofertadas;
- a)

O contato deste recurso humano designado deverá ser mensal;
- b)

Entregar relatórios mensais com status e descritivo detalhado das atividades realizadas no cliente, evidenciando a efetividade dos serviços prestados pelo fornecedor;
- c)

Estes serviços deverão ser prestados exclusivamente na modalidade remota, utilizando-se de ferramentas de acesso remoto através da Internet e permitida pelo Órgão (tal como Webex), com total segurança e criptografia de dados, de forma que os recursos técnicos consigam acessar remotamente os servidores;
- d)

Prestar assessoria proativa e reativa nas questões relativas às atualizações, patches e alertas de impacto;
- e)

Apresentar um relatório trimestral demonstrando a saúde do ambiente dos produtos escopo deste fornecimento;
- f)

Propor melhorias no ambiente;
- g)

Será efetuada Manutenção corretiva, sempre que a solução apresentar falhas que impeçam o seu funcionamento normal e/ou requeiram a intervenção de técnico especializado;
- h)

As manutenções preventivas e corretivas serão de responsabilidade do CONTRATADO, sem custos adicionais ao CONTRATANTE;
- i)

Atuar junto ao Suporte do fabricante na escalada de problemas críticos e acompanhamento do problema até a resolução;
- 10.3.9.

Possuir atendimento com consultores na língua portuguesa;
- 10.3.10.

Monitorar e gerenciar questões de escalada e servir como ponto único de contato técnico.
- 10.3.11.

Fornecer subsídios a CONTRATANTE relativo a incidentes para identificação de diagnóstico.
- 10.3.12.

Auxiliar na solução de problemas fornecendo detalhes técnicos para a análise de causa provável de problemas encontrados.
- 10.3.13.

Todos os prazos para atendimento, tratando-se de Garantia, começarão a ser contados a partir da abertura do chamado independentemente deste ter sido feito via telefone, e-mail, Website do fabricante;
- 10.3.14.

A CONTRATADA deve fornecer Nome, CPF e função do técnico ou engenheiro de suporte que virá atender a demanda;
- a)

***O técnico devera comparecer ao ambiente devidamente identificado, portando sempre um crachá da empresa. Sem este documento (crachá), não será permitida a sua entrada no ambiente;***
- 10.4.

REQUISITOS DE ATENDIMENTO: NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - SUPORTE
- 10.4.1.

Por início de atendimento entende-se a alocação de técnico devidamente qualificado para efetuar a correção do problema ou o *troubleshooting* preciso, com interlocução direta com a equipe da SSP/DF.
- 10.4.2.

A abertura da chamada deverá ser realizada pela CONTRATANTE em sistema web/app ou telefone, com acesso garantido pela CONTRATADA e linguagem em português, o que implicará na imediata abertura de uma Ordem de Serviço (O.S);
- 10.4.3.

O suporte técnico deverá ser prestado para cada solução adquirida e deverá ser acionado em caso de qualquer indisponibilidade da solução, devendo haver o atendimento **"on-site"**, se requerido pelo CONTRATANTE, conforme os índices de criticidade abaixo:

CRITICIDADE		
Severidade	Descrição	Prazo Máximo de Atendimento

Severidade	Descrição	Prazo Máximo de Atendimento
Severidade 1 (Alta)	<p><b>Equipamento ou Sistema Inoperante:</b> Entende-se como sistema ou equipamento inoperante, aqueles que não estejam funcionando em sua capacidade total de recursos com impacto direto nas operações críticas de negócio.</p> <p><i>Exemplos:</i> Servidor de produção ou outro Sistema inicial está inativo.</p> <p><b>Equipamento ou Sistema Parado:</b> Entende-se como sistema ou equipamento parado, aqueles que se encontram sem nenhum tipo de funcionamento.</p> <p><i>Exemplos:</i> Servidor de produção ou outro Sistema não emite sequer sinal de ligado ou desligado;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Parte substancial dos dados essenciais corre risco de perda ou corrupção;</li><li>· Operações relacionadas ao negócio foram afetadas, foi detectada falha que compromete a integridade geral do Sistema ou dos seus dados.</li></ul> <p><b>Alto impacto no ambiente de produção ou grande restrição de funcionalidade:</b></p> <p><i>Exemplos:</i> Ocorreu um problema no qual um recurso importante foi gravemente danificado. As operações podem continuar de forma limitada, embora a produtividade em longo prazo possa ser afetada negativamente.</p>	<p>Com a O.S. aberta a CONTRATADA, registrará as informações: quem abriu, quem recebeu pela empresa, data e hora do início da atividade;</p> <p>Abre-se um prazo inicial de 30 (trinta) minutos a partir do horário da abertura do chamado para a devida resolução do problema de modo <b>REMOTO</b> ;</p> <p>Findado este prazo inicial de até 30 (trinta) minutos para a resolução do problema de modo <b>REMOTO</b> e constatada a inoperância ou permanência do problema, a empresa CONTRATADA será novamente notificada da concessão de um novo prazo de mais 30 (trinta) minutos, para a urgente ALOCAÇÃO de um técnico visando o atendimento in loco nos endereços físicos pré determinados por esta Secretaria, (mantido o número da O.S. inicialmente aberta com as respectivas informações);</p> <p>- A partir da ALOCAÇÃO deste técnico, conforme o Nível de Severidade 1 estabelece, a empresa terá mais 2 (duas) horas para a resolução do problema;</p> <p><b>PRAZO MÁXIMO TOTAL PARA ATENDIMENTO:</b> Até 3 (três) Horas;</p> <p><i>* Representante técnico especialista do suporte deve estar disponível 24 x 7 e ser automaticamente notificado na abertura da O.S.</i></p>
Severidade 2 (Média)	<p><b>O defeito não gera impacto ao negócio.</b></p> <p><i>Exemplo:</i> Ocorreu um erro que causou impacto negativo limitado nas operações. Funcionalidades principais prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Perda de funcionalidades não críticas.</p>	<p>Com a O.S. aberta a CONTRATADA, registrará as informações: quem abriu, quem recebeu pela empresa, data e hora do início da atividade;</p> <p>Abre-se um prazo inicial de até 2 (duas) horas onde um Engenheiro de Suporte do fabricante deve iniciar o atendimento de modo <b>REMOTO</b> ou por telefone.</p> <p>Findado este prazo inicial de até 2 (duas) horas para a resolução do problema de modo <b>REMOTO</b> e constatada a inoperância ou permanência do problema; a empresa CONTRATADA será novamente notificada da concessão de um novo prazo de 4 (quatro) horas, para o DESLOCAMENTO de um técnico (mantido o número da O.S. inicialmente aberta com as respectivas informações) visando o atendimento <b>IN LOCO</b> nos endereços físicos predeterminados por esta Secretaria.;</p> <p><b>PRAZO MÁXIMO TOTAL PARA ATENDIMENTO:</b> Até 6 (seis) Horas;</p> <p><i>* Representante técnico especialista do suporte deve estar disponível 24 x 7 e ser automaticamente notificado na abertura da O.S.</i></p>
Severidade 3 (Baixa)	<p><b>O problema é pequeno, ou de documentação.</b></p> <p><i>Exemplos:</i> O problema não afetou as operações da contratante negativamente; mas o usuário continua a utilizar a solução; encaminhamento de solicitações, sugestões para novos recursos ou aprimoramento do software licenciado; esclarecimento de dúvidas (dos produtos deste fornecimento) ou em períodos de mudanças complexas no ambiente que ensejem a incorporação temporária de expertise, para realizar tarefas pré-determinadas</p>	<p>Com a O.S. aberta a CONTRATADA, registrará as informações: quem abriu, quem recebeu pela empresa, data e hora do início da atividade;</p> <p>Abre-se um prazo inicial de até 6 (seis) horas onde um Representante Técnico do Suporte do fabricante deve iniciar o atendimento de modo <b>REMOTO</b> ou por telefone.</p> <p>Findado este prazo inicial de 6 (seis) horas para a resolução do problema de modo <b>REMOTO</b> e constatada a inoperância ou inconsistência da resolução do problema; a empresa CONTRATADA será novamente notificada da concessão de um novo prazo de mais 18 (dezoito) horas, para o DESLOCAMENTO, caso seja necessário e a critério da CONTRATANTE, de um técnico (mantido o número da O.S. inicialmente aberta com as respectivas informações) aos endereços físicos predeterminados por esta Secretaria.</p> <p><b>PRAZO MÁXIMO TOTAL PARA ATENDIMENTO:</b> Até 24 (vinte e quatro) Horas;</p> <p><i>* Representante técnico especialista do suporte deve estar disponível 8 x 5 e ser automaticamente notificado na abertura da O.S.</i></p>

- 10.4.4.É vedado o cancelamento, encerramento dos chamados ou recategorização dos Níveis de Severidade pela CONTRATADA sem a autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;
- 10.4.5.Todos os profissionais que irão trabalhar de alguma maneira no contrato, inclusive técnicos e gerentes da empresa, devem ser previamente cadastrados (e devem assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo ), para acesso remoto, inclusive.
- 10.4.6.O período de suporte deve estar diretamente atrelado ao período de garantia da solução;
- 10.4.7.Dentro do prazo máximo de solução está compreendido o prazo de atendimento;
- 10.4.8.Dentro do prazo máximo de atendimento, cabe ao fornecedor dar início, junto ao CONTRATANTE, às providências que serão adotadas para a solução do chamado;
- 10.4.9.Considera-se plenamente solucionado o problema quando restabelecidos os sistemas/serviços sem restrições, ou seja, quando não se tratar de uma solução paliativa;
- 10.4.10.Não se encaixam nos prazos descritos nos itens referentes aos problemas cuja solução dependa de correção de falhas (bugs) ou da liberação de novas versões e patches de correção, desde que comprovados pelo fabricante da solução;
- a) Para esses problemas, o fornecedor deverá nos prazos estabelecidos nos níveis de criticidade, restabelecer o ambiente, através de uma solução paliativa que deve ser expressamente autorizada pela CONTRATANTE;
- b) Nos casos em que as manutenções necessitarem de paradas da solução, o CONTRATANTE deverá ser imediatamente notificado para que se proceda a aprovação da manutenção, ou para que seja agendada nova data, a ser definida pelo CONTRATANTE, para execução das atividades de manutenção;
- 10.4.11.Durante o período de vigência do contrato, o fornecedor executará, sem ônus adicionais, correções de falhas (bugs) de software;
- 10.4.12.Durante o período de vigência do contrato o CONTRATANTE terá direito, sem ônus adicional, a todas as atualizações de versão e releases dos softwares e firmwares que fazem parte da solução ofertada.

- 10.5.

REQUISITOS DE ATENDIMENTO: CANAIS
- 10.5.1.

O suporte técnico deve estar disponível para abertura de chamados técnicos 24 horas por dia, 7 dias por semana, mediante sistema "website" do fabricante (*Web/app*) e telefone (0800 ou número local em Brasília);
- 10.5.2.

Considera-se como dia útil para a SSP/DF o período que se inicia às 7:00 (sete) horas da manhã e finda às 19:00 (dezenove) horas da noite;
- 10.5.3.

Em caso de indisponibilidade do canal de atendimento disponibilizado, os chamados técnicos poderão ser abertos via e-mail, "website" do fabricante, telefone, etc.;
- 10.5.4.

O fornecedor precisa possuir e informar página da Internet onde estejam disponíveis drivers atualizados, últimas versões do firmware(se for o caso) e demais informações sobre detalhes técnicos dos equipamentos, sem restrições de acesso público ou via cadastramento de pessoas autorizadas pelo CONTRATANTE para o acesso. Durante o período de vigência do contrato o CONTRATANTE terá direito, sem ônus adicional, a todas as atualizações de versão e releases dos softwares que fazem parte da solução ofertada.
- 10.6.

DA HOMOLOGAÇÃO, GARANTIA DOS PRODUTOS, MANUTENÇÃO E NÍVEIS DE SERVIÇOS:
- 10.6.1.

A titulo de agilizar a análise por parte da equipe técnica desta Secretaria, será exigida dos licitantes a comprovação de que os itens cotados na proposta comercial devem ter a sua equivalência (com descritivos técnicos e datasheets) comprovada na proposta técnica do licitante, com a respectiva identificação do arquivo e numero da pagina indicado;
- 10.6.2.

A não observância a este preceito, implicara na imediata desclassificação do licitante;
- 10.6.3.

A empresa vencedora será responsável pela entrega dos equipamentos na sede da SSPDF, sem nenhum tipo de ônus para o CONTRATANTE, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato ou emissão da nota de fornecimento ou emissão do empenho.
- 10.6.4.

O prazo de garantia é em função do valor a ser gasto na aquisição e do tempo de vida útil do equipamento. Com um prazo maior de garantia, não será necessário realizar possíveis gastos com aquisição de peças de reposição durante sua vida útil;
- 10.6.5.

O prazo de garantia começará a transcorrer com a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**;
- 10.6.6.

A Contratada deverá prestar assistência técnica aos equipamentos e acessórios (softwares, cabos, baterias, carregadores, etc.), contra defeitos de fabricação, durante o período de garantia, na forma e prazos a seguir especificados, a fim de mantê-los em perfeito funcionamento, sob as condições normais de utilização, através de rede mantida pelo fabricante ou por ele credenciada, apresentando, para tanto, o Termo de Garantia e Suporte Técnico;
- 10.6.7.

Deverá possuir assistência técnica autorizada pelo fabricante do equipamento comprovada por carta de autorização endereçada pelo fabricante à CONTRATADA;
- 10.6.8.

A assistência técnica será prestada na modalidade on-site, durante o período de garantia de **36 (trinta e seis) meses** para os equipamentos que compõem esta **Solução de Backup**; canal de atendimento e chamado técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana através de site na Internet e/ou canal telefônico gratuito 0800 e consistirá na reparação dos equipamentos, com a substituição de peças e componentes que se fizer necessária, de acordo com os manuais e as normas técnicas pertinentes;
- 10.6.9.

Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
- 10.6.10.

O equipamento deverá ser reparado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do atendimento ao chamado de garantia;
- 10.6.11.

Eventual pedido de prorrogação do prazo de reparo somente será deferido se apresentado tempestivamente, por escrito, devidamente justificado, e o equipamento defeituoso for substituído por outro equivalente ou de configuração superior em perfeitas condições de uso, que ficará à disposição do Contratante até o retorno do equipamento reparado;
- 10.6.12.

A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes novos e originais, salvo em casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE;
- 10.6.13.

O fornecedor concederá à CONTRATANTE garantia integral durante o período de vigência do contrato, com atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana, a contar da data de homologação do produto, contra qualquer defeito ou problema em toda a solução, incluindo avarias no transporte dos equipamentos até o local de entrega, mesmo ocorrida sua aceitação/aprovação pelo contratante;
- 10.6.14.

O fornecedor garante, durante o período de vigência do contrato e da comprovação de sua respectiva Garantia o fornecimento dos componentes de hardware e software, para manutenções, suporte técnico, de forma que possam ser mantidas todas as funcionalidades inicialmente contratadas. Caso haja neste período a descontinuidade de fabricação dos componentes, deve ser também garantida à total compatibilidade dos itens substitutos com os originalmente fornecidos;
- 10.6.15.

Durante o período de vigência do contrato e da comprovação de sua respectiva Garantia, qualquer componente que apresente defeito ou mau funcionamento, sem indicação de solução, deve ser substituído em um prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis.

11.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
- 11.1.

O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante provocação da contratada e interesse da Administração, persistindo as obrigações decorrentes da garantia.
- 11.1.1.

A SSPDF convocará a (s) empresa (s) vencedora (s) para assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de cair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações posteriores (Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006, 35.831 e 36.974/2015), na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no Edital.
- 11.1.2.

O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 11.1.3.

É dispensável o Termo de Contrato e facultada a substituição por outros instrumentos hábeis, previstos no art. 62 da Lei n.º 8.666/1993, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
- 11.1.4.

No caso da opção contida no item anterior, o prazo de entrega é a contar do primeiro dia útil que se seguir, da data de recebimento da Nota de Empenho.

12.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 12.1.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por executor de contrato da Administração, especialmente designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- 12.2.

O executor durante seu mister, deve agir de forma pró-ativa e preventiva, observar o cumprimento pela contratada das regras previstas no instrumento contratual, buscar os resultados esperados no ajuste e trazer benefícios e economia para esta SSPDF, devendo cumprir integralmente a Portaria nº 119/SSP, que estabelece diretrizes para a gestão, o acompanhamento e a fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela SSP.
- 12.3.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993 e o Decreto Distrital n.º 32.598/2010;
- 12.4.

O executor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.

DA GARANTIA CONTRATUAL
- 13.1.

Será exigida da CONTRATADA a apresentação, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do termo contratual**, de garantia em favor da CONTRATANTE, correspondente a **3% (três por cento) do valor total do contrato**, numa das seguintes modalidades, conforme opção da CONTRATADA:
- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.
- 13.2.

O prazo para entrega da garantia poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso necessário, desde que a justificativa fundamentada seja previamente apresentada para análise da CONTRATANTE antes de expirado o prazo inicial.
- 13.3.

A garantia contratual na porcentagem de 3% (três por cento) do valor do contrato no período de 12 (doze) meses, foi estabelecida, visando minimizar os riscos da inexecução contratual, sendo ato discricionário da Administração, imposto para garantir o sucesso total da contratação, conforme § 2º, do art. 56, da Lei nº 8.666/93. Confira-se:

[...]

***"A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)."*** GRIFO NOSSO.

14.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 14.1.

A Contratada se obriga a:

- 14.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sob pena de rescisão do contrato e da execução de garantia para o ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, e 87 da Lei nº 8.666/1993). (Vide Decisão nº 6.118/2017 – TCDF e Parecer Jurídico SEI-GDF nº 18/2018 – PGDF/GAB/PRCON);
- 14.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes do fornecimento do material;
- 14.4. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato ou nota de Empenho, no local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, devendo ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta;
- 14.5. Responder pela garantia dos bens, contemplando, assim, todas as garantias, as modificações e as alterações, não podendo, em qualquer hipótese, arguir a perda da garantia e/ou inoperação de qualquer sistema ou funcionamento dos equipamentos, bem como garantir a sua entrega em perfeito funcionamento.
- 14.6. Arcar com todas as despesas e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 14.7. Comprometer-se em não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere este instrumento, salvo nos casos autorizados pela Contratante;
- 14.8. Sujeitar-se às normas estabelecidas no Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078/1990;
- 14.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias ao fornecimento dos bens;
- 14.10. Comercializar bens que cumpram todas as normas legais de produção, transporte e armazenamento;
- 14.11. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea "g" da IN 04/2014;
- 14.12. Atentar ao disposto em todos os normativos citados na Fundamentação Legal deste Termo, em especial ao Decreto Distrital nº 39.860/2019;
- 14.13. Declarar, por intermédio de seu representante legal, que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei;
- 14.14. Efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto de Renda sobre os serviços prestados, a que se refere a Portaria nº 247/2019 da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 15.1. Indicar o executor interno do contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 32.598/2010, art. 41, inciso II e § 3º, o qual se incumbirá das atribuições contidas nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e do Decreto n.º 32.598/10 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal;
- 15.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- 15.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à entrega dos bens;
- 15.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas nos bens;
- 15.5. Notificar a Contratada por, escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades, quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado;
- 15.6. Receber o objeto fornecido pela contratada, desde que esteja em conformidade com o Certame e com a proposta aceita na fase externa da licitação, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 21, da IN nº 04/2014;
- 15.7. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecedor de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 19 e 33 da IN nº 04/2014;
- 15.8. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento pactuado, conforme o disposto no art. 30 da Instrução Normativa Nº 4/2014;
- 15.9. Realizar, no momento da licitação e quando possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 15.10. Prever, se for o caso, que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer.

16. **DA OBRIGATORIEDADE DO USO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 16.1. Em atenção à Lei nº 4.770/2012, serão exigidos neste certame a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental.
- 16.2. Em relação ao FABRICANTE, ao PRODUTOR ou ao FORNECEDOR, conforme art. 1º, inciso I, da Lei nº 4.770/2012; a contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do contrato:
- 16.3. A adoção de processos de extração, fabricação e utilização de produtos e matérias-primas de forma ambientalmente sustentável.
- 16.4. A deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos da indústria, comércio ou construção civil, bem como da água utilizada.
- 16.5. A utilização de matéria-prima renovável, reciclável, biodegradável e atóxica.
- 16.6. A utilização de tecnologia e material que reduzam o impacto ambiental.
- 16.7. A logística reversa.
- 16.8. Em relação ao FORNECEDOR, conforme art. 2º, inciso I, da Lei nº 4.770/2012, a contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do contrato:
- 16.9. A recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis por essa Administração pública.
- 16.10. A comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.
- 16.11. Conforme art. 7º, incisos I a VIII, da Lei nº 4.770/2012, a contratada deverá fornecer bens que, no todo ou em parte:
- 16.12. Sejam constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 16.13. Ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 16.14. Não contenham substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais.
- 16.15. Estejam acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível.
- 16.16. Funcionem com baixo consumo de energia ou de água.
- 16.17. Sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais.
- 16.18. Possuam certificado emitido pelos órgãos ambientais.
- 16.19. Possuam certificação de procedência de produtos.
- 16.20. A comprovação dos requisitos citados acima poderá ser realizada por apresentação de declaração própria ou de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental, conforme art. 7º, Parágrafo único, da Lei Distrital nº 4.770/2012.

17. **DO PAGAMENTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 17.1. Há previsão orçamentária para realização da despesa para o objeto do presente Termo de Referência, os quais correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SSP do Distrito Federal.
- 17.2. A Coordenação de Orçamento, Finanças e Fundos da Subsecretaria de Administração Geral indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária das despesas decorrentes.
- 17.3. Fica estabelecido a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), prevista na Portaria nº 247/2019 de titularidade do Distrito Federal, nos termos do art. 157, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- 17.4. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF:
- 17.5. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União e créditos tributários relativos, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Portaria Conjunta RFB-PGFN nº 1.751/2014, alterada pela Portaria Conjunta RFB-PGFN nº 3.193/2017.
- 17.6. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), devidamente atualizado (Lei nº 8.036/1990).

- 17.7. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade e expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 17.8. A Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.
- 17.9. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor da contratante, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.
- 17.10. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação **“pro rata tempore”** do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (art. 2º do Decreto Distrital nº 37.121 de 16/02/2016).
- 17.11. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n.º 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 17.13. O atraso do pagamento, em virtude de penalidade e/ou inadimplência da CONTRATADA, não gerará direito de reajuste de preços ou de correção monetária.
- 17.14. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- 17.15. Será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 17.16. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do §3º do art. 86, da Lei nº 8.666/1993.
- 17.17. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário no Banco de Brasília S/A (BRB). Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e a agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767, de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, de 18/02/2011.
- 17.18. A regra definida no Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, não se aplica:
- 17.18.1. I) aos pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;
- 17.18.2. II) aos pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; e
- 17.18.3. III) aos pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado. (Art. 6º c/c 7º do Decreto Distrital nº 32.767/2011);
- 17.19. Por ocasião do pagamento será feita a retenção do Imposto de Renda incidente sobre os serviços prestados, conforme estabelece a Portaria nº 247, de 31/07/2019, da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;
- 17.20. O Recurso será do Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal, alocados no Eixo de Enfretamento à Criminalidade, na ação de Atualização da Infraestrutura, conforme Termo de Adesão nº 14/2020, firmando entre a SEGEN/MJSP e FUSPDF, na natureza de despesa **44.90.52 - 63**.

18. **DAS PENALIDADES**

18.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às sanções estabelecidas no Decreto Distrital nº 26.851/2006, e suas alterações posteriores (Decretos nºs 26.993/2006, 27.069/2006, 35.831 e 36.974/2015), na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, no art. 49 da Lei nº 10.024/2019 e no Edital.

19. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. Eventuais esclarecimentos a respeito da especificação dos objetos poderão ser solicitados à Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico da Subsecretaria de Modernização Tecnológica - SSP/SMT, situada no SAM, Conjunto “A” Bloco "A", 1º andar - Edifício Sede da SSP/DF-CEP 70.620-000 - Telefone: (61) 3441-8825 - E-mail: gertel.smt@ssp.df.gov.br

19.2. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

19.3. À Vossa apreciação com a informação que o presente Termo foi elaborado e ajustado para atender a legislação vigente.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<b>Gláucio Silveira e Silva</b> Assessor Técnico Matrícula: 1.691.710-3	<b>Rafael da Silva Moreira</b> Chefe do Núcleo de Análise Matrícula: 1.691.265-9

1. De acordo; e

2. Encaminhem-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SSP para conhecimento, análise e adoção das demais providências administrativas decorrentes.

**LEUTON REDRIGUES DA SILVA**  
Diretor de Planejamento de Aquisições e Contratações

20. **ANEXOS**

20.1. O presente Termo de Referência é composto dos seguintes anexos:

20.1.1. **Anexo I** - Termo de Recebimento Provisório;

**ANEXO I - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

**À Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal SSP/DF**  
**SAM Conjunto A Bloco A**  
**Setor de Administração Municipal , Sede da SSP/DF - Asa Norte**  
**CEP: 70620–000- Brasília, DF**

OBJETO:	
N. º CONTRATO:	
N.º da OS:	
CONTRATADA:	
CNPJ:	
TELEFONE (S):	

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no Art. 73, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que os bens e/ou serviços, relacionados no quadro abaixo, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo Edital de Pregão Eletrônico SRP n.º xx/20xx da SSP/DF.

Item	Descrição	Identificação	Unidade	Quantidade

Ressaltamos que o recebimento definitivo dos bens e/ou serviços ocorrerá em até 15 (quinze) dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do instrumento contratual proveniente do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº xx/20xx.

Brasília, de de 20\_\_.

SERVIDOR

CARGO

Matrícula

20.1.2.

Anexo II - Termo de Recebimento Definitivo;

ANEXO II - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

À Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal SSP/DF

SAM Conjunto A Bloco A

Setor de Administração Municipal , Sede da SSP/DF - Asa Norte

CEP: 70620–000- Brasília, DF

OBJETO:	
N. º CONTRATO:	
N.º da OS:	
CONTRATADA:	
CNPJ:	
TELEFONE (S):	

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas atestam para fins de cumprimento do disposto no Art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo, possuem as quantidades, configuração, desempenho e a qualidade compatível com as condições e exigências técnicas constantes do Edital nº xx/20xx.

Item	Descrição	Identificação	Unidade	Quantidade

Brasília, de de 20\_\_.

EXECUTOR DO CONTRATO

CARGO

Matrícula

REPRESENTANTE DA ÁREA

REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

CARGO

Matrícula

20.1.3.

Anexo III - Modelo de Proposta;

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

À Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal SSP/DF

SAM Conjunto A Bloco A

Setor de Administração Municipal , Sede da SSP/DF - Asa Norte

CEP: 70620–000- Brasília, DF

Local e data

Referência: Edital do Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/2021 – SSPDF

Sr. Pregoeiro,

A Empresa \_\_\_\_\_ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), \_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, abaixo assinada, propõe à SSPDF, o fornecimento dos materiais abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do

Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

LOTE	ITENS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Solução de proteção de dados com licenciamento por sockets. Instalação, configuração e transferência de conhecimento. <b>Com garantia evolutiva e suporte de solução de proteção de dados de 36 (trinta e seis) meses.</b>	Sockets	20	R\$	R\$
	2	<i>Appliance</i> de armazenamento de dados e de backup. Instalação, configuração e transferência de conhecimento. <b>Com garantia evolutiva e suporte de appliance de 36 (trinta e seis) meses.</b>	Appliance	01	R\$	R\$
	TOTAL:				R\$	

Valor total da proposta R\$ \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_,\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) em algarismos e por extenso.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais;
- Prazo de entrega dos materiais: **60 (sessenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho;**
- Garantia de fábrica;
- Garantia estendida (quando houver);
- A entrega dos materiais será feita no local determinado pela SSPDF, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE;
- Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 90 dias);
- Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);
- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- Declaração de inclusão no portfólio atualizado do Fabricante dos equipamentos ofertados.
- Declaração de integração dos componentes dos equipamentos ofertados serão entregues mediante fiscalização da Contratante e Contratada.
- Declaração de inclusão de todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

\_\_\_\_\_  
Nome , Cargo e Identidade do Representante da Empresa

Declaração de atendimento integral aos requisitos técnicos.

- Deverá ser anexado à proposta uma tabela como a inserida abaixo, relacionado todos os datasheets e descritivos técnicos, lembrando que links quebrados e referências indiretas ou subjetivas não serão aceitos, cabendo à equipe técnica promover diligências junto a proponente com o fito de sanar o erro; cada item deverá possuir uma referência à proposta ou datasheet que permita a equipe de contratação validar diretamente os itens, sendo portanto viável a desclassificação por não comprovação documental da pertinência entre os equipamentos solicitados neste Termo e os oferecidos pela licitante.
- A empresa não poderá colocar somente o modelo do equipamento, mas deverá indicar onde e exatamente em que ponto do documento se localiza cada informação exigida no edital. Com a ressalva dos itens pedidos que podem ser conectados à solução, como cabos, transceivers, conectores e outros.

Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	<b>Especificação Técnica</b>	
	<b>O item 01 "Solução de Proteção de Dados com licenciamento por Sockets" deverá ser fornecida com os seguintes itens:</b>	
	Solução de backup, para cópias de segurança, com ou sem deduplicação e todas as funcionalidades, sem limite de clientes e agentes, para o ambiente virtual, incluindo licenças definitivas de uso, implementação, configuração, garantia e suporte do software;	
	Solução de Introspecção de Dados para viabilizar decisões estratégicas sobre o uso dos dados protegidos e deve incluir licenças definitivas de uso, incluindo garantia de <i>software</i> e implementação da solução;	
	A solução proverá proteção contra a manipulação errônea ou perda da informação, gerenciamento do ciclo de vida das informações, bem como painéis de controle sobre os dados não estruturados para tomada de decisões contemplando as funcionalidades especificadas neste Termo de Referência (TR).	
	<b>Requisitos mínimos da solução:</b>	
	Solução para Proteção e Armazenamento dos Dados – Deve executar as seguintes funcionalidades primárias: Proteção e disponibilidade de dados, onde quer que estejam armazenados ou usados e oferecer cobertura abrangente da infraestrutura do órgão. Reduzindo-se consideravelmente os riscos, possibilitando demonstrar a integração entre proteção e disponibilidade dos dados. Além de atender de forma integral aos requisitos abaixo.	
	<b>Item 01 - Solução de proteção de dados com licenciamento por sockets</b>	
	<b>Licenciamento do Software:</b>	



Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	<p>Deverão ser fornecidas licenças para processadores físicos encontrados na origem para o ambiente virtual, incluindo todas as funcionalidades solicitadas neste Termo de Referência, com suporte para <i>backup</i>, <i>restore</i> e tecnologia de deduplicação de dados, onde o licenciamento deve possuir capacidade ilimitada de retenções, cópias dos dados protegidos, replicações para outros ambientes para fins de recuperação de desastres;</p> <p>A solução de proteção de dados a ser ofertada deve atender integralmente os requisitos especificados neste TR, devendo ser fornecida com todas as licenças que forem necessárias para entrega funcional da solução.</p>	
	<b>Arquitetura e características gerais do software:</b> <b>Possuir uma arquitetura em múltiplas camadas permitindo desempenho e escalabilidade horizontal:</b>	
	Camada de gerência; Camada do serviço de mídia/unidade de disco de retenção dos dados; Camada de clientes/agentes multiplataforma de <i>backups</i> .	
	<p>Deve possuir catálogo ou banco de dados centralizado contendo as informações sobre todos os dados e mídias onde os <i>backups</i> foram armazenados, esse banco de dados ou catálogo deve ser próprio e fornecido em conjunto com o produto;</p> <p>Deve possuir mecanismo para <i>backups</i> periódicos da base de dados de configurações e catálogo;</p> <p>Deve Possuir mecanismo de reconstrução do catálogo ou banco de dados centralizado em caso de perda do mesmo, sem a necessidade de recatalogar as imagens de <i>backup</i>;</p> <p>Deve fazer uso de banco de dados relacional para guardar o catálogo de <i>jobs</i>, arquivos e mídias dos <i>backups</i>;</p> <p>Deve suportar servidor de gerência e catálogo nas plataformas Linux ou Windows. Para evitar aumento de complexidade de gestão, não serão aceitos catálogos instalados em máquinas virtuais em plataformas (sistemas operacionais) diferentes da utilizada no servidor de gerência;</p> <p>Deve suportar a configuração da base de dados de configurações e catálogo em <i>cluster</i> para promover alta-disponibilidade dos serviços de gerenciamento;</p>	
	<b>Deve suportar servidores movimentadores de dados nas seguintes plataformas:</b>	
	Linux e Windows;	
	<p>Os servidores movimentadores de dados devem suportar balanceamento de carga para distribuir a carga entre os mesmos de forma automática;</p> <p>Os servidores movimentadores de dados devem suportar configuração de recurso automático de <i>failover</i>, ou seja, permitir a configuração de mais de um servidor movimentador de dados em uma política de proteção, de forma que a indisponibilidade de um servidor seja suprida por outro servidor movimentador de dados disponível de forma automática. Esta funcionalidade deverá ser nativa do produto, e não pode ser construída com o uso de soluções baseadas em <i>softwares</i> de <i>cluster</i> de terceiros;</p> <p>Deve permitir o <i>backup</i> de arquivos abertos, garantindo a integridade do <i>backup</i>;</p> <p>Deve ser capaz de gerenciar múltiplos e diferentes dispositivos de <i>backup</i> (bibliotecas de fitas, <i>drives</i> de <i>backup</i>, dispositivos de disco com e sem deduplicação), conectados localmente (<i>Direct Attached</i>) ou conectados via SAN (<i>Storage Area Network</i>);</p> <p>Deve permitir a gravação serial e simultânea de várias rotinas de <i>backup</i>, provenientes de clientes distintos, em um único caminho pertencente à um dispositivo de armazenamento (funcionalidade conhecida como multiplexação);</p> <p>Deve possuir funcionalidade de paralelizar a gravação de dados de <i>backup</i> em diferentes dispositivos de armazenamento (multistreaming);</p> <p>Deve possuir a capacidade de reiniciar <i>backups</i> a partir do ponto de falha, após a ocorrência da mesma;</p> <p>Deve possuir mecanismo de instalação e atualização de clientes e agentes de <i>backup</i> de forma remota, através da interface de gerenciamento, permitindo a instalação de múltiplos clientes de <i>backup</i> simultaneamente;</p>	
	<b>Deve possuir mecanismos ou relatórios capazes de analisar o ambiente virtual e da solução de <i>backup</i>, gerando relatórios que contenha uma relação com os problemas em potencial que possam gerar falhas na execução do <i>backup</i>, incluindo a violação de melhores práticas, contendo no mínimo a seguinte relação de problemas:</b>	
	Máquinas virtuais com snapshots existentes; Máquinas virtuais com discos independentes; Máquinas virtuais sem o VMware Tools ou o Hyper-V Integration Services operacional; Máquinas virtuais com nomes não suportados; Discos RDM configurados com modo de compatibilidade física; Relação dos Jobs de backup que excedem a janela de backup.	
	<p>Possuir a capacidade de notificar sobre atualizações, de forma automática, para o servidor de backup e seus componentes;</p> <p>Possuir ambiente de gerenciamento de backup e restore via interface gráfica e linha de comando;</p> <p>Possuir função de agendamento do backup por dias da semana recorrentes e dias do mês recorrentes;</p>	

Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	<p>Possuir interface gráfica para gerenciamento, monitoramento, criação de políticas de backup e recuperação de dados;</p> <p>Possuir capacidade de estabelecer níveis de acesso diferenciados e configuráveis para atividades de administração e operação do software de backup;</p> <p>Permitir a programação de tarefas de backup automatizadas em que sejam definidos prazos de retenção dos arquivos;</p> <p>Possuir função para definição de prioridade de máquinas virtuais em um Job de backup;</p> <p>Deve permitir o agendamento de jobs de backup, sem utilização de utilitários de agendamento dos hosts;</p> <p>Deve permitir a programação de jobs de backup automatizadas em que sejam definidos prazos de retenção das imagens;</p> <p>Possuir a função de Backup sintético que permite a criação de uma única imagem de backup a partir de um backup full e qualquer quantidade de backups incrementais. O restore será efetuado da nova imagem full sintética;</p> <p>Possuir políticas de ciclo de vida nativas, gerenciar camadas de armazenamento e copiar automaticamente os dados de backup entre camadas através do seu ciclo de vida;</p> <p>Permitir a realização do backup completo de servidor para recuperação de desastres;</p> <p>Permitir restaurar o backup de recuperação de desastres para hardware diferente do original - para ambiente Windows;</p> <p>Permitir o controle da banda de tráfego de rede durante a execução do backup e/ou do restore;</p> <p>Suportar integração com Appliances de Deduplicação, suportando o uso das tecnologias Dell EMC Data Domain Boost e HPE StoreOnce Catalyst;</p> <p>Suportar integração com Appliances de Deduplicação, suportando movimentadores de dados nativamente nos equipamentos Quantum DXi e ExaGrid;</p> <p>Suportar dispositivos de armazenamento do tipo “Write once, read many” (WORM);</p> <p>Ser capaz de recuperar dados para servidores diferentes do equipamento de origem;</p> <p>Ser capaz de utilizar qualquer tecnologia utilizada pela Solução de Armazenamento como destino dos backups seja armazenamento diretamente anexado (DAS), armazenamento em rede NAS ou rede SAN;</p> <p>Possuir a função de Disk Staging, ou seja, que permita o envio dos dados para disco e posteriormente do disco para outro tipo de mídia (disco ou fita);</p> <p>Permitir que Logical Unit Numbers (LUNs) sejam apresentadas aos servidores da camada de mídia como destino para realização de backups;</p> <p>Suportar pools de armazenamentos globais, isto é, deverá suportar a criação de um único repositório que agregue a capacidade de múltiplos dispositivos de armazenamento, permitindo direcionar as tarefas de backup para ele, permitindo um crescimento em escala, de forma a não impactar o ambiente de backup já configurado;</p> <p>Realizar backup e restore de file systems montados em dispositivos Network-Attached Storage (NAS) através do suporte ao protocolo NDMP versão 4 ou superiores;</p> <p>Permitir integração do controle de acesso com sistemas de diretório Active Directory;</p> <p>Permitir a geração de relatórios sobre os testes automatizados do backup a nível de aplicação, conforme solicitado, incluindo a quantidade de rotinas de verificação, status das rotinas e quantidade de máquinas virtuais verificadas;</p> <p>Possuir interface gráfica, capaz de gerenciar um ou mais sites de forma centralizada;</p> <p>Deve implementar monitoramento e administração remotos da solução de backup a partir de qualquer servidor ou estação de trabalho Windows;</p> <p>A Solução de Backup deverá permitir operações de Backup e Restore através de rede local (LAN_based e Storage Area Network (SAN_based ou LAN_free);</p> <p>Deve permitir a verificação da integridade do conteúdo do backup;</p> <p>Deve permitir liberação das fitas magnéticas quando o período da retenção das mesmas ou de seus arquivos tiver expirado;</p> <p>Deve possuir recursos para monitorar mídias remotas por localização de cofres;</p> <p>A Solução de Backup deverá, a partir de uma única interface, gerenciar operações de Backup e Restore de diferentes sistemas operacionais (clientes);</p> <p>Deve permitir a criação de imagens de servidores físicos, Linux e Windows, para recuperação de desastres (funcionalidade conhecida como bare metal restore de forma nativa, i.e., sem a utilização de software de terceiros;</p> <p>Para servidores Windows, deve ser possível a recuperação das imagens de recuperação de desastres mesmo em um hardware diferente do original ou em ambiente virtual;</p> <p>A funcionalidade de baremetal especificada anteriormente deve suportar em um único servidor de gerência ou servidor de mídia várias versões de Windows – Windows 2012, 2012 R2, 2016 e 2019);</p> <p>Deve permitir a verificação da integridade dos dados armazenados através de algoritmos de checksum e/ou autocorreção;</p> <p>Deve oferecer a possibilidade de armazenar os arquivos de backup de forma criptografada, assim como assegurar o trânsito da informação através desse cenário;</p>	

Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	<p>Deve possuir capacidade nativa de efetuar criptografia dos backups em no mínimo 256 bits nos Clientes de Backup e em dispositivos de mídia que suportem criptografia;</p> <p>Deve possuir a capacidade de gerenciar software de snapshot de storages de outros fabricantes, tais como Dell EMC, IBM, NetApp, HPE e Pure Storage com o intuito de automatizar o processo de agendamento de cópias “snapshot” e montagem no servidor de backup “off-host”;</p> <p>A Solução de Backup deverá permitir a integração com a funcionalidade de cópias instantâneas (Snapshot) de subsistemas de armazenamento em disco (storage);</p> <p>Deverá possuir integração para gerência de Snapshots;</p> <p>Deverá permitir a criação e gerenciamento de Snapshots através da ferramenta de administração da Solução de Backup;</p> <p>Deverá permitir a integração com a funcionalidade de cópias instantâneas (Snapshot) de subsistemas de armazenamento em disco (storage) minimamente com o ambiente virtualizado VMware vSphere 6.0 e superiores;</p> <p>Controlar a retenção pela qual os Snapshots serão válidos, realizando a expiração automática de um Snapshot assim que o período de retenção configurado seja atingido;</p> <p>Deve possibilitar enviar notificações, quando configurado, dos eventos por e-mail;</p> <p>Deve possuir a funcionalidade de backup com duplicação dos dados entre mídias distintas para envio a cofre;</p>	
	<b>Possuir mecanismo de auditoria, permitindo a emissão de relatórios onde constem, no mínimo, as seguintes informações:</b>	
	Data e hora da operação, Usuário que realizou a operação, Ação realizada (em caso de modificação de configurações, informar qual a configuração anterior e a modificação realizada);	
	<p>Auditoria e controle de acesso devem ser funcionais para operações realizadas via interface gráfica e linha de comando;</p> <p>Deve prover monitoramento via interface gráfica e em tempo real dos Jobs sendo executados;</p> <p>Deve suportar operações de backup e restore em paralelo;</p> <p>Deve permitir encadear Jobs para que um só comece após outro ter terminado;</p> <p>Deve suportar armazenamento nos cloud storages: Amazon S3 e Microsoft Azure Blob Storage;</p> <p>Permitir o controle da banda de tráfego de rede durante a execução do backup para nuvem;</p>	
	<b>Suporte a plataformas:</b> <b>Deve suportar o backup e o restore de diferentes sistemas operacionais tais como:</b>	
	Windows (7 SP1/8.1/10/2008 R2 SP1/2012/2012 R2/2016/2019); Oracle Linux (6, 7 e 8); Red Hat Enterprise Linux (6, 7 e 8); Suse Enterprise Server (11 SP4 e 12 SP1 e 15); CentOS (7 e 8); Debian GNU (9 e 10); Ubuntu (16.04, 18.04 e 20.04).	
	<b>Suportar as seguintes tecnologias de virtualização:</b>	
	<p>VMware vSphere: Ser comprovadamente compatível com o VADP (vStorage API for Data Protection) para realizar operações de Backup e Restore de ambientes VMware versão 6.0 e superiores;</p> <p>Suporte ao VMware vCloud, possuindo integração com vCloud Director API possibilitando backup automático das máquinas virtuais e recuperação completa;</p> <p>Microsoft Hyper-V: Suporte a Microsoft Hyper-V Server 2008 R2 SP1, Microsoft Hyper-V Server 2012/2012 R2, Microsoft Hyper-V Server 2016 e Microsoft Hyper-V Server 2019;</p>	
	<b>Possuir suporte a backup e restore de máquinas virtuais VMware 6.0 e superior através de vStorage API com as seguintes características:</b>	
	<p>Deve permitir que através de uma única rotina de Backup seja possível recuperar a imagem completa da máquina virtual Windows e Linux (vmdk), e também arquivos de maneira granular sem a necessidade de scripts, área temporária ou montagem dos arquivos vmdk;</p> <p>Deve suportar o uso da funcionalidade CBT (Change Block Tracking) para as operações de backup;</p> <p>Deve permitir a identificação de aplicações Microsoft Exchange, SQL Server e SharePoint que residem nas máquinas virtuais, através de integração VADP, permitindo o backup, recuperação integral ou granular dessas aplicações;</p> <p>Deve permitir a recuperação granular de arquivos/aplicações através da execução de um único backup;</p>	
	<b>Permitir o descobrimento automático das máquinas virtuais nos ambientes VMware, com capacidade de realizar filtros avançados com critérios que incluam pelo menos:</b>	

Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	VM Tags; Hosts e Clusters; Datastore (VMware); vApp; Resource Pool;	
	Permitir backup e restore incremental a nível de blocos; Deve possuir a capacidade de balanceamento de carga automático dos backups através de múltiplos backups proxies; Deve suportar VMware vSphere 6.0 e superiores; Deve permitir restaurar e iniciar a execução de uma máquina virtual instantaneamente, diretamente a partir do seu repositório de backup, sem a necessidade de manter réplicas ou snapshots disponíveis para o processo de recuperação instantânea; Prover otimização do backup e recursos, permitindo que somente blocos utilizados sejam copiados no processo de backup; Permitir realizar restauração, através de um único backup, de Máquina virtual completa ou arquivos de dentro da máquina virtual para ambientes Windows e Linux; Deve permitir a visualização, monitoração e backup de máquinas virtuais através de plugin integrado ao vCenter ou vSphere 6.0 Web Client; Deve possuir capacidade de realizar backup de maneira off-host, sem a necessidade de instalação de agentes nas máquinas virtuais; Deve possuir capacidade de realizar backup de máquinas virtuais em estado online ou offline; Deve possuir a capacidade de movimentação dos dados de backup e restore através de SAN e LAN utilizando os métodos de transporte SAN, NBD ou HotAdd; Deve possuir a capacidade de realizar backup de máquinas virtuais existentes em um vApp; Deve possuir a capacidade de recuperação da imagem da máquina virtual, para máquinas que possuam discos VMFS ou RDM virtual; Deve suportar integração com vCloud Director API possibilitando backup automático das máquinas virtuais e recuperação completa; Deve suportar a recuperação de máquinas virtuais preservando o BIOS UUID original;	
	<b>Possuir suporte a backup e restore de máquinas virtuais Hyper-V, com as seguintes características:</b>	
	Deve possuir a capacidade de realizar backup On-Host e Off-host das máquinas virtuais Windows e Linux; Deve possuir a capacidade de realizar backup de maneira Full e Incremental sem a necessidade de instalação de agentes nas máquinas virtuais; Deve suportar ambientes configurados com Cluster Shared Volumes; Deve permitir que através de uma única rotina de Backup seja possível recuperar a imagem completa da máquina virtual Windows e Linux (VHD/VHDX), e também arquivos de maneira granular sem a necessidade de scripts, área temporária ou montagem dos arquivos VHD/VHDX; Deve permitir restaurar e iniciar a execução de uma máquina virtual instantaneamente, diretamente a partir do seu repositório de backup, sem a necessidade de manter réplicas ou snapshots disponíveis para o processo de recuperação instantânea; Deve suportar Microsoft Hyper-V 2008 R2 SP1, 2012, 2012 R2, 2016 e 2019.	
	<b>Deve suportar os seguintes bancos de dados, utilizando agente específico:</b>	
	Microsoft SQL Server versões 2008 SP4, 2012 SP4, 2014 SP3, 2016 SP2, 2017; Oracle/Oracle RAC versões 11g R2, 12c, 18c e 19c; Microsoft Exchange 2010 SP1, 2013, 2016 e 2019; Microsoft Sharepoint 2010 SP1, 2013, 2016 e 2019; MySQL 5.6 e 8.0; PostgreSQL 9.4, 10, 11 e 12; Microsoft Active Directory 2008 R2 SP1, 2012, 2012 R2, 2016 e 2019.	

Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	<p>Deve suportar backup do Oracle Database, também na arquitetura Oracle RAC, através da integração com RMAN;</p> <p>Deve manter a sincronia entre os catálogos de backups do Oracle RMAN e da solução ofertada;</p> <p>Deve possuir funcionalidade para descoberta automática de instâncias Oracle através de consultas periódicas aos clientes de bancos de dados, ou através da utilização de scripts;</p> <p>Deve possuir scripts ou funcionalidade de descoberta automática de instancias, capaz de gerar os scripts RMAN no momento de execução do backup;</p> <p>Deve suportar a execução de scripts antes e após a execução do backup;</p> <p>Deve suportar DAG (Database Availability Groups) do Microsoft Exchange;</p> <p>Deve suportar backup do Information Store de Microsoft Exchange, com possibilidade de restore granular, ou seja, de e-mails únicos, itens de calendário e também de caixa postal de algum usuário;</p> <p>Deve suportar backup do Microsoft Active Directory, com possibilidade de restore granular, ou seja, restauração de todo um diretório, de objetos selecionados e até de atributos individuais;</p> <p>Deve suportar backup completo do SharePoint, com possibilidade de recuperação de uma ou mais databases, documentos individuais, sites, subsites, listas e itens/documentos individuais;</p>	
	<b>Deduplicação por Software:</b>	
	<p>Deve possuir capacidade de realizar deduplicação de dados na origem e no destino. A solução deve permitir a deduplicação de qualquer capacidade (de acordo com o volume identificado e licenciado) e em qualquer forma de deduplicação (origem e no destino);</p> <p>Deve suportar deduplicação em nível de blocos;</p> <p>Deve suportar deduplicação de blocos na origem (client-side), de forma que o cliente envie apenas novos blocos de dados criados e/ou modificados a partir do último backup;</p> <p>Deve suportar a recuperação dos backups realizados como instâncias Azure Virtual Machine e Amazon EC2, afim de manter a disponibilidade do negócio em caso de desastres no site principal;</p> <p>A solução de backup deve suportar a cópia do backup entre appliances de deduplicação;</p> <p>Deve possuir a capacidade de deduplicação de dados no nível de segmentos ou blocos de dados repetidos;</p> <p>A solução de backup deverá, a partir de uma única interface, gerenciar operações de backup e restore de diferentes sistemas operacionais (clientes);</p> <p>Deve permitir ativar o recurso de deduplicação em volumes apresentados via SAN, DAS ou iSCSI para servidores Windows e Linux;</p> <p>Deve possuir a capacidade de Replicação de Dados entre “pools” de backup de maneira otimizada, enviando somente blocos únicos;</p> <p>Deve possuir a capacidade de realizar balanceamento de carga automático entre servidores movimentadores de dados;</p> <p>Os servidores movimentadores de dados devem suportar configuração de recurso automático de failover, ou seja, permitir a configuração de mais de um servidor movimentador de dados em uma política de proteção, de forma que a indisponibilidade de um servidor seja suprida por outro servidor movimentador de dados disponível de forma automática. Esta funcionalidade deverá ser nativa do produto, e não pode ser construída com o uso de soluções baseadas em softwares de cluster de terceiros;</p> <p>Deve possuir a capacidade de criptografar os dados armazenados de forma deduplicada;</p> <p>As políticas de ciclo de vida da informação devem permitir a cópia das imagens de backup de forma otimizada, fazendo o uso da tecnologia de deduplicação de dados da solução no mesmo site ou entre sites distintos;</p> <p>Deve suportar a cópia dos backups do site principal para o site de desastre, permitindo que ambos possuam diferentes períodos de retenção de dados, com uma cópia completa para recuperação;</p> <p>Deve possuir tecnologia de deduplicação de dados inline por padrão;</p> <p>Deve permitir que depois de um backup full inicial, os backups subsequentes sejam feitos apenas através do envio das diferenças deduplicadas e que esses backups sejam consolidados como se fosse um backup full com a última data de envio;</p> <p>Deve possuir a funcionalidade de backup com duplicação dos dados entre mídias distintas para envio a cofre.</p>	
	<b>Relatórios e Gerenciamento:</b> <b>Relatórios Operacionais:</b> <b>Deve prover relatórios gerenciais de backup com no mínimo as seguintes informações:</b>	

Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	Backups com sucesso; Backups com falha; Volume de backup realizado; Restores com sucesso; Restores com sucesso; Tipo de dado restaurado; Máquinas virtuais protegidas; Ocupação no destino de backup; Licenciamento.	
	<b>Interface Gráfica de Gerenciamento:</b>  <b>Possuir interface gráfica para gerenciamento, monitoramento, emissão de alertas, emissão de relatórios sobre operações de backup e restore e emissão de relatórios, com as seguintes características:</b>	
	Relatórios sobre capacidade e tendência de crescimento do ambiente;  Se houver múltiplos ambientes de backup, localizados em diferentes Data Centers, deve possuir nativamente uma única interface capaz de monitorar e agregar informações de diversos servidores de backup para emissão dos relatórios;  Relatórios para verificar a proteção dos dados, ou seja, visualização de que máquinas estão com políticas de backup ativadas e executadas periodicamente;  Deve permitir exportar relatórios;  Base de dados de relatórios para suportar armazenamento de dados históricos superiores a 365 dias.	
	<b>Item 02 - Appliance de armazenamento de dados e backup</b>	
	<b>Deverá corresponder a dois sistemas inteligentes de armazenamento em disco, baseado em appliance com tecnologia scale-out, que se entende como um subsistema com o propósito específico de ingestão dos dados com compactação, deduplicação e replicação dos dados deduplicados, com as características mínimas abaixo:</b>	
	Deverá suportar, para os recursos computacionais (processamento, memória e armazenamento) especificado para cada cluster, tolerar a falha simultânea de até dois equipamentos (FTT = 2), sem impacto para o desempenho das aplicações. Não será permitida a oferta de configuração baseada em Erasure Code;  Deverá armazenar os dados da solução Milestone de vídeo conferência de forma nativa e integrada;  Deverá possuir integração comprovada com a solução Milestone Xprotect. A solução de armazenamento definida por software deverá suportar criptografia dos dados armazenados do Milestone;  Deverá suportar os protocolos NFS na versão v3 e v4 e SMB v2 e v3;  Deverá suportar armazenar objetos utilizando o protocolo S3 e garantir a imutabilidade dos objetos utilizando tecnologia de WORM e proteger os dados contra ataques ransomware;  Deverá ser novo, de primeiro uso e estar em linha de fabricação na data da abertura da licitação. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados, de demonstração ou gateways;  Deverá constar no site do fabricante (documento oficial e público) que o equipamento está em linha de produção;  Não serão aceitas soluções construídas especificamente para esse certame;  Deve ser capaz de processar simultaneamente 10 máquinas virtuais, de acordo com as melhores práticas do fabricante do software de backup, incluindo os recursos necessários à execução de banco de dados, ferramentas de monitoramento e acesso simultâneo a no mínimo 10 usuários conectados à solução;  Deve possuir portas de 10Gb, fornecidas na quantidade necessária para atingir o desempenho de 8 TB/h (oito terabytes por hora);  A solução deverá permitir emprego de configurações para conformidade com as publicações especiais do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST) para controles de segurança e privacidade (SP) para sistemas e organizações federais de informação (NIST SP 800.53);  Deverá ser compatível com Switches Ethernet 10Gbps e suportar conexão com redes de 25Gbps;  Deverá permitir a utilização de todas as funcionalidades, tecnologias e recursos aqui especificados, de maneira irrestrita e sem necessidade de licenciamentos ou ônus adicionais. A solução deverá estar licenciada para toda a capacidade requerida;  Permitir o particionamento lógico da área de armazenamento, sem prejuízo as características de deduplicação solicitadas neste certame;  Todos os valores de capacidade de armazenamento deste documento devem ser calculados considerando para os cálculos de capacidade de armazenamento o TebiByte (TiB). Onde 1TiB = 240 bytes = 1.099.511.627.776 bytes = 1024 gibibytes;  Deverá possuir recursos de tolerância a falhas de, pelo menos, discos, fontes de alimentação e ventiladores;  Deverá possuir mecanismos que impeçam a inconsistência dos dados mesmo em casos de interrupção abrupta ou desligamento acidental;  A deduplicação deverá ser global ou por volumes para o subsistema inteligente de backup, considerando todos os dados armazenados, sendo capaz de identificar dados duplicados de backups de diferentes origens dentro de um	

Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	<p>mesmo conjunto de armazenamento de modo a maximizar a taxa de deduplicação e garantindo que os dados sejam gravados uma única vez;</p> <p>Deverá permitir a execução de processos de backup e restore em paralelo;</p> <p>Deverá suportar a integração com o Microsoft Active Directory 2012 e superiores, para autenticação;</p> <p>Deverá possuir interface WEB para gerenciamento compatível com Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Internet Explorer 11 ou Microsoft Edge ou ainda com clientes Windows 8, Windows 10, Windows 2012 e Linux;</p> <p>Deverá possuir funcionalidade para replicação de backups em site remoto de forma síncrona ou assíncrona entre subsistemas semelhantes do mesmo fabricante utilizando recursos de deduplicação permitindo reduzido consumo do link de comunicação para todos os dados armazenados;</p> <p>O sistema de armazenamento de backup em disco deve permitir replicar os dados através de rede IP (WAN/LAN);</p> <p>A funcionalidade de replicação não pode ser limitada à capacidade instalada da solução, devendo suportar qualquer quantidade de dados armazenados;</p> <p>Deverá ter recursos para monitoramento remoto pelo fabricante, tal como notificação do tipo Call- Home, para verificação proativa de componentes de hardware em situação de falha ou pré-falha;</p> <p>Deverá ter suporte ao protocolo de monitoramento SNMP para integração com o sistema de monitoramento da LICITANTE;</p> <p>Deve possuir arquitetura baseada em camadas que permita a proteção contra “ransomware attack”, independente do software de backup;</p> <p>O appliance deverá ser montado em rack padrão 19” e deve ser entregue com todos os trilhos, cabos, conectores, manuais de operação e quaisquer outros componentes que sejam necessários à instalação, customização e plena operação;</p> <p>Deverá possuir 250 TiB úteis e capacidade de expansão de, no mínimo 400 TiB adicionais; e suportar essa capacidade mesmo ocorrendo a falha de um nó;</p> <p>Deve permitir desempenho de backup e restore de 8 TB/h (oito terabytes por hora);</p> <p>O suporte técnico e manutenção evolutiva, com atualização de versão do appliance de backup, serão prestados pelo fabricante, por um Engenheiro de Nível 2, nomeado para a CONTRATANTE, que deve ser responsável pela recepção e atendimento de todos os chamados de suporte, auxílio nas atualizações de hardware e software, apoio na redefinição dos parâmetros da solução ou mesmo na reinstalação da mesma, sempre que solicitado, pelo período de vigência da garantia.</p>	
	Serviços técnicos especializados de instalação e configuração da solução para os itens 1 e 2	

Itens do Edital	Descrição	Documento que condizem com a página referenciada ou sítio eletrônico/LINK comprovando o atendimento do respectivo item.
	<p>A Licitante vencedora será inteiramente responsável pela instalação e consequente migração da solução atual para a nova solução, de forma a não comprometer de modo algum o funcionamento dos sistemas, recursos ou equipamentos atualmente em operação;</p> <p>Serão contemplados todos os serviços de instalação física de todos os componentes adquiridos, desde a montagem dos equipamentos até a energização dos mesmos;</p> <p>Auxiliar na identificação de processos que possam ajudar o cliente a assegurar que o produto(s) escopo deste fornecimento instalado (s), ou a ser instalado(s), está disposto de uma maneira compatível com os requerimentos dos ambientes/configurações do produto(s);</p> <p>Deverá ser fornecida toda a documentação da implementação e configuração dos produtos;</p> <p>A Instalação e configuração da solução ofertada devem ser realizadas dentro das boas práticas recomendadas pelos Fabricantes;</p> <p>Configuração do equipamento para comunicação com a rede da CONTRATANTE;</p> <p>Aplicação/ativação das licenças que acompanham o equipamento;</p> <p>Configuração e ajustes das funcionalidades da solução;</p> <p>Configuração do backup integrado centralizado em VMs, incluindo restauração e replicação, e das funcionalidades de deduplicação, compressão e aceleração;</p> <p>A instalação e configuração deve ser feita por profissional certificado pelo fabricante;</p> <p>Testes da solução, incluindo testes de <i>failover</i>;</p> <p>Hands-on operacional do <i>appliance</i> e software;</p> <p>A instalação, configuração e testes do equipamento deverão ser feitos com o acompanhamento de técnicos da CONTRATANTE, visando o repasse de conhecimento e observados os padrões segurança da CONTRATANTE, qualquer serviço a ser executado através de acesso remoto, excepcionalmente será liberado desde que sob a supervisão da equipe técnica da CONTRATANTE;</p> <p>O equipamento deverá estar com todas as funcionalidades e recursos de hardware e software solicitados disponíveis e configurados;</p> <p>A instalação e a configuração do equipamento deverão ocorrer preferencialmente em dias úteis, em horário comercial, podendo ser remoto, ficando a cargo da CONTRATANTE a definição dos horários para configuração do equipamento em produção. Atividades a serem realizadas fora deste horário estarão sujeitas à aprovação prévia da equipe da Coordenação de Infraestrutura da CONTRATANTE;</p> <p>A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE à conclusão da instalação dos equipamentos e entregar toda documentação técnica (“As Built”), que por sua vez deve contemplar todas as informações, juntamente com os ajustes, que se mostraram necessários quando da instalação de fato.</p>	
	<b>Transferência de conhecimento da solução de proteção de dados para os itens 1 e 2</b>	
	<p>Realizar transferência de conhecimento no formato operação assistida, demonstrando as funcionalidades do equipamento a uma equipe de 6 (seis) pessoas, indicada pela Contratante que será avaliado e aprovado pela equipe técnica da CONTRATANTE;</p> <p>A operação assistida deverá ter uma carga horária mínima de 200 (duzentas) horas;</p> <p>Todo serviço executado pela Contratada será fiscalizado e gerido pela Contratante;</p> <p>Antes da execução do serviço, a empresa Contratada deve preparar um planejamento das tarefas a serem executadas e submeter à aprovação prévia da Contratante, em prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data prevista de início do serviço;</p> <p>O período e horário da realização da operação assistida deverá ser definida pela CONTRATADA, em conjunto com o CONTRATANTE, para momento posterior à implantação da solução;</p> <p>No planejamento deverá ser priorizada a manutenção das principais atividades e serviços de TI mantidos pela Contratante;</p> <p>A Transferência de conhecimento por operação assistida deverá ser realizada na modalidade “in company” (nas dependências da CONTRATANTE);</p> <p>A execução deverá ser realizada, na medida do possível, no horário comercial;</p> <p>A Contratada deve ser responsável pela execução e qualidade do serviço, indicando o responsável técnico pela realização da operação assistida, assim como aquele que realizará a instalação do equipamento;</p> <p>A Contratada deverá entregar documentação detalhando das configurações, esquema de conexões e procedimentos realizados;</p> <p>A transferência de conhecimento deverá abordar:</p> <p>Configuração – melhores práticas;</p> <p>Configuração e operação básica – comandos básicos;</p> <p>Administração avançada;</p> <p>Troubleshooting.</p> <p>A Contratada arcará com todas as despesas relativas aos seus profissionais e técnicos envolvidos nas atividades de transferência de conhecimento;</p> <p>A Contratada deverá fornecer a cada participante certificado que comprove a realização da transferência de conhecimento contendo o período, o nome do participante, a carga horária e o conteúdo transferido.</p>	



ANEXO IV - ORDEM DE SERVIÇO

OS Nº xx/xxxx	Data Emissão xx/xx/xxxx	Nº do Contrato xx/xxxx	Data de Assinatura do Contrato xx/xx/xxxx
------------------	----------------------------	---------------------------	--

Bloco 1 – INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Razão Social: XXXXXXX

Endereço: XXXXX - BRASÍLIA/DF

Telefone: (061) XXXX-XXXX

CNPJ/MF: XX.XXX.XXX/0001-XX

Bloco 2 – INFORMAÇÕES DO EXECUTOR

Nome: XXXXX

CNPJ/MF: XX.XXX.XXX/0001-XX

Bloco 3 – ESPECIFICAÇÃO DE BENS E PRODUTOS

1. Descrição:  
Escrever o objeto declarado em contrato.

2. Período de Entrega

3. Especificação

Descrição do Produto	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total

4. Local de Realização

Bloco 4 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Termo de Concordância

Declaramos nossa concordância em executar as atividades descritas nesta OS, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas em contrato com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSPDF.

Brasília-DF, xx de \_\_\_\_ de xxxx. \_\_\_\_\_

Bloco 5 – ACEITAÇÃO PELO FORNECEDOR

Termo de Concordância

Declaramos nossa concordância em executar as atividades descritas nesta OS, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas em contrato com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSPDF.

Brasília-DF, xx de \_\_\_\_ de xxxx. \_\_\_\_\_

Bloco 6 – AUTORIZAÇÃO FINAL

Autorização

Autorizamos a execução da presente Ordem de Serviço de acordo com as especificações nela contidas bem como pela sua conformidade com o contrato assinado.

Brasília-DF, xx de \_\_\_\_ de xxxx. \_\_\_\_\_

XXXXXXXXX

Requisitante

XXXXXXXXX

Executor do Contrato

20.1.5.

Relatório de Visita Técnica;

ANEXO V - RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA:

NOME:	CNPJ:
ENDEREÇO:	
Técnico Responsável:	
CPF:	

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

Descrição
-----------

	Nº do chamado/protocolo: ____/____	Data de abertura: [ ]/[ ]/[ ]	Contrato n. /201X  Hora de abertura do chamado: [ ]:[ ]:[ ]  Hora do Início do Atendimento: [ ]:[ ]:[ ]  Hora do término do Atendimento: [ ]:[ ]:[ ]
--	------------------------------------	----------------------------------	--

3. ATIVIDADES EXECUTADAS:

Identificação do(s) equipamento(s) avaliados:
Atividades desenvolvidas:
Demanda: Atividades:
Defeitos detectados:
Solução apresentada:

4. DE ACORDO:


Data	Responsável da CONTRATADA	Assinatura

5. APROVAÇÃO:


Data	Responsável da CONTRATADA	Assinatura

Ressalvas ou observações:

Notas: a) O Modelo aqui apresentado é ilustrativo e poderá sofrer ajustes, se for o caso, na implantação do processo operacional junto à CONTRATADA.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DA SILVA MOREIRA - Matr.1691265-9, Chefe do Núcleo de Análise de Contratação de Serviços e Obras**, em 17/12/2021, às 18:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCIO SILVEIRA E SILVA - Matr.1691710-3, Assessor(a) Técnico(a).**, em 17/12/2021, às 18:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEUTON RODRIGUES DA SILVA - Matr.1669689-1, Diretor(a) de Planejamento de Aquisições e Contratações**, em 20/12/2021, às 12:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **76459134** código CRC= **2DF0A0A8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM - Conjunto "A" Bloco "A" Edifício Sede - Bairro Setor de Administração Municipal - CEP 70620-000 - DF

ANEXO II AO EDITAL – DECLARAÇÃO  
(OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS LICITANTES)

DECLARAÇÃO – ATENDIMENTO DA LEI DISTRITAL Nº 4.770/2012 (SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL)

Ref.: PREGÃO Nº \_\_\_\_/20\_\_ - SSPDF

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA QUE ATENDE OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** previstos no art. 7º da Lei Distrital nº 4.770/2012, **em especial que produz/comercializa bens:**

- a) constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- b) que ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que não contém substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais;
- d) acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível;
- e) que funcionem com baixo consumo de energia ou de água;
- f) que sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais;
- g) que possuam certificado emitido pelos órgãos ambientais;
- h) que possuam certificação de procedência de produtos.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Legal

ANEXO III AO EDITAL  
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019  
(Portaria nº 356/2019-CGDF)

ÓRGÃO: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
PROCESSO: 00050-00036357/2020-00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico
NÚMERO DA LICITAÇÃO:27/2021
LICITANTE:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL:
REPRESENTANTE LEGAL:
CPF:

A pessoa jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Assinatura

ANEXO IV AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO  
(AQUISIÇÃO COM PRAZO DE ENTREGA INTEGRAL)

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidora de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS n.º \_\_/\_\_\_\_ - SSPDF, nos termos do Padrão nº 07/2002.  
Processo n.º (LINK SEI).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. O Distrito Federal, por meio da **Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal**, doravante denominada **SSPDF**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.718/0001-00, representado neste instrumento pelo Secretário de Estado de Segurança Pública \_\_\_\_\_, portador do RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, com a delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal (Decreto nº 32.598, de 15/12/2010) e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CIDADE-UF, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, representado por \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_-\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 27/2021 -SSP(LINK SEI), da Proposta (LINK SEI), da Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 10.024/209, recepcionado no DF pelo Decreto distrital nº 40.205/2019, \_\_\_\_\_ e da Lei n.º 8.666/1993 e alterações subsequentes, além de outras normas aplicáveis à espécie.

ATENÇÃO! Verificar no processo quais as Leis/Decretos são aplicáveis e devem constar no corpo da cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a aquisição de solução de proteção de dados com licenciamento por sockets com Instalação, Configuração e Transferência de Conhecimento, bem como aquisição de *Appliance* de armazenamento de dados e de backup com Instalação, Configuração e Transferência de Conhecimento, para atender demanda do órgão, com o objetivo de prover à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC) eficiente e eficaz, necessária ao enfrentamento da criminalidade no Distrito Federal,, consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico nº 27/2021 -SSP (fls. \_\_\_\_\_) e da Proposta de fls. \_\_\_\_\_, que passam a integrar o presente Termo.

ATENÇÃO: INDICAR CLARAMENTE O OBJETO, COM SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E A QUANTIDADE.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto processar-se-á de forma **INTEGRAL** em **até 60 dias (CORRIDOS)**, a contar **da assinatura do contrato**, conforme especificação contida no Edital de Pregão Eletrônico nº 27/2021 -SSP (fls. \_\_\_\_\_) e na Proposta de fls. \_\_\_\_\_, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

4.2. A entrega se dará no Anexo I da SSPDF, localizado no Setor de Garagens Oficiais-SGON, Quadra 05, Lote 23/795, Asa Norte, Brasília/DF, telefone: (61) 3441-8628, em dia de expediente da SSPDF, em horário de 08h00 às 17h00.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

- 5.1. O valor total do Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_), devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária \_\_\_\_\_.
- 5.2. Os preços relativos ao futuro contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- I – Unidade Orçamentária: \_\_\_\_\_.
- II – Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_.
- III – Natureza da Despesa: \_\_\_\_\_.
- IV – Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_.
- 6.2. O empenho inicial é de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_), conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, sob o evento nº \_\_\_\_\_, na modalidade \_\_\_\_\_.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.
- 7.1.1. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, **à exceção de empresas que sejam matriz e filial** (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);
- 7.1.2. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, **à exceção de empresas matriz e filial** (item 7.1.1, *in fine*), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).
- 7.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 00.394.718/0001-00.
- 7.3. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
- 7.3.1. Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.3.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/1990);
- 7.3.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- 7.3.4. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).
- 7.4. Os pagamentos, pela SSPDF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011), exceto:
- 7.4.1. Os pagamentos às empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- 7.4.2. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- 7.4.3. Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 7.5. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 7.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 8.1. O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 9.1. A garantia para a execução do Contrato será de 3% (três por cento) do valor do contrato, mediante uma das seguintes modalidades a escolha do Contratado: fiança bancária, seguro garantia ou caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo os dois primeiros ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 9.2. A garantia deverá ter validade igual ou superior a 90 dias após a vigência do contrato;
- 9.3. Toda e qualquer garantia prestada pela Licitante vencedora:
- 9.3.1. quando em dinheiro, somente poderá ser levantada 90 dias após a extinção do contrato, atualizada monetariamente;
- 9.3.2. poderá, a critério da SSPDF, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- 9.3.3. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.
- 9.4. Caso a Contratada opte pela caução em dinheiro, a empresa deverá realizar TED ou depósito para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, CNPJ 00.394.684/0001-53, no Banco Regional de Brasília (BRB) Agência 100; Conta 800482-8.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 10.1. A garantia ou assistência técnica do bem está especificada de acordo com o Termo de Referência e com a proposta, anexos a este Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

- 11.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 12.1. A Contratada fica obrigada a apresentar ao Distrito Federal, sem prejuízo do estabelecido no Termo de Referência:
- 12.1.1. até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- 12.1.2. comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.
- 12.2. A Contratada deverá:
- 12.2.1. garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, bem como efetuar a sua substituição, às suas expensas, no prazo estipulado no Edital, após a comunicação da Administração, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;
- 12.2.2. zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;
- 12.2.3. cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;
- 12.2.4. responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;
- 12.2.5. responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- 12.2.6. entregar os produtos observando que o acondicionamento e o transporte devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegido do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto, devendo ser utilizadas preferencialmente fitas especiais para monitoramento de

temperatura durante o transporte;

**12.2.7.** entregar os produtos observando que as embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);

**12.2.8.** entregar os produtos observando que as embalagens primárias individuais dos produtos devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

**12.3.** Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;

**12.4.** A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes;

**12.5.** A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**12.6.** Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

**12.7.** A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

**13.2.** A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

**14.1.** Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Contrato, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL**

**15.1.** O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

**16.1.** O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**

**17.1.** Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO EXECUTOR**

**18.1.** A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

**19.1.** A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados na Coordenador de Planejamento, Licitações e Compras Diretas da SSPDF, a qual manterá arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia ao processo que lhe deu origem, nos termos do art. 60, *caput*, da Lei 8.666/1993.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

<b>Pelo Distrito Federal:</b>	<b>Pela Contratada:</b>
<hr/>	<hr/>
Secretário de Estado de Segurança Pública	Representante legal

**ANEXO V – REGULAMENTAÇÃO DAS PENALIDADES NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL**

**DECRETO DO DF Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006**

*Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.*

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII, art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito

Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

1. para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

2. para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

SUBSEÇÃO I

Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

SUBSEÇÃO II

Da Multa

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do *caput* deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do *caput* deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.

SUBSEÇÃO III

Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto.

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

~~§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.~~ **REVOGADO**

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - *e-Compras*, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.

Art. 13. As sanções previstas nos artigos 3º, 4º e 5º do presente Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília,30 de maio de 2006.

118º da República e 47º de Brasília

**PUBLICADO NO DODF Nº 103, DE 31 DE MAIO DE 2006 – P. 5, 6, 7.**

**ALTERADO PELOS DECRETOS NºS:**

- 26.993, DE 12 DE JULHO DE 2006, PUBLICADO NO DODF DE 13 DE JULHO DE 2006, P.2.
- 27.069, DE 14 DE AGOSTO DE 2006, PULICADO NO DODF DE 15 DE AGOSTO DE 2006, P. 1, 2.
- 35.831, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014, PUBLICADO NO DODF DE 22 DE SETEMBRO DE 2014, P. 6.
- 36.974, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015, PUBLICADO NO DODF DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015, P. 7.

**DECRETO Nº 26.993, DE 12 DE JULHO DE 2006**

**DODF DE 13.07.2006**

Introduz alterações no Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que “Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências” (1ª alteração).

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, fica alterado como segue:

- I – o caput do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:
- “Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente Decreto.”;
- II – o inciso II do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:
- “Art. 3º .....
- II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.”;
- III – o caput, o inciso V e o § 2º do art. 4º passam a vigorar com a seguinte redação:
- “Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:
- .....
- V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- .....
- § 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.”;
- IV – o caput, o inciso II, a alínea c do inciso IV, o inciso II do § 1º e o § 2º do art. 5º, passam a vigorar com a seguinte redação:
- “Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:
- .....
- II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- .....
- IV - .....
- c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.
- § 1º .....
- II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.



§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

.....”;

V – o § 1º do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

.....”

VI – fica revogado o inciso III do art. 7º;

VII – o § 2º do art. 9º passa a vigorar com a seguinte redação, sendo acrescentado o seguinte § 3º, renumerando-se os demais:

“Art. 9º .....

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-seá o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

.....”;

VIII – os atuais arts. 13 e 14 ficam renumerados para 14 e 15, ficando inserido o art. 13 com a seguinte redação:

“Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 2006

118º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

DECRETO Nº 27.069, DE 14 DE AGOSTO DE 2006

DODF DE 15.08.2006

Altera o Decreto 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências (2ª Alteração).

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII, art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital no 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, fica alterado como segue:

I – o art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.”

II – o art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação “Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

.....

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.”

III – o art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

.....”

IV – o art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

.....

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

.....

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

.....

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

.....”

V – o art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

.....”

VI – o art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

VII – fica acrescido o parágrafo único ao do art. 7º:

“ .....

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.”

VIII – o art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

.....”

IX – o art. 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

.....

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

X – o art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.”

XI – fica acrescentado o art. 14 com a seguinte redação:

“Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.”

II – ficam reenumerados os artigos 14 e 15, do Decreto 26.851, de 30 de maio de 2006, para 15 e 16, respectivamente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especial o § 3º, do art. 9º, do Decreto 26.851, de 30 de maio de 2006.

Brasília, 14 de agosto de 2006  
118º da República e 47º de Brasília  
MARIA DE LOURDES ABADIA

**DECRETO Nº 35.831, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.**  
**DODF de 22/09/2014**

Altera o Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Os incisos I, II e V do art. 4º, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;”

“II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;”

“V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os incisos I, II e V, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006.

Brasília, 19 de setembro de 2014.  
126º da República e 55º de Brasília  
**AGNELO QUEIROZ**

**DECRETO Nº 36.974, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.**  
**DODF de 4/12/2015**

Altera o Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos VII e X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CELSO WAGNER LIMA - Matr.1697892-7**,  
**Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 08/02/2022, às 15:10, conforme art. 6º do  
Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº  
180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **79399864** código CRC= **80488C7C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM - Conjunto "A" Bloco "A" Edifício Sede - Bairro Setor de Administração Municipal - CEP 70620-000 - DF

## **Anexo XII - Pedido\_Unitech.pdf**

## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de junho de 2022 21:31  
**Para:** 'Rebecca Reis'; 'Marcelo Arantes' (marcelo.arantes@unitech-rio.com.br)  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Prezados, boa noite.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a Unitech a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

## **Anexo XIII - Pedido\_Unitech2.pdf**

## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de junho de 2022 21:32  
**Para:** Marcelos Unitech  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Prezado Marcelo, boa noite.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a Unitech a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

**Anexo XIV - Pedido\_TAMTEC.pdf**



## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de junho de 2022 21:19  
**Para:** ulisses.pavan@tamtec.com.br  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Prezado Ulisses, boa noite.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a TAMTEC a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

**Anexo XV - Pedido\_MPE.pdf**

## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de junho de 2022 21:22  
**Para:** Alfredo Martins - MPE Soluções  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Prezado Alfredo, boa noite.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a MPE a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

**Anexo XVI - Pedido\_MPE2.pdf**

## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de junho de 2022 21:17  
**Para:** Rudney Benacci - MPE Soluções  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Prezado Rudney, boa noite.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a MPE a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

## **Anexo XVII - Pedido\_Tracenet.pdf**

## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de junho de 2022 21:27  
**Para:** Francesco Pollola  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Prezado Francesco, boa noite.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a Tracenet a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

## **Anexo XVIII - Pedido\_G3Solutions.pdf**



## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de junho de 2022 21:20  
**Para:** caio.azevedo@g3solutions.com.br  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Prezado Caio, boa noite.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a G3Solutions a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

**Anexo XIX - Pedido\_CLM.pdf**

## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de junho de 2022 21:26  
**Para:** fabiana.sousa@clm.com.br; Vanessa Curti  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Prezadas Fabiana e Vanessa, boa noite.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a CLM a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

**Anexo XX - Pedido\_Pise4.pdf**

## Bernardo Borges do Nascimento

---

**De:** Bernardo Borges do Nascimento  
**Enviado em:** quinta-feira, 7 de julho de 2022 08:57  
**Para:** kleber@pise4.com.br  
**Assunto:** Cotação software de backup.  
**Anexos:** SEI\_ANCINE - 2453311 - Termo de Referência.pdf

Bom dia, Kleber.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a Pise4 a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
**Gerência de Tecnologia da Informação – GTI**  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

**Anexo XXI - ANCINE2022-01 - PROPOSTA\_TECNICA-  
COMERCIAL\_ANCINE-BACKUP HYCU DP 1Y -  
ScaleUP\_Rev3 - 27SET2022.pdf**



# PRO POSTA

PROPOSTA

TÉCNICA COMERCIAL



SCALE  
up



CLIENTE : ANCINE  
CONTATO: Bernardo Nascimento  
DATA: 27/09/2022



**SOLUÇÃO DE BACKUP HYCU  
PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL**

---

**EQUIPE SCALEUP**

COMERCIAL : Rodrigo Monteiro  
E-MAIL : [rodrigo@scaleupit.com.br](mailto:rodrigo@scaleupit.com.br)  
CELULAR : 21 98124 1557

CONSULTOR : Leandro Paes  
E-MAIL : [leandro@scaleupit.com.br](mailto:leandro@scaleupit.com.br)  
CELULAR : 22 98112 4695

**VISÃO:**

Estar entre melhores empresas de TI do mercado brasileiro, ser reconhecida como a melhor opção por colaboradores e clientes, e ser referência de excelência em produtos e serviços.

**MISSÃO:**

Apoiar com excelência os desafios de nossos clientes a partir do desenvolvimento de ofertas de soluções sob medida que contribuam no atingimento de seus objetivos, sempre pautado na melhoria da qualidade de vida das pessoas, gerando riqueza e felicidade de forma sustentável.



## Sumário

Introdução	4
Resumo Executivo	7
Restrições de uso e divulgação	7
Preço dos Cenários Propostos, Serviços e Opcionais:	8
Condições Comerciais	9
Informações de Faturamento	10



## **Introdução**

### **Sobre a Scaleup?**

#### **INTEGRADORA DE SOLUÇÕES EM TI**

Somos uma empresa especializada em projetos de infraestrutura de TI, formada por profissionais com grande experiência em projetos.

Nossas parcerias são líderes no mercado de tecnologia, ofertando soluções e serviços com excelência. Temos como premissa apoiar os desafios de nossos clientes a partir do desenvolvimento de ofertas adequadas as suas necessidades, contribuindo no atingimento de seus objetivos, sempre pautados na ética, no respeito e na qualidade de vida das pessoas, gerando impacto positivo de forma sustentável.

Trabalhamos com soluções personalizadas de acordo com a demanda do negócio, permitindo um maior direcionamento dos gastos e um desenvolvimento operacional mais eficiente, tornando as rotinas mais dinâmicas e produtivas.

Ao incluir novas soluções de TI voltadas ao planejamento estratégico, as empresas fornecem aos executivos de todas as áreas uma visão de seus recursos tecnológicos.

Assim, a área de TI passa a contribuir diretamente nos resultados, da empresa, interligados às metas gerais da corporação, proporcionando resultados positivos para todos os envolvidos.

Quando as ações de TI são personalizadas, os esforços de integração fazem com que os processos sejam otimizados. Assim, há uma significativa melhoria na produtividade das equipes, com flexibilizações que resultam em ajustes para atender às demandas de negócio.

## Principais Parcerias



## Alguns de nossos Clientes



**Resumo Executivo**

Esta proposta visa o fornecimento de solução de Backup Hycu DP for Enterprise Cloud, conforme solicitada para atender a demanda do projeto de backup da ANCINE.

**Restrições de uso e divulgação**

As informações que são apresentadas nesta proposta constituem informações confidenciais da Scaleup. Não devem ser divulgadas, sem nossa prévia anuência, para quaisquer outras finalidades que não sejam a de avaliar nossa proposição.

**Preço dos Cenários Propostos, Serviços e Opcionais:****SOLUÇÃO DE BACKUP HYCU****Software**

Descrição resumida	QTDE	Valor Total (R\$)
Subscr HYCU DP for Ent Cloud Subscription - 1 year - 1 Socket (Subscription - 1 year - 1 Socket)	6	<b>R\$ 88.400,00</b>

**Serviço**

Descrição resumida	QTDE	Valor Total (R\$)
Serviço de implementação, treinamento Hands-on e acompanhamento remoto pelo período de 5 dias pós implementação.	1	<b>R\$ 48.575,00</b>

**Valor total: R\$ 136.975,00 (Cento e trinta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais)**





## Condições Comerciais

Nossa proposta comercial contempla o faturamento e fornecimento de todo o escopo solicitado diretamente pelos distribuidores oficiais, conforme informações de faturamento desta proposta.

O faturamento se dará parcialmente, à medida que os itens forem liberados pelos fabricantes/fornecedores.

- **Prazos de Validade**

- Esta proposta tem validade de **30 (trinta)** dias corridos a partir da data de sua emissão.

- **Prazos de Entrega**

- Em até **30 (trinta)** dias.

- **Prazos de Pagamento**

- O prazo para o pagamento será de **30 (trinta)** dias do faturamento.

- **Proposta sujeita à aprovação de crédito.**

**Informações de Faturamento**

- Razão Social: Scaleup Consultoria, Representação Comercial e Comércio Atacadista Ltda
- CNPJ: 27.646.088/0001-70
- Endereço: Estrada dos três Rios, 1200 – Sala 442 – Freguesia/Jacarepaguá – RJ/RJ
- Quaisquer outros impostos que venham a serem criados ou majorados pelos fiscos municipais, estaduais e/ou federais, e que não estejam contemplados nesta proposta, serão repassados ao Comprador e será de sua exclusiva responsabilidade o pagamento da diferença, conforme determina a Cláusula 11 do referido contrato.



**Anexo XXII - Proposta-ANCINE-2022-  
01v3\_tracenet\_27set2022.pdf**

# PROPOSTA COMERCIAL



## Tracenet IT Solutions

CNPJ/MF: 10.242.293/0001-77

Av. Presidente Vargas, 542 – Gr. 415 – Centro

Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 20.071-000

Tels. +55 21 2223-1412 / 3065-1270

Contato: Francesco Pollola

<http://www.tracenet solutions.com>

[comercial@tracenet solutions.com](mailto:comercial@tracenet solutions.com)

DATA: 27/9/2022  
PROPOSTA: ANCINE-2022-01v2

Cliente: Agência Nacional do Cinema - ANCINE  
Contato: Bernardo Borges

(21) 3037-6447  
[bernardo.nascimento@ancine.gov.br](mailto:bernardo.nascimento@ancine.gov.br)

### PROPOSTA COMERCIAL PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO HYCU

Senhores,

A Tracenet IT Solutions apresenta esta proposta comercial para fornecimento de solução HYCU.

Desde já, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

ITEM	PRODUTO	QTDE	Entrega ( dias úteis)	VALOR TOTAL
1	Subscr HYCU DP for Ent Cloud Subscription - 1 year - 1 Socket (Subscription - 1 year - 1 Socket)	6	Até 30 dias	R\$ 163.382,00
2	Serviço de implementação, treinamento Hands-on e acompanhamento remoto pelo período de 5 dias pós implementação.	1	Até 30 dias	R\$ 75.980,00
				R\$ 244.362,00

# PROPOSTA COMERCIAL

## Condições Comerciais

- 1) Impostos: origem com base para Itajaí-SC.
- 2) Os produtos com valores em dólares americanos serão convertidos pela taxa PTAX do dia anterior ao faturamento.
- 3) Frete: Incluso.
- 4) Aceite da Proposta: Deverá ser feito via email ou correio, para o endereço da Tracenet IT Solutions, assinado pelo funcionário responsável pela emissão de ordens de compra.
- 5) Encargos: O não pagamento nas datas do vencimento implicará em multa de 2% do valor da respectiva fatura acrescido de juros de 5% ao mês.
- 6) Prazo de Entrega dos Produtos: A licença é entregue no formato eletrônico no email indicado pelo cliente.
- 7) Pagamento: O pagamento deverá ser realizado diretamente a Tracenet IT Solutions, via depósito bancário em 10 dias corridos após entrega dos equipamentos/licenças.
- 8) Validade desta Proposta: 15 (quinze) dias.
- 9) Faturamento: Os equipamentos deverão ser faturados diretamente pela TRACENET IT SOLUTIONS
- 10) Dados Bancários:  
*Banco Bradesco*  
*C/c: 28138-2*  
*Agência: 2376-0*

Data do Aceite: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do Responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Anexo XXIII - Proposta Pise4 2022250-v3 - ANCINE -  
Projeto de Veeam Backup\_PISE4\_28set2022.pdf**

## PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

PROJETO

*Veeam Backup*

CÓDIGO

2022250-v3

DATA

28/09/2022

CLIENTE



## APRESENTAÇÃO

Prezado Sr. **Bernardo Borges do Nascimento**

[bernardo.nascimento@ancine.gov.br](mailto:bernardo.nascimento@ancine.gov.br)

Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação

+55 (21) 3037-6447

Em atenção à vossa solicitação, temos a satisfação de encaminhar nossa Proposta Técnica e Comercial para o fornecimento de soluções de TI.

Esperamos que as informações apresentadas atendam plenamente vossas expectativas e forneçam condições de análise sobre o objetivo, metodologia, produtos e prazos do projeto.

Colocamo-nos desde já à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos complementares ou para discutir eventuais mudanças na natureza ou na amplitude desta proposta.

Para formalizar o aceite desta proposta, temos algumas opções: 1) Devolução da proposta por email, assinada no PDF ou escaneada, com o preenchimento e assinatura da última página e as demais rubricadas, ou 2) assinatura digital via plataforma D4Sign, a ser enviada pela Pise4 no seu email, ou 3) Ordem de Compra / P.O. (Purchase Order) emitida pelo sistema interno de sua empresa.

Para maiores esclarecimentos, informamos abaixo o contato do responsável por esta proposta:

Atenciosamente,

**Kleber Silva**

**Diretor de Pré-Vendas**

E-mail: [kleber@pise4.com.br](mailto:kleber@pise4.com.br)

Website: <https://pise4.com.br>

Tel.: +55 11 2506-0395

Cel.: +55 11 98970-3801

## Sumário

<b>1</b>	<b>Sobre Nós .....</b>	<b>3</b>
1.1	Nossos Parceiros .....	3
1.2	Nossas Certificações, Serviços e Prêmios.....	4
1.3	Nossos Clientes.....	5
<b>2</b>	<b>Objetivo da Proposta .....</b>	<b>7</b>
2.1	Demanda e Histórico.....	7
<b>3</b>	<b>Especificações Técnicas e Serviços.....</b>	<b>8</b>
3.1	Item #1- Licenciamento Veeam Backup & Replication.....	8
3.2	Item #2 - Serviços de Implementação Veeam Backup & Replication .....	10
3.2.1	Recursos .....	11
3.1	ITEM #3 - VEEAM BACKUP FOR MICROSOFT OFFICE 365.....	12
3.2	Item #4 - Serviços de Implementação Veeam Backup for Microsoft Office 365	13
3.2.1	Recursos .....	14
3.3	Certificações Pise4.....	14
3.4	Itens não Inclusos.....	15
<b>4</b>	<b>Condições Comerciais.....</b>	<b>16</b>
4.1	Item #1 - Licenciamento Veeam Backup & Replication.....	16
4.2	Item #2 - Investimento em Serviços de implementação.....	16
4.3	Item #3 - Licenciamento Veeam Backup for Microsoft 365.....	16
4.4	Item #4 - Investimento em Serviços de implementação.....	17
4.5	Condições de Pagamento .....	17
4.6	Impostos.....	17
4.7	Prazo de Entrega e Faturamento .....	17
4.8	Validade.....	17

## 1 SOBRE NÓS

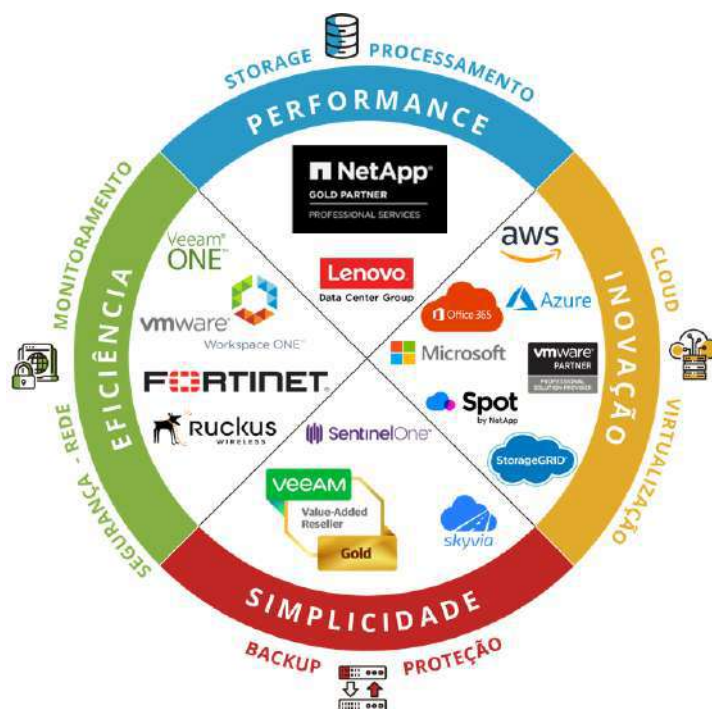
A Pise4 Tecnologia é uma consultoria especializada na integração de **Soluções e Serviços** em Infraestrutura de TI híbrida, on-premises e cloud, com foco na **Gestão dos Dados**. A sigla Pise4 é formada por: Performance, Inovação, Simplicidade e Eficiência.



Somos uma empresa formada por profissionais de extrema **confiança** para seus clientes e parceiros, com alta **qualificação**, **certificações** técnicas e renomada **experiência** em serviços e soluções. Realizamos o desenho/arquitetura, provas de conceito, fornecimento, implementação, hands-on e suporte de projetos de nosso portfólio de **Gestão dos Dados**: Storage, Processamento, Hiperconvergência, Cloud, Virtualização, Proteção, Backup, Segurança, Rede e Monitoramento.

### 1.1 NOSSOS PARCEIROS

Aqui temos nosso **portfólio de produtos foco** em que atuamos na maior parte dos projetos para nossos clientes!



Adicionalmente temos parcerias com outros fabricantes para compor estes projetos de maneira complementar ou para atender demandas específicas. Principais Distribuidores:



## 1.2 NOSSAS CERTIFICAÇÕES, SERVIÇOS E PRÊMIOS

Entendemos que quando prestamos serviços na infraestrutura de TI de nossos clientes, acabamos **conhecendo melhor** seus detalhes e prioridades para atender as **demandas de projetos e mudanças** nos ambientes com mais **assertividade**. Também por isso, conseguimos estreitar a relação de **confiança** com os gestores e técnicos, ingrediente ideal para uma parceria a longo prazo.



A Pise4 Tecnologia conquistou do prêmio [Veeam Software Rising Star Partner 2020](#), demonstrando o sucesso no **fornecimento de soluções** Veeam em nossos clientes superando também as expectativas em fornecer **suporte de primeira classe** com **conhecimento especializado** em soluções robustas de proteção e gerenciamento de dados.



2021 Pise4 e Veeam em números:

- 28 novos projetos;
- 5 renovações;
- Grande **variedade de produtos** do portfólio: VBR, VBE, VAO, VBO e Veeam One;
- Permanência no **nível Gold** em 2022.

## 1.3 NOSSOS CLIENTES

Fundada em 2014 em São Paulo – SP, iniciamos a operação de integração de soluções em 2017. Já executamos serviços e fornecimento de produtos em vários clientes, construindo assim uma sólida carteira na cidade, região metropolitana e interior de **São Paulo**. Além de atuar em diversos segmentos, temos clientes em diversos outros estados da federação: **Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Amazonas, Pará, DF, Mato Grosso do Sul e Ceará**. Realizamos também projetos de serviços para duas multinacionais na América Latina: **Chile, Argentina e Peru**.

Pise <sub>4</sub> TECNOLOGIA	Saúde	Manufatura
Storage / Processamento	Boehringer Ingelheim, Baxter, União Química	NORMA GROUP, SCHOTT, Cobra, SAINT-GOBAIN, TEK BOND
Cloud / Virtualização	HospPharma, SARSTEDT	fermazon, Leópolis, mazzaferrero, MAGO
Backup / Proteção	FRESENIUS KABI, HARTMANN, BACE HEALTHCARE	LIEBHERR, antilhas, voestalpine, CERBRAS
Segurança / Rede / Monitoramento	Plena	BRIDGESTONE, LEROY MERLIN, fábrica de telhas

Pise <sub>4</sub> TECNOLOGIA	Energia	Serviços
Storage / Processamento	JUNDU, ANDRITZ, JALLES MACHADO	MAC, SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS
Cloud / Virtualização	Omega energia, NORDEX	CLARA, AFI, ALMEIDA FRONER
Backup / Proteção	ecom energia, Taurus, GLENCORE	CARGLASS, VIAGENS, LATERZA, RODRIGUES PRATES, G3F
Segurança / Rede / Monitoramento	INVENTUS POWER	ROSMA, PENALVA, SOUZA LEÃO, FRANCO, VALE, myatech

Pise <sub>4</sub> TECNOLOGIA	Finanças	Educação
Storage / Processamento	AXA Banco Cruzeiro do Sul	FEARP UNICAMP Fast Lane Brasileira USP
Cloud / Virtualização	ESQUADRA CONTABIL mobbuy infocards	MANHATTAN VILLAGE ESCOLA POLITÉCNICA
Backup / Proteção	uphold ACESSÓRIOS CONTÁBIL BRISK Corretora em Seguros Previmil Vida e Previdência S.A.	PRAVALER CRÉDITO UNIVERSITÁRIO
Segurança / Rede / Monitoramento	GIC	FACULDADE FECAF colégio ser CASA PUBLICADORA BRASILEIRA

Pise <sub>4</sub> TECNOLOGIA	Governo	Tecnologia
Storage / Processamento	CFC CRCSP BARUERI	HIWAY INTERNET conect LST TEL Laboratório de Sistemas Integrados Tecnológicos vogel
Cloud / Virtualização	HC Coden	TOTVS directweb citi
Backup / Proteção	CRN3 CNPEM cfn CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS MUSEU DE ASTRONOMIA E ESPACIOS	Mutant INTER TELECOM
Segurança / Rede / Monitoramento	PRAIA GRANDE PREFEITURA DE SÃO PAULO PESSOA COM DEFICIÊNCIA	T Systems

## 2 OBJETIVO DA PROPOSTA

O objetivo dessa proposta é o fornecimento de licenciamento de Veeam Backup & Replication, Veeam Backup for Microsoft 365 e serviços de implementação.

### 2.1 DEMANDA E HISTÓRICO

Em 07/07/2022, recebemos da Ancine a seguinte solicitação:

De: Bernardo Borges do Nascimento <[bernardo.nascimento@ancine.gov.br](mailto:bernardo.nascimento@ancine.gov.br)>  
Enviada em: quinta-feira, 7 de julho de 2022 08:57  
Para: Kleber Silva <[kleber@pise4.com.br](mailto:kleber@pise4.com.br)>  
Assunto: Cotação software de backup.

Você não costuma receber emails de [bernardo.nascimento@ancine.gov.br](mailto:bernardo.nascimento@ancine.gov.br). Saiba por que isso é importante

Bom dia, Kleber.

Em breve, a Ancine irá licitar a contratação de serviços continuados de Software de Backup de Dados, com garantia técnica de software por 60 (sessenta) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução. Gostaríamos de convidar a Pise4 a participar desta licitação e, assim, pedimos que nos envie, em caso de interesse, cotação para os itens cujo TR segue em anexo.

Obrigado, aguardamos retorno o quanto antes.

Abraços,



Bernardo Borges do Nascimento  
Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação  
Gerência de Tecnologia da Informação – GTI  
Tel: (21) 3037-6447  
Av. Graça Aranha, 35, 3º Andar - Centro  
20030-002 - Rio de Janeiro - RJ

Sendo assim, após análise do TR, apresentamos esta proposta acompanhada de sugestões de alteração para refletir a especificação técnica e condições comerciais abaixo.

Em 27/07/2022, o cliente solicitou a atualização da proposta com os cenários de 1 ano de subscrição e 3 anos de subscrição com pagamentos anuais.

Em 28/09/2022, atualizamos a proposta mantendo apenas o cenário de 1 ano de subscrição para os licenciamentos, de acordo com o solicitado no termo de referência.



### 3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E SERVIÇOS

#### 3.1 ITEM #1- LICENCIAMENTO VEEAM BACKUP & REPLICATION

Fabricante	Veeam
PartNumber	P-VBRVUL-0I-SU1YP-00
Quantidade	28 bundles (280 instâncias para backup de até 280 servidores físicos ou virtuais ou nuvem)
Descrição	<p><b>Veeam Backup &amp; Replication* com Enterprise Plus Features.</b></p> <p>1* O licenciamento Veeam Backup &amp; Replication é destinado a ambiente com mais de 50 servidores, sejam eles físicos ou virtuais e é comercializado em bundles (pacotes) com 10 instâncias cada.</p>
Tipo	Subscrição de 1 ano (12 meses).
Suporte	Incluso suporte Production (24/7). Acionamento direto na Veeam.
Recursos de Enterprise Plus para backup de VMs	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Backup (disco, deduplicação e compressão integradas);</li> <li>• Suporte a backup para fita completo*;</li> <li>• Backup diretamente do storage primário baseado em arquivo (NFS)</li> <li>• Veeam Cloud Connect Backup (backup em nuvem rápido e seguro)</li> <li>• Veeam Cloud Connect Replication (recuperação de desastres baseada na nuvem, totalmente integrada, rápida e segura)</li> <li>• Recuperação (MVs inteiras, discos virtuais, em nível de arquivo)</li> <li>• Restore para Microsoft Azure</li> <li>• Replicação (quase CDP, otimizada para WAN; replicação de um arquivo de backup e failover planejado)</li> <li>• Gerenciamento centralizados para Veeam Agent para Linux e Veeam Agent para Microsoft Windows</li> <li>• SureBackup® e SureReplica (verificação de recuperação)</li> <li>• On-Demand Sandbox™ (para implantação de aplicações de baixo risco a partir de backups e réplicas)</li> <li>• Recuperação para Oracle, SQL Server, MySQL e MariaDB</li> <li>• Veeam Explorer para recuperação avançada para Microsoft Active Directory, Exchange, SharePoint, SQL Server e SAP HANA</li> <li>• Criptografia aprimorada (proteção contra perda de senha)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aceleração de WAN integrada (para Veeam Cloud Connect)</li> <li>• Suporte a arquivamento para backup de NAS;</li> <li>• Suporte nativo a fitas de NDMP, para dispositivos NAS;</li> <li>• Aceleração de WAN integrada para qualquer destino;</li> <li>• Suporte ao vCloud Director para backup e restauração gerenciados por autosserviço e pelo locatário, por meio do Enterprise Manager, bem como autenticação nativa do vCloud Director;</li> <li>• Automação de tarefas com suporte a API RESTful.</li> </ul>
<b>Datasheet completo</b>	<a href="https://www.veeam.com/br/products-edition-comparison.html?ad=in-text-link#VAW">https://www.veeam.com/br/products-edition-comparison.html?ad=in-text-link#VAW</a>

### 3.2 ITEM #2 - SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO VEEAM BACKUP & REPLICATION

Esta proposta contempla o fornecimento de serviços profissionais especializados Pise4, com Gerenciamento do Projeto, para a Implementação de solução Veeam Backup & Replication com as seguintes atividades:

✓ **Planejamento da implementação:**

- Definição de arquitetura da solução, com respectivo detalhamento dos componentes, serviços e servidores que farão parte do projeto, dentro das melhores práticas do fabricante da solução e visando o melhor desempenho e segurança;
- Definição dos Jobs e políticas de backup, em conjunto com a CONTRATANTE;
- Definição e documentação dos procedimentos de recuperação do ambiente, e caso de falhas ou desastres.

✓ **Implementação do Veeam Backup & Replication:**

- Instalação da solução com eventuais proxies de backup configurados, configurações gerais, notificações, backup de configuração, entre outros;
  - O servidor disponibilizado precisa atender os requisitos da Veeam de acordo com dimensionamento em fase de planejamento:  
[https://helpcenter.veeam.com/docs/backup/vsphere/system\\_requirements.html?ver=110](https://helpcenter.veeam.com/docs/backup/vsphere/system_requirements.html?ver=110)
- Configuração de até dois repositórios imutáveis, com SO Linux, dentro das melhores práticas de segurança, garantindo a proteção contra Ransomware;
- Integração com ambiente Nutanix AHV, para até 2 (dois) clusters, 3 (três) servidores físicos - com 6 (seis) sockets, no total - e 280 (duzentos e oitenta) máquinas virtuais;
  - Os dados gravados no backup local (datacenter principal) deverão ser replicados para o backup remoto (site de contingência, ou DR), com frequência e prazos de retenção a serem combinados com a CONTRATANTE.
- Configuração dos jobs de backup com feature de imutabilidade;
- Configuração de políticas de cópia e réplica de backup entre os dois repositórios;
- Configuração dos backups para servidores Active Directory, Sharepoint, MySQL e PostgreSQL;

- Configuração dos backups de até 4 (quatro) servidores Oracle, através de integração com RMAN;
- Acompanhamento inicial da execução dos Jobs de backup;
- Realização de testes de imutabilidade, garantindo que os backups não possam ser apagados antes do prazo estabelecido;
- Realização de testes de restauração de VMs, Oracle e AD's;
- Realização de testes de restauração Granular de VMs Linux e Windows.

✓ **Encerramento da implementação:**

- Emissão de documentação as-built de todo ambiente;
- Documentação de todos os procedimentos de recuperação do ambiente em caso de falha, bem como dos procedimentos de DR de site;
- Repasse de conhecimento, incluindo duas sessões de 4 (quatro) horas para equipe da Ancine.

### 3.2.1 Recursos

O serviço solicitado e detalhado nesta proposta terá como equipe, por parte da Pise4, a participação do seguinte quadro de profissionais, de maneira não exclusiva:

Quantidade	Perfil
Até 2	Analistas de Implementação Veeam
1	Gerente de Projetos

- Execução: remota para planejamento e encerramento e instalação local nas dependências da contratante no Rio de Janeiro.
- Estimativa: 20 dias não consecutivos, sendo 2 dias para planejamento, 14 dias para execução, 4 dias para hands-on, encerramento e documentação;
- Modalidade: escopo fechado;
- Início: mediante agendamento e disponibilidade dos recursos e disponibilização da licença;



### 3.1 ITEM #3 - VEEAM BACKUP FOR MICROSOFT OFFICE 365

<b>Fabricante</b>	Veeam
<b>PartNumber</b>	P-VBO365-0U-SU1YP-00
<b>Quantidade</b>	650 usuários
<b>Descrição</b>	Veeam Backup for Microsoft Office 365
<b>Tipo</b>	Subscrição de 1 ano (12 meses)
<b>Suporte</b>	Incluso suporte Production (24/7). Acionamento direto na Veeam.
<b>Recursos do Veeam Backup for Microsoft Office 365</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteger seus dados do Office 365 contra exclusão acidental, ameaças de segurança e lacunas na política de retenção;</li> <li>• Restaurar rapidamente itens e arquivos individuais do Office 365, com flexibilidade de recuperação líder do setor;</li> <li>• Atender a requisitos legais e de conformidade com uma eficiente eDiscovery de itens de backup do Office 365.</li> <li>• Compreende: Exchange Online, SharePoint Online, OneDrive for Business e Teams;</li> <li>• Armazenar dados com base em políticas de retenção de longo prazo para fins regulatórios ou de conformidade;</li> <li>• Garantir que você recupere exatamente o que precisa – nem mais, nem menos – com o recurso de pesquisa avançada e granular.</li> </ul>
<b>Datasheet completo</b>	<a href="https://www.veeam.com/veeam_backup_microsoft_office_365_datasheet_ds.pdf">https://www.veeam.com/veeam_backup_microsoft_office_365_datasheet_ds.pdf</a>

### 3.2 ITEM #4 - SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO VEEAM BACKUP FOR MICROSOFT OFFICE 365

Esta proposta contempla o fornecimento de serviços profissionais especializados Pise4, com Gerenciamento do Projeto, para a Implementação de solução Veeam Backup for Microsoft Office 365 com as seguintes atividades:

✓ **Planejamento da implementação:**

- Definição da arquitetura da solução, com respectivo detalhamento dos componentes, serviços e servidores que farão parte do projeto, dentro das melhores práticas do fabricante da solução e visando o melhor desempenho e segurança;
  - Deverão ser disponibilizados para a CONTRATANTE os requisitos de infraestrutura (servidores e armazenamento) e conectividade (portas de comunicação e usuários), para implementação da solução;
- Definição dos Jobs e políticas de backup, em conjunto com a CONTRATANTE;
- Definição e documentação dos procedimentos de recuperação dos dados do Microsoft 365 (E-mail, Sharepoint, OneDrive e Teams);

✓ **Implementação do Veeam Backup for Microsoft Office 365**

- Instalação da solução com eventuais proxies de backup configurados, bem como deverão ser realizadas configurações gerais, notificações e etc;
  - O servidor disponibilizado precisa atender os requisitos da Veeam de acordo com dimensionamento em fase de planejamento:  
[https://helpcenter.veeam.com/docs/backup/vsphere/system\\_requirements.html?ver=110](https://helpcenter.veeam.com/docs/backup/vsphere/system_requirements.html?ver=110)
- Configuração de repositórios em servidor on-premise, com volumes oriundos de armazenamento externo (storage provido pela CONTRATANTE);
- Acompanhamento inicial da execução dos Jobs de backup;
- Testes de restauração Granular de E-mails e arquivos do OneDrive; Os repositórios precisam atender a compatibilidade do Veeam.

✓ **Encerramento da implementação:**

- Emissão de documentação as-built de todo ambiente;
- Repasse de conhecimento, incluindo uma sessão de 4 (quatro) horas para equipe da Ancine.

### 3.2.1 Recursos

O serviço solicitado e detalhado nesta proposta terá como equipe, por parte da Pise4, a participação do seguinte quadro de profissionais, de maneira não exclusiva:

Quantidade	Perfil
Até 2	Analistas de Implementação Veeam
1	Gerente de Projetos

- Execução: remota para planejamento e encerramento e instalação local nas dependências da contratante no Rio de Janeiro.
- Estimativa: 9 dias não consecutivos, sendo 2 dias para planejamento, 5 dias para execução, 2 dias para hands-on, encerramento e documentação;
- Modalidade: escopo fechado;

Início: mediante agendamento e disponibilidade dos recursos e disponibilização da licença;

## 3.3 CERTIFICAÇÕES PISE4

A Pise4 possui certificações na solução Veeam além de larga experiência em implementações e suporte em ambientes de Backup.

VMSP: Veeam Sales Professional

VMTSP: Veeam Technical Sales Professional

VMCE: Veeam Certified Engineer



### 3.4 ITENS NÃO INCLUSOS

Os itens abaixo não estão inclusos, mas podem ser inseridos em outra versão ou nova proposta comercial:

- ✓ Fornecimento de hardware e software não especificados nesta proposta;
- ✓ Instalação de sistemas operacionais e outros softwares;
- ✓ Migração de dados de produção ou de backup;
- ✓ Suporte proativo, gestão e administração ao ambiente de backup;
- ✓ Treinamentos oficiais;
- ✓ Disponibilização de materiais oficiais na transferência de conhecimento.

## 4 CONDIÇÕES COMERCIAIS

### 4.1 ITEM #1 - LICENCIAMENTO VEEAM BACKUP & REPLICATION

O valor das licenças está disposto a seguir no modo de subscrição de 1 ano para 280 instâncias:

Item	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor total
#1	28 Bundles	Veeam Backup & Replication Universal License. Includes Enterprise Plus Edition features. - 1 Year Subscription Upfront Billing & Production (24/7) Sup	R\$ 9.464,87	R\$ 265.016,36

**Valor total por extenso:** Duzentos e sessenta e cinco mil e dezesseis reais e trinta e seis centavos.

### 4.2 ITEM #2 - INVESTIMENTO EM SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O valor total do serviço está disposto a seguir:

Item	Descrição	Valor total
#2	Serviço de implementação de Veeam Backup & Replication para até 280 servidores	R\$ 86.450,00

**Valor por extenso:** Oitenta e seis mil e quatrocentos e cinquenta reais.

### 4.3 ITEM #3 - LICENCIAMENTO VEEAM BACKUP FOR MICROSOFT 365

O valor das licenças está disposto a seguir para 1 ano de subscrição para 650 usuários.

Item	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor total
#3	650 usuários	Veeam Backup for Microsoft Office 365 – 1 Year Subscription Upfront Billing License & Production (24/7) Support	R\$ 155,75	R\$ 101.236,27

**Valor total por extenso:** Cento e um mil e duzentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos.

#### 4.4 ITEM #4 - INVESTIMENTO EM SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O valor total do serviço está disposto a seguir:

Item	Descrição	Valor total
#4	Serviço de implementação de Veeam Backup for Microsoft 365 para 650 usuários.	R\$ 24.620,00

Valor por extenso: Vinte e quatro mil e seiscentos e vinte reais.

#### 4.5 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As notas fiscais de produtos e serviços de implementação (**itens #1, #2, #3 e #4**) serão emitidas pela PISE4 Tecnologia da Informação Ltda CNPJ: 21.512.459.0001-44, endereço: Al. Rio Negro, 1030 – Conj. 2304 sala 09 – Alphaville – Barueri, São Paulo.

**Itens #1 e #3** – em uma única vez em 30 DDF (Trinta Dias corridos da Data do Faturamento) após a entrega das licenças para o órgão.

**Itens #2 e #4** - em uma única vez em 30 DDF (Trinta Dias corridos da Data do Faturamento) após a finalização da implementação.

#### 4.6 IMPOSTOS

Estes valores já possuem todos os impostos legais e vigentes para o CNPJ informado. Mudanças na legislação tributária, durante o período de execução, podem implicar em variações nos valores finais.

#### 4.7 PRAZO DE ENTREGA E FATURAMENTO

As licenças de Veeam serão disponibilizadas em até 10 dias úteis após o pedido de compra e fornecimento do Empenho.

A garantia/suporte dos produtos pelos fabricantes tem início na data da entrega dos equipamentos / disponibilização das licenças. Dessa forma ela já estará ativa durante a instalação e configuração da solução.

#### 4.8 VALIDADE

O conteúdo dessa proposta é válido até 60 dias.



---

Kleber José da Silva

CPF. 039.606.736-04

Sócio Diretor

São Paulo, 28 de setembro de 2022.

PISE4 Tecnologia da Informação Ltda.

21.512.459.0001-44

**Anexo XXIV - P.C.E. ANCINE v3.pdf**



# PROPOSTA COMERCIAL

Cliente: ANCINE

P.C.E.: 009.v3.23.09.2022

*Proposta para Estimativa de Preços*

**PROPOSTO POR:**

- *Ulisses Pavan*
  - [ulisses.pavan@tamtec.com.br](mailto:ulisses.pavan@tamtec.com.br)

**CONFECCIONADO POR:**

- *Tatiane Faria*
  - [tatiane.faria@tamtec.com.br](mailto:tatiane.faria@tamtec.com.br)





## VISÃO GERAL DA EMPRESA

A **Tamandaré Technology** é uma empresa de 28 anos com foco na necessidade e continuidade do negócio de seus clientes. Opera de forma consultiva para fornecimento de cada solução ajustada as suas alianças em produtos e serviços nos segmentos de Tecnologia da Informação e Engenharia de Sistemas com focos principalmente nas Soluções de infraestrutura de Datacenters Hiperconvergentes, Soluções multimídias, Soluções Educacionais, Soluções em Saúde, Soluções de segurança e Soluções de Energia. Tudo em perfeita harmonia com os objetivos empresariais, tendo como resultado a redução do TCO (Custo Total de Propriedade) e a garantia de retorno dos investimentos (ROI) de seus clientes.

Nosso maior desafio é compreender a necessidade real do cliente, propor as soluções compatíveis com grande inovação em produtos e serviços de alta qualidade, integrando estes produtos e serviços para alavancar os negócios de nossos clientes, simplificando seus processos e otimizando seus resultados operacionais e financeiros.

Para atender nossos clientes, contamos com profissionais altamente qualificados e certificados pelos fabricantes de suas alianças, com larga experiência no mercado público e privado, trabalhando em projetos, para implementar as soluções adequadas às necessidades de cada clientes, oferecendo soluções completas, desde uma simples venda de produto ou serviço até as mais complexas camadas, começado pela instalação física e lógica, serviços de implementação, serviços de configuração, serviços de migração, serviços de treinamento hands on e treinamento acadêmico, inclusive os dos próprios fabricantes.

## VÁ SEMPRE ALÉM DO QUE É ESPERADO!

## ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

- Algumas de nossas Alianças estratégicas das quais sem elas não conseguiríamos levar a melhor solução para a sua necessidade.

## A MISSÃO

Entender e atender as necessidades de nossos clientes e poder colaborar com a continuidade de seus negócios, mantendo o crescimento sustentável da empresa, possibilitando uma comunicação com qualidade e segurança a nível internacional.

## VISÃO

Ser reconhecida globalmente e por seus colaboradores, parceiros e clientes como líder nacional em cada seguimento que atua, destacando-se pela excelência dos produtos e serviços prestados, superando as expectativas de nossos clientes trazendo encantamento em cada oportunidade.

## VALORES

Ética, Transparência, Efetividade, Competência e Consciência Ambiental.

- Foco no cliente com o acompanhamento de todos os processos do projeto, desde a pré-venda até o pós-venda;
- Comprometimento e integridade nas relações com nossos clientes, colaboradores, ou parceiros, mediante a transparência e aplicação dos princípios morais e éticos;
- Cultivo e disseminação do respeito mútuo;
- Incentivo ao trabalho em equipe em um ambiente de colaboração;
- Manter-se atualizado com novas tecnologias, incentivar o desenvolvimento contínuo das nossas habilidades e especializar-se para melhor atender às necessidades dos nossos clientes.



A **Lenovo** traz em seu portfólio uma gama de produtos voltados para atender o usuário, como Desktops, Notebooks, Workstations, Monitores e outros. Existe a oferta também de produtos voltados para Datacenter, como Servidores (Rack, Torre & Denso), Storages, Soluções HCI, e Softwares diversos.

A **Nutanix** é a pioneira quando falamos de Infraestrutura Hiperconvergente sendo eleita algumas vezes líder do seguimento pelo Quadrante Mágico do Gartner. Com a Nutanix você Simplifique seu TI e transforma operações reunindo computação, armazenamento, rede e proteção de dados em sistemas. Construa a nuvem que você quer.




A **Veeam** é líder absoluta do seu setor, trazendo em seu portfólio uma gama de soluções em software de backup para o seu Datacenter que proporcionam Proteção de Dados Moderna. Oferece uma plataforma única e definida por software sendo agnóstica quanto ao hardware.

A **Juniper Networks** é líder em seu segmento de infraestrutura empresarial de LAN, trazendo em seu portfólio uma gama de equipamentos para seu Datacenter/Nuvem, como Switches, Roteadores, Gateways, Controladores Wifi, Ponto de Acesso Wifi e outros.




A **VMware** é uma empresa de software especializada em virtualização e computação em nuvem. Como líder em virtualização, a VMware fornece vários produtos e serviços que são exclusivamente adequados para virtualizar um datacenter.

A **APC** como líder do setor de infraestrutura física e softwares integrados, fornece soluções para Datacenter, tais como Rack de Rede, Nobreaks, PDUs, Estabilizadores e outros.




A **Microsoft** é uma das BigTechs e traz consigo uma gama de softwares voltados para escritório, soluções voltadas para datacenter e para sua nuvem privada ou pública.

A **LG Electronics** é uma das maiores companhias de eletroeletrônicos do mundo. Conta com enorme linha corporativa de Telas Informativas e Interativas, Monitores profissionais e para Videowall, que atenderá bem Soluções de sala conectada, centro de controle e outros.




A **iVirtua** é uma empresa brasileira que oferece soluções voltadas para o Gerenciamento de Serviços de TI, proporcionando às corporações de variados portes e setores uma gestão proativa e integral dos recursos tecnológicos alinhados aos seus objetivos de negócio.

A **Júpiter** é a pioneira da tecnologia de visualização colaborativa em tempo real oferecendo Gerenciador Gráfico para gerenciamento da Solução de Videowall.





## PROPOSTA DE PREÇOS

A/C: Bernardo Borges

Agência Nacional do Cinema (ANCINE)

Ref.: Proposta para Estimativa de Preços

P.C.E.: 009.v3.23.09.2022

## DOS VALORES

GRUPO	ITEM	PRODUTO	QTD	VALOR UN.	VALOR TOTAL
1	001	Software de Backup e Proteção de Dados, para aplicações de missão crítica, com suporte técnico por 12 (doze) meses. <b>Modelo: Veeam Backup &amp; Replication</b>	01	R\$ 309.200,00	R\$ 309.200,00
	002	Serviços de Instalação, Configuração e Implementação do software de backup e proteção de dados, para aplicações de missão crítica.	01	R\$ 79.200,00	R\$ 79.200,00
2	003	Software de Backup e Proteção de Dados, para serviços continuados de nuvem de produtividade Microsoft Office 365, em modalidade de subscrição por 12 (doze) meses, para um total de 650 (seiscentos e cinquenta) usuários. <b>Modelo: Veeam Backup Office 365</b>	01	R\$ 99.700,00	R\$ 99.700,00
	004	Serviços de Instalação, Configuração e Implementação do software de backup e proteção de dados, para serviços continuados de nuvem de produtividade Microsoft Office 365, para um total de 650 (seiscentos e cinquenta) usuários.☐ <b>Modelo:</b>	01	R\$ 68.300,00	R\$ 68.300,00
VALOR TOTAL GERAL:					R\$ 556.400,00



## CONDIÇÕES COMERCIAIS

A/C: Bernardo Borges

Agência Nacional do Cinema (ANCINE)

Ref.: Proposta para Estimativa de Preços

P.C.E.: 009.v3.23.09.2022

<b>IMPOSTOS</b>	Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta e indiretamente no fornecimento dos bens.
<b>PAGAMENTO</b>	O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.
<b>VALIDADE DA PROPOSTA</b>	Essa proposta é válida por 60 (sessenta) dias após a sua confecção.
<b>REAJUSTE</b>	Não há reajustes nesta proposta.
<b>PRAZO DE ENTREGA</b>	O prazo de Entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da data da assinatura do Contrato, em remessa única.
<b>LOCAIS DE ENTREGA</b>	Agência Nacional do Cinema (ANCINE)
<b>LOCAIS DE INSTALAÇÃO</b>	Agência Nacional do Cinema (ANCINE)
<b>MOEDA UTILIZADA</b>	Todos os valores aqui estão expressos em reais.
<b>GARANTIA/SUPORTE</b>	<p>Possui estrutura completa de suporte e atendimento técnico instalado em todo Brasil, com abertura de chamado por e-mail ou site.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>Veeam Software</b><ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>Site:</b> <a href="https://www.veeam.com/br/support.html">https://www.veeam.com/br/support.html</a></li><li>▪ <b>Telefone:</b> 0800-7612311</li></ul></li></ul>
<b>CONFIDENCIALIDADE</b>	Esta proposta é resultado de um trabalho original da Tamandaré e seu conteúdo não pode e nem deve ser revelado, duplicado, usado ou publicado, no total ou em parte, fora de sua organização a qualquer outra empresa, sem a nossa expressa autorização por escrito.
<b>INDEPENDÊNCIA</b>	Esta proposta foi realizada pela Tamandaré de forma independente e/ou com apoio único exclusivo dos fabricantes e distribuidores que representa.



## DADOS DA EMPRESA

### INFORMAÇÕES DA EMPRESA

<b>Razão Social:</b> Tamandaré Informática LTDA.	<b>CNPJ:</b> 00.162.720/0001-53
<b>Endereço:</b> Rua do Mercado, 34 – Sala 1001 e 1002	<b>Bairro:</b> Centro
<b>Cidade/Estado:</b> Rio de Janeiro/RJ	<b>CEP:</b> 20010-120
<b>Telefone:</b> (21) 2223-3010	<b>E-mail:</b> <a href="mailto:comercial@tamtec.com.br">comercial@tamtec.com.br</a>
<b>Site:</b> <a href="http://www.tamtec.com.br">www.tamtec.com.br</a>	

### INFORMAÇÕES RESPONSÁVEL LEGAL

<b>Pessoa:</b> Ramilson Medeiros Pitombeira	<b>Estado Civil:</b> Casado
<b>Profissão:</b> Engenheiro Eletrônico	<b>Cargo:</b> Sócio Administrador
<b>CPF:</b> 716.256.317-15	<b>Identidade:</b> 88.100.121-0 – CREA-RJ

### INFORMAÇÕES DE PAGAMENTO

<b>Banco:</b> 237 - Bradesco	<b>Agência:</b> Corporate Central Rio
<b>Nº Agência:</b> 3369	<b>Nº Conta Corrente:</b> 5812-2

**RAMILSON MEDEIROS**  
**TAMANDARÉ INFORMÁTICA LTDA**  
**CNPJ: 00.162.720/0001-53**

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2022

**Anexo XXV - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANCINE -  
PROJETO SW BACKUP (HYCU)\_V2\_CLM\_27set2022.  
pdf**

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
1.1	A CLM.....	2
1.2	CASES & CLIENTES .....	2
<b>2</b>	<b>PROPOSTA DE PREÇOS.....</b>	<b>3</b>
2.1	VALOR PROPOSTA – DETALHAMENTO.....	3
2.2	VALIDADE DA PROPOSTA .....	3
2.3	PRAZO DE ENTREGA .....	3
2.4	PRAZO DE PAGAMENTO .....	3
2.5	CONTATO PARA RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÕES E COMUNICAÇÕES:.....	3
2.6	DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA/CONTRATO:.....	4
2.7	DECLARAÇÕES.....	4

ENDEREÇO







A

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE  
RUA TEIXEIRA DE FREITAS, Nº 31  
RIO DE JANEIRO, RJ  
CEP: 20021-902

SEI\_ANCINE – 2553064 – TERMO DE REFERÊNCIA  
PROCESSO Nº 01416.002180/2022-69

**Objeto:** Contratação de serviços continuados para solução de Software de Backup de Dados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, com garantia técnica de software por 12 (doze) meses, incluindo prestação de serviços de Instalação, Configuração e Implementação da Solução

LICITANTE: CLM SOFTWARE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

ENDEREÇO: CALÇADA DAS HORTÊNCIAS, Nº 131, PISO 2,

CENTRO COMERCIAL ALPHAVILLE – BARUERI / SP, CEP: 06453-017

CNPJ: 02.092.332/0001-79

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 206.109.725.116

TELEFONE: (11) 2125-6256

TELEFONE CELULAR: (11) 94157-3679

E-MAIL: [public.sector@clm.com.br](mailto:public.sector@clm.com.br)

BANCO: ITAÚ

AGÊNCIA: 0668    CONTA BANCÁRIA: 33.206-7

INSCRIÇÃO NO SIMPLES:

SIM ( ) NÃO (X)

ENDEREÇO



+55 11 2125 6256 • [clm@clm.com.br](mailto:clm@clm.com.br)

[clm.com.br](http://clm.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 A CLM

Fundada em 1996, a CLM Software é um Distribuidor de Valor Agregado, focado em soluções de Infraestrutura Avançada para Data Centers, Proteção de Dados e Cyber Segurança.

Sempre procurando os fabricantes mais visionários e disruptivos para oferecer aos clientes as melhores soluções tecnológicas,

- Temos alcance na América Latina com sede no Brasil e coligadas na Colômbia, Peru e Estados Unidos
- Fabricantes representados: A10 Networks, AlgoSec, Allot, Appgate, Arista Networks, Awingu, Barracuda Networks, Bitglass, CyberArk, eG Innovations, Exagrid, Hycu, Hillstone Networks, Lenovo, NSFfocus, Nutanix, Picus Security, Proofpoint, Pure Storage, Radware, SafeGuard Cyber, SailPoint, SentinelOne, SonicWall, Thales and Varonis.

#### Nossas informações:

- Empresa brasileira, Matriz em Alphaville, Barueri, SP.
- Centros de Distribuição: São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo.
- Coligadas - EUA, Colômbia e Peru.
- Portfolio - +25 fabricantes com foco em infraestrutura para datacenters, cyber segurança, hiperconvergência e proteção de dados.
- Corpo técnico especializado e certificado.
- Equipe comercial regionalizada.

### 1.2 CASES & CLIENTES

- Telefônica > Varonis,
- Telefônica > TTSEC,
- Neoenergia > Nutanix,
- Sebrae Nacional > Nutanix e Lenovo,
- GTM > Barracuda (SDWAN).

ENDEREÇO



## 2 PROPOSTA DE PREÇOS

**CLM** SOFTWARE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, sediada na Calçada das Hortências, nº 131, Piso 2, Centro Comercial Alphaville, Barueri, SP, CEP: 06453-017, por seu Representante Legal, Eng. Francisco José de Arruda Camargo, Carteira de Identidade nº 3.678.343-2 e CPF nº 201.723.628-49, vem por meio desta, apresentar proposta orçamentária para a composição de preços referente o processo acima mencionado.

### 2.1 VALOR PROPOSTA – DETALHAMENTO

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	Software de Backup e Proteção de Dados, para aplicações de missão crítica, com suporte técnico por 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência Subscr HYCU DP Suite Ent Cloud Subscription - 1 year - 1 Socket (Subscription - 1 year - 1 Socket)	06	R\$ 26.558,35	R\$ 159.350,10
	02	Serviços de Instalação, Configuração e Implementação do software de backup e proteção de dados, para aplicações de missão crítica, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.	01	R\$ 70.530,00	R\$ 70.530,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 229.880,10</b>

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 229.880,10 (Duzentos e vinte e nove mil e oitocentos e oitenta reais e dez centavos)**

### 2.2 VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da apresentação.

### 2.3 PRAZO DE ENTREGA

Equipamentos: Até 120 (cento e vinte dias) dias corridos após a assinatura do contrato ou documento equivalente.

Software/Serviços: Até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos equipamentos.

### 2.4 PRAZO DE PAGAMENTO

Até 30 (trinta) dias após o ateste da nota fiscal.

### 2.5 CONTATO PARA RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÕES E COMUNICAÇÕES:

Logradouro (Av./Rua)	Av. Iraí
----------------------	----------

ENDEREÇO



Número	438
Bairro	Moema
CEP	04082-001
Cidade/Estado	São Paulo - SP
Telefone (s) Fax	(11) 2125 6256 / (11) 94157-3679
E-mail	public.sector@clm.com.br
Responsável	Jorge Oliveira

## 2.6 DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA/CONTRATO:

Nome completo	Francisco José de Arruda Camargo
RG	3.678.343-2
CPF	201.723.628-49
Cargo/Função	Sócio Administrador
E-mail	<a href="mailto:fcamargo@clm.com.br">fcamargo@clm.com.br</a>
Telefone	(11) 2125-6251

## 2.7 DECLARAÇÕES

Declaramos que nos valores acima ofertados estão inclusos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos equipamentos e execução dos serviços.

Barueri, 27 de setembro de 2022

**CLM SOFTWARE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

CNPJ: 02.092.332/0001-79



ENDEREÇO



+55 11 2125 6256 • [clm@clm.com.br](mailto:clm@clm.com.br)

[clm.com.br](http://clm.com.br)